

**A RELAÇÃO ENTRE AVÓS E NETOS.
EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO VOCACIONAL, NA
CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS DE TRABALHO E NO
AUTO-CONCEITO ACADÉMICO**

Ricardo Jorge de Oliveira Pinto Peixoto

Orientador: Professor Doutor Carlos Manuel Gonçalves

Tese apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Porto, 2015

Resumo

Ser-se avô ou avó é algo que tem evoluído com o decorrer da História da Humanidade. As alterações contemporâneas da realidade familiar, desde a descida das taxas de natalidade, levando a um menor número de netos, a entrada da mulher no mercado de trabalho e necessidade de apoio familiar logístico, até à grande exigência de flexibilidade laboral, juntamente com o aumento da esperança média de vida, têm permitido um contacto entre avós e netos mais estreito e mais estendido temporalmente. Neste trabalho, dada a ausência de estudos deste cariz, pretende-se compreender a forma como os significados que avós e netos atribuem à Grã-Parentalidade, em díade, influenciam o desenvolvimento dos últimos, nomeadamente no que diz respeito à construção de Significados de Trabalho, ao Desenvolvimento Vocacional e ao Auto-conceito Académico. Optou-se analisar os dados recolhidos através do *Actor-Partner Interdependence Model*, que permite a análise segundo o pressuposto do efeito de interdependência das partes da díade. A amostra é formada por 268 díades, compostas pelos netos e avós com quem mantêm maior contacto. Da panóplia de resultados, destacam-se como contributos mais relevantes: a) existe um efeito *Actor-Partner* da dimensão Compreensão Mútua, relativa aos Significados da Grã-Parentalidade, sobre o Auto-conceito Académico; b) apesar de não existirem outros efeitos *Actor-Partner*, há efeitos relativos à dimensão Ligação ao Passado, relativa aos Significados da Grã-Parentalidade do neto, sobre dimensões por si percebidas dos Significados Atribuídos ao Trabalho – Realização Pessoal e Económica – e sobre o Investimento Vocacional, dimensão do Desenvolvimento Vocacional; c) encontraram-se diferenças ao nível do género dos netos, no que diz respeito à sua percepção da dimensão Indulgência, dimensão dos Significados da Grã-Parentalidade, e diferenças de percepção dos avós, na Compreensão Mútua, conforme o género dos netos; d) encontraram-se diferenças na frequência de contacto ao nível do género dos avós e ao nível da Compreensão Mútua percebida pelas duas partes da díade; e) ao contrário da tendência da literatura, não foram encontradas diferenças ao nível do género e da linhagem dos avós de quem os netos se mantêm mais próximos. Estes resultados lançam desafios para a compreensão da família como uma realidade eminentemente relacional, onde o papel do psicólogo passará por ter em conta o seu carácter multigeracional, com o objectivo de uma melhor compreensão da influência das dinâmicas familiares nas variáveis desenvolvimentais das gerações mais jovens.

Palavras-chave: relação avós-netos; significados da grã-parentalidade; significados do trabalho; desenvolvimento vocacional; auto-conceito académico

Abstract

Being a grandfather or a grandmother is something that has always been evolving, along the History of Mankind. The contemporary changes of family reality, from the decreasing birth rates, which leads to fewer grandchildren, women entering the labor market and the need of family logistic support, to great working flexibility demands, along with the increasing average life expectancy, have been allowing a narrower and temporally extended contact, between grandparents and grandchildren. Given the absence of such works, this investigation aims to understand in what way the meanings that grandparents and grandchildren give to grandparenthood influence the development of the latter, on Work Meanings, Vocational Development and Academic Self-Concept. We chose to analyse the collected data through an *Actor-Partner Interdependence Model*, which allows to analyse the data presuming an interdependence effect from the dyad members. The sample is formed of 268 dyads, composed by the grandchildren and the grandparents with whom they have more contact. From the results, we highlight: a) there's an actor-partner effect in the Grandparenthood Meanings dimension Mutual Understanding, on the Academic Self-Concept; b) although there aren't any other actor-partner effects, there are Connection to the Past effects, from the Grandparenthood Meanings as perceived by the grandchild, over the Work Meanings – Personal Fulfillment and Economical – and on the Vocational Investment, a Vocational Development dimension; c) grandchildren gender differences were found on their perception on Indulgence, another Grandparenthood Meanings dimension, and grandparents differences from the grandchildren's gender, on Mutual Understanding; d) contact frequency differences were found on grandparents gender and on Mutual Understanding, as perceived by both grandparent and grandchild; e) unlike other investigation trends, we didn't find inage or gender differences on the grandparents that grandchildren tend to be close with. These results cast challenges on understanding families as a relational reality, where the psychologist's role should consider its multigenerational characteristic, aiming a better understanding of the influence of family dynamics on younger generations developmental variables.

Keywords: grandparent-grandchild relationship; grandparenthood meanings; work meanings; vocational development; academic self-concept

Résumé

Être grand-père ou grand-mère est une chose qui a évolué au cours de l'Histoire de l'Humanité. Les modifications contemporaines de la réalité familiale, en commençant par le déclin du taux de natalité, qui a conduit à un plus petit nombre de petits-enfants, passant par l'entrée des femmes sur le marché du travail et la nécessité de soutien logistique familial, jusqu'à la grande exigence de flexibilité au travail, ainsi que l'augmentation de l'espérance de vie moyenne, ont permis un contact entre grands-parents et petits-enfants plus étroit et plus étendu dans le temps. Dans ce travail, étant donné l'absence d'études de cette nature, le but est de comprendre comment les significations attribuées à la Grand-Parentalité par les grands-parents et les petits-enfants, en dyade, influencent le développement de ces derniers, en particulier en ce qui concerne la construction de Significations du Travail, le Développement Professionnel et le Concept de Soi Scolaire. On a choisi d'analyser les données recueillies en utilisant l'Actor-Partner Interdependence Model, qui permet l'analyse partant de l'hypothèse de l'effet d'interdépendance des parties de la dyade. L'échantillon est constitué par 268 dyades, composées par les petits-enfants et les grands-parents avec lesquels ils ont le plus de contact. Les contributions les plus pertinentes sont : a) il y a un effet Actor-Partner de la dimension Compréhension Mutuelle, relative aux Significations de la Grand-Parentalité, sur le concept de soi scolaire ; b) même si il n'y a pas d'autres effets Actor-Partner, il y a des effets sur la dimension Liaison au Passé, relative aux Significations de la Grand-Parentalité du petit-enfant, sur les dimensions perçues par eux-mêmes des Significations Assignées au Travail – Réalisation Personnelle et Économique – et sur l'Investissement Professionnel, dimension du Développement de Carrière ; c) des différences ont été trouvées au niveau du genre des petits-enfants, en ce qui concerne leur perception de la dimension Indulgence, une dimension des Significations de la Grand-Parentalité, et des différences dans la perception des grands-parents dans la Compréhension Mutuelle, selon le genre des petits-enfants ; d) des différences ont été trouvées dans la fréquence de contact au niveau du genre des grands-parents et dans la Compréhension Mutuelle perçue par les deux parties de la dyade ; e) contrairement à la tendance de la littérature, on n'a pas trouvé de différences au niveau du genre, ni de la lignée des grands-parents dont les petits-enfants restent plus proches. Ces résultats lancent des défis pour comprendre la famille comme une réalité éminemment relationnelle, où le rôle du psychologue sera de tenir compte de sa nature multigénérationnelle, ayant pour but une meilleure compréhension de l'influence de la dynamique familiale dans les variables du développement des jeunes générations.

Mots-clefs : rapport grands-parents–petit-fills ; significations de la grand-parentalité ; signification du travail ; développement professionnel ; concept de soi scolaire

*Aos meus avós, aos avós dos meus filhos
e a Nós, futuros avós.*

Agradecimentos

Ao P. Alfredo Dinis, saudoso amigo, pelo desafio que me lançou... aqui está!

Ao Doutor Miguel Gonçalves, Director da Faculdade de Filosofia do Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa, por me ter facultado todas as condições possíveis para a conclusão do Doutoramento.

Ao Professor Carlos Manuel Gonçalves, pelo esforço e dedicação, pelo encorajamento e crítica, pela paciência, incrível disponibilidade e apoio, pela exigência e momentos de reflexão em todo o processo de orientação.

Ao Doutor Pedro Teixeira, por todo o apoio técnico e disponibilidade para esclarecer todas as (pequenas) dúvidas.

Numa época em que cada vez mais as instituições se fecham ao exterior, agradeço às Escolas que se prestaram à recolha de dados, bem como a todos os participantes que, anonimamente, permitiram este estudo.

Num trabalho a maior parte do tempo extremamente solitário, agradeço ao Pedro Pulquério, ao Simone Petrella e ao Francisco Maia, amigos e companheiros de tão duras batalhas. Nunca estivemos sós!

À minha Família, por todo o apoio, em especial aos meus pais, por todas as vezes que ao ficarem a cargo dos netos, me permitiram o investimento das horas necessárias.

Ao Tomás e à Maria, tão novos e tão capazes de compreender a exigência da tarefa: “está a correr bem o trabalho, papá?”.

À Raquel, pelo apoio sempre incondicional nas horas fáceis e difíceis da vida. Pelos incríveis malabarismos para segurar as pontas. Por tudo o que não se traduz em palavras...

Lista de Abreviaturas

AFC Análise Factorial Confirmatória

AFE Análise Factorial Exploratória

ANOVA Análise de Variância

APIM *Actor-Partner Interdependence Model*

BFLP *big-fish-little-pond-effect*

CFI *Comparative Fit Index*

DP Desvio-Padrão

EEIV Escala de Exploração e Investimento Vocacional

ESAT Escala de Significados Atribuídos ao Trabalho

ESGP Escala de Significados da Grã-Parentalidade

ESGP-A Escala de Significados da Grã-Parentalidade – Vs. Avós

ESGP-N Escala de Significados da Grã-Parentalidade – Vs. Netos

GMS *Grandparent Meaning Scale*

KMO *Kaiser-Meyer-Olkin*

MANOVA Análise de Variância Multivariada

RMSEA *Root Mean Square Error of Aproximation*

SDQ II *Self-Concept Description Questionnaire II*

Índice

Introdução	1
Primeira Parte: Enquadramento Conceptual	
Capítulo I - A Família	7
1. Evolução da Família ao longo da História	8
2. Família e Ciclo Vital	11
2.1. Generatividade	15
2.2. Transição para a Grã-Parentalidade	17
3. A relação Avós-Netos	18
3.1. Evolução da investigação	19
3.2. Papéis dos Avós	21
3.3. Factores que influenciam a relação	23
3.3.1. Frequência e Tipo de Contacto	23
3.3.2. Género e Linhagem	27
3.3.3. Idade	33
3.3.4. Divórcio e custódia do Neto	34
3.3.5. Saúde dos Avós	40
3.3.6. Outros factores	43
3.4. Percepção da relação que os netos estabelecem com os avós	45
3.4.1. Infância	46
3.4.2. Adolescência	47
3.4.3. Jovem adulto	50
3.4.4. Adulto	52
3.5. Percepção dos Avós	55
3.6. Percepções cruzadas	58
Capítulo II - Desenvolvimento Vocacional, Significados do Trabalho e Auto-Conceito Académico como variáveis do Desenvolvimento	64
1. O Desenvolvimento Vocacional	65
1.1. Conceptualização do Desenvolvimento Vocacional	66

1.2. Desenvolvimento Vocacional e Família	71
2. Significados do Trabalho	76
2.1. Conceptualização dos Significados do trabalho	76
2.2. Significados do Trabalho e Família	81
3. O Auto-conceito Académico	84
3.1. Conceptualização do Auto-conceito Académico	84
3.2. Auto-conceito Académico e Família	88

Segunda Parte: Estudos de Investigação

Capítulo III - Metodologia **94**

1. Objectivo do estudo e objectivos específicos	95
2. Hipóteses e questões de investigação	96
3. Apresentação dos instrumentos	97
3.1. Escala de Significados da Grã-Parentalidade	98
3.2. Escala de Significados Atribuídos ao Trabalho – Versão Reduzida	101
3.3. Escala de Exploração e Investimento Vocacional	103
3.4. <i>Self-Concept Description Questionnaire II</i>	104
4. Amostragem e recolha de dados	105
5. Opções de análise de dados	112

Capítulo IV - Apresentação de Resultados **115**

1. Adaptação da Escala de Significados da Grã-Parentalidade Vs. Avós	116
2. Adaptação da Escala de Significados da Grã-Parentalidade Vs. Netos	121
3. Análise Factorial da Escala de Exploração e Investimento Vocacional	126
4. Dados macrossistémicos	129
4.1. Género	130
4.2. Tipos de Actividade	133
4.3. Frequência de Contacto	133
4.4. Área de Residência dos Netos	134
4.5. Ano de Escolaridade dos Netos	134
4.6. Estabelecimento de Ensino dos Netos	135
5. Significados da Grã-Parentalidade	135
5.1. Grã-Parentalidade e Género	136
5.2. Grã-Parentalidade e Linhagem	136
5.3. Grã-Parentalidade e Frequência de Contacto	136
6. Significados atribuídos ao Trabalho	140
6.1. Significados do Trabalho dos Netos e Género dos Avós	141
6.2. Significados do Trabalho e Linhagem	141

6.3. Significados do Trabalho e Frequência de Contacto	141
7. Desenvolvimento Vocacional	142
8. Auto-conceito Académico	142
9. Diferenças entre Avós e Netos	142
9.1. Significados da Grã-Parentalidade	142
9.2. Significados do Trabalho	143
10. <i>Actor-Partner Interdependence Model</i>	143
Capítulo V - Análise e Discussão de Resultados	147
1. Adaptação da Escala de Significados da Grã-Parentalidade Vs. Avós	148
2. Adaptação da Escala de Significados da Grã-Parentalidade Vs. Netos	150
3. Análise Factorial da Escala de Exploração e Investimento Vocacional	152
4. Resultados relativos às diferenças inter-grupos	153
4.1. Hierarquização das dimensões dos Significados Atribuídos ao Trabalho	153
4.2. Local de Residência	154
4.3. Ano de Escolaridade	156
4.4. Estabelecimento de Ensino	158
5. Resultados relativos ao Género e Linhagem	159
5.1. Significados da Grã-Parentalidade	162
5.2. Significados do Trabalho em Avós e Netos	165
5.3. Desenvolvimento Vocacional	167
5.4. Auto-conceito Académico	168
6. Resultados relativos à Frequência de Contacto	168
6.1. Significados da Grã-Parentalidade	170
6.2. Significados do Trabalho	176
6.3. Desenvolvimento Vocacional	176
6.4. Auto-conceito Académico	177
7. Resultados relativos à convergência de Significados de Avós e de Netos	177
7.1. Significados da Grã-Parentalidade	178
7.2. Significados do Trabalho	180
8. Resultados relativos ao <i>Actor-Partner Interdependence Model</i>	181
Capítulo VI - Conclusões	185
1. Principais contributos deste trabalho	186
2. Limitações e futuras investigações	193
3. Implicações para a intervenção psicológica	197
Referências	200
Anexos	237

Lista de Anexos

- ANEXO 1 Questionário Macrossistémico – Versão Avós
- ANEXO 2 Questionário Macrossistémico – Versão Netos
- ANEXO 3 Escala de Significados da Grã-Parentalidade – Versão Avós (ESGP-A)
- ANEXO 4 Escala de Significados da Grã-Parentalidade – Versão Netos (ESGP-N)
- ANEXO 5 Escala de Significados Atribuídos ao Trabalho (ESAT)
- ANEXO 6 Escala de Exploração e Investimento Vocacional (EEIV)
- ANEXO 7 *Self-Concept Description Questionnaire II (SDQ II)*
- ANEXO 8 Carta de apresentação às escolas
- ANEXO 9 Consentimento Informado
- ANEXO 10 Instruções do *dossier* de instrumentos – Versão Netos
- ANEXO 11 Instruções do *dossier* de instrumentos – Versão Avós

Índice de Figuras

1	Estrutura do auto-conceito postulado por Shavelson e cols. (1976)	86
2	Organização das subdimensões do SDQ II, adaptado de Fontaine (1991b) . . .	105
3	<i>Actor-Partner Interdependence Model</i> , adaptado de Cook e Kenny (2005) . . .	113
4	<i>Actor-Partner Interdependence Model</i> adaptado à presente investigação . . .	114
5	Análise Factorial Confirmatória da ESGP-A	121
6	Análise Factorial Confirmatória da ESGP-N	125
7	Análise Factorial Confirmatória da EEIV	129
8	Médias Marginais Estimadas Compreensão Mútua e Frequência de Contacto dos netos	138
9	Médias Marginais Estimadas da Compreensão Mútua e Frequência de Contacto dos avós	140
10	Exemplo de modelo de APIM testada	144
11	Primeiro modelo global testado	144
12	Modelo final	145

Índice de Tabelas

1	Hierarquização das dimensões dos significados do trabalho por país	83
2	Género, residência e tipo de ensino	106
3	Ano de escolaridade	106
4	Estado civil dos pais	107
5	Habilitações académicas dos pais	107
6	Escolha do avô/avó por género do neto	108
7	Estado civil dos avós	108
8	Habilitações académicas dos avós	108
9	Tipos de actividade que os avós mantêm com os netos	109
10	Tipos de actividade por género do neto	109
11	Tipos de actividade por género dos avós e por linhagem	110
12	Frequência de contacto por género de avós e de netos	111
13	Frequência de contacto por linhagem	112
14	Tabela de cargas factoriais dos itens da ESGP-A	118
15	Comparação das versões da ESGP-A	120
16	Tabela de cargas factoriais dos itens da ESGP-N	123
17	Comparação das versões da ESGP-N	124
18	Comparação das adaptações da ESGP-N	125
19	Tabela de cargas factoriais dos itens da EEIV	127
20	Comparação das versões da EEIV	128
21	Diferenças de género dos netos nos significados do trabalho	130
22	Diferenças de género dos netos no desenvolvimento vocacional	131
23	Diferenças de género dos avós nas actividades realizadas com os netos	131
24	Diferenças de género dos avós na frequência de contacto com os netos	132
25	Diferenças de género dos avós nos significados do trabalho	132
26	Diferenças das actividades realizadas com os netos conforme a frequência de contacto	133
27	Diferenças do meio de residência dos netos nos significados do trabalho	134
28	Diferenças no ano de escolaridade em relação ao desenvolvimento vocacional	135
29	Diferenças de género dos avós na percepção da relação com os netos	136
30	Distribuição dos netos por frequência de contacto	137
31	Distribuição dos avós por frequência de contacto	137

32	Diferenças na frequência de contacto dos netos	138
33	Diferenças na frequência de contacto dos avós	139
34	Hierarquia das dimensões dos significados do trabalho por país e estudo actual	141
35	Diferenças da percepção dos netos dos significados do trabalho em função do género dos avós	141
36	Diferenças entre avós e netos nos Significados da Grã-Parentalidade	142
37	Diferenças entre avós e netos nos Significados de Trabalho	143

Introdução

A relação entre avós e netos é uma relação diferente de todas as relações familiares. É marcada por uma mescla de juventude e experiência, temporalidade e intemporalidade, realidade e fantasia, presente e passado... Uma relação que permite um porto de abrigo afectuoso para os netos, cujos pais mantêm ainda muitas preocupações que os avós já não têm, e um reviver despreocupado de uma parentalidade inicial já longínqua.

Nas últimas décadas, nas sociedades ocidentais, a família tem passado por mudanças significativas, provocadas por diversos factores, como a descida das taxas de natalidade, a incorporação da mulher no mundo do trabalho, uma maior igualdade entre géneros e a emergência de novas configurações familiares, entre outras, com incontornáveis implicações nas dinâmicas familiares. Ao mesmo tempo, tem-se verificado um fenómeno chamado “verticalização da família”, que consiste num menor número de membros familiares distribuídos pelas diversas gerações, fruto das decrescentes taxas de natalidade e que, em simultâneo com o aumento da esperança média de vida, tem como consequência uma maior probabilidade de coexistência e partilha de várias gerações familiares (Knipscheer, 1988; Szinovacz, 1998a).

Estas tendências sinalizam a redução de número de netos com quem partilhar a atenção e cuidados. Por isso, os avós são cada vez mais chamados a participar e colaborar nas tarefas de educação dos netos assumidas tradicionalmente pelos pais, principalmente pela figura materna. Como consequência destas mudanças históricas e sociais profundas na família atual, tem assumido grande relevância na agenda da investigação a relação que avós e netos estabelecem reciprocamente e como esta relação tem impacto em várias dimensões no desenvolvimento dos netos.

A investigação no âmbito da relação entre avós e netos tem incidido sobretudo nas variáveis que influenciam uma maior ou menor proximidade entre os elementos da relação, nomeadamente o género, a linhagem, a idade dos netos, a frequência de contacto e o estatuto de menor saúde dos avós, entre outros. Tem faltado o enquadramento destas variáveis em leituras mais complexas que possam aferir a existência de influências mútuas que não podem ser medidas em relações entre variáveis que acabam por significar a segmentação do campo de estudo.

Em termos de investigação dos efeitos familiares, já é conhecida a influência dos pais no Desenvolvimento Vocacional e nos Significados de Trabalho. Havendo uma contribuição cada vez maior dos avós, em termos de esforço e de tempo, que muitas vezes resulta num contacto diário traduzido em actividades de cuidado, surge a questão da influência dos avós sobre o desenvolvimento do neto.

Desta forma, o presente projecto de investigação propõe-se a explorar a influência que a relação mantida entre avós e netos tem sobre dimensões do desenvolvimento dos últimos, nomeadamente na construção de Significados de Trabalho, no Desenvolvimento Vocacional e no Auto-conceito Académico.

O primeiro capítulo aborda a Família como uma conceptualização em mudança ao longo dos tempos. É feita uma caracterização dos diversos tipos de família que existiram ao longo da História, sendo salientadas as mudanças estruturais decorrentes de acontecimentos-chave históricos, bem como na própria estrutura de parentesco e é abordada, de forma breve, a História da Grã-Parentalidade.

Em seguida, a Família é desenvolvida no seu Ciclo Vital, sendo abordadas duas perspectivas diferentes, de Relvas (2000) e de Cigoli e Scabini (2006), salientando a sua conceptualização à luz das teorias sistémicas em geral. Sob o prisma dos últimos investigadores, é caracterizada a transição para a grã-parentalidade, em estreita ligação com o conceito de Generatividade, original de Erikson (1971, 1976, 1998), onde são desenvolvidas as dinâmicas familiares associadas ao nascimento de novos membros familiares, transformadores das relações entre esses membros.

Por fim, é abordada a relação entre avós e netos. Neste ponto, são abordadas as variáveis estudadas ao longo dos anos, decorrentes da própria evolução da investigação neste âmbito. Assim, são abordados o género dos avós e netos, a linhagem de ambos, a frequência de contacto, a idade do neto – dividida em infância, adolescência, jovem adulto e adulto –, o divórcio (pais e avós) e a custódia do neto, o estado de saúde dos avós e outros factores que surgem na literatura de forma menos enquadrada, numa lógica de influência da relação ou de alguns parâmetros da relação. Ainda na relação, são ainda exploradas as diferenças ao nível dos significados da grã-parentalidade que avós e netos constroem, decorrentes da relação que mantêm entre si.

O segundo capítulo aborda as temáticas desenvolvimentais do neto que se pretendem estudar como variáveis influenciadas pela relação entre avós e netos, nomeadamente o Desenvolvimento Vocacional, os Significados do Trabalho e o Auto-conceito Académico.

Todas as temáticas são conceptualizadas, fazendo uma pequena exploração da sua evolução histórica, até chegar à conceptualização actual. É ainda descrita, também para cada uma das temáticas, a relação com a Família e a forma como esta pode influenciar no seu desenvolvimento no adolescente.

Ao nível dos Significados do Trabalho, procura-se enquadrar histórica e socialmente o seu desenvolvimento, bem como a sua centralidade e a forma como garante realização pessoal e familiar.

No que diz respeito ao Desenvolvimento Vocacional, são desenvolvidas as formas como este conceito tem sido visto ao longo dos tempos e apresenta-se um ponto de vista construtivista, ecológico e desenvolvimentista, bem como as razões por que se considera esta leitura adequada (Gonçalves, 2008).

Relativamente ao Auto-conceito Académico, procura-se enquadrar na conceptualização de Shavelson, Hubner e Stanton (Shavelson et al., 1976) como uma das

dimensões do auto-conceito geral e traçar as relações com outras variáveis que surgem na literatura. É ainda feita a ligação à Família, numa perspectiva sistémica, desvendando a influência que esta pode ter na construção do auto-conceito académico do adolescente.

O terceiro capítulo explana toda a estrutura dos diversos trabalhos de investigação, definindo os objectivos de estudo, as hipóteses e as questões de investigação. São ainda apresentados todos os instrumentos utilizados, os participantes e os procedimentos de análise de dados. Todas as opções tomadas são justificadas.

O quarto capítulo apresenta os resultados das várias análises efectuadas. Inicia-se o capítulo com os estudos de adaptação das duas versões da Escala de Significados da Grã-Parentalidade (Avós e Netos), passando-se aos resultados relativos à análise factorial efectuada sobre a Escala de Exploração e Investimento Vocacional. Em seguida, apresentam-se os dados macrossistémicos, nomeadamente o género de avós e de netos, tipos de actividade que a díade mantém entre si, a frequência de contacto, a área de residência, ano de escolaridade e estabelecimento de ensino dos netos. Passa-se à apresentação dos resultados relativos aos Significados da Grã-Parentalidade, relativos ao género, à linhagem e à frequência de contacto e aos Significados Atribuídos ao Trabalho, onde são apresentados os resultados em relação ao género dos avós, à linhagem dos avós e à frequência de contacto. São ainda apresentados os resultados relativos ao Desenvolvimento Vocacional e ao Auto-conceito Académico, bem como relativos às diferenças que avós e netos apresentam, relativamente aos Significados da Grã-Parentalidade e aos Significados do Trabalho. Por fim, são apresentados os resultados relativos ao Modelo *Actor-Partner Independence Model*.

O quinto capítulo pretende ser um capítulo de reflexão e de discussão dos resultados apresentados no capítulo anterior, tentando atribuir significado a partir da revisão da literatura e da experiência de investigação e de acção do investigador. Este capítulo segue uma lógica um pouco diferente da do capítulo anterior. De forma a tentar evitar a repetição de dados que sustentem a explicação, que iria resultar da replicação da organização do capítulo de apresentação de resultados, optou-se por organizar o capítulo em termos de variáveis agregadoras. Desta forma, em primeiro lugar são discutidos os resultados relativos às adaptações de instrumentos e à análise factorial da Escala de Exploração e Investimento Vocacional. Em seguida, agrupam-se os resultados relativos às diferenças inter-grupos, agregando os resultados relativos ao local de residência, ano de escolaridade e estabelecimento de ensino, agrupam-se os resultados relativos ao género e à linhagem e, noutro grupo, os resultados relativos à frequência de contacto, agregando em cada os resultados relativos às dimensões dos Significados da Grã-Parentalidade, dos Significados Atribuídos ao Trabalho, do Desenvolvimento Vocacional e relativos ao Auto-conceito

Académico. São ainda discutidos os resultados relativos às diferenças nos Significados da Grã-Parentalidade e do Trabalho entre avós e netos e ainda o Modelo *Actor-Partner Interdependence Model*.

Por fim, o sexto e último capítulo pretende sublinhar os principais contributos de todo o trabalho, a nível de investigação e ao nível da intervenção psicológica. Faz-se ainda um reflexão sobre as questões suscitadas no decorrer do estudos e são indicadas as limitações, bem como possíveis futuros desenvolvimentos.

Primeira Parte

Enquadramento Conceptual

Capítulo I

A Família

Este capítulo tem como objectivo desenvolver a evolução da família e do seu conceito ao longo da história, bem como abordar a evolução da investigação no seu âmbito. A família é enquadrada no seu Ciclo Vital pretendendo-se, ainda, abordar a relação entre avós e netos, tanto do ponto de vista dos avós como dos netos e acompanhar a evolução da relação à medida que o neto se desenvolve.

1. Evolução da Família ao longo da História

Desde o início dos tempos que as diversas facetas da vida humana se alteram e revolucionam ciclicamente, acompanhando a evolução social. A realidade familiar não é excepção, sendo que têm surgido diferentes configurações familiares nos últimos anos, que afectam necessariamente as dinâmicas familiares (Cigoli & Scabini, 2006; Scabini & Cigoli, 2000), pelo que a realidade familiar tem vindo a evoluir ao longo dos tempos até aos dias de hoje. Desta forma, Scabini e Cigoli (2000) consideram terem existido cinco tipos de família, contextualizadas no seu momento histórico.

As famílias típicas das sociedades primitivas eram famílias cuja nuclearidade era difícil de determinar, visto que estavam estabelecidos sistemas tribais, onde as famílias se mantinham; ainda assim, existia uma prevalência das relações de casal e entre pais e filhos, reconhecidas por rituais ligados ao papel de cada elemento.

Nas sociedades tradicionais, a família sofreu uma acentuação da sua nuclearidade, coincidente com a existência de um local para viver e com a existência de uma esfera privada, que permitiu reconhecer as fronteiras familiares. Estas famílias eram ainda caracterizadas pela existência de um patriarca e de laços, reconhecidos por todos os membros, como os que os liga a um único ascendente.

Nas sociedades burguesas surgiram dois modelos familiares, a família burguesa, que separa, pela primeira vez, a economia familiar da economia da empresa familiar e que funciona como grupo capitalista, em contraposição com a família proletária, cuja sobrevivência depende da primeira – típicas da era da industrialização. São famílias sempre em mudança, fruto da inovação tecnológica muito rápida da época e que, por se tornarem rapidamente obsoletas, também tornavam rapidamente obsoleta a evolução familiar que lhe dava resposta. Como consequência desta evolução, há dificuldade em apontar um modelo familiar vigente, mas eram habituais as famílias compostas por pais, filhos casados e hóspedes, estes últimos como fonte de rendimento.

Por fim, o modelo da sociedade moderna dos nossos dias, com diversas configurações, mas que essencialmente é caracterizado pelo aumento do poder de compra e da capacidade de criar poupanças, que permite o acesso a determinadas comodidades (como água em casa, gás a preços acessíveis ou as invenções da máquina de lavar roupa em 1904 e do ferro eléctrico em 1917). O tamanho destas famílias e a própria composição dependem

de factores sociais, económicos e ideológicos, havendo uma estabilização do modelo nuclear ainda que, inicialmente, mais flexível no sentido de poder receber outros membros familiares.

Relativamente à estrutura de parentesco, à medida que a mortalidade foi diminuindo, as famílias alargadas foram aumentando, havendo um sentido mais familiar de educação, em contraposição com as estruturas de Estado existentes hoje em dia. Knipscheer (1988) aborda o que considera ser um dos fenómenos mais significativos dos últimos anos a nível familiar, a que chama *verticalização da família*, que consiste num menor número de membros familiares distribuídos pelas gerações, fruto de decrescentes taxas de natalidade e do aumento da esperança média de vida, cuja consequência é uma maior probabilidade de coexistência de várias gerações familiares (ver também Scabini & Cigoli, 2000 e Szinovacz, 1998b).

A dinâmica familiar também tem vindo a sofrer alterações ao longo da evolução familiar. Desta forma, partimos de modelos com o pai como primeira figura e sustento da família, tendo direito ao que de melhor havia na família e mantendo-se como figura de autoridade e de decisão. A partir dos anos 50, a criança passa a estar no centro familiar e os protocolos frios e estáticos começam a deixar de existir, sobretudo depois da II Guerra Mundial, passando a existir igualdade de educação entre rapazes e raparigas, ainda que mantendo a distinção social vigente da época. No pós-guerra, também a paternidade sofre evolução, numa provável resposta ao reencontro familiar da chegada da guerra: o homem voltou-se para a família e, culturalmente, passou-se a esperar que os pais fossem mais próximos e afectuosos, contrapondo-se à rigidez vitoriana (Scabini & Cigoli, 2000).

No nosso país, documentam-se três fases demográficas na evolução da família (Rosa & Vieira, 2003). A primeira, entre 1900 e 1940, caracteriza-se por elevados níveis de celibato (Barata & Moreira, 1968), casamento tardio e grande importância do casamento para constituir uma nova família. Nesta altura, havia um predomínio da agricultura na economia familiar, havendo uma grande centralidade da propriedade fundiária, pelo que apenas essa posse facilitava o início de novas famílias. A segunda fase, de meados do século XX até meados dos anos 70, é caracterizada pelo aumento dos níveis de fecundidade, casamento precoce e uma forte relação entre o casamento e a procriação. Esta fase é caracterizada pela saída de jovens para a cidade ou para o estrangeiro, permitindo maior independência financeira e a constituição de novas famílias. Entre a década de 70 e 2001, deu-se um aumento da idade para um primeiro casamento, aumenta o número de divórcios, enfraquece a relação até aqui vigente entre o casamento, a constituição de família e procriação e as estruturas familiares tornam-se mais complexas (Rosa & Vieira, 2003).

No último século, o contexto da grã-parentalidade tem vindo a alterar-se significativamente (Herlofson & Hagestad, 2012), de onde as faces mais visíveis são o “aumento de produção” de avós (Szinovacz, 1998b; Uhlenberg, 1996, 2005) e um crescimento da janela temporal da relação (Barranti, 1985). Uhlenberg (2005), a partir dos

números dos EUA, estima que a proporção de crianças de 10 anos de idade com os quatro avós vivos tenha aumentado entre 6% e 41%. O autor aponta ainda a importância do número de conjuntos de netos¹, estimando que em 2000 cerca de metade das mulheres entre os 60 e os 64 anos de idade tivesse um ou dois conjuntos. Estes números são similares aos números de 2007/2008 na Noruega, para mulheres com idades entre 60 e 69 anos, sendo estimado que 57% destas tivessem também um ou dois conjuntos de netos (Herlofson & Hagestad, 2012).

Outras tendências que se têm vivido nos últimos anos, como a descida das taxas de fertilidade, a incorporação da mulher no mundo do trabalho, uma maior igualdade entre géneros e a emergência de novas configurações familiares, entre outros factores (António, 2004; Szinovacz, 1998b), ajudam a explicar a existência de alterações nas dinâmicas familiares, nomeadamente entre avós e netos, já que estas tendências levam à existência de um menor número de netos com quem partilhar a atenção e levam a que os avós sejam requeridos com maior frequência para complementar ou assumir tarefas que eram as mulheres (esposas) a assumir tradicionalmente (Szinovacz, 1998b). Por esta razão e porque cerca de 70% das pessoas de meia-idade ou idosas se tornam avós e passam cada vez mais tempo com os netos, acompanhando-os em múltiplas actividades (Smith, 1991), tem vindo a ganhar destaque a questão da influência dos avós nas várias dimensões de desenvolvimento dos seus netos. Como qualquer relação, também esta implica reciprocidade, pelo que o envolvimento dos avós no cuidado aos netos tem também impacto no desenvolvimento pessoal dos avós, tornando importante compreender as representações que cada elemento da relação tem sobre a mesma. Apesar da constatação da relevância crescente dos avós na relação com os netos e das suas múltiplas implicações no desenvolvimento das duas partes implicadas, não abundam os estudos que se focalizem na representação que os avós constroem da relação que mantêm com os seus netos, fora do contexto anglo-saxónico (Triadó & Villar, 2000).

Neste sentido, Bengtson (2001) considera que a multigeracionalidade será ainda mais importante no nosso século, pelas alterações demográficas já referidas, pelo aumento da importância dos avós e de outros parentes em funções familiares e pela força e resiliência da solidariedade intergeracional ao longo do tempo. Por outro lado, indica ainda que as relações terão tendência para se diversificar ainda mais, devido a alterações estruturais que envolvem tanto o divórcio como reconstituições familiares, uma maior longevidade das relações de parentesco e ainda uma maior diversidade dos tipos de relação intergeracional.

A História da Grã-Parentalidade não é uma temática que tenha vindo a ser desenvolvida de forma sistemática. Desta forma, aliada à falta de documentação, não é possível encontrar a descrição dos papéis dos avós em sociedades tribais e pré-industriais

¹Os autores apresentam o conceito de *grandchild set*, traduzindo-se no conjunto de netos de um filho adulto.

(que, em parte, poderá ser explicada pela curta esperança de vida que não permitia a contemporaneidade de avós e de netos), sendo nos nossos dias que começa a haver a atenção necessária para o seu estudo e documentação. Ao longo dos tempos e culturas, os avós têm desempenhado diversos papéis, desde antepassados vivos, historiadores familiares, mentores, cuidadores, até modelos de envelhecimento. A partir da Revolução Industrial, devido à aceleração do desenvolvimento tecnológico juntamente com o aumento da esperança média de vida, factores já referidos, tem havido uma expansão dos papéis e funções dos avós (Kornhaber, 1996). Uma leitura da demografia indica a razão pela qual a grã-parentalidade tem ganho importância, já que a população tem vindo a envelhecer e a prevalência de avós tem também vindo a aumentar. Ao mesmo tempo, com o aumento da esperança média de vida, os netos têm avós vivos até cada vez mais tarde, ao mesmo tempo que com a diminuição das taxas de natalidade, cada vez menos “competem” pela atenção dos avós com irmãos ou primos (Uhlenberg & Kirby, 1998). Hoje em dia, continuam a desempenhar um papel estável e importante, havendo variações em função da cultura em que a família está integrada (Fry, 1995; Ikels, 1998; Kornhaber, 1996).

2. Família e Ciclo Vital

Every time a child is born, parent and child are thrust forward into another generational strata; child becomes parent, parent becomes grandparent.

Arthur Kornhaber, *Contemporary Grandparenting*, 1996

A família é um sistema organizado que possui uma estrutura e uma hierarquia internas e que interage de forma não casual com o contexto em que se encontra inserida. A família organiza relações primárias e liga as diferenças de género e de geração fundamentais da natureza humana. Há dois eixos relacionais familiares (Alarcão, 2002; Cigoli & Scabini, 2006; Relvas, 2000; Scabini & Cigoli, 2000): o conjugal – que se baseia na diferença de género e se explicita através de um pacto de reciprocidade reconhecido juridicamente, que inclui direitos e deveres (relação de paridade) – e o parento-filial – que implica uma diferença de geração e uma responsabilidade da geração antecedente sobre a geração procedente, bem como um reconhecimento dos primeiros sobre os últimos e que leva a uma relação de clara ascendência-descendência. Inclui também uma rede de parentesco constituída pelos relacionamentos com os diversos elementos das famílias de origem do casal (Cigoli & Scabini, 2006; Scabini & Cigoli, 2000). Segundo Sampaio e Gameiro (1992), neste mesmo contexto intergeracional, a família designa um conjunto de

elementos que estão emocionalmente ligados e que inclui pelo menos três gerações, podendo ainda ser considerados “família” outros elementos que não estão ligados biologicamente, mas que são significativos no contexto relacional familiar. A multigeracionalidade familiar é dada pelo eixo vertical ou transgeracional, em que se encontram as diferentes gerações familiares e onde se inclui a história familiar. Por outro lado, existe ainda o eixo horizontal da família, mais voltado para o presente da vida familiar (Cigoli & Scabini, 2006; Sampaio & Gameiro, 1992; Scabini & Cigoli, 2000).

Cada família, enquanto sistema que engloba os sistemas individual, parental, conjugal e fraternal (Alarcão, 2002; Andolfi, 1981; Minuchin & Fishman, 1981; Relvas, 2000), é um todo, ao mesmo tempo que é uma parte de outros sistemas, comunidades ou sociedades (Andolfi, 1981; Relvas, 2000). A propriedade de ser maior do que a soma das partes (Alarcão, 2002; Cigoli & Scabini, 2006; Scabini & Cigoli, 2000), leva a que faça sentido equacionar o desenvolvimento familiar como sistema total. A família é composta pelos referidos subsistemas mais pequenos e, ao mesmo tempo, é aberto e tem fronteiras (Minuchin & Fishman, 1981; Relvas, 2000), que visam proteger a diferenciação do sistema e dos seus membros (Alarcão, 2002), permitindo que haja passagem de informação para dentro e para fora da família (Alarcão, 2002; Minuchin & Fishman, 1981; Relvas, 2000). Sendo o sistema aberto e, por sua vez, estando integrado noutros sistemas, significa que cada membro também está integrado em outros sistemas para além do seu sistema familiar, conforme os papéis que desempenha (Alarcão, 2002; Andolfi, 1981; Minuchin & Fishman, 1981; Relvas, 2000). O grau de abertura ou de fecho da família são considerados normas que determinam quem pode participar num subsistema e o modo como o faz (Minuchin, Du Ranquet & Wajeman, 1979; Relvas, 2000), algo que está ligado ao momento de evolução familiar (Relvas, 2000). São distinguidos três tipos de fronteira: os limites claros, que delimitam tanto o espaço como as funções de cada membro ou sub-sistema e que permite a troca entre ambos; os limites difusos, que são extremamente permeáveis e que colocam em perigo essa diferenciação; e os limites rígidos, que dificultam a comunicação e compreensão recíprocas (Minuchin et al., 1979).

A família é um sistema que se adapta às diversas exigências das fases do seu ciclo de desenvolvimento, através de um duplo processo de continuidade e de crescimento (Andolfi, 1981). Neste sentido, é um sistema vivo capaz de evoluir e de se adaptar e mudar, mantendo alguma continuidade, levando à existência de períodos de desequilíbrio alternados com períodos de homeostasia do sistema (Minuchin & Fishman, 1981). O comportamento patológico, por exemplo, para Andolfi (1981), despoleta formas quase automáticas de interações para a manutenção das normas familiares, no sentido de manter uma homeostasia. O sistema activo permite que os membros familiares experimentem o que é ou não permitido na relação (tentativa e erro), que resulta numa unidade sistémica apoiada em modalidades relacionais típicas do próprio sistema e que provocam a originalidade da família. Significa que a família se auto-regula por regras desenvolvidas e modificadas ao

longo do tempo (Andolfi, 1981) que por sua vez significa que o sistema tem normas e consequentes transgressões, existindo algum tipo de mecanismo regulador para o caso de algum elemento familiar ultrapassar o limite, sendo que cada elemento conhece a geografia do seu território², tornando cada família um sistema sem outro sistema familiar que se lhe assemelhe (Minuchin & Fishman, 1981). Neste sentido, a família pode ser entendida como um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações e em contínua relação com o ambiente externo em que se encontra, mantendo o seu equilíbrio através de um processo de desenvolvimento que decorre em estádios de evolução diversificados (Sampaio & Gameiro, 1992).

O sistema encontra-se em evolução, como um sistema vivo, no sentido de uma complexificação e a previsão de uma sequência de eventos, em função do cumprimento de tarefas bem definidas, é designado por ciclo vital da família (Alarcão, 2002; Cigoli & Scabini, 2006; Relvas, 2000; Scabini & Cigoli, 2000).

O Ciclo Vital da Família é um conceito que traduz o carácter evolutivo e desenvolvimental da família. Este carácter encontra eco na forma como se espera que a família evolua e se desenvolva através de uma sequência de transformações nas suas dinâmicas e organização, em função do cumprimento de tarefas bem definidas, ligadas à etapa em que toda a família se encontra. Estas etapas são denominadas por *transições* (Cigoli & Scabini, 2006; Scabini & Cigoli, 2000) ou *etapas* (Alarcão, 2002; Relvas, 2000), estando ligadas a uma crise com que a família tem que lidar e vir a resolver (Alarcão, 2002; Haley, 1973). Nestas crises, os sintomas exibidos por um dos elementos da família podem estar ligados a crises de passagem (de transição) e de tensão pelos quais a família passa, constituindo-se ao mesmo tempo como momentos de dificuldade da família em enfrentar a mudança e como momentos em que se propicia a transformação relacional requerida. Esta resolução depende das características da família, nomeadamente no que diz respeito às suas competências. Há dificuldades associadas ao que Scabini e Cigoli (2000) e Cigoli e Scabini (2006) denominam por “eventos críticos” (nomeadamente a aquisição de um novo membro, a perda de um membro ou modificação da relação com o mundo social, como nos casos da entrada para a escola ou para o mundo do trabalho), decorrentes da ambiguidade e incerteza do próprio processo e do seu resultado, dos riscos que encerra e do elemento de perda que se lhe encontra associado, incluindo também uma dimensão de dor (Hobfoll & Spielberger, 1992). Há vários modelos representativos desta forma de ver a família, voltados para a família nuclear ou para grupos familiares trigeracionais (Relvas, 2000). Pela natureza integrativa das três gerações familiares deste trabalho, são apresentadas de forma muito breve duas perspectivas explicativas do ciclo vital da família trigeracional, de Relvas (2000) e de Scabini e Cigoli (2000), esta última denominada por *Perspectiva Relacional-Simbólica*. As duas perspectivas têm em comum enquadrar o indivíduo na sua

²“The geography of his territory”, conforme o original (p.12).

família e enquadrar a evolução de todos de forma conjunta e contínua, encaixando a família temporalmente numa série de transições que afectam todos os membros. A perspectiva de Relvas prevê cinco etapas, que são a formação do casal, a família com filhos pequenos, a família com filhos na escola, a família com filhos adolescentes e a família com filhos adultos (*empty-nest* – ninho vazio), ao passo que a perspectiva Relacional-Simbólica prevê a transição para a conjugalidade, a transição para a parentalidade, a transição dos filhos para a vida adulta e a família perante a morte. Esta última perspectiva difere da primeira ao considerar o ciclo de vida desde o nascimento até à morte e não apenas até à idade adulta. De forma mais específica, a morte surge como elemento que domina e marca toda a última transição e activa sobretudo aspectos simbólicos, por deixar o lugar central que até ali o idoso ocupava. É constituída pela eventual morte do cônjuge, pela perda de centralidade relacional, pelo sentimento de vida plena e, por fim, pela morte do próprio (Scabini & Cigoli, 2000). Considera-se que esta transição tem um percurso constituído por alguns eventos críticos, que são a aposentação, o ninho vazio, o nascimento dos netos e a doença.

Sendo um ciclo de vida, todas estas transições sucedem-se paralelamente. Ao mesmo tempo que se dá uma transição, na perspectiva de um membro familiar, para outros membros familiares, apesar de ser despoletada pelo mesmo evento, a transição não é a mesma. Por exemplo, ao mesmo tempo que se dá a transição para a conjugalidade, ou seja, o início de um novo sistema familiar a partir de dois sistemas familiares diferentes, os casais/pais destes sistemas vivem uma outra transição, que é a saída de casa dos filhos. Os avós vivem a transição para a grã-parentalidade ao mesmo tempo que os seus filhos vivem a transição para a parentalidade (Cigoli & Scabini, 2006; Scabini & Cigoli, 2000). O mesmo é válido, segundo as etapas e a nomenclatura previstas, para a perspectiva de Relvas. Isto significa que há uma interdependência entre as três gerações (King, Russel & Elder, 1998) e que a família se encontra encaixada num sistema social integrado de gerações (Hagestad, 1985 e Kivnick, 1984, cit. in King et al., 1998). Como consequência, há toda uma influência mútua dos membros familiares. Especificamente, os pais modelam a forma como avós e netos se relacionam, dando ou não possibilidades para que o relacionamento se estabeleça e se mantenha (King et al., 1998). Pais que não se relacionem com os avós não darão as mesmas possibilidades de um relacionamento próximo entre avós e netos (King & Elder, 1995), estando o laço entre avós e pais ligado a efeitos positivos em relação ao contacto e proximidade de avós e netos (Cherlin & Furstenberg, 1992; King & Elder, 1995; Rossi, 1990; Thompson & Walker, 1987). Esta relação também sofre influência da relação entre pais e filhos, sendo que nos casos em que há uma relação forte, a relação com os avós melhora (King & Elder, 1995; Rossi, 1990).

2.1. Generatividade

I want to give my grandchild a future of belonging.

Barbara Kirkland, fundadora da *Grandparents Raising Grandchildren*, 1988

Sendo a família uma organização intergeracional significa que a generatividade é o seu ponto central, como evento biológico, simbólico e cultural (Erikson, 1976). Segundo Erikson (1998), a forma mais recompensadora encontra-se associada ao exercício da parentalidade, ainda que não lhe seja restrita. Para Costa (2001), do ponto de vista psicológico, a generatividade experiencia-se como desejo e necessidade, de onde o investimento do sujeito se traduz num sentimento de bem-estar psicológico, tanto do adulto como dos mais novos. Já social e culturalmente, a generatividade contribui para mudança social, ao mesmo tempo que permite uma continuidade da identidade sócio-cultural que garante a base de desenvolvimento e bem-estar da geração seguinte.

A grã-parentalidade constitui-se como uma das formas de generatividade, sendo uma das tarefas de transição dos novos avós, que se inicia na altura da saída de casa dos seus filhos e, segundo a perspectiva Relacional-Simbólica, implica a passagem da generatividade parental para a generatividade social (Cigoli & Scabini, 2006; Scabini & Cigoli, 2000). Neste sentido, espera-se que o casal mude de uma posição em que são centrais as práticas educativas, o cuidado aos filhos e o encorajamento e suporte do sistema familiar, para um papel de mentores, com o objectivo de criar, renovar, conservar e transmitir o sistema simbólico da cultura a que todos pertencem (Kotre, 1996) estando, como é evidente, dependente da cultura em que os indivíduos se encontram imersos (Kotre, 2004; McAdams & Logan, 2004). É a vivência da generatividade de forma simbólica, cuja manifestação passa por cultivar e transmitir a herança familiar, social e cultural que já foi recebida e que se estende pela vida social através do cuidado e do investimento nas relações sociais (Raguso, 2010) e chama os pais (mais tarde avós) a contribuir activamente numa escala maior do que a escala familiar, para a realização da geração à qual os seus filhos pertencem (Scabini, Marta & Lanz, 2006). Raguso (2010) afirma ainda que o oposto da generatividade social é a estagnação, que se dá quando a família falha no seu desenvolvimento e os seus membros permanecem auto-centrados e isolados, de onde não conseguem estar abertos para a relação e para o futuro, tornando-se degeneração em vez de generatividade. No fundo, está de acordo com o que Erikson (1971, 1976) afirma em relação ao que previu no estágio de desenvolvimento Estagnação vs. Generatividade, defendendo que a generatividade pretende garantir o cuidado de todos os jovens que se vão tornar adultos e não sendo apenas algo voltado para o querer filhos, promovendo um ciclo ético de inclusão generacional (Erikson, 1998). Erikson (1971), aliás, prevê que quem não

tenha filhos possa ser generativo, não sendo apenas o querer ter filhos que a realiza . Esta forma de generatividade é algo, hoje em dia, cada vez mais difícil pelas características cada vez mais individualistas da sociedade (Scabini & Cigoli, 2000). A generatividade eriksoniana, aliás, proposta pelo próprio para definir este estágio de desenvolvimento, constitui-se como uma tarefa do mesmo. McAdams (2006) e McAdams e Logan (2004) consideram-na mesmo o desafio de desenvolvimento central dos adultos) e expressa-se, segundo o próprio Erikson (1971), como uma intenção de educar e de orientar as gerações mais novas. Sendo este estágio bastante longo e incluindo a fase parental e o início da fase grã-parental, compreende-se que o papel dos novos avós, nesta perspectiva, passa por tornar-se mentor, ajudar a assumir papéis de liderança e, no geral, em contribuir para o reforço da geração que os precede (Erikson, 1971), procurando ter uma contribuição positiva sobre essa geração, no sentido de deixar uma herança positiva para o futuro (McAdams, 2006). A extensão da generatividade para a grã-parentalidade foi algo reconhecido ainda por Erikson, ao enfatizar que os resultados generativos incluem heranças simbólicas para os netos (Kotre, 1995). Snarey (1993) faz a distinção entre uma generatividade típica da parentalidade inicial e a generatividade para além dos próprios filhos, que classificou como herança deixada à sociedade. Isto significa que o conceito de generatividade é um conceito lato, podendo a parentalidade ser uma expressão sua, mas englobando a preocupação com a sociedade mais ampla, podendo traduzir-se em actividades políticas, cívicas, voluntariado, actividades religiosas e espirituais, entre outras (Erikson, 1971; McAdams & de St. Aubin, 1992; McAdams & Logan, 2004; Scabini & Cigoli, 2000; Snarey, 1993), além de estar relacionada com a comunicação entre gerações, com processos educacionais e com a transmissão genética, de certa forma criando uma visão de responsabilidade pelas gerações e sociedades futuras (McAdams & de St. Aubin, 1998). Pode expressar-se seja no sentido do conservadorismo e cuidado do que a pessoa considera bom ou expressar-se no sentido de mudança e transformação do que necessita de melhoria, sempre com o objectivo último do bem-estar das gerações futuras (McAdams & Logan, 2004). Ao mesmo tempo, não significa que os dois “tipos” de generatividade o sejam, efectivamente, sendo antes duas facetas do mesmo constructo, visível na forma como um estudo na Noruega³ concluiu que indivíduos que não tenham laços têm menor probabilidade de participar em acções de voluntariado (Hagestad, 2008), significando que a generatividade social é mais difícil nos casos em que não houve uma vivência da parentalidade (Snarey, 1993) ou pelo menos há uma variação com a qualidade da própria parentalidade (McAdams & Logan, 2004). Repare-se como a passagem para um tipo diferente de generatividade coincide com a componente simbólica do papel grã-parental, conforme será visto em secção própria.

Este estágio de desenvolvimento representa o maior conflito para o adulto, estando a sobrevivência da espécie humana dependente da forma como a generatividade é vivida,

³*The Norwegian Study of Life Course, Ageing and Generation.*

inicialmente na relação entre pais e filhos e, de seguida, expandindo-se à sociedade. Desta forma, o sentido de generatividade é extremamente importante para indivíduo e sociedade (Slater, 2003) e apresenta um carácter paradoxal ao viver entre o altruísmo, conforme foi visto, e o narcisismo, numa espécie de possibilidade de uma vida após a morte no sentido simbólico, ou seja, ligado a um desejo de imortalidade simbólica (McAdams & Logan, 2004).

2.2. Transição para a Grã-Parentalidade

Every time a child is born a grandparent is born too.

Arthur Kornhaber e Kenneth Woodward,
Grandparents/Grandchildren: The Vital Connection, 1985, cit. in
 Kornhaber, 1996

A transição para a grã-parentalidade é um efeito intergeracional do nascimento de uma nova geração (Cigoli & Scabini, 2006; Relvas, 2000; Scabini & Cigoli, 2000). Pela sua natureza, é chamada “contra-transição”, visto que não corresponde a uma escolha dos adultos que se tornam avós, mas antes à escolha dos pais do novo membro familiar (Hagestad, 1988; Hagestad & Neugarten, 1985; Sampaio, 2008) embora o seu *timing* seja resultado das escolhas de duas gerações diferentes: da dos avós, aquando da sua decisão em ter os próprios filhos, e da nova geração parental, na sua decisão presente (Hagestad, 1982, cit. in Hagestad & Lang, 1986). É uma transição familiar que traz toda uma série de transformações em todas as gerações, já que pais passam a ser avós, irmãos passam a ser tios... (Cigoli & Scabini, 2006; Kornhaber, 1996; Scabini & Cigoli, 2000).

Simbolicamente, o nascimento dos netos mostra uma dimensão temporal finita, ainda que de forma inconsciente (Cigoli & Scabini, 2006; Scabini & Cigoli, 2000). Sampaio (2008), a este respeito, afirma que para alguns avós a situação pode não ser fácil, precisamente pelo reconhecimento de um aproximar de “fim de linha”, no sentido de uma perda e de uma delegação de responsabilidade; algo que Scabini e Cigoli (2000) classificam como uma perda de centralidade em favor das novas gerações. Os avós são chamados a uma nova forma de generatividade não narcisista e voltada para o desenvolvimento de outros em vez da auto-realização, em que se tornam elementos que apoiam a educação dando maior primazia à dimensão afectiva, muito recompensadora para avós e netos. As responsabilidades dos avós passam por sustentar os filhos na aquisição da parentalidade, reconhecendo a competência parental dos filhos e contribuindo em apoios mais concretos e quotidianos. Como em todas as fases, há que encontrar um novo equilíbrio nas relações, tal como as próprias famílias de origem já o tiveram de fazer, aquando da aquisição da

conjugalidade e da paternidade (Cigoli & Scabini, 2006; Scabini & Cigoli, 2000). O equilíbrio passa por conseguir uma “*intimità a distanza*”⁴ (Scabini & Cigoli, 2000, p. 130) nas fases que se seguem à reorganização da nova família. Ainda assim, os perigos de desequilíbrio nas relações existem porque a própria relação com as famílias é uma fonte de ambiguidade, como aliás será visto também nas situações em que decorre um divórcio dos pais do neto, a propósito da reorganização própria dessa transição. Esta transição obriga à criação de uma nova identidade nos avós, juntamente com os novos papéis a serem adquiridos (Kipper & Lopes, 2006).

Esta transição é considerada um acontecimento de vida muito importante (Taubman-Ben-Ari, Findler & Shlomo, 2012), normalmente percepcionado como sendo positivo (Sands, Goldberg-Glen & Thornton, 2005) e do qual decorre uma experiência de crescimento pessoal, tanto para as novas avós como para os novos avôs (Taubman-Ben-Ari, Findler & Shlomo, 2013), embora o mesmo estudo indique que acontece mais no caso das avós. Apesar disso, a literatura aponta também consequências negativas associadas à transição (Taubman-Ben-Ari et al., 2013), já que esta é vista como estando associada a uma idade avançada e à vitalidade associada, independentemente da idade em que se inicia (Gauthier, 2002), além de estarem ainda associados outros custos, como a ansiedade, sentimentos de incompetência e o sentimento de ser um fardo (Findler, Taubman-Ben-Ari, Nuttman-Shwartz & Lazar, 2013), que pode gerar *stress* (Taubman-Ben-Ari et al., 2013).

3. A relação Avós-Netos

Being a grandfather is stepping out into the dawn.

Victor Hugo, *L'Art de Être Grandpère*, 1868

A relação entre avós e netos é influenciada por diversos factores, havendo ainda muito por onde avançar na investigação. Na literatura encontram-se variáveis como a idade, tanto dos avós como dos netos, o género e a linhagem, apenas para enumerar as mais encontradas na revisão de literatura, sendo que a grã-parentalidade não pode ser vista como uma experiência uniforme sendo, pelo contrário, altamente individual (Kemp, 2007).

Apesar de ser um tópico de estudo bastante abordado e desde há algum tempo, há diversas questões conceptuais que se constituem como desafio, nomeadamente as múltiplas relações em famílias extensas, a distinção entre características individuais, familiares e diádicas e ainda o carácter multi-dimensional da relação avós-netos (Szinovacz, 1998c). A este propósito, verifica-se que há estudos a nível individual, a nível diádico, a nível familiar

⁴Intimidade à distância (tradução livre).

e a nível de sociedade (Copeland & White, 1991). Os estudos de nível individual tendem a debruçar-se sobre as características, atitudes ou comportamentos do indivíduo, seja ele o neto ou o avô/avó (e.g. Mueller & Elder Jr., 2003), a forma como os avós interpretam os seus papéis (e.g. Kornhaber, 1996), ou ainda a forma como os avós investem em actividades com o neto (Dias & Silva, 2003). O nível diádico debruça-se sobre a relação e ainda sobre as similaridades e diferenças entre as partes que a compõem. Desta forma, as investigações deste tipo procuram conhecer a frequência de contacto (e.g. Kennedy, 1992a), o consenso de valores (e.g. Brussoni & Boon, 1998) os sentimentos um pelo outro (e.g. King & Elder, 1995) e ainda a influência exercida pelos avós (e.g. Cherlin & Furstenberg, 1992). O nível familiar aborda a relação a partir de três ou mais membros familiares (Cigoli & Scabini, 2006; Scabini & Cigoli, 2000; Szinovacz, 1998c), sendo um exemplo deste tipo de investigação a forma como os pais medeiam a relação entre avós e netos (e.g. Kemp, 2005) ou os efeitos de um divórcio dos pais na relação entre avós e netos (e.g. Robinson, 1993). Por fim, a nível de sociedade, os investigadores procuram normas sociais e imagens da grã-parentalidade, funções e características estruturais da relação, tendo em conta a cultura (Szinovacz, 1998c).

Este ponto aborda vários desses factores. Inicia-se com uma perspectiva global da evolução da investigação neste âmbito, passando para a abordagem aos factores que influenciam a relação e, por fim, abordando as variáveis que influenciam a percepção da relação dos netos (dividida por infância, adolescência, jovem adulto e adulto) e a percepção dos avós. Por fim, são ainda apresentados alguns estudos que abordam a relação entre avós e netos de forma “cruzada” no mesmo trabalho.

3.1. Evolução da investigação

Considera-se que os pioneiros da investigação na área familiar são de áreas distintas, como a Antropologia, a Psiquiatria, a Sociologia e a Psicologia (Barranti, 1985), sendo que inicialmente se debruçaram sobre a família mais global, sobre os idosos e sobre relações intergeracionais (Barranti, 1985; Smith, 1991). Mais especificamente, os estudos sobre avós e netos tiveram a sua génese nos anos 60 e evoluíram em três núcleos de investigação (Triadó & Villar, 2002).

Neugarten e Weinstein (1964) desenvolveram a sua investigação à volta dos estilos de grã-parentalidade, tendo identificado cinco estilos: formais (cujo comportamento é considerado rígido, tradicional e tendencialmente autoritário), buscadores de diversão (com um estilo mais relaxado e não autoritários), sobrecarregados (avós que assumem cuidados aos netos diariamente), reservas de sabedoria (que funcionam como guardiães da história familiar) e distantes (avós que vêem os netos raramente). Outros estudos da época procuraram identificar os diferentes papéis dos avós, actividades partilhadas ou o

significado que a díade dá à relação (Cherlin & Furstenberg, 1992; Hayslip Jr, Henderson & Shore, 2003; Kennedy, 1992a; Neugarten & Weinstein, 1964; Roberto & Stroes, 1992). Dentro destes trabalhos, encontra destaque a importância que avós e netos dão à relação e em especial o papel dos avós como figura significativa para os netos e dos netos como figuras de orgulho e satisfação para os avós (Kennedy, 1992b; Kornhaber & Woodward, 1985, cit. in Kornhaber, 1996). Este último estudo de Kornhaber e Woodward (1985, cit. in Kornhaber, 1996) concluiu que a ligação entre avós e netos tinha uma grande importância emocional, sendo apenas suplantada pela importância da relação entre pais e criança. Para além disso, o estudo apontou ainda como conclusões a forma profunda como avós e netos influenciam as vidas uns dos outros, que os avós tendem a não repetir os erros que cometeram com os seus filhos (sendo que os filhos viam os avós como sendo melhores com os netos), que a grã-parentalidade traz grande alegria e significado às vidas dos idosos, que há efeitos no desenvolvimento das crianças que têm avós próximos e dedicados e que os próprios pais beneficiam do envolvimento dos avós na família. O estudo, feito nos anos setenta, sofria de um dos efeitos do movimento feminista, em que as avós saíam pela primeira vez de casa para trabalhar, não providenciando a retaguarda que até ali era dada. Avôs e avós deixavam essa tarefa para os pais (Kornhaber, 1996).

Ligado a este primeiro núcleo, mas constituindo-se como uma segunda tendência de investigação, surgem os factores que influenciam o estilo adoptado pelos avós. Nesta linha, foi descoberta a tendência para que avós mais jovens se envolvam mais do que avós mais idosos (e.g. Thomas, 1986a) e foram ainda identificadas diferenças associadas ao género, nomeadamente uma maior tendência das avós no envolvimento com os seus netos (e.g., Taylor, Robila & Lee, 2005; Triadó & Villar, 2002), sobretudo as de linhagem materna (e.g., Cherlin & Furstenberg, 1992; Kennedy, 1990; Kivett, 1991). O género, juntamente com outras variáveis como a proximidade geográfica (e.g., Cherlin & Furstenberg, 1992; Reitzes & Mutran, 2004a; Triadó, Villar, Solé, Osuna & Pinazo, 2005) ou a idade (e.g., Cherlin & Furstenberg, 1992; Reitzes & Mutran, 2004a; Triadó et al., 2005), constituem-se como variáveis estudadas a um nível global⁵.

O terceiro núcleo de investigação incide sobre as actividades partilhadas entre avós e netos (Triadó & Villar, 2002). Kennedy (1992b) divide estas actividades em 5 categorias diferentes, que são a sociabilidade – que inclui actividades como conversar, ver televisão e reuniões familiares; o companheirismo – que inclui actividades como contar histórias, praticar desporto e jogos; a ajuda doméstica – com actividades como cozinhar, tarefas de casa e ir às compras; actividades de ócio dos avós – actividades como comer fora e passear; ajuda externa – com actividades com implicações laborais; e outras actividades não classificadas – como escrever cartas. Um outro estudo aponta ainda como tópicos mais abordados a família e a educação (escola), para além de lazer e amizades, tanto para os avós como para os netos (Lin, Harwood & Bonnesen, 2002). Os autores fizeram ainda uma análise de *clusters*, de

⁵Todas as variáveis serão abordadas em secção própria.

onde identificaram quatro conjuntos de tópicos de conversação, que são relações familiares, actividade social, social e laboral e eventos impessoais, havendo níveis de acordo moderados entre avós e netos nos tópicos reportados. O estudo do tipo de actividades partilhadas entre avós e netos ou na perspectiva dos avós são numerosos no contexto anglo-saxónico, mas não no nosso contexto (Triadó & Villar, 2002).

Hoje em dia, fruto ainda das mudanças indicadas, vêem-se estudos ligados à evolução social, como o papel dos avós em famílias divorciadas ou separadas, a experiência de se ser avô com a custódia do neto ou ainda o divórcio dos avós, que será desenvolvido mais adiante (Kornhaber, 1996). Vê-se também uma nova tendência de investigação em díade, em vez de se apostar na investigação individual com avós e com netos separadamente.

3.2. Papéis dos Avós

Os papéis desempenhados pelos avós podem ser representados num *continuum*, cujos pólos são o papel simbólico e o papel instrumental (Kornhaber, 1996). O desempenho destes papéis tem necessariamente a ver com a experiência passada enquanto neto/a, a forma como os seus próprios pais desempenharam os papéis de avós, bem como as atitudes da sociedade perante a grã-parentalidade e ainda do sistema de crenças pessoal (Kornhaber, 1986, cit. in Roberto, 1990). Estes papéis satisfazem tanto avós como netos nas suas necessidades e ainda tem uma função de suporte para os pais (Kornhaber, 1996), sendo flexíveis, variados, dinâmicos e evoluindo ao longo dos anos (Kahana & Kahana, 1970) por via do desenvolvimento do próprio neto. Uma possível classificação dos vários papéis é proposta por Kornhaber (1996), que divide em simbólico, instrumental, sentimental e emocional, e espiritual.

O papel simbólico dos avós traduz-se na forma como são os historiadores da família (Kornhaber, 1996), com a função de serem o reservatório da sabedoria familiar (Neugarten & Weinstein, 1964) que Kivnick (1982) definiu como “*immortality through clan*”⁶ (p. 60). Este papel permite que os netos conheçam a história familiar em primeira mão ou que conheçam a própria história social (Kornhaber, 1996), traduzida na forma como os avós transmitem as tradições e rituais característicos das várias gerações familiares, mesmo já desaparecidas, e na introdução da infância dos pais aos netos (Sampaio, 2008). Tem ainda, como função, o enquadramento da experiência individual do neto na estrutura familiar, que leva a um maior sentimento de segurança na experiência de fazer parte de uma entidade com um passado, mas ainda um presente e um futuro (Kornhaber, 1996), algo que Scabini e Cigoli (2000) consideram que é feito não só pelos avós, embora especialmente por eles, mas por toda a família, mesmo em relação a elementos familiares que já não se encontrem vivos.

O papel instrumental inclui todos os papéis que peçam aos avós um envolvimento

⁶Tradução livre: imortalidade através do clã.

activo na vida do neto e inclui vários papéis. O papel de mentor passa por permitir ao neto satisfazer a sua curiosidade e ambição, em que o avô/avó como que mantém o neto debaixo da sua asa, no sentido de lhe transmitir ensinamentos de vida que, muitas vezes, se mantêm até à idade adulta do neto. Vários destes ensinamentos não estão disponíveis através de outras fontes (Kornhaber, 1996). Este papel é considerado por Kivnick (1982) como um significado importante da grã-parentalidade. Um outro papel, o de exemplo, fornece ao neto vários aspectos da vida, como escolha de carreira, hábitos de trabalho e parentalidade, entre outros (Kornhaber, 1996). Ainda nos papéis instrumentais encontra-se o papel de cuidador, que representa a continuação do papel parental a uma outra geração (Kornhaber, 1996), papel esse que Cherlin e Furstenberg (1992) descrevem como tendo um estilo envolvido e que Neugarten e Weinstein (1964) consideram ser uma parentalidade substituta.

O papel sentimental e emocional toca os aspectos sentimentais da relação entre avós e netos. Inclui o papel de parceiro de brincadeira, camarada e de alma gémea. Este é o cerne muitas vezes apontado pelos avós como a causa da satisfação que a relação traz. Há uma evolução, conforme a idade do neto, sendo inicialmente parceiros de brincadeira, evoluindo depois para os outros dois papéis (Kornhaber, 1996). Kahana e Kahana (1970) caracterizam este aspecto como sendo indulgência. Inclui também o papel de feiticeiro, sobretudo com netos com idade inferior aos 6 anos, permitindo a existência de um mundo imaginativo e mágico, contraposto ao mundo real, que leva à percepção dos avós como pessoas muito diferentes dos próprios pais. Este papel está muito ligado a aspectos de indulgência, mas também a aspectos de busca de diversão. O papel sentimental e emocional inclui ainda o papel de herói, pelos relatos das “pequenas aventuras” que os avós foram vivendo ao longo dos seus anos de existência, testemunhada por cada arranhão, ruga e marca na pele. Este papel ganha importância sobretudo nos anos da adolescência, quando há uma rebelião contra os pais e os avós surgem como válvula de escape de situações complicadas com os pais (Kornhaber, 1996). Esta questão da indulgência encontra-se ligada a um trabalho de Kivnick (1982), onde a autora inclui o termo conjuntamente com outras 4 dimensões percebidas pelos avós como fazendo parte da grã-parentalidade e que será discutido mais adiante.

Por fim, o papel espiritual, que é um tema de difícil mensuração no seu impacto na vida de ambos, já que depende da existência de pequenos gestos e *nuances* comportamentais, como sorrisos, alegrias e o calor da relação ou, num pólo oposto, até a morte de um avô/avó. A proximidade espiritual que a díade parece apresentar tem aspectos concretos que permitem a aprendizagem do neto, como observar idas a locais de adoração, mantimento de tradições espirituais, demonstrar reverência pela natureza ou o mantimento de valores e de princípios, que podem levar a que os netos vejam os seus avós como guardiães espirituais e de uma fé religiosa. Estes aspectos são tidos como parte importante do motivo pelo qual avós e netos que sejam próximos possam sofrer bastante no caso do rompimento da sua relação (Kornhaber, 1996).

3.3. Factores que influenciam a relação

Kivnick (1982) defende que as relações entre avós e netos são definidas primariamente por circunstâncias de vida actuais e por alterações físicas relacionadas com a idade – e.g., Kivett (1993) afirma que adultos mais velhos, com melhor saúde física e mental, têm um papel mais activo na vida dos netos. Hodgson (1998) descobriu que as mesmas relações são afectadas por contingências do decorrer da vida de uns e de outros. A este propósito, Kivett (1991) aponta a questão da distância geográfica como um factor que influencia frequentemente a relação, sendo um exemplo também de contingência comum. Segundo Aldous (1995) e Chan e Elder (2000), a distância combinada com outras circunstâncias ou eventos familiares pode levar a um aumento ou decréscimo do tempo que avós e netos passam juntos e da qualidade da relação – e.g., as circunstâncias de um divórcio ou de problemas financeiros podem promover maior envolvimento com os netos e influenciar a frequência de contacto (Creasey, 1993; Jendrek, 1993; Johnson & Booth, 1998). Ainda um outro estudo indica a distância como elemento importante na relação entre avós e netos, mas que ao mesmo tempo não será o único elemento a lapidar esta relação (Hodgson, 1998; Roberto, Allen & Blieszner, 2001). Outras variáveis contingentes incluem a própria relação entre avós e pais (e.g. King & Elder, 1995) e o divórcio na geração parental (e.g. Spitze, Logan, Deane & Zerger, 1994).

A questão física pode ter maior influência nos avós do que nas avôs, já que os avós estão mais ligados a actividades de exterior (Castañeda, Sánchez, Sánchez & Blanc, 2004) que tendem a ser de tipo mais físico e desportivo (Creasey & Koblewski, 1991; Kornhaber, 1996).

Os netos revelam que os avós exercem influência no que diz respeito ao estabelecimento de objectivos, além de influenciarem fortemente outras áreas, como as relações significativas, saúde física, crescimento pessoal e contribuições comunitárias, ou seja, todas categorias intrínsecas. Esta influência está, por sua vez, sob efeito da proximidade emocional, sendo que quanto maior for esta, maior se prevê que seja a sua influência (Wise, 2010).

3.3.1. Frequência e Tipo de Contacto

No que diz respeito à frequência e ao tipo de contacto, segundo Creasey e Kaliher (1994) e King e Elder (1995), estes condicionam a percepção da relação e segundo Dias e Silva (2003) influenciam a existência de actividades partilhadas como ouvir histórias e experiências dos avós, conversar, almoçar, telefonar, visitar e dar presentes. Parece também estar ligado à questão da necessidade de cuidado ao neto, sendo que, quanto mais jovem, maior será a necessidade e que poderá ajudar a explicar a diminuição da frequência de contacto com o crescimento do neto (Triadó et al., 2005). Também Kennedy (1992a)

considera que os netos que vêem os avós mais frequentemente se sentem mais próximos, têm uma relação mais directa e um maior sentimento de entendimento.

Segundo Uhlenberg e Hammill (1998), este contacto decorre de um conjunto de factores, que são a distância geográfica (Araújo & Dias, 2002; Dunifon & Bajracharya, 2012; Roberto et al., 2001; Ross, Hill, Sweeting & Cunningham-Burley, 2005; Viguer, Meléndez, Valencia, Cantero & Navarro, 2010), que consideram o preditor mais forte (Hurme, Westerback & Quadrello, 2010) – embora Brussoni e Boon (1998) considerem que é a frequência de contacto e não a distância o factor mais importante –, a qualidade da relação entre os avós e os pais do neto (Dunifon & Bajracharya, 2012), o número de conjuntos de netos (quantos mais existirem, maior será a divisão do tempo e menor a frequência de contacto), género dos avós, linhagem do conjunto de netos e o estado conjugal do avô/avó em causa, particularmente no caso dos avós (Uhlenberg & Hammill, 1998). Avós mais próximos, geograficamente, são membros mais activos, envolvidos e prestadores de apoio aos pais de crianças mais pequenas (Tinsley & Tinsley, 1987). Apesar disso, mesmo aumentando a probabilidade de maior contacto, não garante que os avós, particularmente, formem laços próximos com todos os seus netos (Szinovacz, 1998b), até porque os próprios acontecimentos de vida familiares ou circunstâncias combinadas com a distância geográfica podem levar ao aumento ou diminuição do tempo passado com os netos e a qualidade da relação (Aldous, 1995; Chan & Elder Jr., 2000). Neste sentido, para Eisenberg (1988), o género e a linhagem dos avós são as variáveis mais importantes. O autor considera que as mães e as avós têm uma relação mais próxima, que leva a que, por sua vez, o contacto com as(os) avó(s) materna(os) seja mais frequente. Em relação à distância, o estudo do autor comparou duas culturas diferentes (hispânica e anglo-saxónica) e apesar de vivenciarem a relação de forma diferente no que diz respeito à distância geográfica entre agregados familiares (comunidade hispânica mais próxima), os netos hispânicos não se sentem mais próximos dos avós nem gostam mais dos avós. Há ainda outros estudos que indicam que, por si, a distância geográfica não influencia a relação entre avô e neto (Roberto et al., 2001), embora uma distância maior, sobretudo nos anos mais precoces, aumente a probabilidade de que o papel grã-parental seja mais remoto do que activo (Cherlin & Furstenberg, 1992; Kivett, 1985; Roberto et al., 2001) e haja dados que suportam que alterações na distância geográfica e alterações na estrutura familiar podem dificultar aos avós o mantimento de uma relação próxima com os netos (Roberto et al., 2001).

Danielsbacka e Tanskanen (2012) concordam com a questão da distância, afirmando que quanto maior, menor será o envolvimento dos avós, mas discordam na questão do número de netos, afirmando que um maior número de netos não parece diluir o envolvimento com os vários netos que possam ter. Desta forma, com o seu estudo descobriram que os avós maternos e os avós paternos se envolvem mais na vida de um neto quando têm dois ou três netos, quando comparados com os avós que tenham apenas um

neto. Por outro lado, há estudos que indicam que é o manter o contacto e não a sua frequência que prevê essa influência (Taylor et al., 2005).

Alguns estudos em que os netos descrevem a sua relação parecem concorrer para a hipótese de que a distância não será determinante na relação que mantêm com os avós. Há netos que descrevem a relação com os avós como sendo próxima, independentemente da distância, explicado pela forma como os netos podem apreciar mais a relação com avós com quem não podem ter tão grande contacto, já que verão os encontros como especiais e não os tomarão como algo garantido. O mesmo estudo indica que netos escoceses-paquistaneses, juntamente com netos americanos descendentes de famílias chinesas, constituem-se como uma excepção no que diz respeito à distância que têm para os seus avós: vários reportaram ter um contacto próximo e uma relação próxima por via de outros meios de comunicação (Ross et al., 2005). O estudo prevê que os avós mais distantes se tornem mais formais, que leva a que avós e netos se vejam menos. Os autores avançam, como possível explicação, uma pressão dos avós para que os netos os visitem em determinados intervalos de tempo, levando a que os netos percepcionem estas visitas como obrigação e não as queiram fazer. Isto está de acordo com o que Boon e Brussoni (1996) defendem, considerando que a frequência de contacto é um preditor da qualidade da relação mais importante do que a distância geográfica. Um outro estudo concorre para esta conclusão (Attar-Schwartz, Tan & Buchanan, 2009), explicando que não foi encontrada relação entre distância geográfica e proximidade emocional, importância e respeito pelos avós.

Há ainda outros estudos que argumentam que quanto maior for o contacto, maior será a tendência para a existência de actividades conjuntas e, conseqüentemente, maior a facilidade para estabelecer uma relação próxima e directa, e maior o sentimento de entendimento entre os dois (Osuna, 2006; Viguier et al., 2010), sendo que outros estudos defendem que a relação entre avô e neto se desenvolve pela participação em actividades em conjunto, assistência e suporte, além de ajuda para enfrentar desafios familiares. A proximidade geográfica entre agregados influencia a frequência de associação e de intercâmbio de assistência e suporte, mas não a qualidade percebida da relação (Roberto et al., 2001; Roberto & Stroes, 1992). Ainda no que diz respeito à partilha de actividades, Brussoni e Boon (1998) descobriram no seu estudo as actividades mais indicadas pelos netos, mantidas com o seu avô/avó preferido/a, são orientadas para a família (visitar familiares e amigos), o que significa que ocasiões especiais, como aniversários, estimulam o contacto intergeracional. O desenvolvimento de actividades conjuntas encontra-se ligado ao género. Desta forma os avós, que estão mais ligados a actividades desportivas e exteriores, dão maior apoio em competências específicas (Creasey & Koblewski, 1991) e tentam exercer influência em assuntos concretos (Hagestad & Neugarten, 1985), enquanto que as avós participam em actividades mais ligadas ao papel de cuidados relacionados com a casa e tendem a obter pontuações mais elevadas em dimensões como a intimidade, afecto, admiração e aliança, tentando exercer influência interpessoal

(Viguer et al., 2010).

Ligada à questão da proximidade está o contacto entre avós e netos. Nunca foi tão fácil o contacto humano como nos tempos que correm, em virtude de toda uma série de novas formas de comunicar (telemóveis, SMS, email, *Skype*, chamadas de vídeo, redes sociais), sobretudo devidas ao grande crescimento da capacidade de envio de dados via internet e à massificação da sua utilização.

De acordo com dados do *British Social Attitudes* de 1998, a comunicação entre gerações decorre tradicionalmente por via directa ou telefone fixo (Harwood, 2000), sendo ainda afirmado que apenas 9% de avós e netos utilizam outras formas de comunicação, incluindo o email (Dench & Ogg, 2002, cit. in Quadrello et al., 2005). No entanto, o contacto tem evoluído pelo recurso às novas formas de comunicação tecnológica. Carpenter e Buday (2007) verificaram que 81% de sujeitos com mais de 65 anos da sua amostra utiliza o computador para manter contacto, sendo que 44% destes o utilizam para manter contacto com os seus netos. Saxena e Sanders (2009) reportam a utilização do email regularmente no contacto entre avós e netos de famílias imigrantes asiáticas e indianas nos Estados Unidos (7,1% dos netos com média de idades de 12 anos enviam emails aos avós semanalmente). Na Noruega, os avós utilizam frequentemente o email para entrar em contacto com os seus netos (Kaare, Brandtzæg, Heim & Endestad, 2007). De acordo com Bangerter e Waldron (2014), há avós que adoptam as novas formas de comunicação com o objectivo de empenhar o neto adolescente na relação, através da utilização de SMS (ver ainda Quadrello et al., 2005), *Skype* e *Facebook*. Os autores sugerem que no caso de a distância geográfica não permitir o contacto pessoal, os avós se mantêm satisfeitos com a relação, em parte por manterem conversas telefónicas em substituição do contacto pessoal. Este estudo indica ainda que os avós caracterizam o uso de tecnologia como um ponto de viragem positivo, sendo a adopção do *Skype*, *Facebook* e de SMS como meios de comunicação percebida como formas de aumentar a proximidade com os netos. O caso em particular do *Facebook* é visto, pelos avós, como uma forma de participar nas redes sociais dos netos, juntamente com as suas outras relações. A conversa telefónica é a mais usada entre avós e netos em quatro países europeus (Reino Unido, Finlândia, Espanha e Estónia), segundo Quadrello et al., 2005. Attar-Schwartz, Tan e Buchanan (2009) defendem que a utilização do email e do telemóvel permite que avós mantenham contacto regular e que fortifiquem o laço intergeracional.

As habilitações académicas estão aqui associadas, sendo que, quanto maiores, melhores as capacidades comunicativas (Williams & Nussbaum, 2001) e maior a sua utilização (Parjo, Nielsen, Bergmann, Pilskog & Hintze, 2002) havendo desta forma maior probabilidade de utilização de novas tecnologias na comunicação entre avós e netos (Hurme et al., 2010). A distância geográfica não parece ser um factor decisivo nesta utilização, visto que o padrão se mantém mesmo que avós e netos se mantenham geograficamente próximos (Quadrello et al., 2005; Rempusheski, Haigh & Davidson, 2012). Por outro lado, o estudo

de Bangerter e Waldron (2014) afirma que os avós esperam a existência de um declínio da proximidade na relação com a distância geográfica, mas ao mesmo tempo, os dados do estudo revelam que os avós que utilizem as supracitadas tecnologias têm maior probabilidade de manter a proximidade ao longo do tempo.

É interessante que apesar desta descrição, um outro estudo encontra algumas *nuances* na utilização das novas tecnologias (Hurme et al., 2010). Com a distância, o contacto directo diminui, mas também diminui o contacto telefónico (fixo e móvel), ao passo que aumentam as cartas. No caso dos netos, quanto maior é a distância geográfica, menor é o envio de SMS.

3.3.2. Género e Linhagem

No que diz respeito ao género, há uma tendência que surge em vários estudos, indicando que as avós maternas são mais próximas dos netos (Danielsbacka & Tanskanen, 2012; Dubas, 2001; Eisenberg, 1988; Kennedy, 1992b; Matos & Neves, 2012; Mills, 1999; Mills, Wakeman & Fea, 2001; Osuna, 2006; Ross et al., 2005; Taylor et al., 2005; Triadó & Villar, 2002; Viguer et al., 2010; Wise, 2010), o que Sampaio (2008) justifica com uma aproximação entre avó e mãe ainda durante a gravidez. Outras justificações para a tendência das avós (materna e paternas) serem mais próximas dos netos, passam pelo maior número de actividades que as avós mantêm com os netos (Roberto & Stroes, 1992), por um maior envolvimento das avós, com os avós como figuras de fundo (Ross et al., 2005) e pela percepção de que as avós, em geral, são as figuras mais importantes (Creasey & Koblewski, 1991; Eisenberg, 1988). Ao mesmo tempo, outros investigadores contradizem esta informação, afirmando que todos os avós têm algum conhecimento sobre actividades e bem-estar da maior parte dos netos (Roberto et al., 2001) e que não há diferenças entre géneros de avós (Brown, 2003; Creasey & Koblewski, 1991; Hoffman, 1979). Numa visão mais globalizante, Mann, Khan e Lesson (2013) afirmam, a partir dos dados do seu estudo, que existe menos aparente tendência de proximidade com a avó materna à medida que o neto cresce, sendo nos netos do sexo masculino que essa tendência é mais óbvia. No caso destes netos, os dados suportam que os avós surgem pelo menos tão prevalentes como as avós maternas, sendo que a partir dos 12 anos de idade há maior probabilidade de ser com os avós maternos que estes netos se dão melhor. Mann e Leeson (2010) prevêem que os avós tenham um papel mais central na vida dos netos do que tem sido reconhecido, especialmente no caso de avós jovens, embora nesta fase da vida haja mais obrigações para equilibrar, deixando menos tempo para os netos. Em termos de cuidados, Wheelock e Jones (2002) consideram que será mais provável que sejam fornecido pela avó materna, seguidos dos avós maternos, muito à frente dos avós paternos.

Apesar do que é indicado por estes dados, há estudos em que, quando pedido, uma proporção de netos não foi capaz de indicar um avô/avó preferido (Ross et al., 2005). O mesmo estudo indica que muitos dos avós reportaram proximidade emocional e

envolvimento activo com os seus netos, algo também reportado pelos próprios netos, o que significa que há laços criados e próximos entre avós e netos (Roberto et al., 2001; Ross et al., 2005).

Creasey e Koblewski (1991) encontraram diferenças significativas entre géneros dos avós em dimensões como intimidade, afecto, admiração e aliança, entre outros, maior no caso das avós, mas não encontraram diferenças na satisfação na relação nem no desejo pela companhia do neto. Estes dados vão contra a tendência da literatura, mas os autores explicam que a amostragem foi controlada no que diz respeito à existência de avós com problemas cognitivos e físicos, o que influencia a relação⁷.

Já Somary e Strieker (1998) e Thomas (1986b) encontraram diferenças de género entre os avós em termos de satisfação com a relação (as avós mais satisfeitas), mas não em termos de interacção, com netos muito jovens. Os primeiros autores lançam como possível explicação a forma de actuarem como uma unidade, no início da relação, e que possíveis diferenças sejam mais evidentes à medida que o neto cresce. Já Thomas, no mesmo estudo, considera que terá a ver com a continuidade da experiência com a família, partindo do princípio de que as avós terão sido, com os seus filhos, as cuidadoras primárias, tornando-se áreas de competência e de exercício dessas funções, o que trará maior satisfação provocada pelo sentido de domínio na área e/ou terá a ver com as recordações das experiências com os netos. No mesmo estudo, foram encontradas *nuances* nas idades. Desta forma, a idade do neto contribui para a satisfação do avô e não da avó, mais especificamente em situações em que os avós são mais velhos e em que tenham netos relativamente jovens, expressam maiores níveis de responsabilidade pelo cuidado e ajuda aos netos, que por sua vez, tende a aumentar a satisfação. Também Silverstein e Marengo (2001) encontram diferenças no género, salientando o maior envolvimento das avós em relação aos avós, estando 2,5 vezes mais predispostas a falar com os netos sobre preocupações pessoais e a estar presente em encontros familiares.

Osuna (2006), no entanto, não encontrou diferenças de género na participação em actividades (considerando a participação de avós e avós similar), explicando que será a idade do neto o factor com maior influência nas actividades partilhadas. Ainda assim, encontra diferenças no tipo de actividades, sendo que as actividades mais desenvolvidas com as avós são desenhar e fazer os trabalhos de casa, enquanto que os avós se encarregam mais de contar histórias da sua vida. Isto não significa que a autora não tenha encontrado diferenças de género na relação, sendo que as avós, no seu estudo, enfatizam aspectos da relação como companhia e vitalidade, enquanto que os avós ressaltam aspectos como satisfação e diversão da relação com os netos. Brown (2003) é de opinião que não existirão diferenças nos cuidados dados por avós e por avós. A possível explicação passa pela percepção que o neto tem de avós casados, podendo vê-los como uma unidade e não como cuidadores individuais. A autora considera ainda possível que Kivett (1991) tenha razão,

⁷A saúde dos avós será discutida mais adiante.

quando levanta a hipótese de que os avós poderão não diferenciar os seus papéis da mesma forma como distinguem papéis ligados ao género na altura de educar os seus filhos.

Ainda no que diz respeito ao género, encontram-se diferenças conforme a educação que o neto ou neta recebem, ditados pelo papel socializador (Castañeda et al., 2004). Desta forma, os autores consideram que as netas, devido à educação que recebem, num sentido mais relacional e de vinculação interpessoal, mantêm uma relação mais diversificada no que diz respeito a actividades (no caso do estudo, são comparadas actividades interiores e exteriores) que mantêm com os avós, quando comparados com os netos (Kivett, 1991; Troll, 1983, cit. in Triadó & Villar, 2002). Os autores descobriram ainda que as actividades são mantidas com avós e avôs maternos da mesma forma, mas que no caso dos avós paternos, é dada primazia à avó (a este respeito, ver também Matthews & Sprey, 1985 e Van Ranst, Verschueren & Marcoen, 1995). Esta perspectiva é complementada por um outro estudo, em que não se encontram diferenças na socialização do neto em função do género dos avós (Viguer et al., 2010).

Esta educação para a relacionalidade explica o porquê de serem as netas que gostam mais de passar tempo com os avós (também conforme Creasey & Koblewski, 1991 e Creasey & Kaliher, 1994) também a descoberta de Triadó e Villar (2000) de que as avós preferem estar com os filhos das suas filhas do que com os filhos dos seus filhos (Castañeda et al., 2004). Há quem conteste esta questão, afirmando que não há nada que indique que os avós se envolvam mais com os netos de linhagem materna (Cherlin & Furstenberg, 1992).

Em estudos mais recentes verificam-se alguns efeitos de género, mas contrários aos que são indicados pela literatura. Assim, os efeitos de maior intensidade na relação entre avós e netos nas mulheres dependem da perspectiva e da variável de género tida em conta: já que as diferenças surgem apenas entre avós/avôs maternos e paternos e do ponto de vista dos netos (Villar, Triadó, Pinazo-Hernandis, Celdrán & Solé, 2010) e o contexto onde avós e netos vivem poderá influenciar a percepção da relação. Além disso, um outro estudo aponta para que o género dos elementos de uma relação trigeracional não esteja relacionado com a relação entre neto (adolescente) e avó, mas que a linhagem está, tendo sido reportado maior respeito pelos avós maternos (Attar-Schwartz et al., 2009).

Reitzes e Mutran (2004b) descobriram que o significado da identidade não está relacionado com a frequência de contacto nas avós, mas que nos avôs há uma ligação nesse sentido. Os autores explicam com a atribuição tradicional de papéis, que poderá provocar uma responsabilização da mulher como cuidadora, bem como uma obrigação no sentido de manter vivos os laços entre os membros familiares (Cherlin & Furstenberg, 1992). Neste sentido, no caso da mulher, o contacto com os netos pode ser percebido como algo determinado e uma expectativa do papel, tornando-se o contacto um direito e dever da mulher, independentemente da sua identidade ou da centralidade do papel. O papel do avô pode ter menos expectativas e ser muito mais voluntário do que na mulher, levando a que o contacto com os netos seja uma oportunidade para que nos homens com uma atribuição

positiva e central ao papel de avô, o contacto com os netos se torne um comportamento confirmatório do seu auto-conceito.

Na discussão do que avós e avôs vivem na relação com os seus netos, Tarrant (2012) considera que é importante que a investigação feita não parta de princípios que se podem revelar errados, nomeadamente a forma como se tende a acreditar que os avôs são mais afastados, por natureza, e que tendem a adoptar papéis mais práticos. Ao mesmo tempo adverte para que não se pense que o género, na relação, é algo que não interfere, já que a forma como as avós e os avôs constroem essa relação é necessariamente diferente. Essa construção está sempre submersa na identidade de género de avós e avôs que, antes de tudo, são mulheres e homens, com as construções sociais diferentes que decorrem das características individuais de cada um e que leva a que, por exemplo, o tipo de actividades em que se envolvem com os netos tendam a ser diferentes, mas não a capacidade de cuidar e de mimar os netos.

O género aparece inevitavelmente ligado à questão da linhagem, sendo que os avós maternos surgem como as figuras verdadeiramente significativas para os netos. Os avós paternos são considerados mais distantes (Osuna, 2006; Triadó, Martínez & Villar, 2000) e considera-se que desfrutam menos da existência dos netos (Fingerman, 2004), embora haja estudos que confirmam apenas parcialmente esta informação, já que as avós maternas serão consideradas mais importantes e figuras menos distantes, mas os avós maternos não serão considerados, globalmente, mais importantes e menos distantes (Van Ranst et al., 1995). Somary e Strieker (1998) não encontraram diferenças de contacto, sendo que os autores explicam que as diferenças serão explicadas pela tendência existente de a linhagem paterna viver geograficamente mais distante que a linhagem materna e que se essa diferença for tida em conta, as diferenças de linhagem deixam de existir.

A linhagem materna é a que garante mais cuidados, sobretudo por parte da avó e é a linhagem que está habitualmente mais próxima da família (Osuna, 2006; Triadó et al., 2005; Triadó, Villar, Solé, Osuna & Celdrán, 2006), sendo a linhagem paterna vista como mais distante (Michels, Albert & Ferring, 2011). Osuna (2006) lança como possível explicação a maior confiança que as mães têm nas próprias mães para a tarefa de cuidados substitutos, levando a uma maior proximidade dos netos em relação aos avós maternos (Eisenberg, 1988). Uma outra explicação é o facto de as tarefas educativas diárias ainda estarem mais centradas na mulher (mães e avós), o que leva a uma maior proximidade da criança à avó desde o seu nascimento, em detrimento de uma possível proximidade ao avô ou ainda pela forma como a socialização do neto se dá, conforme o seu género (Viguer et al., 2010). Há estudos que indicam que a socialização masculina se dá no sentido da redução da expressão de afecto e aumento da agressividade, enquanto que a socialização feminina se centra na dependência, expressão emocional e vínculo social (Lytton & Romney, 1991; Viguer et al., 2010), apesar de haver estudos que indicam que os avós já

incorporam novos elementos de género no contacto com os netos. Contudo, a tendência mantém-se no tradicionalismo (Radl, 2003). Este último estudo apresenta dados que suportam a existência de mudanças ao nível da concepção de género e dos papéis associados, tendo concluído que há homens que chegam à grã-parentalidade que assumem tarefas e funções diferentes do tempo em que educavam os filhos, enquanto que as mulheres mantêm essas funções, mas desta vez acompanhadas pelos homens.

Mas mais uma vez a literatura não é consensual, neste caso a respeito dos cuidados das avós. Brown (2003), no seu estudo, não encontrou suporte no que diz respeito a mais cuidados por parte das avós. Apesar disso, considera que a relação entre netos e avós maternas é mediada pelas mães, mas apenas dentro da própria linhagem. Por outro lado, um outro estudo encontrou uma pequena *nuance* a este respeito, já que no que diz respeito a actividades interiores e exteriores com os netos não encontrou diferenças entre avós e avós maternos, mas já encontrou diferenças entre avós e avós paternos (Castañeda et al., 2004).

Ainda assim, em geral, as avós surgem mais ligadas ao papel relacional-afectivo e de cuidados, enquanto que os avós assumem mais os papéis de conselheiros e ensinadores (Kennedy, 1990; Roberto et al., 2001; Van Ranst et al., 1995), além do papel ligado às narrativas (Van Ranst et al., 1995). Triadó e Villar (2000) afirmam a este respeito que as avós parecem estar ligeiramente mais implicadas em questões como a ajuda económica, assumpção de cuidados de substituição e em pedidos de ajuda, embora apenas esta última surja no estudo como sendo estatisticamente significativa. Os mesmos autores encontraram dados que suportam uma maior frequência na participação em actividades de ócio com os netos por parte dos avós, embora seja a actividade menos frequente, tanto no caso das avós como dos avós. Os netos percebem as avós como dando maior valor a aspectos afectivos do que os avós – ver também Osuna (2006) que explica que, segundo estudos mais antigos, a questão tem a ver com a atribuição do afecto, carinho e cuidados ao sexo feminino, estando os papéis de orientação, ensino, advertência e discurso atribuídos aos avós –, ao passo que percebem os últimos como dando maior valor à componente de responsabilidade com os estudos ou com o trabalho. Creasey e Kaliher (1994) não encontraram diferenças significativas ao nível da influência dos avós em geral, encontrando os mesmo níveis de suporte em todos os avós, excepto nos avós paternos. Em relação aos últimos, foram percebidos menor afecto, admiração, satisfação e aliança, bem como maiores níveis de conflito. Por outro lado, os netos revelaram uma tendência para serem mais abertos com estes avós. King e Elder (1995) encontraram dados que suportam a ideia de que a relação entre criança e pais não é um factor importante para o contacto entre avós e netos, apesar de o ser para a qualidade da mesma (actividades conjuntas entre a criança e a mãe e ternura entre a criança e o pai, melhoram a qualidade da relação entre a criança e os avós maternos e entre a criança e os avós paternos, respectivamente). O efeito de mediação dos pais na relação entre netos e avós é mais significativo com os avós paternos do que com os avós maternos. Já Fingerman (2004) encontrou uma associação ligeiramente diferente.

Não encontrou uma preferência por parte dos avós pelos filhos da filha ou por de outros filhos, mas antes que uma predilecção depende do que se sente pelas filhas, mas mais ainda ao que se sente pelo genro. Ou seja, e também conforme Nydegger (1986), os sogros que tendem a reconhecer os genros como bons pais, tendem a ter uma relação melhor, embora segundo ambos os trabalhos, seja difícil de destringir um possível efeito de que as filhas serão boas mães. Já Michalski e Shackelford (2005) afirmam que os avós tendem a investir mais na relação com os netos das filhas do que com os netos dos filhos.

No estudo de Triadó e Villar (2000), os netos de linhagem materna foram escolhidos duas vezes mais como sendo aqueles com quem os avós mantêm maior contacto e com quem os avós preferem manter contacto. Esta proporção sobe para cinco vezes mais, no caso das escolhas das avós. A frequência de contacto pessoal é maior e estatisticamente significativa entre os avós maternos e netos maternos. Esta tendência surge ainda na escolha de um neto preferido, embora menos pronunciada e só no caso das avós.

Há ainda aspectos que se referem ao género do neto. Creasey e Koblewski (1991) encontraram, no seu estudo, diferenças entre netas e netos, reportando as netas relações mais próximas (dimensões como admiração e afecto). Apesar disso, não encontraram dados que suportem a ideia de que as netas e as avós mantêm uma relação especial no sistema familiar (mais uma vez pode ter a ver com a amostragem controlada pelos autores), descobertas que estão de acordo com Creasey e Kaliher (1994), que afirmam que as netas tendem a reportar maior intimidade com os avós, bem como maior alento perante os avós e maior ajuda instrumental, quando comparados com os netos (ver também Dubas, 2001 e Michels et al., 2011). Aliás, Dubas indica mesmo que os avós mantêm relações mais fortes com os netos do que com as netas, sendo a relação intra-género mais forte do que inter-género (Goodsell, Bates & Behnke, 2011). Hyde e Gibbs (1993) reportam, no seu estudo, que as netas percebem as avós maternas como estando mais próximas emocionalmente, como dando um maior sentimento de segurança, como sendo mais influentes na moldagem das crenças das netas e como sendo mais provável serem as preferidas das netas. O mesmo estudo indica, ainda, um papel mais activo das avós maternas na vida das netas. Por sua vez, Danielsbacka e Tanskanen (2012) encontraram um maior envolvimento com os avós por parte das netas, mas havendo apenas diferenças significativas no caso das relações com as avós maternas. Dubas (2001), apesar de surgir anteriormente como não tendo encontrado suporte para a ideia de que avós e netas são mais próximas, encontrou todavia dados que suportam a ideia de que as netas se sentem mais próximas das avós de quem estiveram ao seu cuidado.

Spitze e Ward (1998) fazem uma síntese de vários trabalhos, à luz de três teorias sobre as relações humanas (social, bioevolutiva e de intercâmbio), concluindo que apesar de todas apontarem para uma ligação particular entre avó e neta, quando testadas, não são encontrados resultados inequívocos. Apesar de haver dados que indicam, por exemplo, que

a relação com os netos é mais importante para as avós, não é possível verificar de que forma outras variáveis estão a adulterar essas observações.

3.3.3. Idade

A questão da idade surge como altamente contraditória na literatura. Assim como há trabalhos que concluem que quanto mais velhos os avós, mais distantes os netos adolescentes⁸ os consideram (Roberto, 1990; Triadó et al., 2000), outros trabalhos afirmam que a idade não será uma variável influenciadora, já que a dinâmica relacional se vai alterando ao longo do tempo, produzindo o que desse ponto de vista poderia ser considerada uma diferença de idades (Triadó et al., 2005). Por exemplo, neste último trabalho referenciado, os autores consideram que qualquer alteração na relação por influência da idade está mais ligada às alterações que os netos sofrem ao longo da adolescência (período estudado), que também têm influência noutras relações, como a relação com os pais. Há ainda outros trabalhos que consideram que são as avaliações da relação que são diferentes entre avós e netos, sendo que os netos se centram em características individuais e os avós, para além destas, tendem a incluir a forma como exercem o seu papel na sua avaliação (Triadó et al., 2006). Danielsbacka e Tanskanen (2012) consideram que o envolvimento decresce à medida que o neto se vai desenvolvendo e autonomizando, mas que esse envolvimento poderá voltar a aumentar depois da adolescência, com um dos avós em particular. Um outro estudo, com netos adolescentes, aponta para que haja um decréscimo da proximidade emocional, mas que ao mesmo tempo aumente o respeito pelos avós (Attar-Schwartz et al., 2009).

Significa que a relação entre avós e netos vai evoluindo ao longo do tempo. Ainda assim, há uma actividade que aparece mais frequentemente entre avós e netos, independentemente da idade do neto, que é conversar. Os temas são variados e passam pela vida do avô/avó, as experiências de vida, amizades e desporto, entre outras (Osuna, 2006).

Para além disso, há outros trabalhos que colocam em relevo a questão da idade dos avós como sendo primordial na dinâmica relacional. Silverstein e Marengo (2001) abordam a fase da vida dos avós, considerando que o estágio de vida em que os avós e netos se encontram tem um peso importante na forma como os avós desempenham o seu papel. Desta forma, afirmam que os avós mais velhos têm menor probabilidade de interagir, recrear-se e tomar conta dos netos, correspondente a uma menor disponibilidade física, mas que ao mesmo tempo, aliada a uma maior capacidade financeira, há uma maior probabilidade que estes avós dêem dinheiro ou prendas. Thomas (1986a) também encontrou, no seu estudo, diferenças relativas à idade dos avós. Avós relativamente jovens expressaram maior prontidão para dar conselhos educativos⁹, independentemente da idade

⁸As percepções de avós e netos, conforme a idade do neto, serão abordadas em secção própria.

⁹O autor utiliza o termo *childrearing*.

do neto. Além disso, Silverstein e Marengo (2001) afirmam que estes avós se identificam mais fortemente com o papel. É também característico uma diminuição dos aspectos comportamentais da relação, em detrimento de um aumento dos aspectos mais simbólicos da relação (Field & Minkler, 1988; Silverstein & Long, 1998), demonstrativo de que o papel é dinâmico e evolui (Kahana & Kahana, 1970), conforme já foi visto.

Araújo e Dias (2002) consideram que os avós com menos de 65 anos de idade tendem e envolver-se mais do que avós mais velhos. Werner e Lowenstein afirmam que quanto menor for a idade dos avós, em maior número serão os aspectos comportamentais (2001). Reitzes e Mutran (2004b) consideram que avós e avôs que atribuam significados positivos e maior centralidade ao papel, se auto-motivam para serem bem sucedidos e para encontrarem satisfação. Thomas (1986a) também encontrou, níveis elevados de responsabilidade pelos cuidados e aconselhamento ao neto, nos avôs, independentemente do número de netos e das idades dos mesmos. As avós expressaram níveis de satisfação com a grã-parentalidade relativamente altos (e mais altos que os níveis de satisfação dos avôs), também independentemente da idade dos netos.

Também é interessante a percepção de idade que os avós têm. Assim, Kaufman e Elder (2003) consideram que a grã-parentalidade tem um defeito significativo sobre essa percepção, designada por identidade etária¹⁰, concluindo que quem desfruta de ser avô/avó se sente mais jovem, percebe a velhice mais tarde e deseja viver mais tempo, embora este último efeito seja significativo apenas no caso das avós.

3.3.4. Divórcio e custódia do Neto

I have 6 children, 14 grandchildren, 10 stepgrandchildren, 1 step-daughter, 2 divorced children, a son who has had 3 wives. I remarried after my wife died and I have inherited a whole other family.

Um avô da Carolina do Norte, EUA, ano desconhecido

O divórcio tem sido uma das alterações demográficas vividas nos últimos anos, tendo aumentado a sua prevalência e de onde pode resultar a reconstituição de famílias (Arber & Timonen, 2012; Timonen & Doyle, 2012) obrigando sempre a uma reorganização familiar (Timonen & Doyle, 2012). Qualquer divórcio tem consequências em todas as relações familiares e a relação entre avós e netos não é exceção. Por exemplo, é comum que a relação entre o avô paterno e o neto acabe por quebrar (Arber & Timonen, 2012;

¹⁰*Age identity*, na expressão original.

Kornhaber, 1996; Timonen & Doyle, 2012), embora a qualidade desta relação não decline obrigatoriamente (Cherlin & Furstenberg, 1992), e que exista um declínio da relação após o divórcio encontrado no caso das avós paternas (Robinson, 1993) ou dos avós paternos no geral (Timonen & Doyle, 2012), sendo que o padrão familiar acaba por se acentuar no sentido matrilinear e que a proximidade à avó materna é particularmente estável nos casos em que a mãe é solteira (Bridges, Roe, Dunn & O'Connor, 2007). Segundo Troll (1980, cit. in Cherlin & Furstenberg, 1992) a custódia tende a ser maternal o que, por causa do aumento dos números do divórcio, está a levar a uma viragem no sentido da linhagem materna também a nível intergeracional. De facto, as avós maternas, nos casos de divórcio familiar, têm maior probabilidade de viver com o neto ou de o ver quase todos os dias, ajudar financeiramente os pais e a ter comportamentos parentais. Além disso, esta relação tende a transformar-se na relação grã-parental mais profunda, quando comparada com as relações que o mesmo neto mantém com os vários avós antes do divórcio. Isto é indicativo de uma mudança qualitativa e não apenas quantitativa na relação (Cherlin & Furstenberg, 1992). É também de esperar que a relação com a avó materna aumente a intensidade do seu apoio (Arber & Timonen, 2012).

No estudo longitudinal já referido de Bridges e colaboradores (2007), em que foram estudados os efeitos da separação dos pais na relação entre avós e netos ao longo do tempo, não foram encontradas associações entre proximidade de avós e netos e o ajustamento em altura posterior, existindo problemas de ajustamento iniciais que tendem a desaparecer ao longo do tempo, ao contrário do que foi encontrado no estudo de Lussier, Deater-Deckard, Dunn e Davies (2002), que regista uma maior proximidade aos avós em caso de divórcio dos pais a menores problemas de ajustamento. Foi ainda descoberta uma diminuição da média de frequência do contacto entre avós e netos ao longo do tempo, embora os netos continuem a reportar a relação com os avós como sendo importante, sendo a diminuição mais importante nos casos de mães que refazem a sua vida (os autores explicam este facto por deixar de haver necessidade de retaguarda por parte dos avós). Os níveis de proximidade entre avós e netos, neste estudo, não baixaram significativamente.

O apoio dos avós aos netos é diversificado, podendo passar por cuidar e proteger, ser mentor e guardião da família, havendo formas diversas na capacidade que cada avô/avó tem para dar resposta às necessidades (Kornhaber, 1996). Cherlin e Furstenberg (1992) falam em oportunidades e dilemas para os avós numa situação destas. Como oportunidades destacam a aproximação relacional que pode existir, por se tornarem uma retaguarda mais activa na ajuda e apoio que fornecem, enquanto que as restrições têm a ver com as limitações que lhes são impostas pela geração em processo de divórcio, além dos casos de recasamentos dos seus filhos, que trazem uma expansão familiar e um aumento do número

de relações intergeracionais¹¹ (ver também Kornhaber, 1996 e Myers & Perrin, 1993). Aliás, os autores destes dois últimos trabalhos consideram os avós também vítimas do divórcio, já que a relação que até ali mantinham com os netos pode ficar seriamente comprometida, sobretudo nos casos em que a família é reconstituída, havendo um decréscimo de contacto entre as partes da relação. De acordo com Barranti (1985) nestas situações os avós são, muitas vezes, uma presença estável e amortecedora aquando da separação e reorganização familiares (Kennedy, 1990). Robinson (1993) chama a atenção para o facto de no caso de um recasamento, os avós poderem ser percebidos pela nova família como um bom suporte ou como intrusos, que pode levar a que se combata a influência desses avós e a que sejam excluídos.

Em situações de divórcio, na generalidade, Robinson (1993) considera que os avós se tornam particularmente importantes para os netos por serem, muitas vezes, os únicos a quem podem recorrer nas suas aflições, podendo funcionar como substitutos em alguns cuidados e como fonte de atenção e de tempo, que noutras circunstâncias seriam os pais a dar. Neste sentido, o estudo de Kennedy (1990) recolheu dados que apontam para o desempenho de papéis mais activos por parte de avós de famílias de pai ou mãe solteiros, em comparação com famílias intactas. Isto vai de encontro ao que é defendido por Jendrek (1993), Johnson e Booth (1998) e por Creasey (1993), que consideram que as alterações familiares podem facilitar um maior envolvimento com os netos – por exemplo, no caso de um divórcio dos pais, pode haver a reequação de alguns valores que podem levar à opção de se estar mais próximo da família (Roberto et al., 2001) ou nos casos em que se ajuda e suporta a mãe, que manteve a custódia do filho (Kornhaber, 1996) – e ao encontro da proeminência que o papel dos avós ganha nestes casos, defendido por Johnson (1998).

Araújo e Dias (2002) afirmam que os avós prestam apoio aos filhos e netos, mas também aos genros e noras, sendo que um dos motivos apontados é o acesso livre aos netos. Johnson (1998) encontrou este efeito nas avós paternas, no sentido de um apoio ao neto. Estes avós valorizam actividades como o apoio emocional, aconselhamento e contacto telefónico, embora as visitas tendam a diminuir significativamente. Estas actividades variam dependendo de serem os próprios filhos a ficar com a custódia parental ou não. Assim, se forem os próprios filhos, os avós tendem a dar mais conselhos, ao passo que se forem as noras ou genros, aumentam os telefonemas e diminuem as visitas. O apoio dado pelos avós é influenciado pela distância geográfica, havendo diferenças entre os avós a menos de 30 minutos de casa dos netos e os avós a mais de 30 minutos (Araújo & Dias, 2002).

A relação que os netos têm com os avós, no caso de divórcio dos pais, pode alterar-se. Segundo Creasey (1993), os netos percebem menor satisfação na relação com os

¹¹Robinson (1993) cita Visher e Visher (1979) para ilustrar a complexidade da introdução de novas relações familiares: uma família composta por pai, mãe, 2 filhos e 4 avós, significa a existência de 8 pares e 247 combinações possíveis entre os membros; mas o recasamento de apenas um dos pais, com um novo parceiro que tenha 3 filhos, já implica 136 pares e 131.054 combinações possíveis.

avós paternos que, aliás, ficam com a relação com os netos em dificuldades, sobretudo no que diz respeito às netas, que tendem a manter menor contacto com estes avós. Os autores avançam como explicações o facto de os netos estarem mais ligados ao pai, que mantém contacto com a sua família de origem, ao passo que os pais que não mantêm custódia dos filhos tendem a não ter relações tão próximas com as filhas, que leva a que estas percam o contacto com os avós paternos. No caso das filhas/netas, este contacto é até considerado mais importante pela forma como necessitam da componente relacional, de forma a manter a relação. Uma outra explicação avançada pelo autor passa por uma possível culpabilização do pai, ainda que inconsciente, por parte da filha, ressentindo-se, por isso, a relação com os avós paternos. Um outro estudo aponta os factores chave no sentido de manter a relação com os avós da linhagem que não tem custódia parental, que são uma boa relação entre o genro/nora e sogros, anterior à separação, bem como o reconhecimento de experiências partilhadas (Ross et al., 2005). Como se vê, os avós podem ser obrigados a fazer e fazem grandes sacrifícios, nestas situações, no sentido de não perderem o contacto com os seus netos (Timonen & Doyle, 2012).

O divórcio pode não ser apenas entre os pais do neto. King (2003) aborda, no seu estudo, as consequências do divórcio dos avós na sua relação com os netos. Assim, há evidências da existência de diversos aspectos negativos que se encontram associados à experiência de divórcio, como a importância dada à experiência de se estar envolvido na vida dos netos, o facto de haver menor contacto com avós divorciados, de menor participação em actividades, menor sentimento de proximidade e mais situações de conflito na relação. Os autores chamam a atenção para o facto de uma parte destes efeitos se dever a mudanças geográficas, que aumentam a distância entre as residências. Nestes casos pode mesmo ocorrer perda de contacto que, segundo Drew e Silverstein (2007), pode ter consequências na sua saúde emocional, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de depressão. Os autores descobriram que à medida que envelhecem, os avós que sofreram perda de contacto tendem a aprofundar mais os sintomas de depressão, quando comparados com avós que não tiveram essa experiência¹². Além disso, os investigadores descobriram que os efeitos negativos do divórcio são maiores no caso dos avós paternos do que nos maternos e maiores nos avós do que nas avós (King, 2003). A este propósito, Danielsbacka e Tanskanen (2012) afirmam que o recasamento parece diminuir apenas o envolvimento dos avós maternos. Além disso, consideram ainda que os avós que não forem casados com as avós, terão menor envolvimento na vida dos netos (ver também Araújo & Dias, 2002). Euler e Michalski (2007, cit. in Danielsbacka & Tanskanen, 2012) consideram que o efeito não existe nas avós maternas, que é pequeno no caso de avós maternos, crescendo no caso de avós paternas e sendo maior no caso de avós paternos. Por outro lado, Tarrant (2012) reporta relatos de avós que, por sentirem que o divórcio mudou a

¹²Estes efeitos estão associados a uma perda de contacto não só derivada de um divórcio ou separação, mas também de algum tipo de disputa familiar ou de uma morte súbita.

relação com a sua filha e apesar de não reportarem sentir grandes mudanças, sentem que há actividades que mantinham com os netos que deixam de poder fazer (e.g., idas ao jardim zoológico).

Segundo Kornhaber (1996), não há muita investigação sobre os efeitos de um recasamento dos avós na relação com os netos. Ainda assim, prevêem-se efeitos positivos – por haver uma nova relação significativa entre o novo avô/avó e o neto/neta¹³ – e efeitos negativos – como ser-se rejeitado pela nova família ou competir pelo afecto da criança com um novo avô. Num outro estudo foi ainda encontrado um efeito positivo, no caso de um recasamento, dos avós-padrastos no sentimento de proximidade com a avó materna, que pode ser explicado por um menor sentido de obrigatoriedade para com o neto das novas figuras familiares, podendo levar a que o neto se refugie mais na família de origem (Mills et al., 2001) e na linhagem materna (Chan & Elder Jr., 2000). O estudo de Kennedy e Kennedy (1993) ao sugerir que em famílias divorciadas, o neto jovem adulto tende a aproximar-se mais de um dos avós, dá força a esta hipótese.

Os avós-padrastos e as avós-madrastas podem funcionar como uma extensão do sistema de suporte dos netos-enteados, sendo o suporte influenciado pela forma como os enteados aceitam ou não a nova relação (Trygstad & Sanders, 1989) e podem oferecer os benefícios de uma relação intergeracional emocionalmente profunda sendo também afectada pela geografia e disponibilidade emocional, diferindo na carga genética e na ancestralidade, quando comparado com uma relação entre avós e netos. Além disso, existe também nesta relação a função de cuidar dos netos-enteados, embora possam existir complicações emocionais, como a existência de competição pelo afecto (Kornhaber, 1996). Os efeitos desta relação podem existir nos avós-padrastos, avós-madrastas e netos-enteados. Os primeiros podem ter problemas em aceitar os novos netos pela forma como de repente “herdam” uma família já com três gerações. Os mais novos podem sentir-se divididos entre a lealdade que devem à família e lealdade devida com as novas configurações da família¹⁴ (Kornhaber, 1996).

Apenas o estado civil, por si, pode ser razão para influenciar a relação. Segundo Silverstein e Marengo (2001), o estado conjugal pode influenciar positivamente a adopção de diversos comportamentos do papel de avós, como partilha de actividades, tomar conta dos netos, sentimentos de maior proximidade emocional e atribuição de maior importância ao papel. Afirmam, ainda, que avós não casados tendem a estar menos envolvidos com os netos.

¹³Na língua inglesa, novos avós, resultado de um recasamento, são designados por *stepgrandparents* (*stepgrandfather* e *stepgrandmother*) e por *stepgrandchildren* (*stepgrandson* e *stepgranddaughter*), palavras para as quais não existe tradução directa. Extrapolando da tradução de *grandparenthood* para grã-parentalidade, a tradução poderia ser grã-padrasto e grã-madrasta, mas não são termos que traduzam de forma automática o conceito. Desta forma, preferiu-se utilizar uma outra extrapolação da língua portuguesa, da conjugação de graus de parentesco indicativos de diferentes gerações, como tio-avô ou sobrinho-neto. Os termos utilizados serão avô-padrasto, avó-madrasta, neto-enteado e neta-enteada.

¹⁴No caso português, note-se a evidente dificuldade em encontrar um “título” que traduza as novas relações.

Os avós podem ainda ter que assegurar a guarda dos netos devido a factores como o abuso de álcool ou o consumo de drogas (Daly & Glenwick, 2000; Jendrek, 1994; Taylor et al., 2005), morte, prisão, doença mental (Daly & Glenwick, 2000; Taylor et al., 2005) ou problemas emocionais ou mentais da mãe (Jendrek, 1994), negligência, abandono ou abuso físico ou sexual, por parte dos pais (Daly & Glenwick, 2000; Goodman, 2007; Taylor et al., 2005) ou ainda devido a uma gravidez durante a adolescência (Pruchno & Johnson, 1996) e os avós não quererem que a criança fique entregue aos serviços sociais (Jendrek, 1994); ou seja, em geral, devido a problemas familiares (nomeadamente com a mãe) que levem a que os avós sintam obrigação de intervir no sentido de devolver o sentimento de segurança à criança. Situações deste género colocam os avós num dilema, já que não querem que a família se desagregue mas também não querem “voltar” a ser pais (Jendrek, 1994). Esta ambivalência leva ao desafio de manter a identidade operacional de avô/avó ao mesmo tempo que é desempenhado um papel parental. Nestes casos, os netos confessam que prefeririam que se mantivessem apenas avós (Kornhaber, 1996). No caso de o avô/avó ter custódia do neto, formal ou informalmente, são indicadas como consequências menor saúde física, mas menos *distress* psicológico (Bachman & Chase-Lansdale, 2005). Smith e Drew (2002) descobriram ainda que estes avós têm baixas pontuações em três das quatro dimensões de bem-estar psicológico, nomeadamente na satisfação com o seu papel, na percepção da relação com os netos e bem-estar em geral.

Independentemente do motivo, foi descoberto que os netos que tenham vivido com os avós por um período de tempo significativo, demonstram ter maior satisfação com a relação, além de terem uma percepção mais positiva dos avós como cuidadores e mentores nas suas vidas (Taylor et al., 2005). Estas descobertas não são válidas para os casos em que os avós e os netos se encontram a viver em “formato trigeracional”, ou seja, as três gerações em situação de co-residência. Esta temática torna-se ainda mais importante se tivermos em conta que este último estudo descobriu ainda que apenas a percepção do avô/avó mais próximo como modelo mostrou ser um preditor significativo da percepção do neto do avô/avó como tendo influência na sua vida.

Há consequências negativas nos casos de avós que têm a responsabilidade de assegurar cuidados regulares, nomeadamente quando se sentem isolados e sobrecarregados com deveres, os quais podem mostrar sinais de *stress* e de depressão (Bernal & Anunciabay, 2007; Hirshorn, 1998), como já aliás foi indicado anteriormente em casos em que os avós não têm a custódia do neto (e.g. Gauthier, 2002). Jendrek (1993) encontrou, nestes avós, indicadores no sentido de reconhecerem falta de tempo para si próprio(a), para o cônjuge, para os amigos e para actividades de ócio.

3.3.5. Saúde dos Avós

Há ainda outras variáveis estudadas na relação entre avós e netos, como a saúde dos avós. Segundo Creasey e Kaliher (1994), o estatuto de menor saúde pode provocar percepções dos netos de menor afecto, havendo ainda a reportar outras alterações na percepção de avós e de netos acerca da sua relação, conforme será visto em seguida. Sanders e Trygstad (1993) consideram que a relação se torna menos forte no caso de doença dos avós.

Segundo Boon e Shaw (2007), os netos jovens adultos têm preocupações com avós que padeçam de algum problema de saúde. Consequentemente, passam pelo medo de que venham a morrer num futuro próximo, que venham a ficar sós e que a relação se venha a deteriorar devido à ausência de contacto. Estas percepções tendem a ser ampliadas nos casos em que os netos experienciam relações mais próximas e quanto mais grave a questão de saúde parecer. Apesar disso, os netos reportam pontos positivos em relação à situação, nas áreas de coesão familiar e percepções acerca da sua própria saúde.

Mais especificamente, no caso de demência de um dos avós, há diferenças percebidas na própria vida do neto adolescente, nos casos em que o avô/avó com demência façam parte do mesmo agregado familiar. Essas diferenças passam pela mudança de rotinas podendo ser mudanças consideradas positivas, como ser visto como mais responsável e maduro (Celdrán, Triadó & Villar, 2009a; Celdrán, Villar & Triadó, 2012), mudanças das relações de família ou mesmo a distribuição do espaço físico da casa (Celdrán et al., 2012). Além disso, os netos, nestes casos, ficam mais conhecedores do estado de deterioração e do *stress* que o cuidador principal sofre, enquanto que continuam a ter de dar resposta aos seus deveres, nomeadamente académicos (Celdrán et al., 2012; Howard & Singleton, 2001; Szinovacz, 2003). Outros efeitos apontados são os choques com o cuidador principal no que toca à autonomia, liberdade e independência do neto, que tende a diminuir (Celdrán et al., 2012). Creasey e Kaliher (1994) descobriram, a este respeito, que a frequência de contacto está ligada ao estado de saúde dos avós, mas que não tem a ver com a idade do neto, o que leva a crer que seja efectivamente o estado de saúde a variável que explica o menor contacto e não, neste caso, o estágio de desenvolvimento em que o neto se encontra¹⁵. Um outro estudo, de Celdrán, Villar e Triadó (2014), relativamente às percepções que os netos têm dos avós com demência, conclui que a forma como os netos identificam características positivas nos avós não varia muito relativamente às características apontadas por netos com avós saudáveis. Para os investigadores significa que mesmo num cenário de presença de doença, os netos que mantêm a memória das qualidades dos avós conseguirão relacionar-se da mesma forma que se relacionavam antes das mudanças provocadas pela demência. Apesar disso, o mesmo estudo indicou que a demência tem grande influência na percepção de atributos positivos e negativos dos avós:

¹⁵Esta questão será abordada em secção própria.

uma parte dos netos localizou as características positivas no passado e denota dificuldades em encontrar características negativas que não se relacionem com a demência, sendo que uma parte dos netos descreveu o/a avô/avó como uma pessoa com demência, em vez de ser descrito como avô/avó. O estudo reporta, ainda, que os netos expressam o seu lamento pelo facto de não serem reconhecidos pelos avós e que apontam problemas comunicacionais e comportamentais. Por outro lado, segundo Creasey e Jarvis (1989), em casos em que um dos avós tem doença de Alzheimer e em que a cuidadora principal é a mãe, esta pode mediar a forma como os netos percebem esse avô/avó, já que a criança terá, à partida, menor atenção por parte da mãe, que implica uma mudança também nesta relação (Howard & Singleton, 2001).

No que diz respeito a mudanças na própria relação, os pais tornam a ter um papel importante, podendo servir de mediadores na relação com os avós, encorajando o contacto dos netos com os avós, sobretudo nos casos em que os avós vivem num lar (Celdrán et al., 2012), algo que, conforme já foi visto, ao longo da adolescência tende a desaparecer pelo ganho dos adolescentes de independência familiar. Um outro estudo afirma que as relações familiares não ocorrem num vazio, mostrando que a relação entre avós e netos, quando encorajada pelos pais, é reportada como tendo maiores níveis de importância, respeito e proximidade emocional com o avô/avó preferido, havendo um maior envolvimento quando o neto é adolescente (Attar-Schwartz et al., 2009). Ou seja, é possível que pais que tenham relações pobres com os próprios pais, não promovam tanto o contacto e envolvimento entre avós e netos (Mueller & Elder Jr., 2003). A influência e aprendizagem podem ser também por via indirecta, já que os netos observam e aprendem com a forma como os pais lidam com a doença dos avós (Celdrán et al., 2012). Além disso, para além das mudanças esperadas na relação no período da adolescência¹⁶, há uma extensão a componentes emocionais, algo que não acontece em relações em que os avós não têm problemas de saúde cognitivos. Estes netos sentem uma menor satisfação na relação (Celdrán, 2004; Celdrán, Triadó & Villar, 2009b) e menor proximidade, que pode ser resultado das características da própria doença, como a perda de memória, problemas de linguagem e a incapacidade de desempenhar o seu papel de carácter simbólico, como alguém capaz de transportar e transmitir a história familiar (Celdrán et al., 2009b). Pode levar, também, a uma visão mais negativa do envelhecimento em geral por parte do neto (Orel & Dupuy, 2002).

Há ainda efeitos na relação com o avô ou a avó da mesma linhagem que não está doente. Os efeitos positivos são a maior proximidade percebida pelo neto e maior apoio emocional e instrumental – estes netos tendem a dar maior apoio instrumental, segundo Celdrán, Triadó e Villar (2009b) –, que pode aliviar algum do *stress* associado aos cuidados a manter ao idoso doente, aumentando ainda a frequência de contacto e a proximidade emocional. São ainda apontados a capacidade para manter o contacto emocional ou ainda para expressar emoções positivas (Celdrán, Triadó & Villar, 2011) e

¹⁶Mudanças nos aspectos superficiais, como a frequência de contacto.

ainda o desenvolvimento, dos netos, de competências para o futuro, como a paciência, empatia e compaixão (Orel & Dupuy, 2002). Os efeitos encontrados neste estudo (Celdrán et al., 2012) contrastam, mais uma vez, com o que já foi referido em relação à frequência de contacto entre avós e netos adolescentes. Os efeitos negativos, ainda que menos frequentes, são o menor número de actividades com o avô/avó que está doente e as reacções do cuidador em relação ao doente, que podem levar à erosão da relação com o neto (Celdrán et al., 2012). A percepção e significado da relação que avós e netos dão, no caso de existência de doença de Alzheimer, também se alteram (Werner & Lowenstein, 2001). Os autores descobriram que apesar de não terem encontrado diferenças na atribuição de significados, quando comparados grupos com a doença com grupos saudáveis, o aspecto comportamental difere, no sentido de, netos com avós saudáveis terem mais interacções directas e maior envolvimento.

As emoções associadas a esta questão são ambivalentes (Celdrán et al., 2011) sendo a maior parte, aliás, sentimentos positivos, associados à satisfação de ajudar a família cuidando do avô/avó. Desta forma, pequenos gestos diários permitem que os netos adolescentes se sintam importantes nas mudanças que a família sofreu. Os sentimentos negativos revelam a forma como a situação do avô/avó é relevante para o neto e passam pela perda, tristeza ou saudade de uma relação anterior que era considerada mais rica (Howard & Singleton, 2001; Orel & Dupuy, 2002). Outras emoções são a culpa, por não se querer passar mais tempo com os avós ou por comportamentos considerados inapropriados do próprio neto, como aborrecer-se com algum comportamento do avô/avó (Celdrán et al., 2011). Apesar destes sentimentos ambivalente, os netos tendem a manter o contacto, sentem-se próximos e estão relativamente satisfeitos com a relação, apesar dos limites que a demência impõe ao tipo de actividades que podem ter. A linhagem volta a surgir como tendo importância, já que é habitual que os netos se mantenham mais próximos dos avós maternos do que dos paternos e das avós do que dos avôs. A relação anterior à doença também influencia, sendo que é mais intensa em situação de doença nos casos em que a relação entre avós e netos já era forte. Ao nível da percepção por parte dos netos, apesar de considerarem que a relação se mantém na mesma apesar da doença, há uma percepção de diminuição do contacto, menor proximidade emocional e menor satisfação com a relação, sobretudo se comparada com o período anterior à doença (ver também Creasey & Jarvis, 1989 e Werner & Lowenstein, 2001). Os aspectos que os netos indicam como causadores da mudança na relação são cognitivos (como o não reconhecimento do neto) e não cognitivos (como aspectos comportamentais inadequados). Por fim, os netos tendem a assumir que as mudanças positivas que encontram se devem a si, devido ao esforço que assumem fazer de forma a manter a relação (Celdrán et al., 2011).

É também possível que tenha de ser o neto a funcionar como cuidador, ainda que não o principal, em adulto. Este papel tem várias consequências, nomeadamente fadiga, exaustão (naturalmente que acumular papéis familiares e laborais), *stress* e sentimentos de culpa (Boquet, Oliver, Wittenberg-Lyles, Doorenbos & Demiris, 2011). Os autores apontam

ainda como consequência a perda de identidade de neto, em favor da aquisição da identidade de cuidador. Hamill (2012) aponta ainda para uma maior ajuda por parte dos netos adolescentes, nos casos em que estes percebem um fardo maior para os cuidadores e nos casos em que prevêm maior afecto pelos avós, exibindo menor responsabilidade social e mais atitudes negativas nos casos em que prevêm que os cuidados sejam a longo prazo, bem como nos casos em que os pais (masculinos) experienciam um fardo subjectivo maior.

Nos casos em que os netos surgem como cuidadores auxiliares, há também o sentimento de um fardo dos cuidados, bem como emoções associadas, como ressentimento, frustração, tristeza, compaixão, luto e medo. Para além disso, há ainda outras consequências negativas para os netos, que são a visão negativa do envelhecimento, redução das relações entre pares, distanciamento na relação com os pais, ansiedade, preocupação, confusão, apreensão e medo de envelhecer (Orel & Dupuy, 2002). São ainda reportadas alterações na proximidade, na quantidade de tempo passada com os avós e no contexto em que passam tempo juntos, não só com os avós doentes mas também com os restantes avós (Ross et al., 2005).

3.3.6. Outros factores

Há todo um conjunto de outros factores que são reportados na literatura e que não se enquadram nas temáticas até aqui desenvolvidas. Outros investigadores (Cherlin & Furstenberg, 1992; Hogan, Eggebeen & Clogg, 1993; Kivett, 1991; Markides, Boldt & Ray, 1986) descobriram que a raça também influencia a relação¹⁷. Cherlin e Furstenberg (1992) descobriram pequenas diferenças dentro da mesma raça em classe e etnia, embora sejam de difícil comparação já que os diferentes grupos étnicos tendem a ser observados de diferentes perspectivas – e.g., avós caucasianos são muito focados nas tipologias e significados de se ser avô, enquanto que estudos em avós negros tendem a focar-se nos avós como substitutos dos pais ou na descrição da estrutura familiar, segundo Pruchno e Johnson (1996). Um outro estudo encontrou dados que suportam um menor respeito, em geral, dos netos caucasianos pelos seus avós, quando comparados com outros grupos étnicos (Attar-Schwartz et al., 2009).

Ainda a respeito da etnia, Szinovacz (1998b) indica ainda que a nível da percepção há diferenças decorrentes da média de idades em que a grã-parentalidade se inicia e da etnia. Assim, as mulheres negras, no seu estudo, eram avós pela primeira vez ou ainda antes dos 40 anos ou depois dos 60, o que significa que o que é considerado como tempo livre para os netos no caso das avós caucasianas pode não o ser no caso das avós negras. Os já

¹⁷Aliás, apesar de Szinovacz (1998b) considerar a grã-parentalidade praticamente uma experiência universal, o mesmo autor indica neste estudo que cerca de 15% dos sujeitos hispânicos e negros da sua amostra não eram avós, o que é indicativo da influência da raça/etnia.

referidos netos escoceses-paquistaneses não escolheram um avô/avó de quem se sentissem mais próximos (Ross et al., 2005). A etnia pode influenciar a relação nos casos em que essas diferentes etnias existam na mesma família, pelo facto de avós e netos poderem ter culturas diferentes e, por isso, percepções (mais) marcadamente diferentes (Kornhaber, 1996). Apesar das diferenças, Werner (1991) encontra uma tendência semelhante dos avós como uma fonte de suporte latente, sempre pronta a garantir a assistência necessária em casos de crise familiar, dando origem à descrição dos avós feita por Troll (1985, cit. in Kornhaber, 1996; Werner, 1991), como sendo os “cães de guarda”¹⁸ da família.

King e Elder (1995) abordaram a questão da ruralidade, comparando famílias que viviam em meio rural e famílias que viviam em meio urbano. Concluíram que famílias a viver em meio rural são significativamente mais próximas da família e, em especial, dos avós paternos, sendo também reportada maior qualidade na relação por parte dos netos, mas apenas em relação ao avô paterno. Concluem ainda que há maior proeminência dos avós em geral e particularmente dos avós paternos, sendo mediado pela distância e que a relação entre avós e netos sofre influência de outras relações intergeracionais que existam na família. Outro estudo no mesmo sentido, indica que os netos adolescentes que vivam em meio rural recebem maior ajuda dos avós paternos do que os netos que vivem em meio urbano. É ainda reportado menor nível de conflito no mesmo sentido, mas em relação às avós maternas (King, Silverstein, Elder, Bengtson & Conger, 2003). Para além disso, um outro estudo que compara a relação em contexto rural com o contexto citadino, aponta a escolha, na maior parte dos casos, de uma avó como mais próxima, embora haja um grande número de netos que não tenha conseguido identificar um avô/avó, mas antes um par ou afirmando-se como próximos de todos os avós (Ross et al., 2005).

Danielsbacka e Tanskanen (2012) abordam ainda a questão de os avós terem ou não uma actividade profissional, prevendo que os avós paternos e as avós maternas que tenham uma actividade em *part-time* estarão mais envolvidos do que os mesmos avós que trabalhem a tempo-inteiro e que a não existência de uma actividade profissional aumenta o envolvimento em todos os avós. Contudo, apenas nos avós maternos é que há maior envolvimento sem actividade do que nos avós que trabalham em *part-time* (ver também Hank & Buber, 2009).

As características do neto também influenciam a relação. Segundo Mueller e Elder (2003), as crianças percebidas como afectuosas, tranquilas e alegres, podem motivar maior envolvimento e interacção. A infância e pré-adolescência parecem ser as idades em que os avós mais desfrutam da relação (Troll, 1983, cit. in Triadó & Villar, 2000). O número de netos e nível educacional dos avós também têm influência, sendo que vários netos limitam o envolvimento com cada um (Fingerman, 2004). No que diz respeito à avó materna, quanto maior for o número de irmãos do neto, maior o nível de consenso com os netos, possivelmente pela exigência de uma maior participação do avô nestes casos que leva

¹⁸ *Family watchdogs*, no original.

a um relacionamento mais próximo. Ao mesmo tempo, um maior número de irmãos diminui o consenso das netas com os avôs maternos, por limitar a interação, sobretudo em idades pós-puberdade. O facto de a família ser maior pode levar a que haja mais pontos de vista, o que poderá levar a menor consenso (Mills et al., 2001). Em relação ao nível educacional, Silverstein e Marengo (2001) afirmam que avós com formação superior tendem a ser mais activos na relação com os netos – em termos de maior influência e apoio (Elder & Conger, 2000, cit. in King et al., 2003) – ao passo que avós com menor formação tendem a dar primazia a aspectos mais simbólicos da relação.

King e Elder (1999) apontam ainda a influência da religião na relação entre avós e netos e concluem que os avós mais ligados à religião tendem a ser avós mais envolvidos, seja com os netos, seja com as próprias famílias em geral. O caso de morte de um dos avós é também indicado como um factor que pode influenciar a forma como o neto passa a relacionar-se com os restantes avós (Ross et al., 2005) e que, em geral, é a primeira experiência de perda do neto (Sampaio, 2008). Desta forma, o par pode sair fortalecido, aumentando o contacto, a experiência conjunta ao lidarem com a morte juntos ou mesmo por alteração contextual, já que o neto poderia ter uma relação mais voltada para o par de avós e não apenas para um. Os netos reconhecem também alterações no comportamento grã-parental em relação a si, no sentido de preencherem o vazio proporcionado pela morte. Os avós referenciam ainda o consolo e suporte que os netos dão (Ross et al., 2005).

3.4. Percepção da relação que os netos estabelecem com os avós

Um avô é um homem que não tem filhos, por isso gosta dos filhos dos outros. Os avôs não têm nada para fazer, a não ser estarem ali. Quando nos levam a passear, andam devagar e não pisam nas flores bonitas, nem nas lagartas. Nunca dizem: Some daqui!, Vai dormir!, Agora não!, Vai pró quarto pensar! Normalmente são gordos, mas mesmo assim conseguem abotoar os nossos sapatos. Sabem sempre o que a gente quer. Só eles sabem como ninguém a comida que a gente quer comer. Os avôs não precisam de ir ao cabeleireiro, pois são carecas ou estão sempre com os cabelos arrumadinhos. Quando nos contam histórias nunca pulam partes e não se importam de contar a mesma história várias vezes. Os avôs são as únicas pessoas grandes que sempre têm tempo para nós. Não são tão fracos como dizem, apesar de morrerem mais vezes do que nós. Todas as pessoas devem fazer o possível para ter um avô, ainda mais se não tiverem televisão.

Este ponto pretende abordar a forma como os netos percebem os avós e a relação que mantêm. Têm sido desenvolvidos uma série de estudos que pretendem compreender de que forma é que o desenvolvimento do neto influencia a relação estabelecida com os avós. Visto que o período de desenvolvimento em que se encontram influencia decisivamente essa percepção (e.g. Van Ranst et al., 1995), o ponto encontra-se dividido em infância, adolescência, jovem adulto e adulto. Além disso, há quem afirme que o grau de envolvimento dos avós durante a infância prevê a qualidade actual da relação intergeracional (Cherlin & Furstenberg, 1992; Lawton, Silverstein & Bengtson, 1994), apesar de esta não diminuir com a diminuição do envolvimento dos avós, à medida que os netos vão crescendo (Roberto & Stroes, 1992; Silverstein & Long, 1998). Também segundo Battitelli e Farneti (1991), em geral os netos têm uma imagem muito positiva dos avós, particularmente dos avós maternos e sobretudo da avó materna, sendo que quando o neto cresce, essas diferenças tendem a diminuir, tornando-se a imagem menos positiva. Tudo isto é indicativo de uma evolução da relação que acompanha o desenvolvimento do neto.

3.4.1. Infância

O estudo da relação entre avós e netos já vem dos anos 70. Kahana e Kahana (1970) estudaram a forma como a criança, em diversas idades, percebe os avós, na busca de possíveis diferenças na sua percepção. Os autores encontraram diferenças explicadas pela fase do desenvolvimento em que a criança se encontrava, nomeadamente relativamente a sinais de reconhecimento da diferença de idades para os seus avós, como sinais físicos de velhice (até aos 5 anos de idade, 80% das crianças não discriminavam correctamente diferenças de idade e a partir dos 8 já faziam essa distinção de forma realista). Além disso, verificaram que crianças a partir dos 8/9 anos de idade já eram capazes de raciocínios de nível mais elevado, conseguindo reconhecer sinais da idade mais avançada dos avós e dando respostas mais funcionais e abstractas, como actividades dos avós que consideravam ligadas à idade mais avançada (actividades que sinalizavam um declínio dos avós, como não conseguir ouvir) e características físicas e psicológicas que percebiam.

Num estudo exploratório de Osuna (2006), a principal conclusão que se tira é que os avós sentem um forte vínculo com os seus netos e que dão grande importância às relações que mantêm com os netos com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos. Pinazo (1999), por seu lado, considera que os avós se divertem mais com netos ainda crianças do que com netos adolescentes. A frequência de contacto surge como um factor com papel de potenciação de efeitos positivos da relação, sendo que, havendo maior contacto, aumenta o número de actividades o que, por sua vez, leva a que seja estabelecida uma relação mais aprofundada (Osuna, 2006).

As actividades entre avós e netos vão evoluindo à medida que o neto cresce. Entre os 6 e os 8 anos há um maior número de actividades lúdicas e de ócio (actividades como

passar, ver televisão, desenhar e contar histórias), que se constituem como actividades menos frequentes com netos entre os 9 e os 12 anos de idade. As actividades de atenção e de cuidado dos avós em relação aos seus netos também tendem a diminuir com a idade, o que tem a ver com a aquisição de uma maior independência e autonomia do neto, por exemplo, na ida e vinda da escola que, por sua vez, levam a uma menor frequência de contacto (Osuna, 2006).

3.4.2. Adolescência

A evolução da relação entre avós e netos ganha particular ênfase na altura em que o neto vive a fase da adolescência. A aquisição de um grupo de amigos, o incremento da autonomia face à família de origem, aliada à descida da influência parental que, segundo King e Elder (1997) e Uhlenberg e Hammil (1998) funciona como uma mediação na relação, a entrada para o secundário, que aparece ligada a um decréscimo de contacto com os avós (Crosnoe & Elder Jr., 2002), ou ainda a cada vez maior diminuição da necessidade de cuidados do neto (Osuna, 2006; Triadó et al., 2005) são factores que levam a que a relação se modifique (Triadó et al., 2008). Esta independência e ausência de necessidade de cuidados levam a uma menor frequência de contacto que, como já foi referido, é um dos factores mais importantes na relação, sendo mesmo um preditor de uma boa relação. A existência de uma perda de contacto costuma ser mais evidente na linhagem paterna (Osuna, 2006). A respeito da família de origem, aliás, há investigadores que defendem que a relação entre avós e pais influencia decisivamente a relação entre netos e avós, mais especificamente entre avó, mãe e neta, produto da forma como são transmitidos valores, normas e crenças pela mãe entre gerações (Werner, Buchbinder, Lowenstein & Livni, 2007), seja verbalmente ou via modelagem (Kennedy, 1990). A frequência e a intensidade, com o aumento da autonomia do neto, tornam-se mais voluntárias e, por isso, tendem a diminuir, de onde a relação entre avós e netos sai influenciada, especialmente nos casos em que os pais funcionam como pontes da relação (King & Elder, 1997; Uhlenberg & Hammill, 1998). Além disso, há dados que suportam a ideia de que quanto maior o contacto entre os avós e os seus filhos, maior será o contacto com os netos em adultos (Timonen & Doyle, 2012). As modificações na relação passam por uma descida nas dimensões consideradas mais superficiais da relação, como a frequência de contacto ou o número e variedade de actividades partilhadas, ao passo que outros aspectos mais afectivos, como a satisfação com a relação, se mantêm estáveis (Ross et al., 2005; Taylor et al., 2005). Os netos, nestas idades, percebem os avós como pessoas importantes e respeitam os seus pontos de vista (Attar-Schwartz et al., 2009; Van Ranst et al., 1995), percebem os avós como sendo figuras significativas e reportam envolvimento significativo com o avô ou avó que consideram mais próximo e elevados níveis de proximidade emocional (Attar-Schwartz et al., 2009). Bangerter e Waldron (2014) acrescentam a esta questão da independência

típica da adolescência, a iniciação de novas actividades por parte dos avós, que juntamente com a reforma e a possível existência de doença, leva a considerar que as mudanças relacionais deste período possam dever-se a alterações na vida das duas partes. Os autores, apesar destes dados, sublinham que os dados não suportam um declínio inevitável na relação, havendo avós que não percebem qualquer tipo de alteração ao longo do tempo na relação.

Creasey e Koblewski (1991) acrescentam ainda que a forma como os netos tendem a comportar-se com os avós é modelada a partir da forma como os adolescentes observaram os pais a lidar com os avós até ali. De resto, os autores afirmam que os netos, nestas idades, não consideram os avós como alvos importantes de afecto nem como sendo representantes de ajuda instrumental, reportando amor e respeito mútuos, bem como baixos níveis de conflito. Os dados indicam ainda que não há uma grande quebra na vinculação, mas que a proximidade emocional tende a diminuir à medida que o neto cresce. Creasey e Kaliher (1994) corroboram, com o seu estudo, que os netos adolescentes mantêm o mesmo afecto percebido, apesar de com a idade diminuir o desejo de contacto, a intimidade, a admiração e a aliança fiável que mantinham com os avós. Significa que os avós, juntamente com outras figuras familiares adultas, vêem a sua importância como agentes de suporte diminuir e de cuidados, como já foi referido (Osuna, 2006; Triadó et al., 2005), à medida que os netos passam da pré-adolescência para a adolescência, ao mesmo tempo que as relações se mantêm qualitativamente fortes. No mesmo estudo de Creasey e de Kaliher, foram raros os netos que reportaram relações com os avós como não sendo óptimas, independentemente da idade. Além disso, os autores também não detectaram níveis de conflito significativos.

A um nível mais interaccional, há estudos que referem que as actividades recreativas voluntárias se mantêm em nível elevado, seja ao nível de variedade, seja ao nível da sua frequência (Dellmann-Jenkins, Papalia & Lopez, 1987), havendo sentimentos positivos dos netos em relação às actividades que desenvolvem com os seus avós. Há também sentimentos positivos em relação à discussão de assuntos pessoais. A idade dos adolescentes foi também abordada neste estudo, sendo que, não foram encontradas diferenças entre os grupos estudados (13-14, 15-16 e 17-18 anos) no que diz respeito ao tempo de recreio voluntário partilhado com os avós e sentimentos associados.

Apesar do que alguns autores prevêem, outros autores defendem que à medida que a adolescência se vai desenvolvendo, a diminuição contínua do contacto pode levar a que o lado afectivo também sofra, bem como o significado que as partes dão à relação. A este respeito, há quem afirme que há variáveis afectivas, como a compreensão mútua e a intimidade, que não são muito altas quando os netos estão na adolescência, sugerindo que pode haver um declínio na afectividade da relação ligada à idade, mas que ao mesmo tempo uma suposta baixa intensidade na relação entre avós e netos é parcial e restrita a dimensões específicas. Assim, a proximidade e tom emocional da relação parecem ser preservados, com elevadas pontuações em intimidade, conhecimento recíproco e, até certo ponto,

sentimento de segurança. Outros investigadores que afirmam que não há uma relação simples entre as variáveis, já que há mudanças que parecem afectar os aspectos afectivos, como a comunicação e os valores partilhados. Afirmam ainda, que parece haver uma debilitação não só da frequência de contacto e das actividades partilhadas, mas também de aspectos de satisfação com a relação à medida que os netos avançam na adolescência, havendo também mudanças (e.g., aquisição de trabalho), no final desta, que têm um efeito debilitante tanto na comunicação como nos valores partilhados (Mills, 1999; Triadó et al., 2005).

Segundo Rani e Sharma (2004), devido às alterações que o mundo ocidental tem sofrido que provocaram estilos de vida muito mais ocupados, a relação entre avós e netos tem-se vindo a deteriorar. Os autores afirmam que os adolescentes de hoje tratam os avós com menos respeito e afecto, criando relações menos íntimas. Há aqui também diferenças de género: os netos, quando comparadas com as netas, mantêm relações com os avós menos íntimas. Neste estudo é revelado ainda que os netos consideram mais os avós chatos, desactualizados, têm menor interesse neles e são mais desobedientes em relação às regras que lhes são impostas, enquanto que as netas mostram mais comportamentos de protecção, atitude favorável e maior vinculação.

Os netos adolescentes percebem nos avós suporte emocional, segurança do valor próprio e como sendo aliados fiáveis, o que mostra que os avós são figuras de vinculação importantes para os adolescentes. Os autores consideram esta relação significativa, visto que estas funções que os netos consideram importantes, não são funções específicas dos avós, podendo ser cumpridas noutras relações, inclusive nas relações de pares (Van Ranst et al., 1995). Segundo Miller e Bengtson (1991, cit. in Van Ranst et al., 1995), os avós são percebidos como exemplos e modelos alternativos, além de figuras de continuidade do passado, visto que os avós são, muitas vezes, os únicos idosos com quem os adolescentes mantêm uma relação próxima. Neste estudo foram ainda encontradas outras dimensões consideradas não tão importantes, mas que alguns adolescentes atribuem aos avós. Entre estas encontram-se a ligação ao passado, contacto com o envelhecimento, cuidador substituto, mediador entre os netos e os pais, figura distante e suporte financeiro. A propósito do envelhecimento, alguns netos mostram que a sua percepção geral de pessoas idosas é influenciada pelas suas experiências particulares com os seus avós, como já foi referido, podendo os idosos serem vistos como menos aborrecidos e oferecendo ajuda, no caso de haver essa oportunidade (Ross et al., 2005).

Assim, os adolescentes mais jovens classificam os avós de forma mais elevada em todas as dimensões positivas abordadas (já referidas), com excepção da ligação ao passado (Van Ranst et al., 1995). Os autores lançam duas hipóteses para explicar a diferença. A primeira passa por um processo similar e paralelo à “des-idealização” dos pais, processo que Battitelli e Farneti (1991) consideram que se desenrola também em relação aos avós, embora mantenham uma imagem positiva dos avós. À medida que os adolescentes se vão

desenvolvendo, vão adquirindo uma imagem dos pais mais próxima da realidade, sendo que, poderá ser um processo que existe no caso de outras figuras significativas, como os avós. A segunda hipótese passa pela questão do menor contacto entre avós e netos, que pode provocar a diminuição verificada em todas as dimensões abordadas (enquanto que a ligação ao passado aumenta), que corresponderá à tentativa do neto estabelecer-se como indivíduo e de estabelecer um sentido de identidade coerente e integrado, não perdendo interesse nas raízes familiares. O aumento da importância da ligação ao passado é mais denunciada no caso dos avós, que faz sentido, já que é uma função que os netos lhes atribuem (Osuna, 2006; Van Ranst et al., 1995).

Isto significa que a reorganização/reconstrução das relações de vinculação às figuras parentais e outras figuras significativas (como os avós), por parte do adolescente, faz parte do seu processo de autonomização e de construção da sua identidade, o que não significa de forma alguma uma ruptura com os vínculos emocionais desenvolvidos anteriormente, mas uma nova forma de os experienciar, mais autónoma, menos dependente e com determinadas funções específicas que outras relações mais alargadas (como o grupo de pares, o melhor amigo) não poderão substituir (Soares & Campos, 1988).

3.4.3. Jovem adulto

Durante este período, que coincide com a entrada para a universidade, não parecem existir diferenças nas variáveis principais e maioritariamente defendidas pela literatura: os netos universitários mantêm uma ligação particular com os avós maternos e, sobretudo, com a avó materna (Castañeda et al., 2004), que se mantém como sendo a preferida nestas idades, sendo o motivo maioritariamente apontado a maior convivência existente ao longo da vida (Dias & Silva, 2003). Kennedy (1990), aliás, afirma a importância reconhecida pelos netos que os avós têm ao longo das suas vidas, constituindo-se como um aspecto muito presente ao longo do desenvolvimento do neto, incluindo a fase de jovem adulto.

O estudo de Dias e Silva (2003) com alunos universitários, mostra que os netos, nesta idade, vêem os avós como fonte de sabedoria e experiência de vida, estando ainda associadas às, suas percepções o respeito, o afecto/carinho e a origem da família, sendo considerados como segundos pais. Segundo os autores, os resultados obtidos mostram que o relacionamento entre avós e netos mais marcado pelo prazer e pelas brincadeiras existirá mais na infância e que à medida que os netos crescem, outros significados adquirem maior relevância. Os netos revelam ainda que os avós mantêm influência na idade adulta, nomeadamente na formação do seu carácter, na existência de características dos avós em si, em momentos difíceis e como exemplos de fidelidade e de amor na relação conjugal. As actividades mais predominantes são conversar, visitar, ouvir histórias e experiências dos avós, almoçar, telefonar e dar presentes, que está de acordo com Roberto e Stroes (1992), havendo uma tendência para as netas preferirem conversar e para os netos preferirem

almoçar e ouvir histórias. Ainda no mesmo estudo, é interessante compreender a percepção que o neto tem, agora jovem adulto, da evolução da sua relação: o relacionamento na infância é caracterizado pela existência de brincadeiras, enquanto que na actualidade já é de maior respeito e maior afastamento; consideram ainda que o relacionamento, no presente, é bom, mas que durante a adolescência houve algum afastamento (Dellmann-Jenkins et al., 1987; Dias & Silva, 2003).

Um outro estudo de Boon e Brussoni (1996) indica que os jovens adultos, participantes no estudo, que se sentem emocionalmente mais próximos dos avós têm contacto mais frequente e diverso, caracterizando a relação como sendo de grande importância, tanto na sua perspectiva como na perspectiva que acreditam ser dos avós. Os mesmos autores reportam ainda que uma maior força da relação com o avô/avó mais próxima, percebida por netos em idade de jovem adulto, está ligada a repertórios de actividades partilhadas com os avós, ao reconhecimento da influência desses avós nos seus valores e crenças pessoais e ao reconhecimento de que a vida do neto teria algo em falta, no caso de não terem conhecido esses avós. Esta associação positiva é reportada também por Eisenberg (1988) e Kennedy (1992b).

Num outro estudo foi feita uma comparação de diversas dimensões da relação entre avós e netos, antes e depois da entrada do neto para a universidade (Castañeda et al., 2004). Os autores detectaram uma redução do número de actividades (actividades de interior, de exterior, a percepção de aprendizagem mútua e a percepção do papel dos avós em situações de conflito familiar) em todos os avós. Este estudo indica ainda que os netos universitários têm a percepção de terem aprendido com os avós, sobretudo com os maternos (os netos destacam o avô materno e as netas destacam a avó materna). Esta informação contraria alguns dos estudos que abordam o género dos avós e dos netos. Por fim, o mesmo estudo afirma que quanto maior for a proximidade, mais difícil será cumprir a norma de não ingerência dos avós em situações de conflito. Esta norma é mais cumprida pelos avôs. A consequência de interferirem no conflito familiar é a desaprovação dos netos e dos filhos (Thompson & Walker, 1989).

Ainda um outro estudo aponta para que avós e netos nesta idade mantenham contacto, mas que a frequência seja baixa (Geurts, Poortman, van Tilburg & Dykstra, 2009), apontando ainda para que haja um declínio na frequência de contacto ao longo desta fase de vida do neto e que o agregado familiar dos pais funcione como facilitador do contacto entre avós e netos, mas que o estatuto do neto, bem como o do parceiro e a parentalidade não influenciem a diminuição desse contacto.

Pinazo (1999) afirma que os jovens adultos percebem os avós como tendo um papel de apoio importante, estando esta percepção influenciada pela frequência e tipo de contacto que mantêm com os avós, por características pessoais e sociais de ambos e pelas ideias culturais da geração mais jovem do que é um/a avô/avó é (Tyszkowa, 1991). É verbalizada como sendo uma relação muito especial, significando apoio, amizade,

sabedoria, amor, cuidados substitutos em caso de necessidade, transmissores de valores e de ensinamentos e como modelos (Pinazo, 1999). Para a maior parte dos netos, há interesse e vontade em aprender mais sobre o passado da família através da transmissão dos avós – legado de generatividade da cultura familiar – associando este interesse à sua própria maturidade e desenvolvimento psicossocial, considerando a longevidade dos seus avós como uma oportunidade singular de partilha de experiências organizadoras e significativas da sua identidade pessoal (Kemp, 2005).

3.4.4. Adulto

A vida de adulto é substancialmente diferente das etapas precedentes, em termos de gestão de tempo e de foco individual, podendo o sujeito estar focado na família, no trabalho ou em ambos. Se durante a adolescência há modificações que decorrem do estágio de desenvolvimento em que o neto se encontra, não será de estranhar que durante a vida adulta do mesmo, a relação com os avós permaneça em evolução.

Segundo Robertson (1976), os netos adultos exibem, de alguma forma, certa incongruência em relação aos avós, já que percebem os avós como não estando desactualizados ao ponto de não poderem ajudar, mas ao mesmo tempo não procuram os avós como fonte de companhia, de aconselhamento, modelo ou de ajuda financeira. A autora afirma que, apesar disso, os netos se sentem responsáveis pelos seus avós e que os avós são figuras significativas para nesta fase.

Segundo Mills (1999), os netos adultos poderão sentir maior controlo na relação com os avós do que sentiam quando crianças, podendo também haver a percepção de uma verdadeira relação que não seja dominada pela geração parental (Boon & Brussoni, 1996; Kennedy, 1991, cit. in Mills, 1999). A este propósito, há investigadores que afirmam que o consenso entre as duas gerações converge à medida que o membro mais novo obtém um estatuto social similar ao da geração mais velha, em questões como emprego, parentalidade ou casamento (Glass, Bengtson & Dunham, 1986). Ao mesmo tempo, é possível que os netos nestas idades mantenham maiores níveis de conflito com os avós do que em adolescentes, em virtude, por exemplo, das diferenças no estilo de vida, conflitos na educação dos filhos ou ao nível das ideologias (Brussoni & Boon, 1998; Mills, 1999). Mills (1999) apercebeu-se ainda que a passagem para adulto nem sempre é sinónimo de quebra na solidariedade intergeracional. Sendo a transição algo altamente complexo (Hogan & Astone, 1986), definir *a priori* o ponto de chegada dessa transição é demasiado restritivo (Featherman, 1985, cit. in Hogan & Astone, 1986). A propósito de solidariedade intergeracional, um outro estudo conclui que o parentesco em relação ao neto adulto é importante para essa solidariedade, sendo que o género dos avós também tem um papel importante (as avós tendem a ser alvo de maior solidariedade e afecto), independentemente da linhagem (Mills et al., 2001). O mesmo estudo aponta ainda um elevado grau de consenso entre avós e netos adultos, também

independente da linhagem e do gênero.

Além disso, há que contar com a independência de residência com que os netos passam a contar, a partir do momento em que se tornam completamente independentes, que leva a um decréscimo no contacto com os avós maternos, mas não com os paternos. Há estudos que concordam com o menor contacto entre netos e avós a partir do momento em que os netos ganham independência residencial, mas que não distinguem a linhagem (Geurts et al., 2009; Roberto & Stroes, 1992). Esta evolução terá a ver com as novas preocupações e responsabilidades em construir uma identidade familiar própria e a dificuldade de gestão do tempo na articulação dos vários papéis da existência, nomeadamente a actividade profissional, constituindo-se como investimentos prioritários (Monserud, 2011). No que diz respeito à família, este último estudo indica ainda que os netos não casados mantêm uma proximidade maior do que netos casados, independentemente do gênero, diferença que a autora explica pelo tempo que ainda têm disponível para manter a relação e com uma possível busca de proximidade, com os avós, que não encontraram ainda numa relação íntima. O estudo de Hogan e Astone (1986) encontrou, ainda, uma maior associação aos avós no caso de um primeiro casamento dos netos, previsão que vai contra as de Cherlin e Furstenberg (1992), que previam o inverso. Monserud (2011) considera que a transição para a vida adulta tem como consequências potenciais a alteração das relações com todos com quem o neto se relaciona, ainda que ao mesmo tempo considere que ainda não se conhece muito sobre essas alterações.

Kemp (2005) lança ainda uma outra questão relativa à forma como a relação entre avós e netos adultos é percebida, fazendo um paralelismo com as relações de amizade. Tradicionalmente, há uma divisão entre os grupos de família e de relações sociais, considerados mutuamente exclusivos nas suas características e na sua evolução – a família, como grupo natural de relações; as relações sociais, como grupos de pertença com membros que se procuram e encontram pela afinidade das suas características. A autora questiona se a relação entre avós e netos não será uma relação não mutuamente exclusiva, ou seja, se não terá características de relação familiar e de relação social, nomeadamente no que diz respeito à afinidade das características pessoais. Isto implicará que a relação entre avós e netos evolua de acordo com o estágio de desenvolvimento em que o neto se encontra e poderá explicar a evolução da relação, do ponto de vista do neto, na idade adulta. Esta visão desafia a divisão tradicional dos grupos considerados mutuamente exclusivos de família e relações sociais, ao mesmo tempo que mostra como a vida familiar, nomeadamente a relação entre avós e netos, é muito complexa e não tão bem definida como pode parecer.

Apesar do reconhecimento dessa evolução, os motivos não são ainda claros. Assim como são apontados diversos motivos e alterações na relação que podem explicar as mudanças, ao mesmo tempo há estudos que indicam que esses motivos não estão completamente esclarecidos.

Dubas (2001) explorou a influência do gênero na relação entre avós e netos adultos,

em relação à proximidade, importância e satisfação, tendo descoberto que o gênero dos netos se encontra relacionado com a importância que dão à sua relação com os avós, não havendo efeitos de moderação com a satisfação. Monserud (2011) concorda que o gênero pode ter influência e acrescenta que também a linhagem (maior ligação às avós maternas) pode fazer a diferença nas relações entre avós e netos adultos, mostrando a existência de uma aproximação entre netas que se tornam mães e avós, surgindo a parentalidade como uma aparente oportunidade para estreitar a relação, até mesmo com os avós paternos.

Apesar de complexa, há investigadores que apontam uma relação entre a intensidade da relação entre avós e netos, durante a infância dos últimos e a relação aquando da idade adulta do neto. Assim, este tipo de relação promove a continuação da relação em adulto e pode contribuir para o potencial suporte dos avós (Geurts, van Tilburg & Poortman, 2012). Este mesmo estudo aborda ainda a presença dos netos adultos na vida dos avós, através da verificação das redes sociais dos avós. Os autores verificaram que 25% dos avós indicaram pelo menos um neto adulto na sua rede de relações. Por outro lado, Silverstein e Long (1998) explicam a relação entre avós e netos nesta etapa segundo um modelo que prevê que haja um decréscimo de afecto durante os primeiros 14 anos de grã-parentalidade, sendo que a partir dessa altura se inicia uma reversão modesta, enquanto que o contacto e a proximidade declinam a um ritmo acelerado. O mesmo estudo indica ainda que os avós mais velhos têm, em média, maiores níveis de afecto, mas que depois as taxas de queda de contacto e proximidade tendem a ser maiores e que o contacto dos avós com outros netos não altera estas trajectórias. Nestes aspectos indicados pelos investigadores não houve influência do gênero dos avós ou dos netos nem da idade.

Segundo Brown (2003), a relação entre avós e netos adultos depende da existência de cuidados (independentemente das razões desses cuidados) na relação, por parte dos avós, durante os anos formativos da criança. A autora considera que os dados que recolheu no seu estudo sustentam a independência desta ligação das questões de gênero e de linhagem. Desta forma, considera que a história de cuidados é um dos preditores mais fortes da qualidade da relação, que envolve a proximidade emocional entre avós e netos e a própria frequência de contacto. Por outro lado, outros investigadores afirmam que não é o cuidado aos netos que prevê a satisfação com a relação, mas que esta será afectada pelo suporte e cuidado emocional que os avós dão, mesmo que à distância (Taylor et al., 2005). Kemp (2005), Silverstein e Marengo (2001) e Roberto e Stroes (1992) afirmam que avós e netos servem mutuamente como confidentes, sendo que Kemp afirma mesmo que os netos se poderão sentir mais à vontade em discutir os seus assuntos com os avós do que com os pais, por ser uma relação com menores níveis de conflito e por haver uma norma de não interferência por parte dos avós, correspondendo a uma menor probabilidade de julgamento do que é dito. A este respeito, Cherlin e Furstenberg (1992) falam numa dicotomia entre a vontade de não interferir na educação que os filhos dão aos netos e a obrigação de ajudar nos casos em que esta é necessária, ideia confirmada por May, Mason e Clarke (2012). As últimas autoras

afirmam que não há um avô/avó típico/a, mas a questão da não interferência ao mesmo tempo que se deve estar presente é uma constante verbalizada por avós participantes no seu estudo Rossi (1990). Kemp (2005) considera ainda que a relação nesta altura é percebida como um laço incondicional, com reservas latentes de suporte, sendo considerada como uma “rede de segurança” para as duas gerações ao longo das suas vidas. Neste sentido, estão disponíveis para dar apoio, podendo nunca ser chamados a dar certos tipos de apoio, mas sendo incondicional, constituindo-se como uma forma de segurança para as duas gerações.

Por outro lado, a vida de adulto do neto, com as responsabilidades que lhe são inerentes, podem levar à necessidade de cuidados aos avós, o que naturalmente terá influência na relação e na sua percepção. Os netos são capazes de assegurar os cuidados necessários, independentemente da linhagem (Fruhauf, Jarrott & Allen, 2006), embora tenha custos, nomeadamente a nível de relações românticas (Dellmann-Jenkins, Blankemeyer & Pinkard, 2000) e no conflito de papéis ou mesmo na inversão de papéis (Piercy & Chapman, 2001).

Hakoyama e Malonebeach (2013) estudaram os preditores da relação entre avós e netos e a forma como influenciam a relação ao longo do desenvolvimento dos netos até à idade adulta. Descobriram que, concorrendo para o que já foi aqui desenvolvido, a proximidade entre avós e netos tende a declinar à medida que os netos crescem, mas também que quanto maior for a proximidade enquanto crianças, mais próximos se manterão dos avós em adultos. Da regressão linear que os autores levaram a cabo, destacam-se como preditores o nível educacional dos avós, saúde em geral dos avós, frequência de contacto, compatibilidade de personalidade de avós e netos e a percepção da qualidade da relação da mãe desse neto (a do pai é importante em criança e em jovem adulto, mas não durante a adolescência).

Numa perspectiva diferente, Timonen e Doyle (2012) mostram a importância de estudar esta relação específica de forma não independente das restantes relações familiares, já que consideram que a relação é apenas uma parte de uma rede complexa. Desta forma, apontam factores como a estrutura familiar e a situação de vida de avós, pais e netos, os quais podem influenciar a forma como avós e netos interagem, além de que mesmo a relação entre os mesmos avós varia com os diversos netos que podem ter.

3.5. Percepção dos Avós

Os avós, por sua vez, percebem a relação de forma diferente. Num estudo de Triadó e Villar (2000), foi pedido aos avós que completassem frases que lhes foram apresentadas incompletas, com o objectivo de examinar a percepção de aspectos positivos e negativos. Desta forma, os autores obtiveram agrupamentos de afectividade (estima, carinho), proximidade (percepção positiva de contacto cara a cara), atributos pessoais

(qualidades física e psicológicas), responsabilidade (compromisso com os estudos ou trabalho), tudo (quando não sabem ao que se referir ou não têm preferências) e outros, no pólo do que gostam mais nos netos. No pólo oposto, surgem o respeito (quando percebem faltas de consideração ou desobediências), proximidade (percepção negativa de contactos cara a cara), atributos pessoais (percepção de defeitos ou de desajuste com a norma social), costumes (hábitos que desaprovem), nada (inexistência de algo que desagrade) e outros.

Existe no que diz respeito às avós uma aparente “periferia” dos netos, apesar de serem descritas como significativas (Roberto, Allen & Blieszner, 1999), excepto nas situações em que as avós deram apoio ou cuidados temporários a um ou mais netos, sendo que nesses casos há uma alternância na percepção de quem são, entre mãe e avó, conforme a situação presente. A caracterização da relação com os netos contrasta com a centralidade em relação aos próprios filhos adultos encontrada no mesmo estudo, independentemente da distância geográfica ou de quão próximas se sentem deles. A relação periférica com os netos é desafiada pelos estudos de Eisenberg (1988) e de Sanders e Trygstad (1993) que acreditam que os investigadores que vêem a relação desta forma se estão a esquecer de considerar a importância da proximidade emocional, levando a que seja nos casos em que os netos consideram que não são próximos dos avós que a relação não é considerada central pelas avós. Mesmo que isto aconteça, pode ainda assim manter características de influência na vida do neto (Brussoni & Boon, 1998).

Os avós sentem-se satisfeitos com esta relação íntima e próxima e tendem a preferir uma relação não associada ao papel parental, ainda que nem sempre essa separação seja clara. Os avós verbalizam a relação como um renascer e a presença dos netos como umas das satisfações maiores que têm (Pinazo, 1999). A relação tem ainda uma componente de envolvimento com o presente e com o futuro, oferecendo uma visão em curso e uma perspectiva dos estádios futuros das suas vidas. Neste sentido, a relação com os netos adultos ganha uma dimensão de imortalidade e de continuidade através do seu clã, mais através dos seus netos adultos pela vivência das suas transições e do seu crescimento, algo que com os netos mais jovens não é possível (Kemp, 2005). Ao mesmo tempo, sentem restrições nas relações que estabelecem com crianças e jovens, devido a possíveis más interpretações das suas acções, além de perceberem os seus valores mais tradicionais como sendo contrastantes com os valores mais liberais que percebem como actuais. Estes avós percebem os netos como sendo mais sofisticados e como estando mais sob influência do mercado de consumo juvenil, quando se comparam nessas idades com os netos, questão que ligam à forma como sentem que os netos não apreciam o valor do que têm, mais uma vez comparando com o que a sua geração tinha nessas idades. Os avós descrevem ainda os seus avós como mais distantes, formais e rigorosos, considerando que houve evolução no que diz respeito ao estilo grã-parental que exibem (Ross et al., 2005).

Somary e Strieker (1998) consideram, a este respeito, que toda a construção da

relação se inicia ainda antes do nascimento da criança. Assim, abordaram a pré-relação entre avós e netos, ou seja, o período intra-uterino da criança e concluem que, ao contrário do que defendia McGreal (1986), há diferenças entre os avós, nomeadamente no que diz respeito às expectativas, conforme o género e a linhagem: as avós tendem a esperar maior satisfação no desempenho do seu papel, a colocar maior ênfase na ajuda que querem dar ao neto, a quererem ser vistas como idosas sábias, esperam que o neto ocupe um papel mais central nas suas vidas e esperam que a indulgência tenha um papel mais fundamental, enquanto que os avôs tendem a esperar sentir-se mais confortáveis a verbalizar o que sentem à geração intermédia e a estar envolvidos em aconselhamento e cuidados ao neto. As avós maternas têm maior entusiasmo nesta fase na questão da indulgência e os avôs maternos dão menos importância ao papel de idoso sábio.

Isto é indicativo de que a idade dos netos também contribui para a forma de os avós se envolverem. Ainda que esta questão da idade dos netos como factor influenciador da percepção que os avós têm da relação não seja, de todo, consensual, Silverstein e Marengo (2001) afirmam que avós com netos mais jovens tendem a ter mais actividades de diversão e religiosas com os netos e que, nestes casos, tende a haver maiores recompensas simbólicas para os avós (proximidade emocional e importância do papel), sendo explicados pela maior oportunidade de contacto com os netos. Aquando de uma maior independência dos netos em relação aos pais, há uma renegociação da relação que pode resultar numa menor frequência de contacto. A relação muda, passando os avós a discutir preocupações pessoais com os netos. Ainda acerca da idade dos netos, é aceite que quanto mais novos são os netos, mais próximos são os avós (Cherlin & Furstenberg, 1992; Fingerman, 2004; Kahana & Kahana, 1970), mas compreensivelmente esses netos são percebidos como sendo mais cansativos (Fingerman, 2004).

A utilização de novas tecnologias de informação e de tecnologia em geral está ligada à forma como os netos, nestas idades, influenciam a vida dos avós, juntamente com áreas como práticas ambientalistas, aspectos dietéticos e ainda actividades sociais. Estes aspectos podem trazer *empowerment* aos avós, já que permite ultrapassar um obstáculo geracional que permite uma melhor adaptação ao mundo actual e que minimiza o risco de exclusão social dos idosos. Esta influência surge, sobretudo, nos casos em que netos e avós têm uma relação emocional próxima, provocando uma relação recheada de actividades variadas e de suporte (Matos & Neves, 2012).

A questão de fundo de uma ausência de um enquadramento teórico mais forte tem aqui uma resposta de Kivnick (1982), sendo que a autora aponta para 5 dimensões da percepção que os avós têm da grã-parentalidade, que são a centralidade – tende a ser central na vida dos avós; a idade valorizada – a grã-parentalidade percebida em termos de actividades e atitudes associadas ao papel de sabedoria do idoso, estimada pela sociedade; a imortalidade através do clã – sentimentos de imortalidade adquirida através dos descendentes e através da continuidade da família num futuro indefinido; o envolvimento

com o passado – a grã-parentalidade activa aspectos relacionados com a própria história; e a indulgência – comportamentos estereotipados de indulgência perante os netos.

3.6. Percepções cruzadas

São patentes uma série de contradições na literatura, que levam a questionar o facto de, na generalidade, não se ter em conta que numa relação diádica, que por definição inclui duas pessoas diferentes e em que as percepções poderão não coincidir, ainda que sejam sobre a relação que as duas partes vivem e na qual investem. Desta forma, há que ter em conta essas percepções e considerar que poderão não coincidir, de forma a conhecer mais aprofundadamente a relação entre avós e netos e as mudanças a que esta está sujeita ao longo do tempo (Henry, Miller & Giarrusso, 2005; Overbey & Pollina, 1996). Por exemplo, há investigações que suportam que a intensidade da relação diminui à medida que o neto vai entrando na adolescência (ver King & Elder, 1995, Triadó et al., 2008 e Uhlenberg & Hammill, 1998), mas isso não significa que seja da mesma forma para avós e netos.

Outros investigadores defendem que a percepção da mudança é diferente nos elementos da díade, havendo para os avós um declínio em todas as dimensões da relação, enquanto que os netos vêem a relação de uma forma mais estável, onde apenas as componentes actividades de lazer partilhadas e o estilo de grã-parentalidade de cuidador decrescem, que correspondem a actividades em que os avós deixam de ser “necessários”. A literatura que previa que haveria estabilidade na relação pode ser aplicável à percepção dos netos, mas não à dos avós (Villar et al., 2010).

Numa perspectiva mais global da relação, tendo em conta as percepções das duas partes, todas as dimensões, sejam as mais superficiais sejam as mais afectivas, além da satisfação, tendem a diminuir, embora se note estabilidade na perspectiva dos netos. A idade é significativa apenas no caso da frequência de actividades de ócio partilhadas. Significa que os avós sentem esta evolução como um afastamento afectivo e emocional, enquanto que os netos não percebem um afastamento afectivo. Kennedy (1990) afirma, ainda, que os netos (universitários) percebem o seu papel como sendo complementar à sua percepção da grã-parentalidade.

A tendência de estudo em díade é justificada pelo facto de uma relação intergeracional se estabelecer de forma bidireccional, em que ambas as partes contribuem para o bem-estar mútuo nessa relação, ainda que de forma diversa: os avós dão afecto, cuidados, amor, experiências de vida e tempo, entre outros e os netos contribuem com carinho, companhia, vitalidade e diversão, entre outros (Osuna, 2006).

Nesta perspectiva diádica, há investigadores que consideram que o papel dos avós é visto de forma homogénea por avós e netos (Triadó et al., 2005). Este estudo encontrou a percepção de elementos comuns no papel dos avós que tendem a coexistir e a criar um perfil

de avós, conforme percebido pelas díades da amostra, ou seja, tanto pelo avô/avó como pelo seu neto. Esse perfil inclui a representação dos avós como figuras que representam a raiz familiar, permitindo aos netos a compreensão de onde os seus pais vêm e uma memória viva da evolução que a família tem vindo a sofrer ao longo dos anos (ver também Scabini & Cigoli, 2000). Avós e netos apontam o gosto que têm na relação, bem como a satisfação e desejo pelo tempo que passam na companhia uns dos outros. A percepção de ambos evolui com o tempo e em algumas componentes no mesmo sentido, sendo que os cuidados que os avós dão aos netos são percebidos como diminuindo ao longo do tempo (ver também Osuna, 2006). Por fim, há ainda percepções similares em relação às variáveis associadas ao género, sendo que neste estudo são marginais, lançando a hipótese de que a relação entre avós e netos não estará sob o espectro dos papéis tradicionais de género, pelo menos na sua totalidade (ver também Roberto et al., 2001). Kemp (2005) considera que, a nível global, a natureza da relação (com netos em idade adulta) é concebida em termos positivos, além de ter dados que apontam para que a relação seja um valor acrescido para a identidade e auto-descoberta de ambos. Apesar disso, foram também encontradas diferenças: os avós percebem uma componente forte de aconselhamento que os netos não encontram e vêem-se como dando mais na relação, alimentando-a; já os adolescentes percebem os avós como mediadores entre si e os seus pais. Da parte dos adolescentes, há ainda a percepção de que a confiança nos avós tende a diminuir, ainda que de forma ligeira (Triadó et al., 2005). Apesar de estes dados indicarem que os avós se percebem como dando mais na relação, Langer (1990, cit. in Kornhaber, 1996) aponta evidências no sentido de os avós sentirem que recebem mais do que dão, tendo em conta os vários tipos de papel que desempenham, em termos do que dão que recebem em termos emocionais e instrumentais.

O perfil encontrado como produto da percepção diádica do papel dos avós, pode lançar algumas pistas sobre o porquê de tantos estudos se contradizerem entre si no que diz respeito ao valor que a relação tem para os netos (Roberto et al., 2001). Desta forma, a resposta pode não ser um sim ou um não claro, mas poderá ter mais a ver com a componente que tiver sido estudada. Levanta ainda a questão de se os estudos se estarão a debruçar sobre o estudo da díade a partir da leitura e aplicação indiscriminada à relação entre avós e netos do que são as relações importantes para os adolescentes (e.g., a relação de pares, caracterizada por elevados níveis de confiança mútua e a relação com os pais, com uma componente normativa elevada) e do que são as relações importantes para os avós (e.g., com os próprios filhos, com baixa busca de diversão mas elevada confiança e com o seu parceiro/a, com elevado nível de confiança e baixa ligação ao passado).

No que diz respeito à percepção de pontos positivos e negativos da relação, há uma convergência no sentido de que tanto avós como netos são capazes de os perceberem e de os indicar, mas os pontos são naturalmente diferentes (Triadó et al., 2006, 2008).

Os avós apontam aspectos de personalidade dos netos – como a sociabilidade, extroversão e bondade no pólo positivo, e a irritabilidade, rigidez e passividade no pólo

negativo –, além de alguns pontos de comportamento do neto adolescente ligado à inserção futura na sociedade – no lado positivo a responsabilidade ou o ser trabalhador e no lado negativo aspectos muito associados à problemática adolescente, como o cumprimento de normas familiares ou a aparência física.

Já os netos apontam questões que têm mais a ver com a relação em si, como a compreensão e o afecto. Estes pontos constituem-se em grande parte dos casos como pontos de conflito, no sentido de que avós e netos consideram que a parte contrária poderia melhorá-los (Triadó et al., 2006). O mesmo estudo aborda a forma como avós consideram que os netos os vêem, acreditando que para os netos o importante são os aspectos relacionais, nomeadamente o tipo de relação que mantêm, em detrimento dos aspectos pessoais de si mesmos e das suas qualidades. Retomando a questão do conflito, nota-se uma certa assimetria na relação, já que em casos de discussão, a maioria das vezes centram-se nas questões relativas ao neto e não em questões relacionadas com o comportamento dos avós (Triadó et al., 2006, 2008). Ainda num outro estudo, foram estudadas as percepções das duas partes, juntamente com o que cada parte gostaria que melhorasse na relação. Foi descoberto que a relação presente é percebida de forma similar, havendo acordo a maior parte das vezes nos pontos fortes e pontos fracos do presente. Houve também similaridade nas formas como a relação poderia melhorar, sendo indicadas áreas que envolvem a expansão da relação a outras relações importantes que avós e netos mantêm com outros sujeitos, bem como o aumento de decisões conjuntas de actividades um com o outro (Schutter, Scherman & Carroll, 1997). Ligada ao conflito está a questão do que não é discutido entre avós e netos. A esse respeito, Brussoni e Boon (1998) descobriram que há duas temáticas que não são abordadas, que são as crenças sexuais e políticas que, curiosamente, são duas áreas em que se espera que haja diferenças apreciáveis entre os dois elementos.

Ainda no campo das diferenças na percepção, o grau de satisfação incondicional com a relação parece ser maior com os avós do que com os netos, já que não depende do contacto, de actividades conjuntas nem do grau de apoio oferecido ou recebido, mas apenas da proximidade emocional e da idade (Triadó et al., 2008).

No que diz respeito ao grau de concordância nos aspectos abordados, que tende a diminuir com uma diferença de idades maior entre avós e netos e com menor contacto, os autores encontraram um grau baixo, que pode significar que a relação não é tão próxima quanto uma parte da literatura defende e que a comunicação poderá não ter o grau de proximidade desejável (Triadó et al., 2006).

Sumarizando as principais conclusões dos estudos analisados

Pode-se constatar, pelos estudos já referenciados, que não podem ser tiradas conclusões categóricas sobre a forma como a relação entre avós e netos funciona nem sobre a forma como determinadas variáveis presentes influenciam ou não essa mesma relação.

Mas os dados parecem indicar benefícios para avós e para netos (Osuna, 2006) e influência mútua (Pinazo, 1999): para os avós é satisfatório, já que traz efeitos positivos e gera sentimentos de futuro e de optimismo; para os netos porque beneficiam da experiência de vida dos avós, com os valores morais, conselhos, suporte emocional e económico, compreensão e amizade (Osuna, 2006). As discrepâncias têm a ver com as condições dos estudos, com o contexto, a cultura, as idades... ou seja, com as próprias variáveis que se pretende estudar (Triadó et al., 2005). Significa que quando se pergunta se a relação entre avós e netos (adolescentes, por exemplo) é importante para ambos e a extensão dessa importância, encontram-se respostas afirmativas (e.g., Van Ranst et al., 1995, Hyde & Gibbs, 1993) e não tão afirmativas (e.g., Creasey & Koblewski, 1991, Silverstein & Long, 1998). Pode ainda ter a ver com a dificuldade em conseguir captar a essência multi-angular da relação que, claro, é maior do que a soma de todas as variáveis presentes.

Apesar de tantas questões em aberto, Bernal e Anuncibay (2007) avançam com o perfil de neto que consideram que se adequa às preferências dos avós. Assim, o perfil do neto preferido tem como características ser do sexo masculino, menos de 10 anos de idade, do lado materno da família, co-residente na mesma cidade, com vários avós vivos mas não vivendo habitualmente com eles e com frequência de contacto diária. Kennedy (1992a) também aponta algumas características que considera estarem associados a uma boa relação entre avós e netos adultos, que são um grau de proximidade relativamente elevado, um desejo forte de ser conhecido pelo/a avô/avó, um sentimento forte de o neto conhecer o/a avô/avó, um sentimento de que o avô/avó é uma influência relativamente forte na vida do neto e um sentido de uma relação autêntica e independente, suportada e não dominada pela geração parental.

Também são indicados factores considerados ligados a uma grã-parentalidade mais envolvida e com maior influência e suporte, que são um menor número de netos, um maior nível educativo e residir perto do neto e haver envolvimento na agricultura (Mueller, Wilhelm & Elder, 2002). Estes factores surgem associados a uma pertença dos avós ao sistema familiar, que promove o desenvolvimento de laços intergeracionais fortes, sobretudo nos casos de família rurais (que dá origem à questão do contacto com a agricultura), cujos avós têm grande potencial para se tornarem figuras significativas nas vidas dos netos, sendo o factor chave nestas famílias a autoridade que os avós têm. Os factores ligados a uma grã-parentalidade menos próxima, segundo os mesmos autores, são a distância, ser de linhagem paterna, falta de encorajamento por parte da geração parental, não haver envolvimento na agricultura e ter um grande número de netos. Este último estudo procurou identificar o tipo de relações entre avós e netos existentes, tendo-se encontrado as diferenças explanadas e tendo-se ainda encontrado um grupo de avós orientados para o autoritarismo, caracterizados por serem mais jovens, maternais, empregados a tempo-inteiro e por terem uma neta.

Ainda outros factores são apontados no estudo de Mueller e de Elder (2003): a

proximidade a um determinado neto leva a que haja maior envolvimento com esse neto do que com outros netos que tenha; há maior probabilidade de influência de um avô/avó no caso de o neto não ter bom rendimento académico (ver também Cherlin & Furstenberg, 1992); avós influenciadores, capazes de suportar e, até determinado ponto, orientados para o autoritarismo tendem a ter uma relação mais próxima; há mediação de outras relações familiares ao longo das gerações, sendo que avós mais influentes e suportadores tendem a perceber o neto como tentando envolvê-lo mais na sua vida e que a geração parental se esforça mais por manter os avós na vida dos netos; e o conhecimento dos seus próprios avós (ou seja, trisavós dos seus netos) por parte dos avós tende a torná-los mais envolvidos. A propósito do envolvimento da geração parental, um outro estudo indica que os pais podem ser uma geração que faz a ponte entre as gerações de avós e de netos, mas que esse papel pode ter significados diferentes. Caso as tríades tenham relações próximas e positivas, a geração parental serve de modelo, mais especificamente, a relação da mãe e da avó guia e modela a relação entre ela própria e a filha e o seu papel passa pela transmissão de crenças, valores e normas entre as gerações. No caso de as relações serem mais desconexas, a mãe não funciona como mediadora entre as gerações (Werner et al., 2007).

De todas as variáveis, a idade (dos avós e dos netos), o género e a linhagem são as que têm sido as mais estudadas (Chan & Elder Jr., 2000; Uhlenberg & Hammill, 1998). Apesar de haver variáveis mais estudadas e que são consideradas, globalmente, como sendo mais importantes e como exercendo influência na relação, mediante outras variáveis, como a linhagem e o género dos avós, há também quem ponha essa questão em causa. Por exemplo, Danielsbacka e Tanskanen (2012) afirmam que a idade do neto, a saúde dos avós e a distância entre avós e netos têm o mesmo efeito em todos os avós.

A um nível global, há uma inclinação da literatura para salientar a importância das avós na relação com os netos (Hagestad, 1986). O facto de haver um foco maior nas avós, significa que há uma visão dos avós filtrada através de lentes feministas, que tendem a ignorar ou a esconder as experiências dos homens como avós (Roberto et al., 2001). Isto também é visto na forma como os estudos comparam avós e avôs. Apesar de os estudos indicarem resultados mistos (que significa que há diferenças e similaridades em cada área estudada, como as percepções, papéis, interações ou satisfação), quando há diferenças de género estas são consistentes com os papéis ligados ao género socialmente construídos. Significa que os avôs são vistos como menos carinhosos e envolvidos nas vidas dos netos e esta relação surge como sendo menos influenciadora, íntima e recompensadora (Spitze & Ward, 1998). A adesão a um modelo de diferenciação de género tradicional é uma abordagem “curta” que desvaloriza a relação entre avôs e netos e não reflecte a natureza complexa do envolvimento nas vidas dos netos ao longo da vida (Roberto et al., 2001). Apesar de tudo, os avós são valorizados e vistos como membros familiares activos, mesmo se sem contacto, e a relação é vista como importante (Sanders & Trygstad, 1993).

De um modo geral, Szinovacz (1998b) afirma que os diversos estudos que existem acerca da relação entre avós e netos não capturam a heterogeneidade, dinâmicas e complexidade das relações. Nesse sentido, a literatura surge como limitada pela forma como confia em estudos seccionados, que em regra se focalizam na relação de um dos avós com o neto/a que vivem próximo ou com quem mantém uma ligação emocional. Isto leva a que se tenha imagens momentâneas de interações, eventos e transições na perspectiva de um dos membros da díade intergeracional e falha no conhecimento da realidade demográfica da família em anos posteriores. Significa que é importante expandir a visão para a relação entre os avós e toda a rede de netos, no sentido de melhor compreender a relação entre avós e netos e as influências mútuas que têm uns sobre os outros (Roberto et al., 2001) e que, além disso, ignoram as possíveis formas em que o decurso da vida de cada membro familiar e o desenvolvimento de tarefas familiares modelam a relação entre avós e netos (Aldous, 1995; Burton, 1990; Roberto et al., 2001).

Esta sumarização ajuda a explicar o porquê da existência de tantas contradições na literatura. A relação entre avós e netos é de grande complexidade, como qualquer outra relação, mas com a agravante de ser uma relação que envolve três gerações diferentes, tendo cada uma das gerações características próprias e que têm a sua contribuição na relação entre avós e netos. Junta-se a esta questão a questão da matriz de leitura dos estudos, que se traduz em diversas metodologias que não conseguem ser suficientemente completas, até pelo grau de complexidade que isso exigiria, para integrar todas as variáveis que influenciam esta relação. Aliás, a este respeito, há que questionar até a exequibilidade de tal projecto: será possível vir a conhecer e a enumerar todas as variáveis que influenciam a relação entre avós e netos, quanto mais conseguir integrá-las numa metodologia de investigação?

Capítulo II

Desenvolvimento Vocacional, Significados do Trabalho e Auto-Conceito Académico como variáveis do Desenvolvimento

Este capítulo tem como objectivo desenvolver conceptualmente e a partir do estado da arte, algumas dimensões do desenvolvimento global do adolescente, especificamente o desenvolvimento vocacional, os significados atribuídos ao trabalho e o auto-conceito académico. Estas dimensões constituem-se como dimensões relevantes e estruturantes no processo de preparação do adolescente para a vida adulta, motivo pelo qual foram seleccionadas como dimensões privilegiadas no âmbito desta investigação, com o objectivo de tentar compreender de que forma as percepções da relação da díade composta pelo avô/avó mais significativo e respectivo neto influenciam estas dimensões do desenvolvimento do neto. A exploração de cada uma das variáveis é realizada de forma contextualizada, a partir do primeiro e mais decisivo contexto de desenvolvimento, a família, tal como sublinham os referenciais conceptuais sistémicos apresentados de forma exaustiva no primeiro capítulo deste trabalho, que postulam que o desenvolvimento humano ocorre em contextos relacionais em interacção recíproca como parte e todo do sistema a que pertence e não à margem do sistema familiar (Cigoli & Scabini, 2006; Relvas, 2000; Scabini & Cigoli, 2000).

1. O Desenvolvimento Vocacional

Este subcapítulo tem como objectivo conceptualizar o desenvolvimento vocacional numa perspectiva contextual e bioecológica do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 2001), postulando que os factores intra-individuais e os factores inter-individuais (que se referem ao ambiente envolvente, mais ou menos próximo) facilitam ou inibem o desenvolvimento global do sujeito, especificamente, o vocacional (Gonçalves, 2008). Esta leitura adequa-se a uma leitura familiar do desenvolvimento que, por ser uma leitura sistémica da família, nunca é exclusivamente individual. Parte-se da premissa de que os projectos humanos não são realizados no vazio, mas que são desenvolvidos em contexto de acção e de relação vividos de forma integrada, sendo influenciados pelos subsistemas relacionais em que o sujeito se move (Bronfenbrenner, 1986). Alicerçados nestes pressupostos conceptuais, pode-se afirmar que os projectos vocacionais não são descobertos mas antes construídos, por via das oportunidades que o contexto sócio-cultural permite ou inviabiliza (Coimbra, Campos & Imaginário, 1994), algo apoiado por Gergen (2001), ao afirmar que os sujeitos não se constroem apenas a partir de estruturas, projectos, orientações ou recursos internos, mas através do cruzamento destes com referências estruturantes, orientações, projectos e recursos do mundo dos outros. Significa que o desenvolvimento vocacional decorre ao longo da história de vida do sujeito (Coimbra et al., 1994), tendo necessariamente que incluir as diversas relações que mantém com os outros e, de forma privilegiada, com a família, lugar mais significativo onde se aprendem saberes, afectos e experiências estruturantes e organizadores que formam a matriz de significados das relações que o

sujeito vai manter com os outros e consigo próprio e onde decorre a preparação para os diversos papéis que virá a desempenhar ao longo da sua vida (Gonçalves, 2008).

1.1. Conceptualização do Desenvolvimento Vocacional

Como qualquer área de intervenção em Psicologia, o desenvolvimento vocacional tem sofrido uma evolução na forma como é conceptualizado. As abordagens tradicionais fundamentavam a escolha da profissão a partir das teorias designadas por traço-factor, predominantes até à década de 50 do século passado, pressupondo que existe uma relação entre as características de personalidade e as características de cada profissão e partindo do princípio de que há uma estabilidade dos traços de personalidade ao longo da vida do indivíduo. Estas abordagens não tinham em conta o processo ou os contextos de escolhas vocacionais, articulando apenas o perfil de interesses, valores e aptidões inatas com oportunidades de formação e de profissão (Arthur, Inkson & Pringle, 1999; Guichard & Huteau, 2002). Nesta perspectiva, a escolha era feita a partir de programas de orientação profissional com duas etapas sequenciais, sendo a primeira etapa a aplicação de uma bateria de testes com o objectivo de identificar características de personalidade, interesses e aptidões e sendo a segunda etapa a frequência de acções de informação sobre oportunidades de estudo, formação e/ou trabalho, na tentativa de descobrir a profissão que era adequada às características de cada pessoa (Campos, 1980). Estas abordagens ainda existem em contextos culturais onde estes pressupostos teóricos são considerados válidos (Arthur et al., 1999; Guichard & Huteau, 2002). Estes autores consideram que estas abordagens permitiam que os empregadores ignorassem as singularidades do indivíduo, conseguindo ajustar as pessoas às oportunidades e necessidades do mundo laboral.

Mais tarde, no início dos anos 50, a investigação começou a dar importância às intenções futuras dos jovens profissionais e a valorizar a construção da carreira ao longo da vida. Desta forma, começa a dar-se valor ao desenvolvimento vocacional ao longo da vida, valorizando a forma como os contextos culturais, económicos e políticos influenciam esse desenvolvimento e valorizando a forma como o sujeito se desenvolve nestes contextos, bem como à forma como estabelece relações e lhes atribui significados. Assim, evolui-se da tentativa de descobrir a vocação inata do indivíduo para um paradigma em que os interesses profissionais são vistos como o resultado de um processo que evolui com o desenvolvimento social, económico e tecnológico e ainda em função das oportunidades que o contexto concede ao indivíduo (Campos, 1980).

Nos anos 80, o desenvolvimento vocacional passa a ser visto como um processo integrado no ciclo vital do indivíduo. Esta mudança teve uma influência decisiva da teoria psicossocial de Erikson (1971, 1976) e do modelo de estatutos de identidade de Marcia (1966, 1980, 1987), que se baseia na teoria de Erikson.

Marcia (1966), no seu modelo, propõe a construção da identidade do ego alicerçada a partir de dois processos estruturantes, que são a exploração – vista como um processo de relação com o mundo, através da análise, ponderação e questionamento de várias alternativas possíveis – e do investimento – decorrente da exploração, que leva à tomada de decisão e ao compromisso com um determinado objectivo. O investimento inclui as acções concretas de implementação de projectos e escolhas ou acções concordantes com esse objectivo ou princípio. Foi este modelo que permitiu que, contemporaneamente, se considere que as pessoas conseguem construir deliberadamente as suas trajectórias, tanto durante o período de formação como ao longo da própria vida profissional na relação que estabelecem com o mundo da formação e do trabalho (Campos & Coimbra, 1992; Greenhaus, 1987).

A integração referida do desenvolvimento vocacional no ciclo vital tem aqui a sua face visível, na medida em que são utilizados os dois conceitos de Marcia como pilares da elaboração e implementação dos projectos profissionais (Campos, 1989). Nesta perspectiva, a exploração é o processo psicológico fundamental no desenvolvimento vocacional, por ser através da relação (que corresponde ao investimento) estabelecida com o mundo e através das suas experiências directas e indirectas de contacto com as realidades do trabalho e das formações que vão sendo construídos os objectivos vocacionais (Campos, 1989). Desta forma, a exploração constitui-se como uma das tarefas de desenvolvimento associadas ao desenvolvimento vocacional sendo, neste sentido, considerada um comportamento voluntário e intencional com o objectivo de conhecer o mundo do trabalho (Jordaan, 1963, cit. in Sparta, Bardagi & Andrade, 2005).

Nesta concepção desenvolvimentista, a exploração é encarada como um mecanismo que deve ocorrer ao longo de toda a vida do sujeito, sendo uma tradução da forma como o sujeito se relaciona com o mundo (Taveira, 2000). Sendo dinâmica, é de prever que seja influenciada pela motivação do sujeito que também varia ao longo do tempo, estando dependente dos níveis de satisfação e de pressão do sistema de oportunidades sociais de formação percebidos, com o objectivo de tomar uma decisão (Pitz & Harren, 1980). A exploração está sujeita a alterações de alguns factores, como a idade e o ano de escolaridade, sendo que se prevê como parte do processo que haja um aumento da exploração com a idade, estando esse aumento ligado a uma escolha de carreira mais segura (Jepsen & Dickson, 2003). Neste âmbito, o investimento é considerado como sendo o elemento que mobiliza o indivíduo para a construção de vínculos com o mundo, correspondendo à dimensão psicológica da relação (Gonçalves, 1997, 2008, 2006) e traduz-se na capacidade que o sujeito tem de manter uma determinada direcção, sendo que apenas se pode dizer que o investimento existe no caso de haver uma influência directa das alternativas escolhidas na sua vida e ainda uma preparação para poder desempenhar os papéis futuros de forma consistente, com objectivos e valores anteriormente definidos (Costa, 1990).

É importante referir que estes dois processos não são etapas sequenciais, já que a

exploração prepara e conduz o sujeito para novos investimentos e, ao mesmo tempo, interage com o próprio investimento, construindo uma continuidade entre investimentos actuais e futuros que transformam a relação do sujeito com o mundo que, por sua vez, promove o seu desenvolvimento (Campos & Coimbra, 1991). São processos dialécticos do desenvolvimento geral que permitem aceder à mudança psicológica (Gonçalves, 1997) e que implicam factores internos, que são sínteses integradas de escolhas prévias feitas e factores externos, que se traduzem em acções de concretização (Costa, 1990). De forma a sublinhar esta questão, Campos e Coimbra (1991) utilizam a expressão “exploração do investimento”, defendendo ainda que é da relação do sujeito com o mundo que resulta o desenvolvimento do sujeito, processo que precede todo o processo de actividades de planeamento e de exploração (Blustein, Devenis & Kidney, 1989).

Naturalmente que a evolução conceptual e científica não é alheia à evolução social e cultural e o desenvolvimento vocacional não é excepção. Hoje em dia, ao contrário de até há algumas dezenas de anos, em que era habitual permanecer no mesmo emprego toda a vida, há uma necessidade permanente de actualização e de aprofundamento de competências e de qualificações, provocada por uma evolução cada vez mais rápida da ciência e da tecnologia e decorrentes de exigências modernas crescentes de competitividade (Coimbra, Parada & Imaginário, 2001). Esta perspectiva de cariz construtivista, ecológica e desenvolvimentista, segundo Coimbra et al. (1994), é mais vantajosa, permitindo uma maior integração das diversas facetas do indivíduo num plano de desenvolvimento integrador.

Desta forma, há vários anos que a escolha vocacional deixou de ser vista como um momento na vida de um sujeito (Santos, 2007; Super, Savickas & Super, 1996), mas antes um processo que percorre todo o ciclo vital e que envolve todo um conjunto de tarefas evolutivas (Super et al., 1996). Hoje em dia, acredita-se que a escolha não pode ser dissociada do percurso individual de vida do sujeito e enfatizam-se as consequências que esta tem para o sujeito, o que implica que a escolha esteja enquadrada num processo de desenvolvimento (Campos, 1989; Gonçalves, 1997; Santos, 2007), que inclui um sector das diversas dimensões do desenvolvimento psicológico geral, como o desenvolvimento cognitivo, interpessoal, moral e de identidade (Campos, 1989) e onde estão em jogo a educação/formação, a qualificação e a actividade profissional, articulados com a escolha de vida que inclui uma coordenação do conjunto de papéis da existência (Campos & Coimbra, 1991). Gonçalves (1997) acrescenta que o desenvolvimento vocacional se refere à confrontação que o sujeito faz com as sucessivas tarefas de elaboração, implementação e reformulação de projectos de vida multidimensionais, incluindo os papéis familiares, membro de grupos, cidadão e consumidor, entre outros. A confrontação processa-se ao longo da história de vida do indivíduo, através das relações que estabelece com os diferentes aspectos da realidade, em forma de encontros, experiências, contactos, questionamentos e significados, o que implica a desconstrução de projectos anteriores e a reconstrução de novos investimentos (Coimbra et al., 1994). Campos (1989) afirma ainda

que o desenvolvimento vocacional é uma exploração e uma construção de relações do sujeito com os mundos escolar, social e profissional, além de incluir momentos de investimento mais explícito. O processo envolve gostar ou não gostar, valorização ou desvalorização, maior ou menor investimento, experiência de contacto com os mundos escolar e profissional proporcionadas tanto pela família, como pela escola ou ainda pelos amigos. Todas estas explorações e investimentos têm como pano de fundo o contexto social (Campos, 1989; Campos & Coimbra, 1991). Bastos (2005) afirma mesmo que a expressão “escolha profissional” deverá ser relativizada, visto que está dependente até do estrato social a que o indivíduo pertence. Neste estudo, a autora descobriu que, em sociedades capitalistas, os jovens pertencentes a classes sociais mais baixas têm menores possibilidades de escolha, visto que as condições em que vivem acabam por influenciar de forma determinante os caminhos a percorrer por necessidade e não pela própria vontade. Croll (2008) tem uma visão menos extrema, considerando a escolha real mas, ao mesmo tempo, reconhecendo que há quem tenha restrições fortes nessa escolha. Neste sentido, Super (1996) afirma que a decisão vocacional tende a incluir todo um conjunto de mini-decisões de maior ou menor importância, que significa que a tomada de decisão não é apenas o resultado do conhecimento acerca de determinados cursos e profissões, mas antes o resultado das relações que cada um constrói com o mundo de forma activa, com envolvimento emotivo, cognitivo e comportamental (Fernandes, 2013), constituindo-se a adolescência uma das etapas críticas neste processo desenvolvimental (Savickas, 2002). Aliás, a este propósito, há mesmo investigadores que afirmam que os processos de desenvolvimento da identidade e decisão de carreira ocorrem simultaneamente, pelo que o processo de individuação na adolescência pode influenciar as escolhas vocacionais dos jovens adultos (Blustein, Devenis, et al., 1989; Lopez, 1992; Lopez & Andrews, 1987).

Tudo isto se consubstancia num confronto dos sujeitos perante a diversidade de escolhas de formação e de profissão, ao longo do seu desenvolvimento e da construção de um projecto vocacional. Ao longo deste, podem existir diferentes momentos, conforme o sujeito esteja em fase de exploração e/ou investimento ou conforme falte um ou ambos os processos. Enquadram-se aqui os estatutos de identidade vocacional de Marcia (1966), que são a Identidade Moratória, o *Achievement* – Identidade Realizada ou Identidade Construída, segundo Santos (2007) –, o *Foreclosure* – Identidade Outorgada – e o estatuto de Difusão ou *diffusers* ou de Identidade Difusa (denominação de Santos, 2007), explicados em seguida.

O primeiro estatuto, o de identidade moratória, caracteriza-se por ser um período de exploração intensa por parte do sujeito, que ao mesmo tempo ainda tem dificuldades em tomar uma decisão (Marcia, 1966) e em que não existe o investimento correspondente (Santos, 2007). No domínio vocacional específico, neste momento de todo o processo, há consciência dos sujeitos da necessidade de uma tomada de decisão, de onde decorrem processos de exploração vocacional intensos do mundo do trabalho, havendo confronto das

alternativas a ponderar. Podem resultar daqui ansiedade e indecisão, efeitos que tornam importantes os apoios familiares, escolar e profissional no sentido de obterem ajuda para lidar com esses sentimentos.

O estatuto de identidade realizada ou construída caracteriza o sujeito preparado para realizar e reconstruir o investimento actual, depois do processo de exploração e de ponderação de todas as alternativas, sendo um momento predominantemente de exploração. O sujeito, nesta altura, sente-se mais equilibrado, seguro e confiante por ter consolidado e incorporado os investimentos que realizou ao longo do processo de exploração (Marcia, 1966).

O estatuto de *foreclosure* ou identidade outorgada corresponde ao investimento de sujeitos sem exploração (Marcia, 1966; Santos, 2007), ou seja, é a realização de uma escolha feita por outros significativos ou feita socialmente, sem que os sujeitos tenham questionado os investimentos iniciais (Marcia, 1966), sendo esses condicionamentos, muitas vezes, feitos pelos pais ou outras figuras do tipo parental (Santos, 2007). Nestes casos, em geral, os jovens têm famílias demasiado apoiantes que não são capazes de deixar o jovem autonomizar-se e de explorar o mundo. Normalmente estes jovens não se deixam questionar acerca do porquê de terem medo da exploração, são pouco autónomos e têm uma grande necessidade de aprovação social, algo que os leva a jogar pelo seguro (Gonçalves, 2008).

O estatuto de Difusão ou *diffusers* ou de identidade difusa é característica dos sujeitos que vivenciam um vazio de projectos vocacionais, não tendo nem explorado nem investido num caminho (Marcia, 1966; Taveira, 2000). Os sujeitos podem apresentar algumas preferências profissionais, mas transmitem a sensação de poderem desistir com facilidade, no caso de serem confrontados com outras opções, pelo que são sujeitos com pouca motivação e descomprometidos com escolhas e investimentos profissionais (Taveira, 2000). Assim,

o desenvolvimento vocacional é uma das dimensões do desenvolvimento humano ao lado do desenvolvimento cognitivo, interpessoal, moral e físico-sexual... pelo que poderia ser tematizado como um dos sectores da existência onde estas dimensões se concretizam, e não como uma dimensão ao lado delas – a educação para o desenvolvimento vocacional atravessaria assim a educação psicológica global. Se dermos mais um passo, e não restringirmos o desenvolvimento vocacional ao papel de trabalhador, mas o estendermos ao itinerário seguido pelo indivíduo na sua realização histórica através de todas as posições que vai ocupando nos diferentes papéis em que tal história se concretiza, o desenvolvimento vocacional poderá então ser considerado a dimensão de síntese, de integração, de todas as dimensões do desenvolvimento e de todos os sectores da existência e, deste modo, a promoção do desenvolvimento vocacional seria inseparável da educação psicológica global (Campos, 1980, p. 228-229).

1.2. Desenvolvimento Vocacional e Família

O contexto familiar na área vocacional da Psicologia foi, inicialmente, considerado uma variável pouco relevante e, por isso, pouco desenvolvida e analisada até aos anos 80 do século passado (Chope, 2002), apesar de já Anne Roe (1957) ter sinalizado indicadores claros de que as variáveis do contexto familiar, especificamente os estilos parentais, tinham um impacto relevante nas escolhas vocacionais dos seus filhos. Não deixa de ser algo um pouco surpreendente pela existência de dados que reconhecem as influências contextuais familiares ao nível da escolha vocacional inicial e o próprio modo como esta escolha é implementada (Osipow & Fitzgerald, 1996). Esta lacuna na investigação talvez possa ser explicada pela dominância das abordagens conceptuais intra-individuais em Psicologia, desvalorizando ao mesmo tempo as abordagens interpessoais e contextuais.

Os estudos sobre o impacto do contexto familiar sobre as várias dimensões do desenvolvimento humano, especificamente o vocacional, intensificaram-se depois dos trabalhos de Bronfenbrenner, nos anos 70 (Dessen & Neto, 2000), que ao assumir um modelo bioecológico do desenvolvimento, questionou as práticas correntes de modelos de investigação focalizados no intraindividual, postulando que a qualidade do desenvolvimento é indissociável das relações com os contextos proximais e distais onde o mesmo ocorre (Gonçalves, 2008).

Os primeiros estudos realizados no início dos anos 80 focalizaram-se em variáveis sócio-demográficas com influência no processo vocacional, não sendo tidas em conta variáveis familiares (Scott & Church, 2001), algo que se pode ver como uma limitação da investigação no quadro conceptual aqui apresentado. Nesta fase, as variáveis estudadas foram o estatuto sócio-económico, configuração familiar e origem racial ou étnica e a sua influência nas expectativas e aspirações educacionais e ocupacionais, nível de formação e profissão desempenhada (Schulenberg, Vondracek & Crouter, 1984), além da localização geográfica, da herança genética, do *background* familiar, da composição da família e das atitudes dos pais perante o trabalho (Splete & Freeman-George, 1985). Outras limitações passaram por ignorar a funcionalidade do contexto familiar e a interdependência dos sistemas ecológicos onde decorre o desenvolvimento psicológico e a incapacidade dos investigadores em analisar as alterações do meio sócio-económico que se repercutem na família, além da forma como influencia e altera a relação da família com o meio e as relações entre os seus membros (Schulenberg et al., 1984). Whiston e Keller (2004) apontam ainda como limitações da investigação a falta de enquadramento teórico num número considerável de trabalhos de investigação e a escassez de investigações longitudinais.

No início da década de noventa do século passado, começou-se a desenvolver investigação estudando variáveis de natureza processual, com o objectivo de compreender a forma como as dinâmicas familiares exercem influência num ponto de vista causal ao invés

de apenas preditivo, correspondendo a um esforço da investigação em passar a analisar variáveis processuais. A investigação sobre o papel da família no desenvolvimento vocacional tem beneficiado disso mesmo (Whiston & Keller, 2004). Esta matriz de análise é no sentido transaccional e de reciprocidade, partindo do princípio de que há alterações significativas ao longo do ciclo de vida familiar, particularmente ao longo da adolescência no início da idade adulta (Lankard, 1995; Lopez, 1992; Young & Friesen, 1990). Esta evolução permitiu o reconhecimento da utilidade e da pertinência das teorias sistémicas já desenvolvidas (Larson, 1995; Splete & Freeman-George, 1985; Toman & Kurtz, 1992).

Especificando um pouco mais o que já foi referido anteriormente, relativamente à forma como o desenvolvimento vocacional e a decisão de carreira são dimensões de um desenvolvimento mais global, há investigadores que defendem que o desenvolvimento da identidade e a decisão de carreira ocorrem simultaneamente, constituindo-se o processo de individuação (processo decorrente da dinâmica familiar) como um factor de influência nas escolhas vocacionais (Blustein, Devenis, et al., 1989; Lopez, 1992; Lopez & Andrews, 1987).

O processo de individuação está intimamente ligado à forma como o casal de pais foi/é capaz de manter uma combinação de “protecção flexível”, onde coexistam aspectos de protecção de que o adolescente necessita e aspectos de autonomia de que também necessita. Isto exige uma orientação personalizada no sentido de conseguir uma individuação de critérios que ajudem a que o adolescente possa fazer as suas próprias escolhas. Caso este equilíbrio seja conseguido, os pais permitem que o adolescente desenvolva gradualmente a sua identidade e aumente a sua autonomia, no sentido de se poder autonomizar da sua família (Cigoli & Scabini, 2006; Scabini & Cigoli, 2000). Portanto, da forma como a família é capaz de garantir a individuação ao adolescente pode decorrer o seu processo de decisão vocacional.

Dentro desta temática, há estudos que indicam que uma relação segura, em que haja garantia de separação psicológica das figuras parentais, tem uma correlação positiva com comportamentos de exploração vocacional, ao passo que vinculações inseguras com as figuras significativas relacionam-se com uma ausência de projectos vocacionais. Além disso, quem tem um maior sentimento de autonomia manifesta maior segurança nessa exploração e maior disponibilidade para escolhas vocacionais mais consistentes e com formações mais longas e mais exigentes (Blustein, Walbridge, Friedlander & Palladino, 1991). Um outro estudo, ligado à individuação e aos estilos parentais, indica que pais não autoritários que garantam uma relação aberta e segura com os filhos facilitam o processo de individuação e autonomização dos filhos e proporcionam experiências de exploração vocacional, tendo ainda mostrado que o grau de individuação na relação entre o adolescente e os pais tem uma relação positiva com a exploração vocacional (Kracke, 1997). Ainda ligado à individuação, um outro estudo aponta para que uma relação em que o sujeito sinta tanto apoio como desafio dos pais, além de um espaço de autonomia que possa utilizar para

explorar o mundo como protagonista da construção do seu projecto de vida, seja uma relação mais facilitadora do desenvolvimento vocacional (Blustein, Prezioso & Schultheiss, 1995).

Ainda no domínio das dinâmicas familiares, relativamente a outras variáveis, outros estudos (Felsman & Blustein, 1999; Ketterson & Blustein, 1997) mostram uma correlação positiva entre a vinculação segura às figuras significativas e a exploração vocacional, sendo que Felsman e Blustein (1999) consideram que a vinculação à mãe será mais importante e decisiva do que a vinculação ao pai.

Schultheiss, Kress, Manzi e Glasscock (2001) acrescentam que a influência da família na exploração vocacional e na tomada de decisão é sentida pelo adolescente por meios indirectos, pelo apoio prestado e pela disponibilização de meios para a sua progressão na formação. Ainda acrescentam que são a mãe, o pai, os irmãos, a família alargada e os amigos que exercem essa influência, por ordem de importância. Young, Friesen, Turner e Johanna (1994) afirmam que o ambiente familiar é importante no desenvolvimento vocacional, como contexto que facilita ou dificulta a exploração do investimento vocacional, não de forma unidireccional, mas sendo antes co-construído pelas dinâmicas intra-familiares. Os mesmos investigadores afirmam ainda que os contextos familiares que consigam proporcionar um clima alternado de momentos de apoio com momentos de desafio, onde se comunique de forma aberta os problemas que surgem do próprio sistema familiar, no sentido de atender às necessidades de cada elemento familiar e que garantam suporte emocional aos filhos, favorecem o seu desenvolvimento vocacional (Gonçalves, 2006; Gonçalves & Coimbra, 1995; Young et al., 1997; Young et al., 2003).

Estes contextos familiares conseguem oferecer diversas oportunidades de exploração vocacional aos filhos e permitem a assumpção, por parte dos últimos, tanto da própria escolha profissional como do projecto de formação de forma autónoma, acompanhando e respeitando e, ao mesmo tempo, questionando o realismo e antecipando as consequências das decisões (Gonçalves, 2006; Gonçalves & Coimbra, 1995; Kinnier, Brigman & Noble, 1990; Young, Paseluikho & Valach, 1997; Young et al., 2001). Por outro lado, em famílias com fronteiras impositivas da circulação da comunicação e rígidas, cujo ambiente familiar é caracterizado por reduzida comunicação, com ausência de expressão de sentimentos e experiências e com frequentes situações de violência física, psicológica, verbal e, eventualmente, de abuso sexual, há uma limitação do desenvolvimento vocacional (Gonçalves, 2006; Gonçalves & Coimbra, 1995, 2007; Kinnier et al., 1990). Este tipo de famílias tende a adoptar práticas educativas diferenciadas em relação à identidade sexual e interferem na exploração das filhas, limitando-o e desvalorizando o papel feminino (Hoffman & Weiss, 1987; Kinnier et al., 1990; O'Brien, Friedman, Tipton & Linn, 2000; Rainey & Borders, 1997). A este respeito, segundo Carvalho e Taveira (2010), a relação que os pais estabelecem com os filhos, bem como as actividades que promovem, no âmbito da relação com o meio, no sentido de conseguir um bom desenvolvimento vocacional, torna-se

importante. Um estudo de Pocinho, Correia, Carvalho e Silva (2010) corrobora estes dados, indicando que os adolescentes que obtenham este apoio dos pais no processo de tomada de decisão têm melhor informação, são menos influenciáveis, têm maior sentimento de segurança e revelam percepções de carreira mais adequadas.

Um outro estudo dá força a estas questões, tendo identificado várias dimensões já referidas, como comunicação, individuação e objectivos conjuntos entre pais e filhos como facilitadores de um projecto vocacional de família, fazendo parte da relação em si e do desenvolvimento do adolescente no contexto familiar, integrado com o restante desenvolvimento e constituindo-se como apenas um dos vários projectos que decorrem em simultâneo. Desta forma, os projectos vocacionais dos adolescentes não se realizam por si, sendo construídos conjuntamente e estando integrados numa hierarquia de objectivos e projectos familiares, tendo propriedades próprias que permitem a sua realização (Young et al., 2001) e estando sob influência do próprio momento por que a família passa. Um estudo recente demonstrou que os filhos de pais desempregados tendem a evidenciar um menor grau de investimento vocacional e a evidenciar ainda tendência para não haver exploração, explicado pelas menores expectativas percebidas de sucesso (Sobral, Gonçalves & Coimbra, 2009). O mesmo estudo aponta para que filhos de pais empregados tenham maior confiança, pela evidência de expectativas mais elevadas de sucesso, que resulta em maior investimento vocacional.

Também Young e colaboradores (2001) defendem que variáveis familiar, como a vinculação, apoio e a dinâmica familiar, entre outros, influenciam o desenvolvimento vocacional e que os resultados da sua carreira estão enraizados nos processos da sua família, pelo que não poderá ser visto como um projecto individual mas antes como uma parte do projecto familiar mais amplo. Significa que as escolhas não estão apenas dependentes das características individuais e das expectativas do adolescente, mas estão imersas no conhecimento e significados dos projectos dos próprios pais, além do próprio processo de identificação e sentimento de pertença à família e ainda dependentes do valor que o sujeito dá às profissões da rede de pessoas significativas (Fernandes & Gonçalves, 2012a). Há ainda variáveis, associadas à dinâmica familiar e, em alguns casos, ao estatuto sócio-económico, que são apontadas pela literatura como influenciando o desenvolvimento vocacional, como a configuração familiar, que inclui o tamanho da família, ordem de nascimentos e espaço temporal entre irmãos. Outras variáveis apontadas são o ser-se pai/mãe solteiro(a), a relação entre mãe e filho e ainda as interacções familiares (Schulenberg et al., 1984).

Outras variáveis familiares, de cariz sócio-demográfico, surgem na literatura como influenciando o desenvolvimento vocacional. A disponibilidade de capital financeiro, humano e social, a interface família-trabalho, os papéis familiares, a estrutura familiar e as condições históricas que afectam o país (Bryant, Zvonkovic & Reynolds, 2006) são algumas delas. O facto de o contexto mais significativo no desenvolvimento e na

transmissão de modelos de referência ser o familiar (Gonçalves, 2008), juntamente com os estudos explanados, mostra a utilidade da compreensão do papel do funcionamento familiar na capacidade de aceitar ou pôr em causa criticamente valores e crenças da família face ao mundo do trabalho (e.g., nos casos de famílias com tradições muito marcadas nas profissões desempenhadas) e ajudam na compreensão da forma como as regras familiares influenciam uma escolha vocacional (Santos, 2007).

Esta exploração do estado da arte confirma que os percursos vocacionais dos adolescentes fazem parte do contexto familiar, por fazerem parte do próprio projecto familiar em acções conjuntas e orientadas por objectivos no contexto sócio-emocional da família, sem que estas ponham em causa a identidade ou autonomia do adolescente (Valach & Young, 2004; Young et al., 2001, 2003). Exemplos disso são as actividades conjuntas de pais e filhos de exploração vocacional, como visitas a contextos de trabalho cujas áreas se constituem como interesses dos filhos, a escolas de formação ou a universidades, que permite a exploração conjunta de informação sobre o sistema de formação e sobre o sistema profissional. Os pais servem ainda como fontes de *feedback* no que diz respeito aos próprios projectos de formação e de profissão dos filhos, no sentido de facilitar a forma como os últimos lidam com as diversas questões sobre o seu próprio projecto vocacional (Young, Friesen & Pearson, 1988). Nesta interacção entre pais e filhos, há diferenças de género, sendo que os pais tendem a interagir mais com os filhos do que com as filhas, no sentido de um maior envolvimento, maior nível de informação proporcionada e apresentam maior disponibilidade para a realização de actividades de exploração vocacional (Fassinger, 1990; Mannheim & Seger, 1993; O'Brien, 1996; O'Brien & Fassinger, 1993; O'Brien et al., 2000; Rainey & Borders, 1997). Há também uma tendência para que em níveis sócio-económicos mais baixos não haja envolvimento intencional em actividades de desenvolvimento vocacional, funcionando como um factor preditivo (Young & Friesen, 1992).

Hoje em dia, todo o processo de desenvolvimento vocacional e a sua relação com a família são estudados por vários investigadores (Gonçalves, 2006, 2008; Schulenberg et al., 1984; Whiston & Keller, 2004; Young, 1994, 2002; Young & Friesen, 1992; Young et al., 1997, 2001). Apesar de alguns estudos abordarem a questão do desenvolvimento vocacional numa perspectiva familiar, ainda não se encontram estudos da influência da família alargada nesse mesmo desenvolvimento. A evolução da sociedade e das características demográficas já referidas anteriormente provocou uma vivência entre avós e netos temporalmente alargada. Hoje em dia a norma é a existência na contemporaneidade das duas gerações (e até de três gerações, já que o aumento da esperança média de vida tem permitido que os avós ainda se tornem bisavós), que tem levado a uma maior valorização da relação entre avós e netos. A relação ganha ainda uma dimensão de utilidade para a família nuclear, visto que com a entrada da mulher para o mercado de trabalho e o aumento da competitividade entre os próprios trabalhadores, o trabalho tem-se tornado cada vez mais central na vida das famílias,

que recorrem cada vez mais ao apoio de avós que, pela cada vez melhor qualidade de vida, são em grande parte das ocasiões pessoas activas e capazes de manter actividades com os seus netos. Isto traduz-se em contactos entre avós e netos muitas vezes diários, pelo que os avós se tornam uma influência marcada na vida dos netos e da família como todo. Sendo esta uma tendência dos nossos tempos, explica o porquê de os estudos não se terem ainda voltado para esta influência que os avós poderão ter sobre as dimensões do desenvolvimento dos netos, mais especificamente, sobre o desenvolvimento vocacional e, como será visto no ponto seguinte, sobre a construção de significados do trabalho. Daí a pertinência histórico-social deste estudo e a sua relevância para a investigação, nomeadamente em Portugal.

2. Significados do Trabalho

Civilized man refused to adapt himself to his environment. Instead, he adapted his environment to suit him. So he built cities, roads, vehicles, machinery. And he put up power lines to run his labour-saving devices. But he didn't know when to stop. The more he improved his surroundings to make life easier, the more complicated he made it. Now his children are sentenced to 10 to 15 years of school, to learn how to survive in this complex and hazardous habitat.

B. Troskie, G. Broeck e J. Uys, *The Gods Must Be Crazy*, 1980

Este ponto pretende explorar os significados do trabalho e a sua construção. Começa-se por fazer um apanhado da evolução da sua conceptualização e são apresentados alguns estudos que abordam a forma como a família, como centro de aprendizagem de valores e de transmissão de significados às gerações mais jovens, influencia a construção do que significa trabalhar e as suas dimensões estruturantes.

2.1. Conceptualização dos Significados do trabalho

A palavra trabalho deriva da palavra latina *tripalus*, cuja tradução directa é “três paus”, expressão utilizada no latim popular para designar um dispositivo para ferrar animais de grande porte. Da expressão origina-se o verbo *tripiare* que significa torturar. Daí que trabalho esteja associado a algo penoso e difícil (Freitas, 1998). Por norma, quando se fala em trabalho, considera-se o trabalho assalariado (Castel, 1999), ainda que haja diversos

trabalhos mais informais, como o voluntariado ou o trabalho doméstico que, por serem não remunerados, nem sempre são reconhecidos como tal (Claudino & Lima, 2010).

Desde o início dos tempos que o trabalho faz parte da vida humana, havendo indícios da sua existência pré-histórica, que levam a crer que é uma actividade tão antiga como o homem (Lobato, 2004) e sendo os seus significados, como qualquer outra realidade humana, “co-construídos nos contextos culturais, históricos e sociais partilhados” (Gonçalves, 2006, p. 92). O trabalho é algo que diferencia o ser humano dos demais seres vivos e constitui-se como uma forma de satisfazer as suas necessidades, embora ao mesmo tempo crie novas necessidades, o que leva à complexificação da sua existência (Magalhães & Silva, 2010).

O significado e a forma de tentar compreender o trabalho tem sofrido fortes transformações ao longo da história das civilizações (Barreto & Aiello-Vaisberg, 2007; Gonçalves, 2008; Lassance & Sparta, 2003; Ribeiro & Léda, 2004). Segundo Ribeiro e Léda (2004), durante muito tempo o trabalho foi visto de forma negativa, estando associado, na Grécia Antiga, aos servos que o desempenhavam, sendo que para Platão e Aristóteles, a produção de objectos materiais, mesmo no caso de obras de arte, era uma actividade de segunda ordem em relação a actividades como a política, o estudo e a ginástica. A civilização romana partilhava desta conceptualização, estando os trabalhos que exigiam esforço físico destinados aos escravos. Os cidadãos romanos dedicavam-se à política, à guerra, ao direito, à arte (já não considerada actividade indigna de cidadãos) e à arquitectura (De Masi, 2003). Só a partir da época do Renascimento é que o significado do trabalho se vai transformar de forma progressiva, tornando-se parte da identidade e da realização do homem.

Ainda na Idade Média, a actividade predominante era a agricultura, que juntamente com o artesanato constituía a indústria doméstica. Eram também vistas como actividades corporais depreciativas, pelo que estavam também destinadas aos escravos e a classes inferiores, que forneciam a mão-de-obra necessária aos senhores feudais. Os monges e o clero dedicavam-se à ciência, à arte, à gramática, ao serviço religioso e às actividades sociais e caritativas públicas, ao passo que a nobreza se dedicava à guerra e a actividades de lazer (Wissen, 1998). Apesar da desvalorização do trabalho rural e manual, surgem nesta altura os primeiros sinais de valorização do trabalho manual, por influência dos mosteiros beneditinos e cistercienses, que valorizavam o investimento de cada monge num trabalho manual, de forma a garantir o sustento e a conseguir manter afastadas as tentações (Gonçalves, 2006). A partir do século XVIII iniciou-se a cientifização do trabalho, com a aplicação do conhecimento científico e tecnológico, que se desenvolveu e aplicou a grande velocidade à actividade produtiva (De Masi, 2003). Consequentemente, foram sendo construídos dois significados do que é o trabalho: um positivo – ligado à criação, à realização pessoal e à identidade do trabalhador – e outro negativo – ligado ao castigo, à punição e ao fardo.

Mais tarde, a revolução industrial provocou uma perda de emoção de construir e de

participar em todo o processo de criação (que constituía o significado positivo do trabalho). O trabalho passa, desta forma, de ter uma componente positiva, ligada à criatividade e à liberdade, com o artesão a figurar como o expoente máximo desta forma de conceptualizar o trabalho, para uma visão mais predominantemente negativa, pelo seu novo carácter repetitivo e pela existência de horários de entrada e saída das fábricas (Sennett, 2008). Ainda com a revolução industrial e dando-se a cientifização do trabalho, surgem as fábricas metalúrgicas de Taylor e as fábricas automóveis de Ford, nos Estados Unidos (De Masi, 2003). Surge, assim, o modelo Fordista que permitiu a consolidação da indústria com as relações de trabalho, através do controlo do tempo pelo cronómetro fordista e a produção em cadeia Taylorista (R. Antunes, 1995). Estas duas formas produtivas acabaram por estar na origem da fragmentação do trabalho, desigualdade e possível exclusão de indivíduos do sistema laboral, problemas que desde então se tornaram crónicos (Lobato, 2004). Este dois modelos tiveram o seu esplendor até ao final da II Guerra Mundial, tendo começado a decair definitivamente a partir da década de 70, com a crise petrolífera, cumprindo a previsão da preponderância do intelecto sobre o trabalho da força de braços feita por Taylor acerca da evolução do trabalho (Gonçalves, 2006).

É já durante a década de 80 que surge o modelo japonês com a palavra de ordem a ser “flexibilidade”. Esta época é caracterizada pela descentralização das empresas, que passam a subcontratar outras empresas em países com mão-de-obra mais barata para grande parte da produção, ficando no país de origem da empresa a pesquisa, a gestão e o desenvolvimento de novos produtos (Arruda, 2010). O desenvolvimento de tecnologias de ponta leva a que haja uma progressiva diminuição do número de pessoas na produção sem afectar a produtividade (Arruda, 2010; Gonçalves, 2006), levando a que algumas profissões se tornem obsoletas, obrigando a reconversões via formação dos trabalhadores e levando a que surjam novas profissões. É a partir daqui que a competência profissional passa a ser um bem em permanente aquisição, através da formação ao longo da vida, e que está ligado à evolução da visão do desenvolvimento vocacional, conforme foi explicado anteriormente (Gonçalves, 2006). Este período é conhecido como Terceira Revolução Industrial ou Revolução Tecnológica da Informação (Castells, 1996).

Daqui surgiram várias alterações importantes, como a incorporação da mulher no mercado de trabalho como força de trabalho barata, a intensificação do trabalho, a precarização dos contratos de trabalho, diminuição da remuneração e ainda o desemprego (Arruda, 2010; Castells, 1996; Diogo & Coutinho, 2006; Heloani & Capitão, 2003), além do desaparecimento dos *lifelong jobs* (empregos que duravam toda a vida do trabalhador), da pouca expectativa do trabalhador desempregado em conseguir voltar a ter trabalho e do medo de quem está empregado de poder ficar desempregado (Ribeiro & Léda, 2004; Toni, 2003). Com estas alterações, evoluiu-se da perspectiva negativa do trabalho para um significado como actividade natural, necessária e imprescindível da condição humana, embora esta percepção tenha acabado por se extremar ao ponto de o trabalho ser

considerado uma mercadoria imposta pela sociedade, cujo significado é apenas um gasto de energia física e mental que tem, como consequências, as chamadas doenças modernas (Barreto & Aiello-Vaisberg, 2007). Segundo os mesmos autores, entre estes dois extremos há inúmeras alternativas de significados dados ao trabalho na sociedade de hoje em dia. Segundo Reich (1992) e Arruda (2010) as modificações criadas por toda esta evolução implicam uma nova classificação funcional do trabalho, estando dividida em serviços rotineiros de produção, em serviços pessoais e em serviços simbólicos.

Outros efeitos da Revolução Tecnológica da Informação, segundo Nonaka e Takeuchi (1995), são as necessidades de que as empresas consigam criar e disseminar pela organização novos conhecimentos e que consigam incorporar rapidamente novas tecnologias e produtos, provocadas por mercados sempre em mudança e pela proliferação de novas tecnologias, que permitem o aumento da concorrência e que os produtos se tornem obsoletos da noite para o dia. Neste tipo de incerteza em que a economia mundial vive, o conhecimento é a fonte segura de vantagem competitiva. Desta forma, há apenas interesse por parte das empresas em manter trabalhadores a longo prazo caso estes consigam manter-se inovadores e cumpridores das metas da empresa, que implica que o trabalhador seja capaz de se adaptar a mudanças e às metas organizacionais o que, por sua vez, tem como consequência uma dedicação cada vez maior ao trabalho e à qualificação, apenas para manter o trabalho. Outro efeito que advém destas mudanças é não haver uma correspondência entre o aumento do número de horas no local de trabalho e um estreitamento de relações sociais, visto que as ligações laborais são tendencialmente passageiras e extremamente competitivas, comportando ainda o risco de possibilitar duas perdas simultâneas, que são o emprego e as amizades possivelmente estabelecidas (Arruda, 2010). Méda (1999) sublinha isso mesmo, ao considerar a função social do trabalho é uma mera consequência da convivência necessária, ao mesmo tempo que defende que o trabalho não foi inventado com o objectivo de conseguir reunir sujeitos para realizar uma obra comum. Como consequência, cresce o número de trabalhadores que não partilham do significado de realização, reconhecimento e utilidade à sociedade do trabalho (Ribeiro & Léda, 2004), tornando-se o trabalho uma mera fonte financeira com o sentido de satisfazer as necessidades básicas e uma mera ferramenta de acesso a bens materiais, tudo em detrimento da vida social e familiar (Bardagi, Lassance, Paradiso & Menezes, 2006). Ora, se a satisfação profissional é um conceito multifactorial e resultante da percepção que o sujeito tem, como uma expressão do seu auto-conceito, que inclui valores, interesses e características da personalidade (Bardagi et al., 2006) e se o trabalho actual é meramente momentâneo, então a identificação com o trabalho vive de um objectivo (acumulação de experiências e de aprendizagens, de dinheiro, aumento do currículo em função de um possível próximo momento de selecção) que não se concretiza (Heloani & Capitão, 2003).

As rotinas e baixa lealdade entre o trabalhador e a organização, que inclui os seus pares, não são sempre bem toleradas pelos trabalhadores, pelo que a sua vulnerabilidade

psicológica vai emergindo (Heloani & Capitão, 2003; Ribeiro & Léda, 2004). Para Ribeiro e Léda (2004) a nossa época caracteriza-se pelo esvaziamento do significado do trabalho, em que o trabalhador não consegue evitar os riscos acima descritos porque seria necessário que conseguisse vislumbrar um futuro no sentido de realizar os seus planos, integrando o trabalho na sua vida e permitindo que dessem sentido uma à outra. Ainda assim, a sociedade continua a dar muita importância ao trabalho, “cultivando-o como algo essencial” (Castel, 1999, p. 79), porque está ligado ao que o sujeito contribui para a sociedade em que está inserido (Castel, 1999).

Sendo o trabalho central, qualquer mudança tem repercussões nos seus significados e nas relações sociais (Toni, 2003). Exemplo disso é a forma como o indivíduo desempregado é, hoje em dia, percebido, passando de alguém que não procurava ou não se adaptava ao emprego para alguém que não se adequa aos novos meios de produção, por falta de qualificações que são exigidas (Arruda, 2010), ainda que esse mesmo indivíduo se sinta condenado a uma vida dependente de outros, por via do enraizamento do conceito de “cidadão produtivo” (Gonçalves, 2006). Neste sentido, o emprego é frequentemente uma medida de valor pessoal (Rifkin, 1996). Esta visão advém da forma como o mercado de trabalho dos dias de hoje não consegue absorver a mão-de-obra existente, transferindo a responsabilidade para o trabalhador e para o seu mérito académico, disposição e competências individuais de empregabilidade, como o empreendedorismo (Mészáros, 2002). Desta forma, existe a ilusão de que as escolhas mais adequadas, articuladas com os desejos e necessidades impostos pelo mundo do trabalho, poderão ajudar a conquistar a empregabilidade (Arruda, 2010; Graf & Diogo, 2009).

A evolução levou a que qualquer trabalho, por mais simples que sejam as tarefas que o constituem, exija cada vez uma maior qualificação, ao mesmo tempo que surgiu um novo perfil do sujeito trabalhador, que deve ser mais dinâmico, capaz de trabalhar em equipa, de tomar decisões rápidas, de diagnosticar e solucionar problemas e de ter um nível de pensamento abstrato mais desenvolvido, pela natureza muito menos mecanizada e automatizada do trabalho. Actualmente, é ainda exigido ao trabalhador que invista em formação e actualização profissional, para que se mantenha competitivo. É um perfil mais eclético de trabalhador, muito diferente do perfil da era fordista (Fernandes, 2013). Assim, os significados de trabalho e a sua construção encontram-se entre a liberdade e o risco, a imprevisibilidade e o caos, o progresso económico e o seu colapso, o relativismo e a dificuldade em encontrar referências de análise da realidade (Gonçalves, 2006). Pelo que foi visto anteriormente, por via de relações humanas frias, superficiais e desvinculadas, sem laços, lealdade, confiança ou cooperação, o trabalho torna-se um mero contrato que define as obrigações das partes e que tende a ser cada mais precário por causa da necessária flexibilidade, inovação e competição (Sennett, 2008).

2.2. Significados do Trabalho e Família

O trabalho tem estado ligado à família desde sempre. Nas sociedades europeias pré-industriais, as oficinas existiam em ambiente familiar, pelo que todos os seus membros colaboravam e valorizavam esse meio de subsistência. Apenas aquando da industrialização é que se dá a divisão sexual do trabalho, passando a estar destinado ao homem o trabalho produtivo e remunerado, em ambiente de fábrica, e à mulher o trabalho reprodutivo, responsável pela casa e pelos filhos. Simbolicamente, passa-se a diferenciar produção de reprodução, associando o domínio do homem no campo do trabalho e da mulher no campo do *não trabalho*, por não ser pago e passando a ser vistos como pertencentes a dois mundos distintos (Núncio, 2008). É por esta divisão que ainda hoje se conceptualiza a mulher como uma força secundária de trabalho (Abramo, 2004).

Ainda que durante um breve período, durante a II Guerra Mundial, tenha havido a necessidade de que a mulher se integrasse no mercado de trabalho, pela escassez de mão-de-obra masculina mobilizada militarmente, no final da guerra o *status quo* anterior regressou e apenas no início dos anos 70 a necessidade de trabalhadores menos qualificados e remunerados do novo modelo de trabalho industrial permitiu que a participação feminina aumentasse na indústria têxtil e na indústria de calçado (Núncio, 2008), juntamente com as vagas criadas pela mão-de-obra infantil que deixou de ser utilizada desde o pós-guerra (Tilly & Scott, 1989). Apesar de a participação da mulher no trabalho ter vindo a aumentar desde aí, ao ponto de hoje em dia o trabalho ser um direito fundamental da mulher e de ser algo que é percebido como a norma, provocando mudanças na forma tradicional de organização da vida social e o estabelecimento de novos valores, ainda não há uma igualdade completa. Neste sentido, ainda é comum que o homem ocupe posições dominantes, que a mulher ainda ocupe sectores menos valorizados ou em serviços considerados reprodutivos, como os cuidados educacionais e que continue a ser a principal responsável pelas actividades domésticas e pelos cuidados aos filhos (Abramo, 2004; Cyrino, 2009; Graf & Diogo, 2009; Magalhães & Silva, 2010).

Como consequência, a mulher busca um equilíbrio entre o trabalho e a família difícil de conseguir (Núncio, 2008), algo que naturalmente toda a família vive, mesmo as crianças e adolescentes que façam parte do núcleo familiar. Numa visão mais macro, Claudino e Lima (2010), a este propósito, referem que a educação não concede oportunidades ilimitadas de acesso a qualquer trabalho, já que as condições económicas da própria família transmitem uma série de expectativas e de padrões de comportamento, onde se inclui o consumo. Implica que enquanto alguns têm um bom leque de opções, outros sejam “obrigados” a trabalhar como forma de garantir a sua sobrevivência e da sua família. No seu estudo, Soares (2002, cit. in Fernandes, 2013) verificou que a transmissão de significados de trabalho se dá desde idades muito jovens, tendo descoberto que a aquisição da capacidade de construir significados de trabalho, como uma relação entre o patrão e o

empregado que envolve uma troca de trabalho por dinheiro, já é clara em crianças do 2º e 4º anos, ainda que predomine o conceito de trabalho manual, por serem os mais comuns nos seus contextos de vida. Este estudo é demonstrativo de como a família transmite significados do trabalho, mediante o contexto em que se encontra inserida. Aliás, de acordo com Gonçalves (2006), estes significados são construídos contextual e socialmente porque cada sujeito constrói a sua realidade pessoal por via das interações mantidas com a sociedade onde se insere, tendo em conta a evolução cultural e económica. A família, como base da sociedade e imersa no contexto da mesma, é um local privilegiado para que essa construção se dê.

Os estudos referidos em seguida demonstram as diferenças existentes nos significados de trabalho, entre sociedades de características diferentes e nas mesmas sociedades em momentos diferentes. Os estudos de Gonçalves e Coimbra (2004) e de Sobral (2008) reflectem momentos históricos e sociais diferentes do contexto português, enquanto que os estudos de Kondjasili (2012) e de Fernandes (2012b) reflectem as realidades de Angola e do Brasil, respectivamente. Os estudos portugueses foram realizados em momentos históricos e sociais diferentes. Enquanto que em 2008 se iniciava a crise económica europeia, com especiais reflexos em Portugal que levaram ao aumento do trabalho precário e do desemprego, o estudo de 2004 desenvolveu-se ainda numa época de expansão económica da União Europeia, correspondente a uma época em que havia expectativas de mobilidade social ascendente. Além disso, os estudos têm amostras de características diferentes, sendo que o estudo de Gonçalves e Coimbra (2004) tem uma amostra com um nível sócio-económico médio e médio-alto, ao passo que o estudo de Sobral (2008) foi feito com uma amostra com um nível sócio-económico baixo e com adolescentes cujos pais eram desempregados de longa duração. O estudo desenvolvido por Kondjasili (2012), na região do Kunene, no sul de Angola encontrou dados que suportam uma maior importância dada à dimensão Económica do trabalho, que poderá ser explicado por ser um contexto em desenvolvimento e com várias necessidades básicas por satisfazer. O estudo desenvolvido no Brasil (Fernandes & Gonçalves, 2013, 2012b), tendo em conta que é um país emergente e numa fase de crescimento económico em que aumentam as possibilidades de trabalho/emprego, justifica que os jovens atribuam ao trabalho uma oportunidade de realização pessoal. A Tabela 1 mostra a hierarquização comparativa das dimensões dos significados do trabalho nos estudos apresentados. Verifica-se que é dada uma maior importância à dimensão Económica do trabalho nos estudos de Sobral (2008) e de Kondjasili (2012). O estudo de Gonçalves e Coimbra (2004) mostra a dimensão Emocional Positiva como sendo mais importante. Por fim, os estudos de Fernandes e Gonçalves (2012b) e Fernandes (2013) colocam a Realização Pessoal em primeiro lugar.

Tabela 1 – Hierarquização das dimensões dos significados do trabalho por país

Dimensões/Países	Portugal Gonçalves (2004)	Portugal Sobral (2008)	Angola Kondjasili (2012)	Brasil Fernandes (2013)
Realização Pessoal	2º lugar	3º lugar	3º lugar	1º lugar
Emocional Positiva	1º lugar	4º lugar	2º lugar	3º lugar
Emocional Negativa	3º lugar	2º lugar	4º lugar	4º lugar
Económica	4º lugar	1º lugar	1º lugar	2º lugar

Os estudos apresentados na tabela acima pretendem apresentar as diferenças dos significados atribuídos ao trabalho pelos adolescentes e jovens nos vários espaços geográficos da lusofonia, desde Portugal, Angola e Brasil, utilizando o mesmo instrumento (Escala de Significados Atribuídos ao Trabalho – ESAT) com populações equivalentes, sob supervisão do mesmo investigador e em momentos históricos próximos. Tiveram o intuito de analisar como os adolescentes e jovens lusófonos constroem significados diferenciados em relação ao trabalho, em função do contexto cultural, político e económico dos seus países de origem, bem como aos contextos proximais onde se desenvolvem com as suas famílias, escola e comunidade de pertença. Nascimento e Coimbra (2001), em relação a estas variáveis explicativas das diferentes valorizações, acrescentam que de entre os vários papéis em que a família se pode constituir como um contexto privilegiado de exploração e de socialização das gerações mais jovens, há dois domínios importantes que correspondem a papéis específicos da vida adulta, que são a parentalidade e o trabalho, sendo duas dimensões pertencentes à estrutura de identidade individual. A transmissão intergeracional destes aspectos está radicada na modelagem pela qual as atitudes e investimentos dos pais em domínios que sejam percebidos como mais ou menos gratificantes nas suas vidas são passados à geração mais jovem, influenciando assim a visão e a orientação que os últimos adoptam em relação a estes domínios. O trabalho, aliás, constitui-se como uma temática central na vida da família, cuja discussão se centra no desgaste e na sua necessidade no sentido de garantir a qualidade de vida familiar (Gonçalves & Coimbra, 2007).

Neste sentido, Sobral (2008) concorre também para a conclusão da influência da família nos significados do trabalho dos adolescentes. O seu estudo concluiu que há diferenças entre os filhos de pais desempregados e de pais empregados no que respeita aos significados que atribuem ao trabalho. Os primeiros acentuam mais a dimensão Negativa do trabalho do que os filhos de pais empregados, enquanto que estes últimos dão uma maior valorização às dimensões Positiva, Económica e de Realização Pessoal. Há ainda diferenças relativas às atitudes em relação ao trabalho, sendo que os filhos de pais empregados, por verem os seus pais envolvidos e satisfeitos com o seu trabalho, tendem a desenvolver atitudes mais positivas, enquanto que os filhos de pais desempregados, por se aperceberem

do *stress* associado ao estado de desemprego, podem desenvolver atitudes mais negativas face ao trabalho.

O estudo de Gonçalves (2006), com o objectivo de verificar a existência de influência dos pais na construção de significados de trabalho conclui que os humanos, como seres interpretativos e construtores de significados no dia-a-dia numa matriz interdependente com os contextos históricos e sociais partilhados, os constroem de forma contextualizada na família de pertença (Patton, 2000; Young & Collin, 2004). No caso, conforme foi visto na análise da Tabela 1, tanto os pais como filhos adolescentes atribuem um significado prioritário extrínseco instrumental e economicista, em detrimento de significados mais intrínsecos como a realização pessoal e as dimensões relacionais do trabalho devido ao colapso económico das sociedades ocidentais. Neste sentido, um outro estudo conclui que os jovens de zonas urbanas tendem a definir o trabalho em termos de resultados externos (e.g, dinheiro), algo que é comum ao que a família tende a passar acerca do trabalho (Chaves et al., 2004).

3. O Auto-conceito Académico

Este ponto tem como objectivo explorar a conceptualização do auto-conceito, numa perspectiva multidimensional, focando-se essencialmente na dimensão académica do auto-conceito, conforme o Modelo de Shavelson et al. (1976). Tem ainda como objectivo abordar a influência do contexto familiar no desenvolvimento dessa dimensão académica.

3.1. Conceptualização do Auto-conceito Académico

O auto-conceito é um constructo cuja importância tem vindo a ser progressivamente salientada em Psicologia da Educação, Psicologia Social e Psicologia Clínica (Faria & Fontaine, 1990; Velda et al., 2006) e ainda em Sociologia (Reynolds, 1988), sendo que a maioria dos autores consideram o conceito como sendo multidimensional (M.C. Antunes, 2006; Byrne 1996). Um dos primeiros investigadores que sugeriu a importância da ligação entre o nível de realização dos estudantes e as percepções de si próprios como alunos para a realização académica foi Prescott Lecky, em 1945, referindo que nos casos em que a percepção fosse positiva, os alunos teriam maior confiança e sentido de realização, ao passo que se a percepção fosse negativa, os alunos teriam uma predominância de sentimentos de insegurança e de desmotivação (Hamachek, 1995).

Pode definir-se o auto-conceito como sendo um conjunto de percepções que um determinado indivíduo tem acerca de si, além da percepção das suas capacidades e competências pessoais em diversos domínios da sua existência, como o domínio social, o domínio físico, o domínio emocional e o domínio escolar (M.C. Antunes, 1994; Faria &

Fontaine 1990). Inclui, ainda, o grau de aceitação de si mesmo (Faria & Fontaine, 1990). A percepção é resultante da forma como o indivíduo experiencia os vários contextos de vida em que se insere, que provocam a teorização individual dos acontecimentos vividos e das suas causas. A influência dos outros, especialmente dos outros considerados significativos, influencia esta construção, havendo uma mediação dessa influência pela forma como o sujeito percebe esses significativos e pela forma como interpreta o que é transmitido (M.C. Antunes, 1994). Isto significa que o auto-conceito, influenciador da forma como o sujeito percebe o seu contexto, funciona como um organizador da acção desse mesmo sujeito (Faria & Fontaine, 1990).

Ao longo do ciclo de vida do indivíduo, os domínios constituintes do auto-conceito têm diferentes importâncias, decorrendo das exigências dos contextos de vida em que o sujeito se movimenta (Faria, 2005). Segundo Super (1990), este é um conceito tipicamente utilizado como uma sub-componente da auto-eficácia, com o objectivo de identificar crenças percebidas dentro de um determinado domínio. Este exercício de identificação está ligado aos níveis de desenvolvimento cognitivo, pelo que crianças mais desenvolvidas a esse nível têm maior precisão na apreciação que fazem ao seu auto-conceito (Bouffard, Markovits, Vezeau, Boisvert & Dumas, 1998). Tem efeitos no desempenho em áreas como a área atlética (Kane, Marks, Zaccaro & Blair, 1996), no ambiente de trabalho (Judge, Erez & Bono, 1998) e na área académica (Cokley, 2000).

Apesar de existirem vários modelos explicativos do auto-conceito, o modelo que tem sido utilizado como base do auto-conceito académico, também conhecido como auto-conceito escolar (Byrne, 1996; Reynolds, 1988), é o modelo de Shavelson, Hubner e Stanton (1976). Este modelo prevê a existência de diversas dimensões hierarquizadas do auto-conceito, partindo do topo, onde está o auto-conceito geral e descendo na hierarquia até ao comportamento em si. Desta forma, o auto-conceito divide-se, segundo este modelo, em auto-conceito académico e auto-conceito não académico, que por sua vez se dividem em componentes separadas e mais específicas (Figura 1).

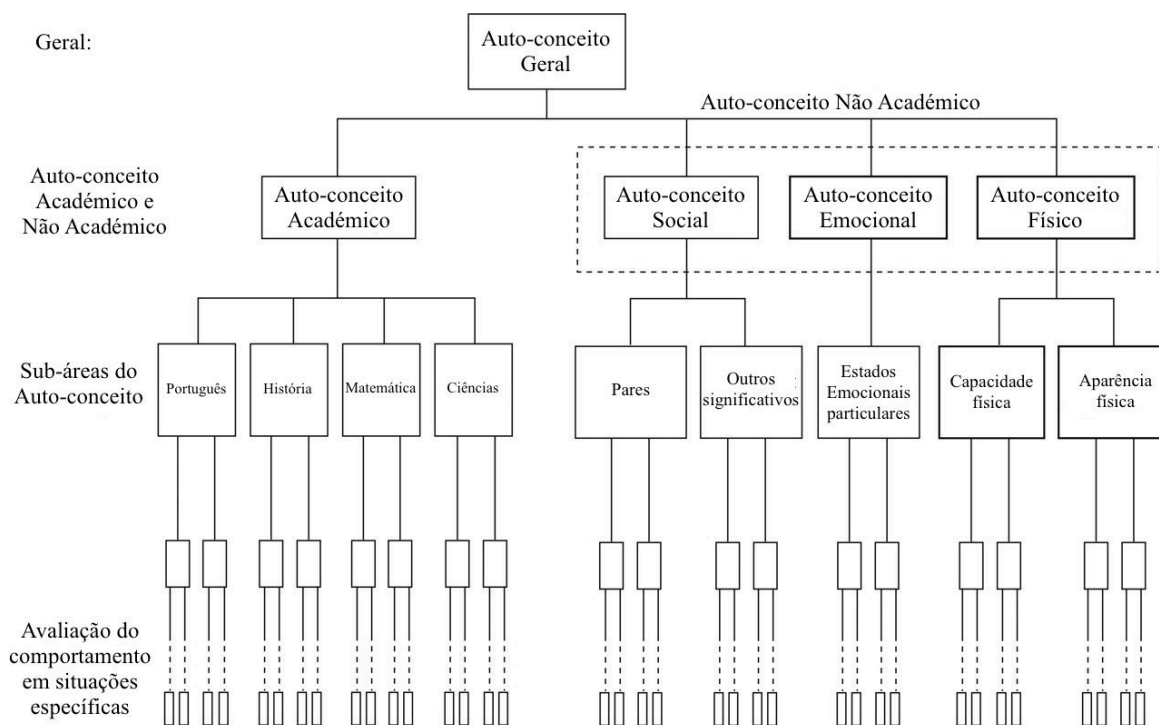


Figura 1 – Estrutura do auto-conceito postulado por Shavelson e cols. (1976)

Como a Figura 1 indica, o auto-conceito académico é uma das dimensões do auto-conceito geral, conjuntamente com outras dimensões não académicas, que são o auto-conceito social, o auto-conceito emocional e o auto-conceito físico. Dentro de cada uma das dimensões há as chamadas sub-áreas, específicas de cada uma dessas dimensões.

Especificando, o auto-conceito académico pode ser definido como a incorporação dos sentimentos, percepções e atitudes do sujeito, relativas às suas capacidades académicas (Dyson, 2003). Chapman e Boersma (1991, cit. in Dyson, 2003) consideram que é um conjunto de atitudes e sentimentos relativamente estáveis, que reflectem a auto-percepção, auto-avaliação e atitudes relativas ao desempenho em tarefas básicas relacionadas com a escola, como leitura, escrita, soletrar e matemática. Por sua vez, Marsh e Craven (1997) consideram que o auto-conceito académico é uma auto-percepção avaliativa que se forma através da experiência com o ambiente escolar e através do ambiente escolar. Desta forma, analisando o Modelo de Shavelson e colaboradores (1976), verifica-se que o auto-conceito académico inclui a percepção que o indivíduo tem de si próprio, bem como a avaliação que faz em relação a si próprio e atitudes relativas ao seu desempenho em cada uma das suas sub-áreas, que correspondem às disciplinas de Português, História, Matemática e Ciências.

Vários autores consideram que o auto-conceito académico se encontra relacionado com o rendimento escolar, ainda que não seja uma relação muito elevada (Veiga, 1988). Uma revisão efectuada por Muller, Gullung e Bocci (1988, cit. in M.C. Antunes, 2006) encontrou correlações relativamente consistentes entre o auto-conceito académico e o rendimento escolar, embora apenas nas áreas relacionadas (e.g. auto-conceito verbal e

rendimento escolar na área verbal). Relativamente a este aspecto, também Marsh (1992) descobriu que as notas em cada disciplina e a dimensão do auto-conceito que lhe correspondia tinham sempre um valor de correlação maior do que entre disciplinas e dimensões que não correspondiam. Também neste sentido são os resultados de Fontaine (1991a), que verificou que existe uma correlação positiva entre resultados académicos e as dimensões específicas e auto-conceito geral. Peixoto (1998) verificou também a existência de valores de correlação mais elevados entre o rendimento académico e as dimensões do auto-conceito correspondentes do que entre o rendimento e dimensões não académicas.

Apesar de uma aparente relação entre um auto-conceito mais elevado e melhor rendimento escolar (Peixoto, 1998; Senos & Diniz, 1998), Byrne (1996) considera que esta relação deverá ser interpretada com alguma precaução, devido a alguns problemas metodológicos, nomeadamente questões relacionadas com a operacionalização do conceito de rendimento académico e com a utilização de instrumentos empiricamente válidos. O autor chama ainda a atenção para o facto de as medidas de rendimento escolar estarem tanto mais relacionadas com o auto-conceito académico quanto mais este último estiver relacionado com as áreas disciplinares onde o rendimento é medido (ver também Byrne & Shavelson, 1986; Marsh, 1992; Marsh, Byrne & Shavelson, 1988; Marsh & Parker, 1984). Mesmo com estas limitações, Marsh e Yeung (1997) consideram que a pesquisa feita é consistente no suporte à ideia de que existe uma relação recíproca entre as variáveis, influenciando-se mutuamente (ver também Guay, Marsh & Boivin, 2003).

Contudo, ainda que os investigadores defendam a existência desta ligação, a lógica de um auto-conceito académico superior em alunos com melhor rendimento nem sempre encontra eco na realidade analisada. Marsh (1984) chama a atenção para o efeito *big-fish-little-pond-effect* (BFLP), um efeito exclusivo do auto-conceito académico, que ocorre quando algum estudante que esteja inserido num grupo de elevado rendimento apresenta um auto-conceito mais baixo do que outros estudantes inseridos em grupos de menor rendimento com as mesmas competências ou competências mais baixas. As variáveis que ajudam a explicar este efeito e que mostram que a relação entre o rendimento e o auto-conceito não é unívoca são o nível de capacidade médio da escola – que quanto menor for, levará a que seja maior o auto-conceito –, a idade do estudante – os alunos mais velhos já não dependerão tanto da comparação com outros estudantes e do *feedback* dos professores (Marsh, 1993) – e ainda de uma variável designada como *reflected glory*¹⁹ (Marsh, Kong & Hau, 2000), que dá nome ao efeito que se gera quando um estudante se junta a um grupo que seja positivamente valorizado. A própria explicação da relação não unívoca entre rendimento e auto-conceito, ou seja, o efeito BFLP pode não ser tão linear como parece à primeira vista. Em casos em que um aluno de capacidade mediana seja inserido num grupo com capacidades elevadas, o seu auto-conceito pode ou baixar, por via da comparação com os outros elementos do grupo, ou aumentar, pela forma como se sente

¹⁹Trad. Glória reflectida.

em estar inserido num grupo reconhecidamente bom, ou poderá ainda manter-se num nível médio por via de as hipóteses anteriores serem contrabalançadas (M.C. Antunes, 2006).

Além destas questões, há ainda que ter em conta a existência de um modelo de referência interno ou externo. Desta forma, os estudantes, no processo de inferência do seu auto-conceito académico, poderão ter em conta os seus resultados comparados com os seus colegas – critério externo – e poderão ainda ter em conta a sua percepção acerca da sua própria competência relativa em diferentes domínios académicos – critério interno (Marsh, 1990; Marsh et al., 1988; Marsh, Kong & Hau, 2001; Marsh, Richards & Barnes, 1986).

3.2. Auto-conceito Académico e Família

O desenvolvimento do auto-conceito académico, sendo apenas uma dimensão do auto-conceito geral, não pode ser dissociado do conceito mais abrangente, sendo mantida uma relação de influência recíproca (Simões, 2001). A autora considera que são importantes, para a percepção do que o aluno é, as informações veiculadas por outros significativos, nomeadamente, os pais, os professores e os pares, constituindo-se como um ponto de partida para a formação e manutenção desse mesmo auto-conceito. Centrando-nos nos pais, Wylie (1979, cit. in Simões, 2001) afirma que estes são uma fonte de reforço e de modelos de comportamentos esperados e que as expectativas que a família veicula, sejam conscientes ou inconscientes, têm um peso importante na formação do auto-conceito.

Segundo Peixoto (2004), apesar de a investigação não ser unânime na forma como a família tem ou não um impacto importante na vida do adolescente, há estudos que indicam que existe um impacto importante em diversos aspectos da vida do adolescente, entre os quais as representações de si próprio, que incluem o auto-conceito e a auto-estima (Harter, 1996; Kirchler, Palmonari & Pombeni, 1993; Oosterwegel & Oppenheimer, 1993; Paterson, Pryor & Field, 1995) A família tem impacto na construção do auto-conceito em diferentes níveis, sendo que essa construção depende das avaliações que a família, através dos vários membros, faz acerca do adolescente e que se relacionam com as representações de si próprio (Marsh & Craven, 1991); num outro aspecto, ao nível do suporte emocional fornecido pela família, um baixo suporte emocional está associado a um baixo auto-conceito académico (Wenz-Gross, Siperstein, Untch & Widaman, 1997). Noutros estudos, o suporte social e emocional por parte dos pais associa-se positivamente com a percepção de competência, com as relações de pares e com a motivação escolar (Connell, Spencer & Aber, 1994). Um outro estudo (Noller, Seth-Smith, Bouma & Schweitzer, 1992) analisou a relação entre o funcionamento familiar e as dimensões do auto-conceito e obteve resultados que suportam a existência de uma relação positiva entre níveis de intimidade e funcionamento democrático familiar com essas dimensões do auto-conceito. O mesmo estudo mostra que a qualidade do relacionamento com a família, na perspectiva do adolescente, se relaciona com as dimensões

do auto-conceito.

Jeynes (2005) encontrou uma relação positiva entre o nível de conforto da criança em falar com os pais e o seu auto-conceito académico. O envolvimento parental também surge como influenciador de dimensões do auto-conceito, que ligam os pais ao ambiente académico: cuidados paternos/maternos, comunicação, voluntariado, aprendizagem em casa, tomada de decisão e ligações à comunidade (Epstein & Sanders, 2006). DeDonno e Fagan (2013), num estudo com jovens universitários, descobriram que o auto-conceito académico está associado à comunicação positiva, embora não tenham encontrado associação à frequência de comunicação. A educação parental encontra uma associação parcial ao auto-conceito académico, sendo que a educação materna está positivamente relacionada enquanto que a educação paterna não está. Foi ainda encontrada, no mesmo estudo, uma associação entre um auto-conceito mais elevado e o facto de os pais manterem ou não a sua relação, algo consistente com outras investigações (Belsky, Rovine & Taylor, 1984; Connell et al., 1994; Kochanska, 1998; Pettit, Bates & Dodge, 1997). Ainda o estudo de DeDonno e Fagan (2013), desta vez ao nível do envolvimento parental (com actividades como tempo de leitura, dança, canto, desporto, jogos de tabuleiro e trabalhos manuais) descobriu que apenas os trabalhos manuais se encontram associados ao auto-conceito académico, devido ao carácter de auto-expressão e de novidade da actividade. Aliás, este tipo de actividades encontram-se associadas à inteligência geral da pessoa (Fagan, Holland & Wheeler, 2007; Kanazawa, 2008; Thompson, Fagan & Fulker, 1991), que por sua vez se encontra associada aos resultados académicos (Koenig, Frey & Detterman, 2008; Rohde & Thompson, 2007), estando estes relacionados com o auto-conceito académico, o que pode ajudar a explicar essa ligação (DeDonno & Fagan, 2013).

Um estudo de Lau e Pun (1999) permitiu descobrir o efeito que a concordância positiva e negativa entre pais tem sobre os tipos de auto-conceito (entre os quais o auto-conceito académico), no que diz respeito às expectativas em relação aos filhos. Desta forma, os autores descobriram que, sendo em certa medida os auto-conceitos das crianças um reflexo do que os outros pensam acerca delas e sendo que tendem a aceitar as definições e expectativas dos pais sobre si, no caso de haver concordância positiva dos pais, os filhos tendem a ter auto-conceitos mais elevados. No caso inverso, em que haja concordância negativa, os filhos tendem a ter auto-conceitos mais baixos. Nos casos em que os pais discordem na avaliação, os auto-conceitos são tendencialmente mais baixos, mas não necessariamente tão ou mais baixos que nos casos de concordância negativa. Este estudo serviu ainda para verificar uma maior importância, para os filhos, das avaliações maternas em relação às paternas, no que diz respeito à influência sobre os auto-conceitos. Apesar de este estudo não se debruçar especificamente apenas sobre o auto-conceito académico, aponta como característica avaliativa dos pais o facto de a avaliação incidir, mais frequentemente, sobre os resultados académicos.

Há ainda outras variáveis sócio-económicas familiares que foram estudadas na

possível relação com o auto-conceito académico. Desta forma, Smith (1990), num estudo em que controlou variáveis como raça, género, ano escolar, profissão e formação dos pais e ainda o número de irmãos, descobriu que o auto-conceito académico é mais baixo em adolescentes que vivem apenas com a mãe e cujos pais os deixaram, a partir do 3º ano de escolaridade, quando comparados com adolescentes que vivem com os pais biológicos. Nos casos de crianças na mesma situação, mas cujos pais os deixaram antes da entrada no 3º ano, não há diferenças significativas quando comparadas com crianças que vivem com pai e mãe biológicos. O autor considera que os danos infligidos no auto-conceito académico decorrem ou do conflito anterior à separação dos pais, ou do *stress* emocional causado pela separação, ou ainda de uma combinação dos dois factores.

Em suma, alinhando pelas matrizes sistémicas de Scabini e Cigoli (2000), Cigoli e Scabini (2006) e de Relvas (2000), compreende-se que o desenvolvimento individual, pelas características e influência das dinâmicas familiares é, efectivamente, influenciado pela família. A interpretação e construção da realidade que cada indivíduo interpreta é feita através das lentes da (micro)cultura e história da família que, por sua vez, se encontram imersas na cultura global do local onde indivíduo/família se encontra. Lanz e Rosnati (2002) reforçam a contextualização do indivíduo na realidade familiar ao nível da própria investigação, salientando que o estudo da família significa considerar um objecto que pela sua natureza é relacional. Relativamente à percepção e construção da realidade individuais, os autores afirmam ainda que os elementos familiares, ao se referirem a eventos, objectos e/ou opiniões, fazem-no no pressuposto de que esses mesmos eventos são partilhados com os restantes membros, que leva a uma convergência de percepções, ainda que não se sobreponham totalmente. Sendo o desenvolvimento do indivíduo imerso na realidade familiar, significa que as dimensões de todo o desenvolvimento, mais especificamente o desenvolvimento vocacional, a transmissão de significados de trabalho e o auto-conceito académico apenas existem como constituintes da dinâmica familiar. O papel dos avós, neste sentido, inclui-se na construção de significados familiares, que sendo transmitidos aos membros familiares das gerações posteriores leva a que haja convergência de percepções entre as três gerações. Desta forma, os avós terão influência no desenvolvimento dos netos, seja por via indirecta, através do que transmitiram aos pais dos seus netos enquanto seus filhos, seja de forma directa, através do contacto com os netos que permite a sua contribuição para o desenvolvimento e formação transgeracional.

A percepção dos eventos familiares é então influenciada pela percepção que os outros membros têm dos mesmos eventos e vivências. Extrapolando para as variáveis de desenvolvimento discutidas nesta secção, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento vocacional, compreende-se que o adolescente, no seu quadro de escolhas e na forma como é capaz (ou não) de explorar e de investir nas alternativas e na forma como o faz com a(s) sua(s) escolha(s), mais do que inevitavelmente influenciado pela sua matriz

familiar, estará imerso na mesma, sem que isto contradiga ou impeça a aquisição de autonomia por parte do sujeito. O desenvolvimento vocacional, como uma componente do desenvolvimento global do adolescente enquadrado no seu contexto, estará decisivamente influenciado pelas percepções e dinâmicas familiares, além de receber a matriz de valores que lhe são transmitidos familiarmente e que servirão como interpretador da realidade, no sentido de construção da realidade e no sentido de escolher e agir sobre essa mesma realidade. Vondracek, Lerner & Schulenberg (1986) reforçam esta questão ao afirmarem que pela forma como há uma influência mútua entre indivíduo e família, o desenvolvimento vocacional é um processo interactivo em que o indivíduo influencia e é influenciado pelas componentes social, cultural e física do ambiente em que se encontra. Outros autores destacam ainda o papel da herança cultural familiar no percurso escolar dos filhos (Diogo, 1998; Mateus, 2002), além da influência das próprias expectativas dos pais sobre o percurso académico e profissional dos filhos (Bryant et al., 2006; Feldman & Piirto, 2002). Aliás, segundo Wijting, Arnold e Conrad (1978), especificamente na transmissão da herança cultural familiar e das expectativas dos pais, são transmitidos os valores associados ao trabalho. Isto influencia o adolescente ou no sentido de permitir a exploração e o investimento ou, inversamente, condicionando o desenvolvimento vocacional. Vondracek et al. (1986) defendem que o desenvolvimento vocacional será mais compreendido numa perspectiva relacional que se foca no desenvolvimento individual enquadrado num contexto em mudança, dando força ao papel familiar neste domínio. Neste aspecto, uma vez mais o avós terão a sua influência, já que influenciaram os pais nas suas escolhas, nos seus ambientes familiares e por via da transmissão intergeracional em primeira mão decorrente da relação directa com os netos. Estas questões são também válidas para a construção de significados de trabalho e para a construção do auto-conceito académico, variáveis do desenvolvimento do adolescente que existem enquadradas nas mesmas dinâmicas familiares e que, por isso, são necessariamente influenciadas de forma decisiva por estas.

No que diz respeito à transmissão de significados de trabalho, a revisão de literatura permitiu estabelecer uma ligação entre o processo e a influência familiar, bem como do contexto sócio-económico onde decorre a vivência familiar. Como já foi explicado, a família evolui segundo o contexto em que se encontra. Mais especificamente, permitiu estabelecer que a construção da percepção do que é o trabalho, para a família, é transmitida desde cedo à criança, com todas as *nuanças* e variações que ocorrem de família para família. Permitiu ainda verificar que o contexto em que a família vive influencia a percepção do que é o trabalho num dado momento, no estudo que concluiu que há diferenças ao nível da percepção entre adolescentes cujos pais estão empregados e adolescentes cujos pais se encontram, no momento, desempregados.

Relativamente ao auto-conceito académico, a revisão de literatura permite compreender a influência familiar na sua construção, tanto ao nível da aprendizagem “formal” entre pais e filhos, como ao nível da influências das dinâmicas familiares. Nesta

última, os estudos que apontam para uma relação entre a comunicação familiar e o auto-conceito académico, bem como para uma ligação entre alguns tipos de actividades e a sua construção, ao nível do núcleo familiar mais restrito. Ainda que estudos sobre a influência dos avós nesta questão não existam, a convivência entre avós e netos, que provoca a prática de actividades entre si, e a comunicação, muitas vezes mediada pelos avós aquando da existência de conflitos com os pais, poderão ser dois aspectos da realidade relacional de avós e de netos que constituem como influenciadores do auto-conceito académico.

Por último, convém não esquecer que cada vez mais os netos passam mais tempo com os avós e que, por isso, os avós se tornam cada vez mais constituintes permanentes dos contextos naturais de vida dos netos. Esta é uma mudança no paradigma relacional, fruto das mudanças sócio-demográficas explanadas, especificamente a entrada da mulher para o mercado de trabalho que leva à necessidade de uma retaguarda familiar forte (muitas vezes os avós), e o aumento da esperança média de vida, que permite que avós e netos convivam até à idade adulta do neto. Face a esta mudança do alargamento das redes de relações, hoje o desenvolvimento de qualquer sujeito é influenciada não apenas pela núcleo familiar restrito, mas antes por todos os familiares com quem mantenha contacto próximo e íntimo, que permite que os avós desempenhem o(s) seu(s) papel(éis) de forma contínua. Desta forma, num sistema familiar com três gerações, responsável e capaz de transmitir valores, crenças e significados específicos do contexto social, cultural e histórico onde se encontra e fortemente influenciador da construção do eu de cada elemento familiar, se os avós são uma fonte importante de aquisição dos valores familiares e da vivência familiar, bem como actores no desenvolvimento dos netos como um projecto de família, a pergunta mais pertinente a formular não será se os avós terão influência, mas que influência terão nesse desenvolvimento multidimensional.

Por isso, considera-se que é pertinente para a investigação actual tentar compreender possíveis influências dos avós em dimensões do desenvolvimento que este trabalho ousa explorar: o desenvolvimento vocacional, a construção de significados do trabalho e o auto-conceito académico.

Segunda Parte
Estudos de Investigação

Capítulo III

Metodología

Este capítulo tem como objectivos explicar o plano metodológico que configura esta investigação. Desta forma, apresentam-se, em primeiro lugar, os objectivos gerais e específicos, seguidos da formulação das hipóteses e das questões de investigação. São ainda apresentadas as variáveis em estudo, bem como os instrumentos utilizados na recolha de dados e os procedimentos de recolha de dados, as características das amostras e, finalmente, todas as opções tomadas no tratamento dos dados.

1. Objectivo do estudo e objectivos específicos

Para este estudo, parte-se de uma conceptualização da família eminentemente sistémica, enquadrando-se a história individual de cada membro familiar num todo que influencia e é influenciado. Concretamente, esta investigação, de cariz eminentemente exploratório, visa compreender as percepções que a díade avós mais significativos e respectivos netos têm da sua relação e como esta influencia dimensões de desenvolvimento dos netos, especificamente o desenvolvimento vocacional, a construção de significados de trabalho e o auto-conceito académico.

Este estudo tem ainda como objectivos específicos:

1 – Analisar como as percepções das relações da díade avós mais significativos e respectivos netos interferem nas dimensões do desenvolvimento dos netos: significados atribuídos ao trabalho, desenvolvimento vocacional e auto-conceito académico.

2 – Compreender como as percepções das relações da díade avós mais significativos e respectivos netos se relacionam com os seus *outputs* vocacionais, com os significados do trabalho e com o auto-conceito académico e verificar se existem diferenças em função das variáveis independentes consideradas neste estudo: género dos avós e netos, frequência de contacto, actividades partilhadas, linhagem e doença dos avós.

3 – Adaptar a Escala de Significados da Grã-Parentalidade – ESGP – versão para os netos – ESGP-N (Triadó et al., 2005) – à população portuguesa e validar o modelo conceptual através da realização da Análise Factorial Confirmatória.

4 – Adaptar a Escala de Significados da Grã-Parentalidade, versão para os avós – ESGP-A (Triadó et al., 2005) – à população portuguesa e validar o modelo conceptual através da realização da Análise Factorial Confirmatória.

5 – Prosseguir os estudos do aperfeiçoamento das qualidades psicométricas da Escala de Exploração e Investimento Vocacional – EEIV (Gonçalves, 2008).

2. Hipóteses e questões de investigação

Apresentam-se, em seguida, as hipóteses e questões de investigação que foram formuladas no sentido de responder aos objectivos propostos e apresentados anteriormente, com base na revisão de literatura.

Hipóteses:

I. Os netos e netas manifestam preferência pelos avós maternos, em detrimento dos avós paternos; mais especificamente, os netos e netas manifestam preferência pelas avós maternas.

Segundo Osuna (2006) e Triadó et al. (2000), os avós são as figuras verdadeiramente significativas para os netos, sendo os avós paternos considerados mais distantes, que levará a que nos netos escolham mais vezes um dos avós maternos como o avô/avó com quem mantêm maior contacto, tendência revelada por Triadó e Villar (2000).

A maior tendência que surge nos estudos é de que as avós maternas são mais próximas dos netos (Danielsbacka & Tanskanen, 2012; Dubas, 2001; Eisenberg, 1988; Kennedy, 1992b; Matos & Neves, 2012; Mills, 1999; Mills et al., 2001; Osuna, 2006; Ross et al., 2005; Taylor et al., 2005; Triadó & Villar, 2002; Viguer et al., 2010; Wise, 2010), que levará a uma maior escolha com a avó com quem os netos mantêm maior contacto, que segundo Triadó e Villar (2000), aumenta 5 vezes relativamente à tendência já duas vezes superior de escolha de avós maternos.

II. Espera-se encontrar diferenças de género de avós e de netos em relação à frequência de contacto que a díade mantém.

Tendo em conta que há diferenças ao nível do género dos avós escolhidos, espera-se encontrar como efeito dessa escolha diferenças no contacto com avôs e avós.

III. Espera-se encontrar diferenças de género de avós e de netos em relação às actividades que a díade pratica em conjunto.

Segundo Osuna (2006), aumentando a frequência de contacto, aumenta também o número de actividades desenvolvidas.

IV. Espera-se encontrar diferenças ao nível da frequência de contacto em relação ao tipo de actividades que a díade pratica em conjunto.

A maior frequência de contacto está associada à tendência para a existência de actividades conjuntas entre avós e netos (Osuna, 2006; Viguer et al., 2010).

V. *Espera-se encontrar diferenças de linhagem em relação à frequência de contacto.*
Espera-se que um dos efeitos da maior proximidade entre os netos e a linhagem materna seja na frequência de contacto.

Questões de investigação:

Questão de investigação I: Haverá influência das percepções nas relações diádicas avós e netos em cada uma das dimensões da construção de significados de trabalho, nas dimensões do desenvolvimento vocacional e no auto-conceito académico?

Questão de investigação II: Haverá influência da frequência de contacto nas dimensões da grã-parentalidade?

Questão de investigação III: Haverá influência na construção de significados de trabalho dos netos mediante o género, linhagem e frequência de contacto mantida com o/a avô/avó que o neto considera mais próximo(a)?

Questão de investigação IV: Haverá influência dos avós no desenvolvimento vocacional dos netos?

Questão de investigação V: Haverá influência dos avós na construção do auto-conceito académico dos netos?

3. Apresentação dos instrumentos

Para a recolha de dados foram elaborados dois *dossiers* de instrumentos destinados a cada parte da díade. Na recolha de dados referentes ao género, idade, nível sócio-económico, configuração familiar, meio de residência, distância e tempo entre residências dos avós e dos netos, estado profissional dos avós, linha de ascendência/descendência, notas escolares e frequência de contacto, utilizou-se um questionário macrossistémico, em duas versões diferentes, adaptadas aos avós e aos netos (ANEXO 1 e ANEXO 2, respectivamente). Nesta mesma secção, foi ainda acrescentada uma pergunta aberta, direccionada aos avós, relativa a actividades mantidas com os netos.

As restantes variáveis foram avaliadas recorrendo à Escala de Significados da Grã-Parentalidade – versão Avós e versão Netos –, à Escala de Significados Atribuídos ao Trabalho, à Escala de Exploração e Investimento Vocacional e ao *Self-Concept Description Questionnaire II* – SDQ II. Estes instrumentos são apresentados em seguida.

3.1. Escala de Significados da Grã-Parentalidade

A ESGP é um instrumento de auto-relato, que pode ser aplicado individualmente ou em grupo e que acede à percepção que o sujeito tem de uma relação avô/ó-neto/a que esteja a vivenciar, através do aferimento da existência e intensidade de diversos pontos que fazem parte da relação. O instrumento não tem limite de tempo na sua aplicação.

A grande mais-valia deste instrumento, que se constitui como motivo da sua utilização no presente estudo, encontra-se no facto de existirem duas versões análogas, a versão vocacionada para os avós (ESGP-A) e a versão vocacionada para os netos (ESGP-N), que permitem aceder à perspectiva de avós e de netos e, desta forma, ter acesso às percepções de díades de avós e netos, embora a aplicação de cada versão do instrumento seja aplicada de forma separada.

A ESGP-A (ANEXO 3) é constituído por 33 itens, na sua versão original, que se distribuem por 7 dimensões: **Compreensão Mútua**, **Ligação ao Passado**, **Conselheiro**, **Desfrutar**, **Indulgência**, **Distância** e **Cuidador**. Cada item está ancorado numa escala do tipo Likert, variando em 5 pontos (desde 1 – nunca - até 5 – sempre). Globalmente, o instrumento explica 53,86% da variância e apresenta valor de Alfa de Cronbach global de 0,84 (Triadó et al., 2005), sendo considerado que tem uma boa consistência interna (Pestana & Gageiro, 2005). Os itens do questionário foram construídos com a intenção de serem o mais variados possível, no sentido de se conseguir aceder às várias dimensões e tipologias que a literatura associa à grã-parentalidade, pelo que há itens que se referem a cuidados substitutos, à proximidade emocional, à participação nas normas, à mediação, à ligação ao passado e à ajuda requerida (Triadó et al., 2005).

A dimensão **Compreensão Mútua** é composta por 6 itens, explica 9,89% da variância e apresenta valor de Alfa de Cronbach de 0,75. Inclui itens que espelham o grau em que o avô/avó percebe a existência de um laço afectivo, que implica sentimentos de compreensão, respeito e/ou busca da companhia um do outro (Triadó & Villar, 2002). Um exemplo de item incluído nesta subescala é “O meu neto(a) conta-me os seus problemas e preocupações” (item 4).

A dimensão **Ligação ao Passado** tem 3 itens, explica 8,30% da variância e apresenta valor de Alfa de 0,82. Revela o grau em que o avô/avó representa uma figura que mantém e transmite aos netos a história familiar (Triadó & Villar, 2002). Um exemplo de item nesta subescala é “Conto ao meu neto(a) como eram os seus pais quando eram jovens” (item 16).

A dimensão **Conselheiro** é composta por 6 itens, explica 8,19% da variância e tem Alfa de 0,68. Inclui itens que se referem à forma como os avós aconselham ao neto guias de comportamento (Triadó & Villar, 2002), que podem ser aceites ou não pelo neto. Um exemplo de item nesta subescala é “O meu neto(a) não faz caso quando o conselho de alguma forma” (item 19).

A dimensão **Desfrutar** tem 3 itens, explica 7,03% da variância e tem Alfa de 0,63.

Avalia o grau em que avós e netos partilham actividades ou tempos livres (Triadó & Villar, 2002). Um exemplo de item nesta subescala é “Gosto quando estou com o meu neto(a)” (item 39).

A dimensão **Indulgência** apresenta 5 itens, explica 5,89% da variância e apresenta valor de Alfa de 0,68. Inclui itens que se referem à forma como os avós participam ou não na imposição de disciplina ao neto (Triadó & Villar, 2002). Um exemplo de item nesta subescala é “Permito ao meu neto(a) coisas que os seus pais não permitem” (item 23).

A dimensão **Distância** inclui 6 itens que explicam 7,53% da variância e apresenta valor de Alfa de 0,67. Inclui itens que avaliam a distância percebida entre as gerações, no que diz respeito ao entendimento mútuo (Triadó & Villar, 2002). Um exemplo de item nesta subescala é “O meu neto(a) é demasiado jovem para me entender” (item 40).

Por fim, a dimensão **Cuidador** é constituída por 4 itens, explica 7,03% de variância e apresenta Alfa de 0,78 (Triadó et al., 2005). Inclui itens que espelham a forma como os avós se encontram implicados no cuidado aos netos, em caso de necessidade (Triadó & Villar, 2002). Um exemplo de item nesta subescala é “Quando os seus pais não estão, sou eu quem se encarrega de cuidar do meu neto(a)” (item 2).

As escalas, ao nível da consistência interna, variam entre o bom e o fraco, sendo que a dimensão Ligação ao Passado tem uma boa consistência interna, as dimensões Compreensão Mútua e Cuidador (está muito próxima de ter boa consistência interna) têm consistência razoável e as restantes têm consistência interna fraca, ainda que as dimensões Conselheiro, Indulgência e Distância estejam próximas do valor limite para consistência razoável (Pestana & Gageiro, 2005).

Alguns itens são invertidos, ou seja, apresentam-se de forma negativa. Desta forma, a indicação “nunca”, neste tipo de itens, indica um nível alto, ao passo que “sempre” indica um nível baixo. Esta inversão permite que sejam evitados padrões de respostas automáticas que podem surgir em instrumentos que demorem algum tempo a responder (Triadó & Villar, 2002; Triadó et al., 2005).

A ESGP-N surgiu a partir da adaptação para a população espanhola do instrumento *Grandparent Meaning Scale*, (GMS) de Van Ranst et al. (1995) e permite aceder às representações que os netos têm acerca da relação que mantêm com os seus avós, tendo sido adaptado para a população espanhola por Triadó e Villar (2000) e adaptado para a população portuguesa por Cunha e Matos (2010). Mais tarde, no sentido de estudar a forma como as percepções acerca da relação que avós e netos mantêm se justapõem, Triadó et al. (2005), com o objectivo de estudar o cruzamento das percepções das diferentes gerações que compõem a relação, criaram uma escala complementar da primeira – ESGP-A –, que se centra na percepção dos avós da mesma relação. Desta forma, conseguiu-se ter dois instrumentos complementares, capazes de aceder às percepções das duas partes que compõem a relação.

Nas duas versões originais, verifica-se que 6 das subescalas do conjunto das escalas

das versões do instrumento para avós e para netos são coincidentes em ambas – Compreensão Mútua, Ligação ao Passado, Distância, Cuidador, Desfrutar e Indulgência (Triadó et al., 2005), sendo a explicação de cada dimensão a mesma que na escala dos avós, mas do ponto de vista dos netos.

Na análise da adaptação feita por Cunha (2010), foram encontradas algumas contradições (nomeadamente no que diz respeito ao número de itens: são indicados 37 itens, mas somando dá apenas 28) pelo que se optou por fazer um novo estudo de adaptação, a partir do estudo da autora. Desta forma, foi utilizada a versão traduzida pela autora, juntamente com novos itens construídos pela mesma.

A ESGP-N (ANEXO 4), na sua versão adaptada para a população portuguesa, apresenta 28 itens distribuídos por 6 dimensões explicam 58,79% da variância. A dimensão **Compreensão Mútua** é composta por 9 itens, explica 29,34% da variância e tem Alfa de 0,88. A dimensão **Desfrutar da relação** tem 6 itens, que explicam 8,59% da variância e apresenta valor de Alfa de 0,87. A dimensão **Ligação ao passado** é composta por 3 itens que explicam 6,81% da variância e tem Alfa de 0,81. A dimensão **Distância** tem 5 itens, com Alfa de 0,61 e explica 5,5% da variância. A dimensão **Mediador** tem 3 itens, explica 4,6% da variância e tem Alfa de 0,729. Por fim, a dimensão **Indulgência** é composta por 2 itens, com Alfa de 0,65 e explica 3,95% da variância (Cunha & Matos, 2010; Cunha, 2008).

A escala original (Triadó et al., 2005) tem 33 itens, distribuídos por 7 dimensões: **Compreensão Mútua, Desfrutar da Relação, Ligação ao Passado, Cuidador, Distância, Indulgência e Mediador** (única dimensão que não coincide com a versão dos avós e que surge em vez da dimensão Conselheiro). Na globalidade, a escala explica 52,52% da variância e apresenta um valor de consistência interna de 0,85.

A dimensão **Compreensão Mútua** tem 7 itens, explica 11,05% da variância e apresenta valor de Alfa de 0,80. Um exemplo de item incluído nesta subescala é “Conto ao meu/minha avô/avó os meus problemas e preocupações” (item 4).

A dimensão **Desfrutar da Relação** tem 6 itens, explica 8,75% da variância e apresenta valor de Alfa de 0,74. Um exemplo de item incluído nesta subescala é “Sinto-me bem quando estou com o meu/minha avô/avó” (item 30).

A dimensão **Ligação ao Passado** tem 3 itens, explica 7,51% da variância e apresenta valor de Alfa de 0,82. Um exemplo de item incluído nesta subescala é “O meu/minha avô/avó conta-me histórias sobre quando os meus pais eram novos” (item 16).

A dimensão **Cuidador** tem 4 itens, explica 7,24% da variância e apresenta valor de Alfa de 0,77. Um exemplo de item incluído nesta subescala é “Quando os meus pais não estão, é o meu/minha avô/avó que assume essas funções” (item 2).

A dimensão **Distância** tem 5 itens, explica 6,38% da variância e apresenta valor de Alfa de 0,68. Um exemplo de item incluído nesta subescala é “O meu/minha avô/avó não compreende muitas das coisas que eu gosto” (item 26).

A dimensão **Indulgência** tem 5 itens, explica 6,13% da variância e apresenta valor

de Alfa de 0,61. Um exemplo de item incluído nesta subescala é “O meu/minha avô/avó permite-me coisas que os meus pais não me permitem” (item 23).

A dimensão **Mediador** tem 3 itens, explica 5,45% da variância e apresenta valor de Alfa de 0,59. Esta subescala surge como um complemento da dimensão Indulgência, incluindo itens no sentido de os avós intercederem pelos netos, no caso de um conflito com os pais. Um exemplo de item incluído nesta subescala é “Quando discuto com os meus pais, o meu/minha avô/avó intercede a meu favor” (item 10).

As escalas, ao nível da consistência interna, variam entre o bom e o fraco, sendo que as dimensões Compreensão Mútua e Ligação ao Passado apresentam uma boa consistência interna, as dimensões Desfrutar e Cuidador apresentam consistência razoável e as dimensões Distância e Indulgência apresentam consistência interna fraca, sendo que a Distância se aproxima do valor limite para a consistência razoável. A dimensão Mediador, em rigor, apresenta um valor de consistência interna inaceitável, mas ter-se-á mantido por estar muito próximo do valor mínimo para ser considerada uma consistência aceitável (Pestana & Gageiro, 2005). Tal como no caso da versão para os avós, também esta versão inclui itens negativos com o mesmo objectivo e cada item está ancorado numa escala do tipo Likert, variando em 5 pontos (desde 1 – nunca - até 5 – sempre).

3.2. Escala de Significados Atribuídos ao Trabalho – Versão Reduzida

A ESAT (ANEXO 5) é uma escala que tem vindo a desenvolver-se ao longo dos anos, desde a sua criação em 2003 por Gonçalves e Coimbra, a partir de um levantamento rigoroso das representações que jovens e adultos portugueses têm acerca do trabalho como realidade, que envolveu 316 alunos dos 10^o e 11^o anos, da região Norte de Portugal. Desta recolha e análise foi criada uma versão com 56 itens, distribuídos por 4 dimensões que, após ser testado, revelou a necessidade de algumas adaptações. Em 2004, a partir dos ajustes que levaram à redução para 50 itens, foi feita uma nova aplicação com 731 jovens e com os seus pais, tendo o instrumento melhorado as características psicométricas.

A escala voltou a ser trabalhada, desta vez por Sobral (2008) com a aplicação a 327 alunos dos 9^o e 12^o anos. Foram realizadas diversas análises factoriais exploratórias com rotação ortogonal *varimax* e segundo o método dos eixos principais, de onde se percebeu que alguns itens não tinham a qualidade discriminativa considerada necessária. Desta forma, foi decidido eliminar os itens com saturação inferior a .50, que permitiu manter as mesmas dimensões com menos itens em cada uma delas, que aumentou as qualidades métricas da escala, tendo dado origem à versão reduzida da ESAT, versão que foi utilizada neste trabalho.

A escala é um instrumento de auto-relato que avalia o significado atribuído ao trabalho, composta por 35 itens distribuídos por 4 dimensões: **Dimensão da Realização Pessoal do Trabalho**, **Dimensão Emocional Positiva do Trabalho**, **Dimensão Negativa**

Emocional do Trabalho e Dimensão Económica do Trabalho²⁰. Globalmente, o instrumento explica 55,4% da variância (Sobral, 2008). Cada item está ancorado numa escala tipo *Likert* com 6 pontos, variando entre “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente”. A escala pode ser aplicada de forma individual ou em grupo, não tendo limite de tempo para responder.

A **Realização Pessoal** inclui 13 itens e apresenta valor de Alfa de 0,90 (Sobral, 2008). Inclui itens que avaliam a forma como o trabalho é ou não fonte de satisfação pessoal, se contribui para a realização do sujeito e se o trabalho desafia o sujeito para actualizar os seus recursos e competências pessoais. A dimensão inclui aspectos relacionados com a aprendizagem, crescimento pessoal, competência, motivação e realização. Um exemplo de item desta subescala é “Para mim, trabalhar significa um desafio constante” (item 1).

A **Dimensão Positiva** inclui 9 itens e apresenta valor de Alfa de 0,84 (Sobral, 2008). Inclui itens que avaliam a forma como o trabalho permite ou não oportunidades pessoais e sociais consideradas satisfatórias, traduzidas em actividade positiva, criativa e relacional. Um exemplo de item desta subescala é “Para mim, trabalhar significa uma fonte de felicidade e bem-estar” (item 18).

A **Dimensão Negativa** inclui 6 itens e apresenta valor de Alfa de 0,84 (Sobral, 2008). Inclui itens que avaliam a forma como o trabalho é ou não desgastante, tanto em termos pessoais como familiares, incluindo o trabalho como fonte de preocupação, de *stress*, de monotonia e de cansaço. Um exemplo de item desta subescala é “Para mim, trabalhar significa um fardo pesado que tenho de suportar cada dia” (item 5).

A **Dimensão Económica** inclui 7 itens e apresenta valor de Alfa de 0,83 (Sobral, 2008). Inclui itens que avaliam a forma como o trabalho é ou não um instrumento de resposta às necessidades fundamentais e garantia de qualidade de vida pessoal, familiar e ainda de reconhecimento social. A dimensão inclui aspectos relacionados com a componente financeira do trabalho, como o salário, a subsistência e a estabilidade financeira. Um exemplo de item desta subescala é “Para mim, trabalhar significa um meio para conseguir mais bens de consumo” (item 14). Todos os factores, ao nível da consistência interna, têm uma consistência interna considerada boa – entre 0,8 e 0,9 (Pestana & Gageiro, 2005).

Martins (2011), no seu trabalho, executou uma Análise Factorial Confirmatória sobre este instrumento. Nesta análise, a investigadora teve em conta o valor do teste de Qui-Quadrado, o *Comparative Fit Index* (CFI) – cujo limiar aceitável é de .90 (Martins, 2011), embora outros autores requeiram .95 (Hu & Bentler, 1999; Lance, Butts & Michels, 2006) – e o *Root Mean Square Error of Aproximation* (RMSEA) – cujos valores serão aceitáveis a partir de .08 e bons abaixo de .05 (Hu & Bentler, 1999). Os valores de ajustamento do modelo

²⁰Doravante designadas como Realização Pessoal, Dimensão Positiva, Dimensão Negativa e Dimensão Económica.

são de $\chi^2(551, n = 1\ 421) = 3378$ para $p < .01$ (considerados significativos pela autora), de .88 de CFI e de .06 de RMSEA. Ainda que não perfeitamente ajustados aos intervalos referidos, são resultados que confirmam o modelo, segundo a autora.

3.3. Escala de Exploração e Investimento Vocacional

A EEIV (ANEXO 6) é um instrumento de origem portuguesa de auto-relato composto por 40 itens que avalia os processos de desenvolvimento vocacional de jovens. A sua aplicação pode ser individual ou colectiva, utilizando para responder uma escala tipo *Likert* de 6 pontos que varia entre *Discordo totalmente* e *Concordo totalmente*. Os 40 itens encontram-se divididos em 5 dimensões (Gonçalves, 2008), que são a **Exploração Vocacional**, **Investimento**, **Difusão**, **Foreclosure**, **Tendência para Excluir Escolhas e Foreclosure em relação aos Significativos**.

A **Exploração Vocacional** tem como objectivo avaliar os momentos de procura, de questionamento e de moratória vocacional, na qual o adolescente se confronta com as diversas alternativas face à escolha profissional (Campos & Coimbra, 1991). É composta por 11 itens, tendo um valor de Alfa de Cronbach de 0,87 (Gonçalves, 2008), considerado bom (Pestana & Gageiro, 2005). Um exemplo de item é “Não me sinto preparado para me comprometer com uma formação ou profissão específicas porque ainda não tenho suficiente informação sobre outras alternativas” (item 14).

A dimensão **Investimento** tem procura avaliar o processo psicológico em que o adolescente parte para a acção, que corresponde à exploração do investimento já referida anteriormente, na qual o sujeito reconstrói o investimento actual (Campos & Coimbra, 1991). Esta subescala tem 9 itens e um Alfa de Cronbach de 0,82 (Gonçalves, 2008), considerado bom (Pestana & Gageiro, 2005). Um exemplo de item é “Sinto que depois de ter reflectido e estabelecido contactos estou preparado para escolher” (item 23).

A dimensão **Difusão** decorre do processo vocacional com o mesmo nome que caracteriza os adolescentes que não exploram e não investem, sendo indiferentes à construção de um projecto profissional, estando associada a nomenclatura *diffusers* a esta ausência de projectos (Marcia, 1966). Tem 8 itens e um valor de Alfa de 0,77 (Gonçalves, 2008), considerado razoável (Pestana & Gageiro, 2005). Um exemplo de item é “Não vale a pena perder o meu tempo com os estudos e pensar na profissão de futuro porque o tempo tudo resolverá” (item 16).

A dimensão **Foreclosure, Tendência para Excluir Escolhas** corresponde ao processo que caracteriza os adolescentes que fazem investimentos sem antes terem passado pelo processo de exploração vocacional, ou seja, há uma tendência para excluir, sem explorar, outras opções (Blustein, Ellis & Devenis, 1989). É constituída por 5 itens e tem Alfa de 0,79 (Gonçalves, 2008), considerado razoável mas já muito próximo de valores

considerados bons (Pestana & Gageiro, 2005). Um exemplo de item é “Pelo que conheço dos meus interesses acho que apenas sou capaz de exercer uma profissão” (item 5).

A dimensão ***Foreclosure em relação aos Significativos*** parte do mesmo processo de rejeição de opções sem exploração prévia por parte do adolescente, mas em que o adolescente procura realizar projectos vocacionais outorgados por outros significativos, como pais, professores ou amigos. A dimensão tem 7 itens e um valor de Alfa de 0,74 (Gonçalves, 2008), considerado razoável (Pestana & Gageiro, 2005). Um exemplo de item é “Acho que o único curso e profissão que quero são aqueles que os meus pais sempre valorizaram” (item 33).

3.4. Self-Concept Description Questionnaire II

O SDQ II (ANEXO 7) é um questionário que se baseia no modelo hierárquico e multidimensional de Shavelson et al. (1976) que tem como objectivo fazer a avaliação do auto-conceito. Destina-se a ser aplicado a adolescentes, existindo ainda outros dois instrumentos com o mesmo intuito, mas para idades diferentes, que são o SDQ-I e o SDQ-III, para pré-adolescentes e jovens universitários adultos, respectivamente (Faria & Santos, 2006). O instrumento foi adaptado à população portuguesa por Fontaine (1991b). Para ser respondida, utiliza uma escala tipo *Likert* de 6 pontos, que varia entre “discordo sempre” e “concordo sempre”.

O instrumento apresenta 102 itens divididos em 11 escalas, sendo que três dessas escalas se referem a dimensões de competência própria académica (competência em matemática, na língua materna e nas disciplinas escolares em geral) e que 7 subescalas dizem respeito ao domínio físico (competência física e aparência física), ao domínio social (competências sociais nas relações com os pais e com pares do mesmo sexo e do sexo oposto), ao domínio emocional (estabilidade emocional) e ao domínio moral (honestidade/fiabilidade). A subescala restante refere-se ao auto-conceito global (Fontaine, 1991b). A Figura 2 esquematiza as subescalas do SDQ II em termos de auto-conceito académico, não académico e global.

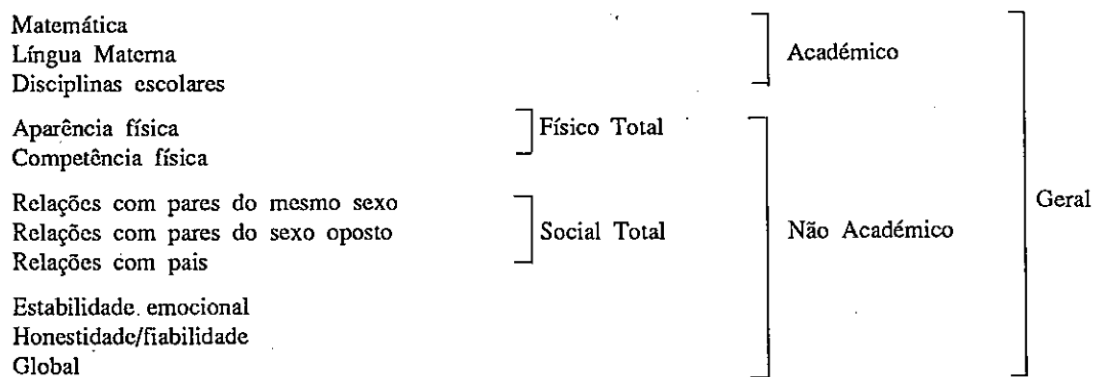


Figura 2 – Organização das subdimensões do SDQ II, adaptado de Fontaine (1991b)

A adaptação à população portuguesa tem boas qualidade psicométricas, apresentando valores de Alfa de Cronbach superiores a 0,82 em 7 das subescalas e 0,74 para as restantes 4 subescalas, resultados similares aos da versão original (Fontaine, 1991b). No presente estudo, foi apenas utilizada uma das subescalas, em concreto, a que se refere às disciplinas escolares em geral. Esta subescala apresenta um valor de Alfa de Cronbach de 0,87 (Fontaine, 1991b), considerado bom por Pestana e Gageiro (2005).

4. Amostragem e recolha de dados

O contacto foi feito com diversas escolas públicas e privadas do Minho e Douro Litoral, através dos directores das mesmas, a quem foram explicados todos os procedimentos a serem adoptados e a quem se entregou uma carta com essas mesmas explicações (ANEXO 8). Às escolas que se dispuseram a colaborar, foi entregue um Consentimento Informado (ANEXO 9) para ser entregue aos pais, onde seria assinalada a opção de consentimento de participação do aluno ou de não consentimento. Todos os sujeitos envolvidos no estudo foram voluntários, tendo sido dada a possibilidade de desistência a qualquer momento e foi garantido que seria mantido o sigilo sobre os dados recolhidos.

Em duas escolas foi necessário recorrer à colaboração de um professor e de uma psicóloga, visto que a aplicação teve de ocorrer em simultâneo. Ambos foram instruídos relativamente ao procedimento, não tendo ocorrido nada de anormal nas respectivas aplicações. As restantes aplicações foram feitas pelo investigador. A instrução dada aos alunos, relativamente à ESGP-N, foi de que deveriam responder apenas em relação a um avô ou avó, sendo que o critério de escolha foi o avô ou avó com quem mantêm maior contacto. A instrução foi sempre repetida e os alunos foram sempre questionados acerca da compreensão da mesma, sendo apresentada também por escrito no *dossier* entregue (ANEXO 10).

No que diz respeito à recolha de dados dos avós, os alunos foram instruídos a levar

o questionário que lhes era relativo ao avô ou avó que tinham escolhido e que deveria ser esse e não outro dos avós a responder à ESGP-A, em relação ao neto que lhe entregou e não em relação a qualquer outro neto ou aos netos em geral. Esta instrução estava presente no *dossier* entregue aos avós (ANEXO 11). Mais uma vez esta instrução foi repetida e os alunos foram questionados acerca da sua compreensão. Ambos os *dossiers* apresentavam, também, os questionários macrossistêmicos já referidos.

A amostra é, assim, constituída por 268 díades de avós e netos, tendo sido constituída por conveniência. Os netos têm idades entre os 12 e os 16 anos, apresentando uma idade média de 13,25 anos ($DP = 1,016$) e os avós têm idades entre os 52 e os 90 anos de idade, apresentando uma idade média de 70,37 anos ($DP = 7,482$).

Dos netos que compõem a amostra, 45,1% são do sexo masculino e 54,9% são do sexo feminino, sendo que 68,6% residem em meio urbanos e 31,4% residem em meio rural. 98,5% vivem com os pais, 22,4% têm o avô/avó no mesmo agregado familiar ou vivem com os avós, 72,7% têm irmãos a viver no mesmo agregado e 4,5% têm outras pessoas no agregado. Em média, têm 2,98 avós vivos e têm entre nenhum e 3 irmãos e entre nenhuma e 4 irmãs, perfazendo uma média de 0,54 irmãos e de 0,4 irmãs. A informação encontra-se resumida na Tabela 2.

Tabela 2 – Género, residência e tipo de ensino

Masculino	Feminino
45,1%	54,9%
Meio Rural	Meio Urbano
31,4%	68,6%
E. Público	E. Privado
26,9%	73,1%

Relativamente ao ensino e ao ano de escolaridade dos netos, 26,9% frequentam o ensino público e 73,1% frequentam o ensino privado; 0,7% frequentam o 6º ano, 50,0% frequentam o 7º ano, 30,6% frequentam o 8º ano, 15,3% frequentam o 9º ano, 1,1% frequentam o 10º ano e 2,2% frequentam o 11º ano. Esta informação encontra-se na Tabela 3.

Tabela 3 – Ano de escolaridade

6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano	11º Ano
0,7%	50,0%	30,6%	15,3%	1,1%	2,2%

Relativamente aos seus pais, 0,7% são solteiros, 86,5% são casados, 8,6% são divorciados, 2,2% são viúvos, 1,1% são separados e 0,7% têm outro estado civil, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Estado civil dos pais

Solteiros	Casados	Divorciados	Viúvo(a)	Separados	Outro
0,7%	86,5%	8,6%	2,2%	1,1%	0,7%

Relativamente às habilitações académicas dos pais, das mães nenhuma deixou de concluir pelo menos um ciclo de estudos, sendo que 3,0% têm a 4ª classe, 10,9% têm o 6º ano feito, 16,6% têm o 9º ano, 28,7% têm o secundário completo e 40,8% têm o ensino superior concluído; dos pais, 4,6% têm até à 4ª classe, 17,6% têm o 6º ano, 23,3% têm o 9º ano, 22,5% têm o secundário e 32,1% têm o ensino superior concluído (Tabela 5).

Tabela 5 – Habilitações académicas dos pais

Habilitação académica	Pai	Mãe
Até à 4ª Classe	4,6%	3,0%
6º Ano	17,6%	10,9%
9º Ano	23,3%	16,6%
Secundário	22,5%	28,7 %
Ensino Superior	32,1%	40,8%

Por sua vez, dos avós que compõem a amostra, 23,3% são do sexo masculino e 76,8% são do sexo feminino. Relativamente à linhagem e ao género dos avós escolhidos pelos netos, 48,7% dos netos que compõem a amostra escolheram a avó materna, 28,1% escolheram a avó paterna, 14,8% escolheram o avô materno e 8,4% escolheram ao avô paterno. Significa que 76,8% dos netos escolheram uma avó, ao passo que 23,1% escolheram um avô. Relativamente à linhagem, independente do género dos avós, a linhagem materna foi escolhida em 63,5% dos casos e a linhagem paterna foi escolhida em 36,5% dos casos.

Fazendo a divisão por género do neto, verifica-se que 27,8% das netas escolheram a avó materna, contra 20,9% dos netos; 16,3% das netas escolheram a avó paterna, contra 11,8% dos netos; 7,6% das netas escolheram o avô materno, contra 7,6% dos netos; e 3,5% das netas escolheram o avô paterno, contra 4,9% dos netos. Significa que as netas escolheram uma avó em 44,1% dos casos e um avô em 11,1%, enquanto que os netos escolheram uma avó em 32,7% dos casos e um avô em 12,1% dos casos. Na linhagem, as netas escolheram a linhagem materna em 35,4% dos casos e a linhagem paterna em 19,8% dos casos, enquanto que os netos escolheram a linhagem materna em 28,1% dos casos e a linhagem paterna em

16,7% dos casos. Estes dados encontram-se resumidos na Tabela 6.

Tabela 6 – Escolha do avô/avó por género do neto

	Neto	Neta	Total
Avó Materna	20,9%	27,8%	48,7%
Avô Materno	7,2%	7,6%	14,8%
Avó Paterna	11,8%	16,3%	28,1%
Avô Paterno	4,9%	3,5%	8,4%
Total Avós	32,7%	44,1%	76,8%
Total Avôs	12,1%	11,1%	23,1%
Total Linhagem materna	28,1%	35,4%	63,5%
Total Linhagem paterna	16,7%	19,8%	36,5%

Os avós da amostra têm entre 1 e 22 netos, que perfaz uma média de 5,15 netos ($DP = 3,685$), sendo que 0,8% dos avós da amostra são solteiros, 68,2% são casados, 1,5% são divorciados e 29,5% são viúvos (Tabela 7).

Tabela 7 – Estado civil dos avós

Solteiro(a)	Casados	Divorciados	Viúvo(a)
0,8%	68,2%	1,5%	29,5%

Relativamente às habilitações académicas, 69,4% tem até à 4^a classe, 7,0% têm o 6^o ano, 7,8% têm o 9^o ano, 5,4% têm o secundário e 10,5% têm pelo menos um ciclo do Ensino Superior concluído (Tabela 8).

Tabela 8 – Habilitações académicas dos avós

Habilitação académica	Percentagem
Até à 4 ^a Classe	69,4%
6 ^o Ano	7,0%
9 ^o Ano	7,8%
Secundário	5,4%
Ensino Superior	10,5%

29,0% dos avós assinalaram ter alguma doença crónica, sendo que 54,7% residem em áreas urbanas e 45,3% residem em áreas rurais. 90,7% são reformados e 9,3% são trabalhadores activos.

Passa-se agora a descrever com maior pormenor as características da amostra, relativamente às variáveis estudadas – o género de avós e de netos, tipos de actividade que as dúades mantêm em conjunto e a frequência de contacto.

Relativamente ao tipo de actividades que os avós reportam manter com os netos, dividem-se em lazer (que inclui actividades como actividades desportivas ou idas ao cinema), que 71,7% dos avós afirmam manter com os netos, formativas (que inclui actividades como a transmissão da história familiar ou supervisão escolar) com 36,3%, sociais (como discussões ou visitas a outros parentes) com 33,9%, outras (inclui todas as actividades que não se enquadraram nas categorias indicadas, como escolher roupa ou contar segredos) com 2,4% e nenhuma com 4,8%. A Tabela 9 resume esta informação.

Tabela 9 – Tipos de actividade que os avós mantêm com os netos

Actividades	Avós
Lazer	71,7%
Formativas	36,3%
Sociais	33,9%
Outras	2,4%
Nenhuma	4,8%

Ainda no que diz respeito às actividades que avós e netos mantêm entre si, fazendo a divisão pelo género do neto verifica-se que os avós reportam actividades de lazer com as netas em 70,0% dos casos e com os netos em 73,9% dos casos; formativas com as netas em 42,1% dos casos e com os netos em 28,8%; sociais com as netas em 37,9% dos casos e com os netos em 28,8% dos casos; outras actividades com as netas em 2,9% e com os netos em 1,8%; nenhuma actividades com as netas em 5,0% e com os netos em 4,5%. Estes dados encontram-se resumidos na Tabela 10.

Tabela 10 – Tipos de actividade por género do neto

Actividades	Feminino	Masculino
Lazer	70,0%	73,9%
Formativas	42,1%	28,8%
Sociais	37,9%	28,8%
Outras	2,9%	1,8%
Nenhuma	5,0%	4,5%

Fazendo agora a divisão por género dos avós, verifica-se que 70,1% avós afirmam manter actividades de lazer com os netos, em geral, enquanto que 78,6% dos avôs afirmam ter essas actividades; nas actividades formativas, 39,2% das avós mantêm com os netos, contra 26,8% dos avôs; 33,5% das avós mantêm actividades sociais, contrapondo 33,9% dos avôs;

3,1% das avós tem outras actividades e os avôs não; por fim, 4,6% das avós afirmam não manter nenhuma actividade com os netos, que se contrapõe aos 5,4% de avôs que afirmam o mesmo.

A respeito da linhagem, verifica-se que 71,2% dos avós maternos mantêm actividades de lazer, contra 73,9% dos avós paternos; 39,7% dos avós maternos mantêm actividades formativas, contrapondo com 31,5% dos avós paternos; 33,3% dos avós maternos mantêm actividades sociais com os netos, ao passo que 33,7% dos avós paternos mantêm estas actividades; outras actividades são mantidas por 2,6% dos avós maternos, contra 2,2% dos avós paternos; por fim, 5,1% dos avós maternos afirmam não manter nenhuma actividade com os netos, contra 4,3% dos avós paternos.

Cruzando o género e a linhagem, obtém-se a mesma informação por avó materna, avô materno, avó paterna e avô paterno. 68,1% das avós maternas mantêm actividades de lazer, 42,0% mantêm actividades formativas, 33,6% mantêm actividades sociais, sendo que 3,4% afirmam ainda manter outras actividades e 5,0% afirmam não manter actividade nenhuma com os netos. Relativamente aos avôs maternos, 81,1% mantêm actividades de lazer, 32,4% mantêm actividades formativas, 32,4% mantêm actividades sociais e não mantêm outras actividades. 5,4% afirmam não manter actividade nenhuma com os netos. Passando às avós paternas, 73,2% mantêm actividades de lazer, 35,2% mantêm actividades formativas, 33,8% mantêm actividades sociais, 2,8% mantêm outras actividades e 4,2% afirmam não manter nenhuma actividade com os netos. Por fim, no que respeita aos avôs paternos, 76,2% mantêm actividades de lazer, 19,0% mantêm actividades formativas, 33,3% mantêm actividades sociais e 4,8% afirmam não manter qualquer actividade com os netos. Nenhum avô paterno afirma manter outras actividades religiosas. As actividades reportadas pelos avós por género e por linhagem encontram-se resumidas na Tabela 11.

Tabela 11 – Tipos de actividade por género dos avós e por linhagem

Actividades	Avó M.	Avô M.	Avó P.	Avô P.	Avós	Avôs	Materna	Paterna
Lazer	68,1%	81,1%	73,2%	76,2%	70,1%	78,6%	71,2%	73,9%
Formativas	42,0%	32,4%	35,2%	19,0%	39,2%	26,8%	39,7%	31,5%
Sociais	33,6%	32,4%	33,8%	33,3%	33,5%	33,9%	33,3%	33,7%
Outras	3,4%	0,0%	2,8%	0,0%	3,1%	0,0%	2,6%	2,2%
Nenhuma	5,0%	5,4%	4,2%	4,8%	4,6%	5,4%	5,1%	4,3%

Ao nível da frequência de contacto entre avós e netos, tendo em conta o género, verifica-se que 43,8% das netas estão com o avô/avó diariamente, 28,1% mantêm contacto com o avô/avó várias vezes por semana, 23,3% aos fins de semana e 4,8% apenas mensalmente e em eventos familiares. Por outro lado, 36,7% dos netos estão com o avô/avó diariamente, 34,2% várias vezes por semana, 21,7% aos fins de semana e 7,5% mensalmente e em eventos familiares. A um nível global, 40,6% dos netos estão

diariamente com o avô/avó, 30,8% várias vezes por semana, 22,6% aos fins de semana e 6% mensalmente e em eventos familiares. Relativamente aos avós, 42,9% das avós têm contacto diário com o neto/neta, 28,1% várias vezes por semana, 24,1% aos fins de semana e 4,9% mensalmente e em eventos familiares. Já os avôs mantêm contacto diário com o neto/neta em 33,9% dos casos, várias vezes por semana em 40,3%, aos fins de semana em 16,1% dos casos e mensalmente e em eventos familiares em 9,7% das vezes. A um nível global, 40,8% dos avós estão diariamente com o neto/neta, 30,9% várias vezes por semana, 22,3% aos fins de semana e 6% mensalmente e em eventos familiares. Esta informação encontra-se na Tabela 12.

Tabela 12 – Frequência de contacto por género de avós e de netos

Frequência	Netas	Netos	Total
Diária	43,8%	36,7%	40,6%
Várias por semana	28,1%	34,2%	30,8%
Fins semana	23,3%	21,7%	22,6%
Mensal e Eventos	4,8%	7,5%	6,0%

Frequência	Avós	Avôs	Total
Diária	42,9%	33,9%	40,8%
Várias por semana	28,1%	40,3%	30,9%
Fins semana	24,1%	16,1%	22,3%
Mensal e Eventos	4,9%	9,7%	6,0%

Ainda na frequência de contacto, desta vez relativamente à linhagem, verifica-se que as avós maternas mantêm contacto diário em 43,7% dos casos, várias vezes por semana em 30,2% das vezes, aos fins de semana em 20,6% das vezes e em 5,6% dos casos mensalmente e em outros eventos. Os avôs maternos mantêm contacto diário e várias vezes por semana em 33,3% dos casos, aos fins de semana em 28,2% das vezes e mensalmente e outros eventos em 5,1% das vezes. A avó paterna encontra-se diariamente com o neto/neta em 40,5% dos casos, várias vezes por semana em 25,7%, aos fins de semana em 28,4% dos casos e mensalmente ou outros eventos em 5,4% dos casos. Por fim, o avô paterno tem contacto diário em 40,9% das vezes, várias vezes por semana em 50,0% dos casos e mensalmente ou outros eventos em 9,1% dos casos, sendo que nenhum reporta encontrar-se aos fins de semana. Globalmente, ao nível da linhagem, temos que 41,2% dos avós maternos afirmam encontrar-se diariamente com o neto/neta, 30,9% várias vezes por semana, 22,4% aos fins de semana e 5,5% mensalmente ou outros eventos. Os avós paternos reportam estar com o neto/neta diariamente em 40,6% dos casos, várias vezes por semana em 31,3% das vezes, aos fins de semana em 21,9% das vezes e mensalmente ou outros eventos em 6,3% dos casos. A informação encontra-se na Tabela 13.

Tabela 13 – Frequência de contacto por linhagem

Frequência	Avó	Avô	Avó	Avô	Linhagem	Linhagem
	materna	materno	paterna	paterno	Materna	Paterna
Diária	43,7%	33,3%	40,5%	40,9%	41,2%	40,6%
Várias/semana	30,2%	33,3%	25,7%	50,0%	30,9%	31,3%
Fins semana	20,6%	28,2%	28,4%	0,0%	22,4%	21,9%
Mensal/Eventos	5,6%	5,1%	5,4%	9,1%	5,5%	6,3%

5. Opções de análise de dados

Com o objectivo de adaptar a ESGP à população portuguesa, tanto a versão dos netos como a versão dos avós, além do estudo de aperfeiçoamento da EEIV, recorreu-se a Análise Factorial Exploratória (AFE) e à Análise Factorial Confirmatória (AFC). O procedimento das análises foi essencialmente o mesmo para cada uma das escalas, tendo-se iniciado pela aferição da adequabilidade da estrutura original ao contexto português, através de uma AFC. No caso de a estrutura não ser confirmada, passou-se à execução de uma AFE, sendo feita uma análise dos componentes principais com rotação ortogonal *varimax*, tendo como critérios o valor do *eigenvalue* ser maior que 1 e a saturação dos itens ser igual ou maior que .30. No caso de essa primeira análise não se adequar à lógica da escala original, partiu-se para a retirada de itens, um a um, utilizando o critério do menor valor de comunalidade. A comunalidade revela a variância que cada item partilha com todas as outras variáveis, o que significa que o item que tiver menor valor é o item que menos contribui para a solução factorial apresentada. Depois de retirado cada item, foi feita uma nova AFE, até se obter uma solução com o número de factores da escala original. Nos casos de factores com menos de 3 itens ou de factores com valores baixos de consistência interna (foi utilizado como indicador o alfa de Cronbach), foram testados itens, um a um nesses factores, partindo da base teórica e distribuição de itens da escala original, no sentido de encontrar uma solução mais robusta sem adulterar a solução encontrada, ou seja, mantendo o número de factores e um valor de variância explicada de pelo menos 60%. No sentido de avaliar a validade da AFE utilizou-se o critério *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO).

Para fazer a análise diádica, recorreu-se ao *Actor-Partner Interdependence Model* (APIM). É um modelo de relações diádicas que integra uma visão conceptual da interdependência existente em relações de duas pessoas (Kenny, 1996), sendo um modelo já recomendado para o estudo da área familiar (Rayens & Svavarsdottir, 2003). Tanto para a AFC como para o APIM foi utilizado o *software* AMOS 22 (Maroco, 2014a).

O modelo tem como objectivo mensurar a interdependência em relações interpessoais, sendo que se considera que existe interdependência em relações onde as emoções, cognições ou comportamentos de um membro influenciam as emoções, cognições

ou comportamentos do outro membro da díade (Kelley et al, 2003, cit. in Kenny, Kashy & Cook, 2006). Como consequência, as observações dos sujeitos que compõem a díade estão ligadas ou correlacionadas de forma que o conhecimento da observação de um dos sujeitos fornece informação acerca da observação do outro membro da díade. Este procedimento apresenta como vantagens, relativamente à análise de variância e à regressão múltipla, a não assumpção de que as observações são independentes, ou seja, não correlacionadas, quando na realidade a correlação existente indica que não são observações independentes (Cook & Kenny, 2005; Kenny et al., 2006). Nos casos em que não há independência de observações, deve-se ter em conta, como unidade de análise, a díade (Kenny & Judd, 1986; Kenny, 1995). Desta forma, o APIM permite reter os valores de observação individuais, de forma integrada na díade, o que permite estimar parâmetros tanto individuais como diádicos (Cook & Kenny, 2005; Kenny et al., 2006). A Figura 3 esquematiza o modelo.

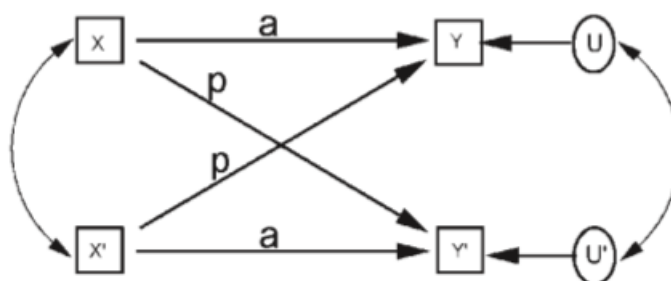


Figura 3 – *Actor-Partner Interdependence Model*, adaptado de Cook e Kenny (2005)

Este modelo apresenta 4 variáveis, sendo Y e Y' as duas variáveis dependentes que correspondem aos resultados da pessoa A e da pessoa B (actor e *partner*, conforme se referirem os próprios efeitos ou os efeitos no outro elemento da díade). Os valores X e X' são os valores da medida da pessoa A e da pessoa B que se espera que prevejam Y e Y' . As setas indicadas como a correspondem aos efeitos do actor sobre os resultados, ao passo que p são os efeitos que o *partner* tem nesses mesmos resultados. A cada um dos resultados está associada uma variável de erro (U e U'). Por fim, entre X e X' há uma correlação, que permite, no caso de predição de uma variável X sobre uma variável Y , o controlo da outra variável X . Desta forma, os efeitos do actor são estimados tendo em conta os efeitos do *partner* e os efeitos deste último são também estimados tendo em conta os efeitos do actor (Cook & Kenny, 2005; Kenny et al., 2006). Ainda segundo os actores, o modelo suporta a adição de variáveis medidoras de características individuais dos membros da díade, cujos efeitos podem ser como actor e como *partner*.

No caso desta investigação, não se espera que haja efeitos por parte dos netos como *partner*, pelo que serão estudados apenas como actores (X). Os avós serão estudados no papel de *partner* (X'), que leva a um modelo um pouco diferente a ser testado, apresentado na Figura 4.

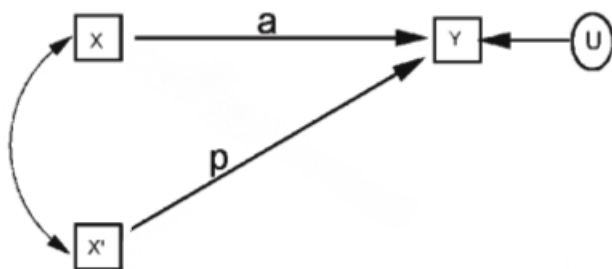


Figura 4 – *Actor-Partner Interdependence Model* adaptado à presente investigação

O processo de análise estatística corresponde a um Modelo de Equações Estruturais (Cook & Kenny, 2005; Kenny et al., 2006).

Capítulo IV

Apresentação de Resultados

Este capítulo tem como objectivos apresentar os resultados da investigação principal, apresentando os resultados relativos aos vários estudos que a constituem. Em primeiro lugar são apresentados os resultados das AFE e AFC efectuadas e as diferenças de género e linhagem, relativas aos dados macrossistémicos. Em seguida, apresentam-se os resultados da influência do género de avós e de netos na frequência de contacto entre ambos e nos tipos de actividade desenvolvida em conjunto e os resultados relativos aos avós escolhidos pelos netos, nomeadamente no que diz respeito ao género e à linhagem²¹. São também apresentados os resultados da influência da existência de alguma doença crónica dos avós, do seu estado profissional, da linhagem, da ascendência e da frequência de contacto nos tipos de actividade mantidas entre avós e netos. São ainda apresentados os resultados da influência do estado civil, das habilitações académicas e do estado profissional dos avós, bem como os resultados relativos à linhagem e à ascendência na frequência de contacto, além dos resultados de possíveis diferenças relativas à área de residência, ao ano de escolaridade e ao estabelecimento de ensino. Por fim, são apresentados os resultados do APIM.

1. Adaptação da Escala de Significados da Grã-Parentalidade Vs. Avós

Em todas as adaptações, o procedimento passou por inicialmente compreender se os dados obtidos na recolha da amostra confirmam ou não o modelo original (Schumacker & Lomax, 2010), recorrendo à AFC. Não havendo confirmação, passou-se à execução da AFE, passando-se a uma AFC à nova estrutura resultante da AFE. Relativamente ao procedimento seguido no âmbito das adaptações dos instrumentos, o ideal seria dividir a amostra total para as três análises diferentes (AFC-AFE-AFC). No entanto, devido ao tamanho amostral, essa opção não foi tomada para este estudo.

Foi feita uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC), tendo sido utilizado o *software* AMOS 22 (Maroco, 2014a), que mostrou a inadequação da estrutura fatorial (CFI = .854; RMSEA = .051; CMIN/DF = 1,869) (Hu & Bentler, 1999; Lance et al., 2006; Maroco, 2014a; Martins, 2011). Consideram-se como valores-referência que o CFI deve ter valor superior a 0,90 (Martins, 2011), embora também seja defendido o valor limite de 0,95 (Hu & Bentler, 1999; Lance et al., 2006), o RMSEA, que deve ter valor inferior a 0,08 e o CMIN/DF, que deve ser o mais próximo possível de 1 (Maroco, 2014a).

A tradução a partir da língua castelhana para português foi feita pelos investigadores, ambos conhecedores da língua. Foram consultados nativos castelhanos acerca da versão produzida, que consideraram a tradução satisfatória. A tradução foi ainda enviada a um especialista em língua portuguesa, para que a linguagem fosse o mais bem

²¹Visto que a linhagem pode ser dividida não só em materna e paterna, mas também pelo género dos avós, doravante a linhagem referir-se-á a materna e paterna no geral e ascendência referir-se-á à linhagem por género – avô paterno, avó paterna, avô materno e avó materna.

adaptada possível à realidade portuguesa e foi ainda enviada a um especialista em comunicação não português e não espanhol, que domina a língua portuguesa, de forma a aferir a facilidade de entendimento do que é pedido em cada item, o que foi confirmado. Algumas pequenas alterações pontuais foram feitas, produto de pequenas sugestões dos especialistas consultados, chegando-se à versão definitiva do instrumento. Nesta versão foram incluídos os itens que foram descartados no processo de validação para a população espanhola (nove no total, perfazendo um total de 41 itens). Desta forma, evita-se que o instrumento possa tornar-se demasiado pequeno, no caso de terem de ser deixados de parte alguns itens (Hill & Hill, 2009).

Antes da administração do instrumento à amostra do estudo, foi realizada uma reflexão falada/oral com um idoso avô, de forma a garantir a compreensão da linguagem, bem como das instruções (Moreira, 2009). O idoso em questão, de nível sócio-cultural baixo, não demonstrou qualquer dificuldade na compreensão dos itens. Tendo sido tão clara a compreensão total, prescindiu-se da reflexão oral a outros idosos.

Foi realizada uma AFE sobre os dados recolhidos. Os factores foram extraídos através de uma análise dos componentes principais com rotação ortogonal *varimax*, utilizando os critérios explicados anteriormente, tendo-se observado um valor de KMO = .867, valor considerado bom (entre 0,8 e 0,9) por Maroco (2014b). O teste de Bartlett à esfericidade apresenta um valor de $\chi^2(820) = 3661,619, p < .001$.

A primeira análise revelou 10 factores, solução que não exibia uma lógica aproximada da escala original. Desta forma, foi-se retirando itens um a um, utilizando-se como critério de eliminação o valor de comunalidade mais baixo, conforme explanado anteriormente. Depois de retirado cada item, foi feita uma nova AFE. Este procedimento foi repetido até se chegar a uma solução com 7 factores.

Esta primeira solução com 7 factores apresentava um dos factores originais (Indulgência) dividido em dois (por agora denominados Indulgência 1 e Indulgência 2), além de apresentar dois itens (11 e 14) que saturavam em mais que um factor com uma diferença menor que 0,1 (Pestana & Gageiro, 2005), pelo que foram eliminados. Além destes itens foi ainda eliminado o item 34, que foi retirado porque era o único item a saturar no factor em que foi incluído.

Feita nova AFE, passou-se a uma solução com 6 factores, sendo que três destes factores (os dois factores Indulgência e o factor Distância) apresentavam-se com apenas dois itens. Desta forma, como a composição de cada factor deverá ter pelo menos 3 itens, o passo que se seguiu passou por acrescentar cada item que compunha o factor original que não tinha saturado em nenhum dos factores, um a um, e fazer nova AFE, de forma a verificar se algum dos itens saturava num destes factores sem alterar a restante estrutura factorial. Encontraram-se dois itens que saturaram no factor Indulgência 1 – cujos itens acabaram por ser eliminados da solução final por apresentar um valor de consistência interna (0,483) considerado inaceitável (Pestana & Gageiro, 2005) – e no factor Distância.

Optou-se por não eliminar o factor Indulgência 2, apesar de ter apenas 2 itens, visto que da divisão referida resultou a combinação de dois itens relativos especificamente a ofertas materiais²². Foram ainda procurados outros itens que compõem o instrumento que pudessem estar ligados, para serem testados, sendo o que se aproximava mais o item referente à ida a espectáculos²³, verificando-se que não saturava no referido factor. Podendo constituir-se como um factor existente na população portuguesa, optou-se por mantê-lo com o objectivo de criar novos itens que se enquadrem no factor e para testar futuramente. O factor, doravante, adopta apenas o nome Indulgência. Na Tabela 14 encontram-se as cargas factoriais dos itens e a organização em factores.

Tabela 14 – Tabela de cargas factoriais dos itens da ESGP-A

Item	Componente				
	1	2	3	4	5
20. Quando o meu neto(a) está doente, apareço para ajudar.	.811				
15. Quando os seus pais têm que sair, vou a casa do meu neto(a).	.771				
12. Faço companhia ao meu neto(a) quando está sozinho(a).	.769				
2. Quando os seus pais não estão, sou eu quem se encarrega de cuidar do meu neto(a).	.759				
31. Explico ao meu neto(a) o que fazíamos na sua idade com as pessoas da minha geração.		.734			
37. Ensino ao meu neto(a) coisas importantes para a vida.		.713			
30. O meu neto(a) gosta quando está comigo.		.677			
38. Se o meu neto(a) tivesse mais tempo livre, passaria mais tempo comigo.		.645			
5. Explico ao meu neto(a) a história da família.		.603			
21. O meu neto(a) explica-me coisas que não se atreve a contar aos seus pais.			.799		
4. O meu neto(a) conta-me os seus problemas e preocupações.			.746		
17. O meu neto(a) pede-me conselhos quando tem de tomar uma decisão importante.			.714		
40. O meu neto(a) é demasiado jovem para me entender.				.760	
36. Sou demasiado velho(a) para entender o meu neto(a).				.752	
27. Os pais permitem demasiadas coisas ao meu neto(a).				.674	
26. Não compreendo muitas das coisas de que o meu neto(a) gosta.				.633	
1. Dou dinheiro ao meu neto(a).					.837
32. Compro prendas ao meu neto(a).					.665

²²Itens 1 e 32: “1. Dou dinheiro ao meu neto(a)” e “32. Compro prendas ao meu neto(a)”.

²³Item 13: “O meu neto(a) acompanha-me na ida a espectáculos”.

Desta forma, o instrumento fica composto por 18 itens, distribuídos por 5 factores. O valor de Alfa é 0,838 e a escala explica 63,868% da variância total. O primeiro factor – **Cuidador** – é constituído pelos itens 2, 12, 15 e 20, num total de 4 itens. Apresenta valor de Alfa de 0,862 e explica 31,963% da variância. O segundo factor – **Ligação ao Passado** – é constituído pelos itens 5, 30, 31, 37 e 38, num total de 5 itens. Apresenta valor de Alfa de 0,769 e explica 11,972% da variância. O terceiro factor – **Compreensão Mútua** – é constituído pelos itens 4, 17 e 21, totalizando 3 itens. Tem valor de Alfa de 0,820 e explica 7,327% da variância. O quarto factor – **Distância** – é constituído pelos itens 26, 27, 36 e 40, num total de 4 itens. Tem valor de Alfa de 0,649 e explica 6,370% da variância. Por fim, o quinto factor – **Indulgência** – é constituído pelos itens 1 e 32, totalizando 2 itens. Tem valor de Alfa de 0,609 e explica 6,236% da variância.

O factor Cuidador e o factor Compreensão Mútua apresentam valores de consistência interna bons. O factor Ligação ao Passado apresenta um valor razoável. Tanto o factor Distância como o factor Indulgência apresentam valores considerados fracos. O instrumento, na sua globalidade, apresenta um bom valor de consistência interna (Pestana & Gageiro, 2005).

Comparando agora a nova versão com a versão original, verifica-se que os itens 12 e 38 não fazem parte da versão original, mas fazem parte desta versão. Os itens 3, 8, 10, 14, 16, 18, 19, 23, 33 e 35 faziam parte da versão original, mas nesta versão não saturaram em nenhum factor. O factor Cuidador coincide com a versão original nos itens 2, 15 e 20. Inclui ainda o item 12, um dos que não fazia parte da versão original. Perdeu o item 3, que não saturou em nenhum factor. O factor Ligação ao Passado mantém os itens 5 e 31, tendo perdido o item 16, que não saturou. Ganha ainda o item 38, que não fazia parte da versão original, o item 30, proveniente do factor Desfrutar e o item 37, originalmente no factor Conselheiro. O factor Compreensão Mútua mantém os itens 4, 17 e 21, tendo perdido os itens 14, 33 e 35 por não terem saturado. O factor Distância coincide nos itens 26, 27, 36 e 40. Perdeu os itens 8 e 19 por não terem saturado. Por fim, o factor Indulgência mantém os itens 1 e 32, tendo perdido os itens 10, 18 e 23 por não terem saturado. A nível global, o valor de consistência interna mantém-se na versão adaptada, tendo aumentado em cerca de 10% o valor da variância explicada. A Tabela 15 apresenta a comparação entre as versões no que respeita à sua composição, valores de Alfa e de variância.

Tabela 15 – Comparação das versões da ESGP-A

Factor	Original			Adaptação		
	Nº itens	Alfa	Variância	Nº itens	Alfa	Variância
Cuidador	6	0,75	18,964%	4	0,86	31,963%
Ligação ao Passado	4	0,78	5,364%	5	0,77	11,972%
Compreensão Mútua	6	0,67	6,404%	3	0,82	7,327%
Distância	3	0,82	8,180%	4	0,65	6,370%
Indulgência	5	0,68	3,701%	2	0,61	6,236%
Conselheiro	6	0,68	6,952%	—	—	—
Desfrutar	3	0,63	4,239%	—	—	—
Totais	33	0,84	53,804%	18	0,84	63,868%

Recorreu-se à AFC com o objectivo de verificar se a solução decorrente da AFE apresenta um bom ajuste aos dados. Os valores de referência, conforme já referido anteriormente, considerados para o efeito são o CFI, que deve ser superior a 0,90 (Martins, 2011) ainda que haja quem defenda como valor limite 0,95 (Hu & Bentler, 1999; Lance et al., 2006) e o RMSEA, que deve ser inferior a 0,08. Nesta análise é ainda tido em conta o CMIN/DF que corresponde ao valor de qui-quadrado dividido pelos graus de liberdade, que deverá ser o mais próximo de 1 possível (Maroco, 2014a). Nesta análise, os valores de ajustamento para o modelo são de 0,936 de CFI, considerado um ajustamento bom, segundo Maroco (2014a), 0,050 de RMSEA (segundo o mesmo autor é um ajustamento aceitável) e 1,837 de CMIN/DF (considerado um ajustamento bom), valores que cumprem os intervalos de referência. A Figura 5 apresenta os resultados desta AFC.

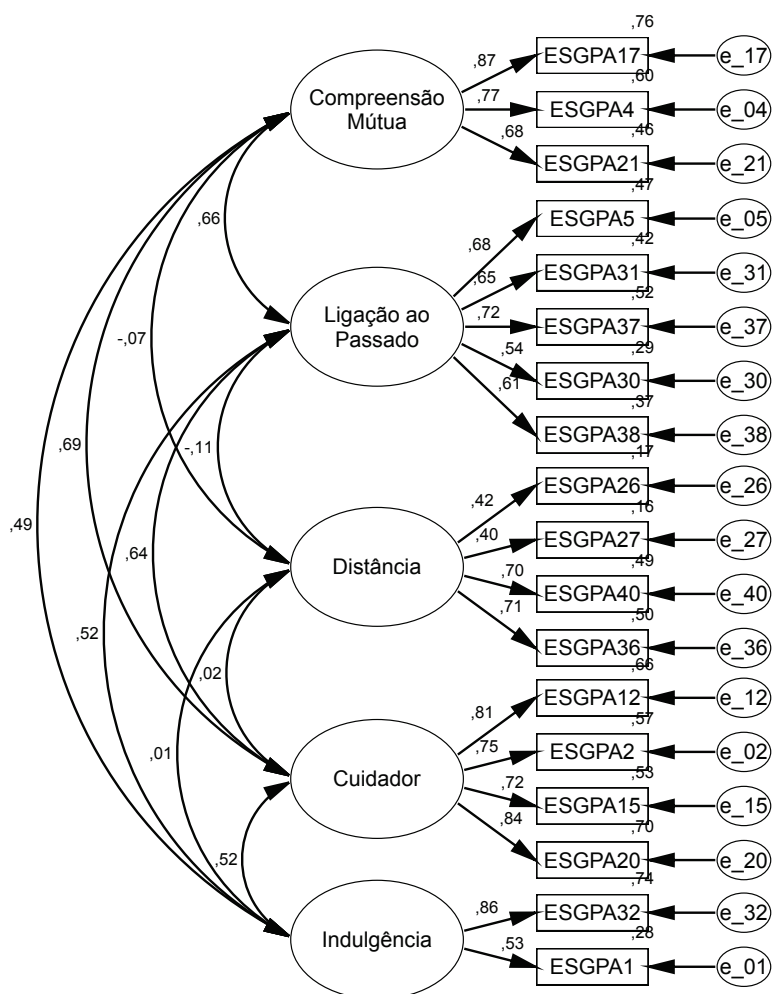


Figura 5 – Análise Factorial Confirmatória da ESGP-A

2. Adaptação da Escala de Significados da Grã-Parentalidade Vs. Netos

Como foi referido, apesar de a escala já ter sido alvo de uma adaptação para a população portuguesa (Cunha, 2008), optou-se por avançar com um novo processo de adaptação à população portuguesa. Desta forma, iniciou-se por validar a estrutura original da ESGP-N no sentido de compreender se os dados obtidos na recolha da amostra confirmam ou não o modelo original (Schumacker & Lomax, 2010). Com esse objetivo, foi feita uma AFC, tendo sido utilizado o *software* AMOS 22 (Maroco, 2014a), que mostrou a inadequação da estrutura fatorial (CFI = .852; RMSEA = .050; CMIN/DF = 1,822) (Hu & Bentler, 1999; Lance et al., 2006; Maroco, 2014a; Martins, 2011).

Assim, partiu-se de um instrumento com um total de 46 itens, versão criada pela por Cunha (2008) para a adaptação, que consiste na tradução da autora a partir da versão original (Triadó & Villar, 2000) e que inclui alguns itens adicionais construídos com o objectivo de

evitar que o instrumento viesse a ficar com um número reduzido de itens. Fazem parte da amostra os netos que compõem as díades recolhidas.

Foi realizada uma AFE sobre os dados recolhidos, onde os factores foram extraídos através de uma análise dos componentes principais com rotação ortogonal *varimax* e usando os critérios já explanados. Observou-se um valor de KMO = .868., valor considerado bom por Maroco (2014b). O teste de Bartlett à esfericidade apresenta um valor de $\chi^2(1035) = 4491,584, p < .001$.

A primeira análise revelou 13 factores, o que não se coaduna com a escala original nem com a sua lógica adjacente. Assim, iniciou-se a retirada de itens, um a um, tendo sido utilizado como critério de eliminação o valor de comunalidade mais baixo. Depois de retirado cada item, foi feita uma nova AFE com os mesmos critérios, até obter uma solução com 7 factores.

As diversas soluções com 7 factores, 6 factores e 5 factores que foram testadas, revelaram-se sempre bastante confusas, já que sendo retirados alguns itens, por exemplo, por saturarem em mais do que um factor com uma diferença menor que 0,1, acabavam por baralhar toda a estrutura e, por vezes, até provocavam a diminuição do número de factores por si só. Após várias tentativas, com pontos de corte de saturação em .30, .40 e .50, conseguiu-se verificar que havia um conjunto de itens que, se fossem retirados, permitiam uma leitura mais clara da estrutura factorial, pelo que se optou pela sua eliminação. Todo este processo resultou numa estrutura de 4 factores, tendo sido perdidos os factores Distância, Mediador e Cuidador. Foi ainda testada a inclusão de itens, um a um, em cada factor, no sentido de aferir a possibilidade de aumentar a consistência interna, mas em nenhum dos casos houve um aumento do valor de Alfa. Na Tabela 16 encontram-se as cargas factoriais e a organização dos itens em factores.

Tabela 16 – Tabela de cargas factoriais dos itens da ESGP-N

Item	Componente			
	1	2	3	4
15.Quando os meus pais não estão, o meu/minha avô/avó vem ter comigo.	.857			
3. O meu/minha avô/avó vem até minha casa para estar comigo.	.774			
12.O meu/minha avô/avó faz-me companhia quando estou sozinho.	.718			
4. Conto ao meu/minha avô/avó os meus problemas e preocupações.	.679			
17.Quando tenho que tomar uma decisão importante, peço ao meu/minha avô/avó a sua opinião.	.601			
45.O meu/minha avô/avó faz-me sentir mais adulto.		.764		
44.Aprecio o tempo que passo com o meu/minha avô/avó.		.725		
46.O meu/minha avô/avó influencia a maneira como me sinto comigo mesmo.		.697		
30.Sinto-me bem quando estou com o meu/minha avô/avó.		.692		
38.Se tivesse tempo mais livre, passaria mais tempo com o meu/minha avô/avó.		.652		
16.O meu/minha avô/avó conta-me histórias sobre quando os meus pais eram novos.			.834	
31.O meu/minha avô/avó conta-me o que faziam as pessoas da sua geração quando tinham a minha idade.			.801	
5. O meu/minha avô/avó conta-me histórias sobre a nossa família.			.712	
1. O/A meu/minha avô/avó dá-me dinheiro.				.802
32.O meu/minha avô/avó dá-me presentes.				.735
23.O meu/minha avô/avó permite-me coisas que os meus pais não me permitem.				.687

Desta forma, o instrumento fica composto por 16 itens, distribuídos por 4 factores. O valor de Alfa é de 0,878 e a escala explica 63,870% da variância total. O primeiro factor – **Compreensão Mútua** – é constituído pelos itens 3, 4, 12, 15 e 17, num total de 5 itens. Apresenta valor de Alfa de 0,847 e explica 36,930% da variância total. O segundo factor – **Desfrutar** – é constituído pelos itens 30, 38, 44, 45 e 46, num total de 5 itens. Apresenta valor de Alfa de 0,809 e explica 10,229% da variância total. O terceiro factor – **Ligação ao Passado** – é constituído pelos itens 5, 16 e 31, num total de 3 itens e explica 9,401% da variância. Apresenta um valor de Alfa de 0,793. Por fim, o quarto factor – **Indulgência** – é constituído pelos itens 1, 23 e 32, num total de 3 itens. Explica 7,309% da variância total e apresenta valor de Alfa de 0,648.

O factor Compreensão Mútua e Desfrutar apresentam valores de consistência interna

bons. O factor Ligação ao Passado apresenta um valor considerado razoável, já próximo do valor mínimo para ser considerado bom. O factor Indulgência apresenta um valor de consistência interna fraco. A nível global, a escala apresenta um bom valor de consistência interna (Pestana & Gageiro, 2005).

Comparando as duas versões, verifica-se que os itens 2 e 20, do factor Cuidador, 10, 18 e 24, do factor Mediador e os itens 19, 26, 27 e 40, do factor Distância, deixam de estar incluídos nesta versão, pelos motivos já explicados. O factor Desfrutar coincide nos itens 30 e 38, tendo ainda ganho os itens 44, 45 e 46, que não pertenciam à versão original. Perdeu os itens 29, 34, 35 e 39. O factor Compreensão Mútua mantém os itens 4 e 17, tendo ganho os itens 3 e 12, que não pertenciam à versão original e o item 15, que pertencia ao factor Cuidador. Perdeu os itens 6, 7, 14, 21 e 33. O factor Ligação ao Passado mantém os mesmos itens. Por fim, o factor Indulgência mantém os itens 1, 23 e 32, tendo perdido os itens 25 e 28.

Na Tabela 17 encontra-se uma comparação entre a versão original e a versão adaptada, no que diz respeito aos valores de consistência interna, variância explicada e número de itens, a nível global e ao nível de cada factor. A nível global, o valor de alfa mantém-se similar, tendo o valor de variância explicada subido um pouco mais de 11%.

Tabela 17 – Comparação das versões da ESGP-N

Factor	Original			Adaptação		
	Nº itens	Alfa	Variância	Nº itens	Alfa	Variância
Compreensão Mútua	7	0,80	11,05%	5	0,85	36,930%
Desfrutar	6	0,74	8,75%	5	0,81	10,229%
Ligação ao Passado	3	0,82	7,51%	3	0,79	9,401%
Indulgência	5	0,61	6,13%	3	0,65	7,309%
Cuidador	4	0,77	7,24%	—	—	—
Distância	5	0,68	6,38%	—	—	—
Mediador	3	0,59	5,45%	—	—	—
Totais	33	0,85	52,515%	16	0,88	63,870%

Comparando ainda as versões adaptadas, verifica-se a perda de dois dos factores que a versão de Cunha (2008) previa (Distância e Mediador). O factor Cuidador não existe em nenhuma das duas versões adaptadas. Os valores de consistência interna são similares, bem como a variância explicada, que aumenta cerca de 5% na nova versão. A Tabela 18 apresenta a comparação de valores de alfa, consistência interna e o número de itens em cada factor.

Tabela 18 – Comparação das adaptações da ESGP-N

Factor	Cunha (2008)			Adaptação		
	Nº itens	Alfa	Variância	Nº itens	Alfa	Variância
Compreensão Mútua	9	0,88	29,34%	5	0,85	36,930%
Desfrutar	6	0,87	8,59%	5	0,81	10,229%
Ligação ao Passado	3	0,81	6,81%	3	0,79	9,401%
Indulgência	2	0,65	3,95%	3	0,65	7,309%
Distância	5	0,61	5,50%	—	—	—
Mediador	3	0,73	4,60%	—	—	—
Cuidador	—	—	—	—	—	—
Totais	28	N/D	58,79%	16	0,88	63,870%

Neste caso, a AFC revela como valores de ajustamento para o modelo de 0,909 de CFI (ajustamento bom), 0,068 de RMSEA (ajustamento aceitável) e 2,552 de CMIN/DF (ajustamento sofrível), valores que cumprem os intervalos de referência. A Figura 6 apresenta os resultados desta AFC.

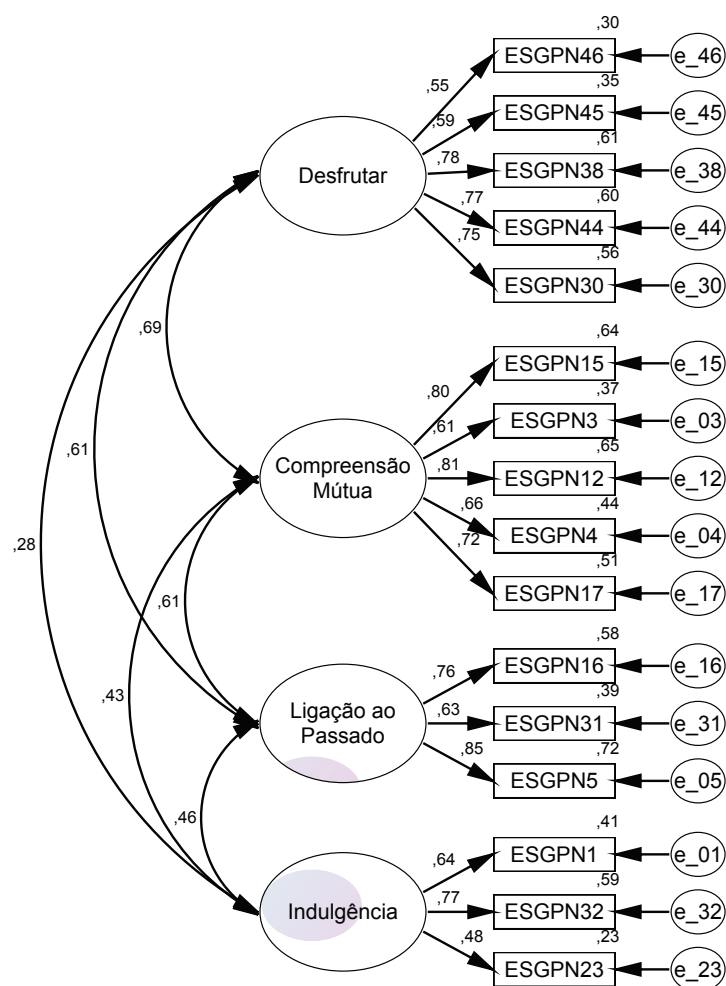


Figura 6 – Análise Factorial Confirmatória da ESGP-N

3. Análise Factorial da Escala de Exploração e Investimento Vocacional

Iniciou-se, mais uma vez, por validar a estrutura original da EEIV no sentido de verificar se os dados obtidos na recolha da amostra confirmam ou não o modelo original (Schumacker & Lomax, 2010). Com esse objetivo, foi feita uma AFC, tendo sido utilizado o *software* AMOS 22 (Maroco, 2014a), que mostrou a inadequação da estrutura fatorial (CFI = .726; RMSEA = .056; CMIN/DF = 2,055) (Hu & Bentler, 1999; Lance et al., 2006; Maroco, 2014a; Martins, 2011).

Desta forma, levou-se a cabo uma AFE através de uma análise dos componentes principais com rotação ortogonal *varimax*, sendo utilizados os mesmos critérios que até aqui. A amostra utilizada foi a dos netos que compõem as díades. Observa-se um valor de KMO = .790, valor considerado médio (entre 0,7 e 0,8) por Maroco (2014b). O teste de Bartlett à esfericidade apresenta um valor de $\chi^2(861) = 3555,645, p < .001$.

A primeira análise revelou 12 factores, que não se coaduna com a estrutura e com a lógica da escala original. Desta forma, partiu-se para a retirada de itens, um a um, tendo como critério o valor de comunalidade mais baixo. Depois de retirado cada item, foi feita uma nova AFE, até se obter uma solução com 5 factores, como na escala original. A primeira solução com 5 factores, revelou que um dos factores tinha apenas um item (item 19), que foi retirado. Uma nova AFE revelou uma estrutura factorial também com 5 factores. Nesta solução, dois dos factores (Exploração Vocacional e Significativos) tinham apenas dois itens, pelo que se optou por experimentar, de entre os itens que não saturaram mas que faziam parte desses factores na escala original, cada item um a um, tendo em conta não só a saturação no factor pretendido, mas também os valores de variância e de consistência interna (tentando sempre atingir como valor mínimo 0,75). Desta forma, incorporaram-se os itens 22, 30 e 38 no factor Exploração Vocacional e o item 39 no factor Significativos. Na Tabela 19 encontram-se os valores das cargas factoriais de cada item.

Tabela 19 – Tabela de cargas factoriais dos itens da EEIV

Item	Componente				
	1	2	3	4	5
40. Tenho dificuldades em fazer escolhas quando disponho de várias opções.	.736				
26. É difícil comprometer-me com um projecto vocacional porque me sinto muito inseguro quanto ao futuro.	.725				
30. Não me sinto preparado para me comprometer com um projecto vocacional porque conheço ainda pouco acerca das alternativas que neste momento estou a considerar.	.710				
38. Não me sinto preparado para me comprometer com um projecto vocacional específico.	.701				
22. Não me conheço suficientemente (por exemplo: os meus gostos, interesses, capacidades e valores. . .) para fazer neste momento uma escolha de formação e profissão.	.671				
28. A escolha de um curso não é problema para mim, porque sempre tive resultados escolares fracos, por isso, não tenho hipótese de tirar um curso.		.764			
20. Não vale a pena esforçar-me a estudar para me preparar para uma profissão, porque cada vez há mais desemprego.		.747			
36. Sempre tive muitas dificuldades a Matemática e a Português, por isso não tenho possibilidades de ter uma profissão de sucesso.		.714			
24. Não vale a pena preparar o meu futuro profissional porque o sucesso não depende de mim mas da sorte e das “cunhas”.		.710			
17. Pelo que conheço dos meus valores (por exemplo: a importância do dinheiro, a segurança do emprego. . .), creio que existe apenas uma única profissão certa para mim.			.838		
21. Acho que só existe um único projecto vocacional adequado para mim.			.834		
9. Pelo que conheço das minhas capacidades e talentos, creio que existe apenas uma profissão certa para mim.			.834		
35. Depois de me ter aconselhado com os meus familiares e com o psicólogo sinto-me seguro para escolher um curso e uma profissão.				.809	
27. Depois de ter falado com vários profissionais e de ter explorado informação penso que sei o rumo a dar à minha vida profissional.				.766	
23. Sinto que depois de ter reflectido e estabelecido contactos estou preparado para escolher.				.700	
33. Acho que o único curso e profissão que quero são aqueles que os meus pais sempre valorizaram.					.839
29. A opinião dos meus pais sobre o meu futuro vocacional é a mais importante, por isso não precisei de ouvir outras.					.797
39. Quero tirar o mesmo curso do meu melhor amigo.					.393

Desta forma, o instrumento fica composto por 18 itens distribuídos por 5 factores, que explicam 61,505% da variância total. Tem valor de Alfa global de 0,707. O primeiro factor – **Exploração Vocacional** – é composto pelos itens 22, 26, 30, 38 e 40, num total de 5 itens. Explica 19,740% da variância e apresenta valor de Alfa de 0,769. O segundo factor – **Difusão** – é composto pelos itens 20, 24, 28 e 36, num total de 4 itens. Explica 18,888% da variância e apresenta valor de Alfa de 0,766. O terceiro factor – **Excluir** – é composto pelos itens 9, 17 e 21, num total de 3 itens que tem valor de Alfa de 0,815 e explica 8,942% da variância. O quarto factor – **Investimento** – é composto pelos itens 23, 27 e 35, num total de 3 itens. Explica 7,208% da variância e apresenta valor de Alfa de 0,725. O quinto factor – **Significativos** – é composto pelos itens 29, 33 e 39, num total de 3 itens. Apresenta valor de Alfa de 0,599 e explica 6,717% da variância total. Apenas o valor de consistência interna do factor Excluir é considerado bom. Os restantes factores, assim como a escala a nível global, apresentam valores considerados razoáveis (Pestana & Gageiro, 2005). Apesar de o valor de consistência interna do factor Significativos ser ligeiramente abaixo do limite inferior a partir do qual é considerado inaceitável, optou-se por manter o factor, visto que o valor é muito aproximado desse limite.

Comparando com a escala original, apenas o item 36²⁴ saiu do seu factor original – Significativos – para um outro factor. Nota-se ainda uma baixa global do valor de Alfa, onde apenas o factor Difusão mantém o valor de consistência interna e o factor Excluir aumenta ligeiramente. A Tabela 20 apresenta a comparação entre as duas versões.

Tabela 20 – Comparação das versões da EEIV

Factor	Original			Adaptação		
	Nº itens	Alfa	Variância	Nº itens	Alfa	Variância
Exploração Vocacional	11	0,87	14,6%	5	0,77	19,740%
Investimento	9	0,82	10,2%	3	0,73	7,208%
Difusão	8	0,77	8,4%	4	0,77	18,888%
Excluir	5	0,79	6,6%	3	0,82	8,942%
Significativos	7	0,74	5,0%	3	0,60	6,717%
Totais	40	0,85	44,8%	18	0,71	61,505%

A AFC desta escala tem como valores de ajustamento para o modelo de 0,951 de CFI (ajustamento muito bom), 0,039 de RMSEA (ajustamento muito bom) e 1,493 de CMIN/DF (ajustamento bom), valores que cumprem os intervalos de referência. A Figura 7 apresenta os resultados desta AFC.

²⁴“Sempre tive muitas dificuldades a Matemática e a Português, por isso não tenho possibilidades de ter uma profissão de sucesso”.

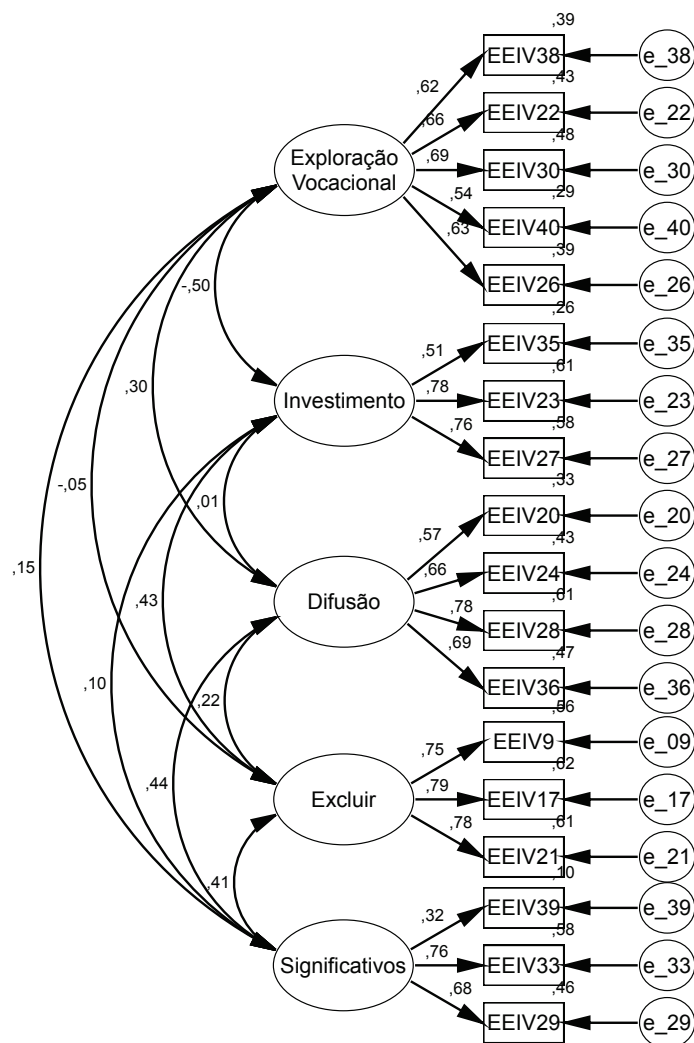


Figura 7 – Análise Factorial Confirmatória da EEIV

4. Dados macrossistêmicos

Este ponto tem como objectivo apresentar os resultados referentes às diferenças entre grupos, relativamente às variáveis Género de avós e netos, Frequência de Contacto, Actividades entre avós e netos, Área de Residência, Ano de Escolaridade e Estabelecimento de Ensino. De forma a verificar a existência de diferenças entre grupos, foram executados Testes do Qui-Quadrado de independência, Análises de Variância Multivariada (MANOVA) e Análise de Variância (ANOVA). Nos casos em que a Manova não apresentou resultados estatisticamente significativos, optou-se por realizar uma Anova, no sentido de aferir possíveis diferenças existentes entre cada uma das dimensões do constructo.

4.1. Género

O género dos netos foi estudado como variável independente, no sentido de descobrir possíveis diferenças entre o género masculino e feminino na frequência de contacto com os avós, nas actividades realizadas com os avós, no género e na linhagem e ascendência do avô/avó escolhidos.

Com este propósito, utilizou-se o teste do Qui-Quadrado. Encontraram-se diferenças significativas apenas no caso das actividades formativas, sendo que os avós afirmam ter mais actividades formativas com as netas, em 55,8% dos casos, do que com os netos, em 44,2% dos casos ($\chi^2(1) = 4,749$ para $p = .029$). As restantes relações não são estatisticamente significativas.

No sentido de verificar a existência de diferenças de género na forma como os significados do trabalho são construídos, levou-se a cabo uma Manova, de onde se verifica que existem diferenças significativas (Traço Pillai = .058; $F(4, 262) = 4,001$; $p = .004$; $\eta^2_p = .058$; $\pi = .906$) entre o género masculino e feminino na forma como os significados são construídos, com alta significância estatística e uma potência de teste muito boa. Ferguson (2009) faz uma leitura crítica, no âmbito das Ciências Sociais, oferecendo uma interpretação que, quanto ao investigador, se adequa melhor do que outras leituras, ainda que o próprio afirme que devem ser tidas em conta com cautelas. Ao nível da diferença de grupos, Ferguson defende que o efeito mínimo recomendado se situa no valor .41 e considera os valores 1,15 e 2,70 como pontos de partida para valores moderados e fortes, respectivamente. Partindo desta matriz, considera-se que a magnitude do efeito se encontra abaixo do mínimo recomendado.

De entre as dimensões que compõem o conceito, apenas a dimensão de Realização Pessoal e a dimensão Emocional Negativa apresentam diferenças significativas: a primeira revela que as netas tendem a significar o trabalho como realização pessoal mais do que os netos e a segunda revela que os netos tendem a significar o trabalho como negativo mais do que as netas (Realização Pessoal: $M_{Masculino} = -.105$; $M_{Feminino} = .089$; Negativa: $M_{Masculino} = .201$; $M_{Feminino} = -.166$). Os resultados encontram-se sumariados na Tabela 21.

Tabela 21 – Diferenças de género dos netos nos significados do trabalho

Realização Pessoal			
Género	<i>M</i>	<i>p</i>	Diferença
Masculino	-.105	.038	Fem. > Masc.
Feminino	.089		

Negativa			
Género	<i>M</i>	<i>p</i>	Diferença
Masculino	.201	<.001	Masc. > Fem.
Feminino	-.166		

Relativamente ao desenvolvimento vocacional, foi também levada a cabo uma Manova, que não revelou diferenças estatisticamente significativas. Desta forma, optou-se por realizar Anovas individualmente para cada uma das dimensões, tendo sido reveladas diferenças apenas na difusão ($F(1) = 4,172, p = .042$), que revela maior difusão no caso dos netos do que das netas ($M_{Masculino} = .1079; M_{Feminino} = -.0841$). Os resultados encontram-se sumariados na Tabela 22.

Tabela 22 – Diferenças de género dos netos no desenvolvimento vocacional

Género	Difusão		Diferença
	<i>M</i>	<i>p</i>	
Masculino	.1079	.042	Masc. > Fem.
Feminino	-.0841		

O auto-conceito académico não revelou ter diferenças estatisticamente significativas relativamente ao género dos netos.

O género dos avós foi estudado como variável independente, com o objectivo de descobrir possíveis diferenças em relação à frequência de contacto mantida com os netos e relativamente ao tipo de actividades mantidas com os netos.

Foi executado o teste do Qui-Quadrado. Encontraram-se diferenças também no caso das actividades formativas, sendo que 77,6% das avós mantêm este tipo de actividades com os netos, contra 22,4% dos avôs ($\chi^2(1) = 2,881$ para $p = .090$ *two-sided*). Esta informação encontra-se na Tabela 23.

Tabela 23 – Diferenças de género dos avós nas actividades realizadas com os netos

Género	Actividades formativas		Diferença
	%	<i>p</i>	
Masculino	22,4	.090	Fem. > Masc.
Feminino	77,6		

Encontraram-se ainda diferenças na frequência de contacto. No caso do contacto diário, 42,9% das avós mantêm esta frequência de contacto, contra 33,9% dos avôs; no contacto várias vezes por semana, 40,3% dos avôs mantêm esta frequência de contacto, contra 28,1% das avós; 24,1% das avós mantêm contacto ao fim de semana, contra 16,1% dos avôs; 9,7% dos avôs mantêm contacto mensalmente e em eventos familiares, contra 4,9% das avós ($\chi^2(3) = 6,386$ para $p = .094$ *two-sided*). As restantes actividades mantidas entre avós e netos não apresentam diferenças estatisticamente significativas. A informação encontra-se na Tabela 24.

Tabela 24 – Diferenças de género dos avós na frequência de contacto com os netos

Diário			
Género	%	Diferença	<i>p</i>
Masculino	33,9	Fem. > Masc.	.094
Feminino	42,9		

Várias vezes por semana			
Género	%	Diferença	
Masculino	40,3	Masc. > Fem.	
Feminino	28,1		

Fins de semana			
Género	%	Diferença	
Masculino	16,1	Fem. > Masc.	
Feminino	24,1		

Mensal e outros eventos			
Género	%	Diferença	
Masculino	9,7	Masc. > Fem.	
Feminino	4,9		

Relativamente aos significados atribuídos ao trabalho e ao género dos avós, foi efectuada uma Manova, tendo sido encontradas diferenças significativas com média significância estatística e uma potência de teste razoável (Maroco, 2014b) (Traço Pillai = .036; $F(4, 262) = 2,444$; $p = .047$; $\eta^2_p = .036$; $\pi = .696$) na forma como os géneros atribuem significados ao trabalho. De entre as dimensões estudadas, apenas a dimensão de Realização Pessoal e a dimensão Económica apresentam diferenças significativas, sendo sempre maior no caso de género masculino (Realização Pessoal: $M_{Masculino} = .2181$; $M_{Feminino} = -.0644$; Dimensão Económica: $M_{Masculino} = .2532$; $M_{Feminino} = -.0818$). Segundo Ferguson (2009), o valor da diferença de grupos (.036) encontra-se abaixo do mínimo recomendado (.41). A Tabela 25 apresenta estes resultados.

Tabela 25 – Diferenças de género dos avós nos significados do trabalho

Realização Pessoal			
Género	<i>M</i>	<i>p</i>	Diferença
Masculino	.2181	.018	Masc. > Fem.
Feminino	-.0644		

Económica			
Género	<i>M</i>	<i>p</i>	Diferença
Masculino	.2532	.003	Masc. > Fem.
Feminino	-.0818		

4.2. Tipos de Actividade

Relativamente aos tipos de actividade que avós e netos mantêm, partiu-se para a análise desta variável como variável dependente, sendo verificadas possíveis diferenças em relação à linhagem e ascendência, em relação à frequência de contacto e em relação à condição de doença crónica dos avós, utilizando o teste do Qui-Quadrado. Foram encontradas diferenças significativas relativamente à frequência de contacto, mas apenas no caso das actividades formativas. No caso da existência de contacto diário, 57,8% dos avós mantêm actividades formativas com os netos, no caso da existência de contacto várias vezes por semana, 25,6% dos avós mantêm actividades formativas com os netos, no caso de contacto aos fins de semana, o valor desce para 14,4% e no caso de contacto mensal e em eventos familiares, o valor passa para 2,2% ($\chi^2(3) = 16,273$ para $p = .001$). Portanto, avós e netos que tenham contacto diário tendem a manter mais actividades formativas do que em caso de contacto várias vezes por semana, fins de semana e mensal; no caso do contacto várias vezes por semana, tende a haver mais actividades formativas do que nos casos de contacto ao fim de semana e mensal; e tende a haver mais actividades formativas no caso da existência de contacto ao fim de semana, quando comparado com o contacto mensal. As restantes relações de variáveis não apresentam diferenças estatisticamente significativas. A Tabela 26 apresenta toda a informação.

Tabela 26 – Diferenças das actividades realizadas com os netos conforme a frequência de contacto

Género	Actividades formativas		
	%	Diferença	<i>p</i>
Diária	57,8	Diária > Semanal Diária > Fins Sem. Diária > Mensal	.001
Semanal	25,6	Semanal > Fins Sem. Semanal > Mensal	
Fins Semana	14,4	Fins Sem. > Mensal	
Mensal	2,2		

4.3. Frequência de Contacto

A frequência de contacto foi estudada como variável dependente, utilizando o teste do Qui-Quadrado, sendo verificadas possíveis diferenças relativamente à linhagem, ascendência e condição de doença crónica dos avós. Nenhuma das relações entre as variáveis apresenta diferenças estatisticamente significativa.

4.4. Área de Residência dos Netos

Foi comparada a área de residência dos netos (meio rural e meio urbano) relativamente à percepção da relação com os avós, aos significados do trabalho, ao desenvolvimento vocacional (através de Manovas) e o auto-conceito académico (através de uma Anova). Destas, apenas a Manova relativa aos significados do trabalho revelou diferenças estatisticamente significativas (Traço Pillai = .057; $F(4, 252) = 4,00$; $p = .005$; $\eta^2_p = .057$; $\pi = .888$) com média significância estatística e uma potência de teste boa (Maroco, 2014b). O valor da diferença encontra-se, segundo Ferguson (2009), abaixo do valor mínimo recomendado. Daqui, apenas se verifica que a dimensão Realização Pessoal apresenta diferenças significativas relativamente à comparação entre meios de residência, no sentido de quem vive em áreas urbanas significar mais o trabalho como realização pessoal do que quem vive em áreas rurais. A Tabela 27 resume esta informação.

Tabela 27 – Diferenças do meio de residência dos netos nos significados do trabalho

Residência	Realização Pessoal		Diferença
	<i>M</i>	<i>p</i>	
Urbano	.1346	.004	Urbano > Rural
Rural	-.1453		

Relativamente à percepção da relação com os avós e ao desenvolvimento vocacional, optou-se por executar Anovas a cada uma das dimensões, de onde se verificou que nenhuma apresenta diferenças significativas.

Conforme foi referido, a recolha de dados abrangeu os anos de entre o 7º e o 11º anos de escolaridade. Visto que os grupos formados por cada ano são demasiado desiguais na sua distribuição, antes de avançar com a análise de dados foi efectuado o teste *M* de Box. Este teste permite aferir a característica de homocedasticidade que se requer para que haja homogeneidade da distribuição. Para que se possam comparar os dois grupos, espera-se que o valor de teste seja não significativo (Maroco, 2014a). Neste caso, rejeita-se a hipótese de igual co-variância, pelo que se considera que não existe homocedasticidade ($p = .008$), pelo que os grupos não são comparáveis. Desta forma, optou-se por juntar os 7º e 8º anos num grupo e os 9º, 10º e 11º anos num outro grupo, para efeitos de comparação.

Efectuaram-se Manovas, cruzando os grupos formados pelos anos de escolaridade criados com o desenvolvimento vocacional, com os significados do trabalho e com os significados da grã-parentalidade, que revelaram diferenças significativas apenas entre os dois grupos no caso do desenvolvimento vocacional (Traço Pillai = .117; $F(5, 260) = 4,001$; $p < .001$; $\eta^2_p = .117$; $\pi = .998$). O valor da diferença encontra-se no intervalo entre valores mínimos e moderados (Ferguson, 2009). Das dimensões que compõem o desenvolvimento

vocacional, verificaram-se diferenças na dimensão investimento (maior no grupo mais velho), na dimensão excluir (maior no grupo mais jovem) e na dimensão significativos (maior no grupo mais velho). A informação encontra-se reunida na Tabela 28.

Tabela 28 – Diferenças no ano de escolaridade em relação ao desenvolvimento vocacional

Investimento			
Ano	M	p	Diferença
7º/8º	-.0567	.010	9º/10º/11º > 7º/8º
8º/9º/10º	.2661		

Excluir			
Ano	M	p	Diferença
7º/8º	.0659	.008	7º/8º > 9º/10º/11º
8º/9º/10º	-.2886		

Significativos			
Ano	M	p	Diferença
7º/8º	.0790	.001	9º/10º/11º > 7º/8º
8º/9º/10º	-.3146		

4.6. Estabelecimento de Ensino dos Netos

Foram realizadas Manovas no sentido de verificar a existência de diferenças entre o estabelecimento de ensino privado e o estabelecimento de ensino público ao nível dos significados da grã-parentalidade, dos significados do trabalho, do desenvolvimento vocacional e do auto-conceito académico. Nenhuma das análises revelou diferenças estatisticamente significativas. Optou-se, assim, por realizar Anovas relativas à mesma combinação de variáveis, mas também esta análise não revelou diferenças estatisticamente significativas.

5. Significados da Grã-Parentalidade

De forma a procurar diferenças nos significados atribuídos à grã-parentalidade, foram realizadas Manovas. As variáveis independentes estudadas foram o género (dos avós e dos netos), a linhagem e ascendência e a frequência de contacto.

5.1. Grã-Parentalidade e Género

Iniciou-se esta análise recorrendo a Manovas, sem que nenhuma delas revelasse resultados estatisticamente significativos. Desta forma, como explicado anteriormente, levaram-se a cabo Anovas.

Das Anovas, há diferenças significativas ao nível da Compreensão Mútua percebida pelos avós em função do género dos netos, $F(1) = 6,724$, $p = .010$. A confiança percebida pelos avós é maior no caso de relações mantidas com as netas ($M_{Masculino} = -.1472$; $M_{Feminino} = .1228$).

Há também diferenças significativas ao nível da Indulgência percebida pelos netos, em função do género dos mesmos, $F(1) = 6,512$, $p = .011$. A diferença concorre no mesmo sentido da anterior, ou seja, as netas percebem maior indulgência por parte dos avós do que os netos ($M_{Masculino} = -.0447$; $M_{Feminino} = .0368$). A informação encontra-se na Tabela 29.

Tabela 29 – Diferenças de género dos avós na percepção da relação com os netos

Compreensão Mútua			
Género	<i>M</i>	<i>p</i>	Diferença
Masculino	-.1472	.010	Fem. > Masc.
Feminino	.089		

Indulgência			
Género	<i>M</i>	<i>p</i>	Diferença
Masculino	-.0447	.011	Fem. > Masc.
Feminino	.0368		

5.2. Grã-Parentalidade e Linhagem

Tanto no caso da linhagem como no caso da ascendência, nenhuma das Manovas e Anovas (realizadas depois de as Manovas não terem revelado diferenças estatisticamente significativas) que se executaram revelou resultados estatisticamente significativos.

5.3. Grã-Parentalidade e Frequência de Contacto

Visto que a distribuição das respostas relativas à frequência de contacto é, a olho nu, desigual (Tabelas 30 e 31), foi feito, antes de avançar com a análise de dados foi feito o teste *M* de Box. Para isso que se possam comparar os dois grupos, espera-se que o valor de teste seja não significativo (Maroco, 2014b). Tanto no caso da frequência de contacto dos netos como na dos avós, não se pode rejeitar a hipótese de igual covariância, pelo que se considera

que existe homocedasticidade ($p_{Netos} = .695$; $p_{Avos} = .404$).

Tabela 30 – Distribuição dos netos por frequência de contacto

Frequência de contacto	N
Diária	108
Várias vezes por semana	82
Fins de semana	59
Mensal e outros eventos	16

Tabela 31 – Distribuição dos avós por frequência de contacto

Frequência de contacto	N
Diária	108
Várias vezes por semana	82
Fins de semana	60
Mensal e outros eventos	16

Nesta análise, realizou-se uma Manova, que revelou que, em relação aos netos, existe um efeito da sua percepção da relação na frequência de contacto que mantêm com os avós, com alta significância estatística e uma potência de teste muito boa, segundo Maroco (2014b) (Traço Pillai = .210; $F(9, 783) = 6,554$; $p < .001$; $\eta^2_p = .070$; $\pi = 1,000$). No que diz respeito à magnitude do efeito, segundo a leitura já apresentada de Ferguson (2009), considera-se que a magnitude do efeito se encontra abaixo do valor mínimo recomendado (.41).

De forma a verificar em que frequências e em que dimensões da grã-parentalidade existem diferenças, optou-se por realizar o teste *post-hoc* de Scheffé. Na dimensão Compreensão Mútua, o teste indica a existência de diferenças estatisticamente significativas entre a frequência diária e todas as restantes frequências, bem como diferenças estatisticamente significativas entre o contacto várias vezes por semana com o contacto ao fim de semana e mensal. Apenas não há diferenças entre o contacto ao fim de semana e o contacto mensal. Daqui depreende-se que há maior compreensão percebida pelos netos no caso de haver contacto diário, quando comparado com o contacto ao fim de semana e com o contacto mensal e depreende-se que o contacto várias vezes por semana está ligado a uma maior compreensão percebida pelos netos quando comparando com o contacto ao fim de semana e com o contacto mensal. Estes dados são resumidos na Tabela 32.

Tabela 32 – Diferenças na frequência de contacto dos netos

Frequência	Compreensão Mútua		<i>p</i>
	Respostas (%)	Scheffé	
Diária	40,6	Diária > Semanal	.029
Várias/semana	30,8	Diária > Fins semana	< .001
Fins de semana	22,8	Diária > Mensal	<.001
Mensal/eventos	4,8	Semanal > Fins semana	.041
		Semanal > Mensal	.005

A leitura do *output* relativo à homogeneidade dos subconjuntos complementa esta informação, verificando-se, no caso da Compreensão Mútua, a existência de dois subgrupos: um que alberga a frequência diária de contacto e o contacto várias vezes por semana e um outro que inclui o contacto aos fins de semana e mensal ou outros eventos. Tanto a Ligação ao Passado como a Indulgência não apresentam subgrupos com diferenças estatisticamente significativas.

Graficamente, a relação entre a frequência de contacto e as médias marginais estimadas, no caso da Compreensão Mútua, apresenta uma tendência linear, que equivale por dizer que quanto maior a frequência de contacto, se prevê que seja maior a compreensão mútua que o neto percepção na relação. O gráfico corresponde à Figura 8.

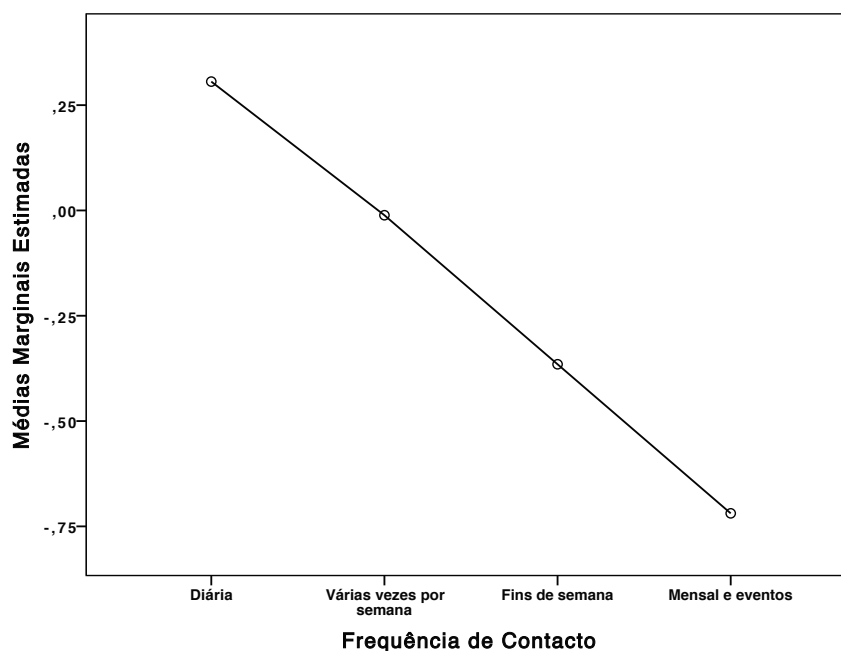


Figura 8 – Médias Marginais Estimadas Compreensão Mútua e Frequência de Contacto dos netos

Nas dimensões Ligação ao Passado e Indulgência, depois de se verificar que a

Manova não indicava diferenças estatisticamente significativas, executaram-se Anovas que revelaram que não existe qualquer diferença estatisticamente significativa.

Relativamente aos avós, existe também o mesmo efeito da sua percepção da relação na frequência de contacto com os netos, com alta significância estatística e uma potência de teste muito boa (Maroco, 2014b) (Traço Pillai = .134; $F(9, 786) = 4,080$; $p < .001$; $\eta^2_p = .045$; $\pi = .997$). No que diz respeito à magnitude do efeito, partindo da mesma matriz explanada anteriormente, verifica-se que a magnitude do efeito se encontra ligeiramente acima do valor mínimo recomendado.

Também neste caso, com o objectivo de detectar diferenças entre as frequências de contacto e as dimensões da grã-parentalidade, se optou por realizar o teste *post-hoc* de Scheffé. Na dimensão Compreensão Mútua, detectaram-se diferenças entre a frequência diária e fins de semana e entre frequência diária e frequência mensal. Foram ainda detectadas diferenças entre o contacto várias vezes por semana e o contacto ao fim de semana e mensal. A Tabela 33 resume estes dados.

Tabela 33 – Diferenças na frequência de contacto dos avós

Frequência	Compreensão Mútua		
	Respostas (%)	Scheffé	<i>p</i>
Diária	40,6	Diária > Fins semana	< .001
Várias/semana	30,8	Diária > Mensal	.002
Fins de semana	22,8	Semanal > Fins semana	.001
Mensal/eventos	4,8	Semanal > Mensal	.012

No caso da Ligação ao Passado, apenas se detectaram diferenças entre a frequência diária e a frequência ao fim de semana ($p = .037$), havendo, na comparação entre as duas frequências, maior ligação ao passado no caso de existir frequência diária. No caso da Indulgência não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas.

A leitura do *output* referente à homogeneidade dos subconjuntos complementa esta informação, verificando-se, no caso da Compreensão Mútua, a existência de dois subgrupos: um que inclui frequência mensal e a frequência aos fins de semana e outro que inclui o contacto várias vezes por semana e o contacto diário. O gráfico da Figura 9 é indicativo dessa diferença. No caso da Ligação ao Passado e da Indulgência não há subgrupos.

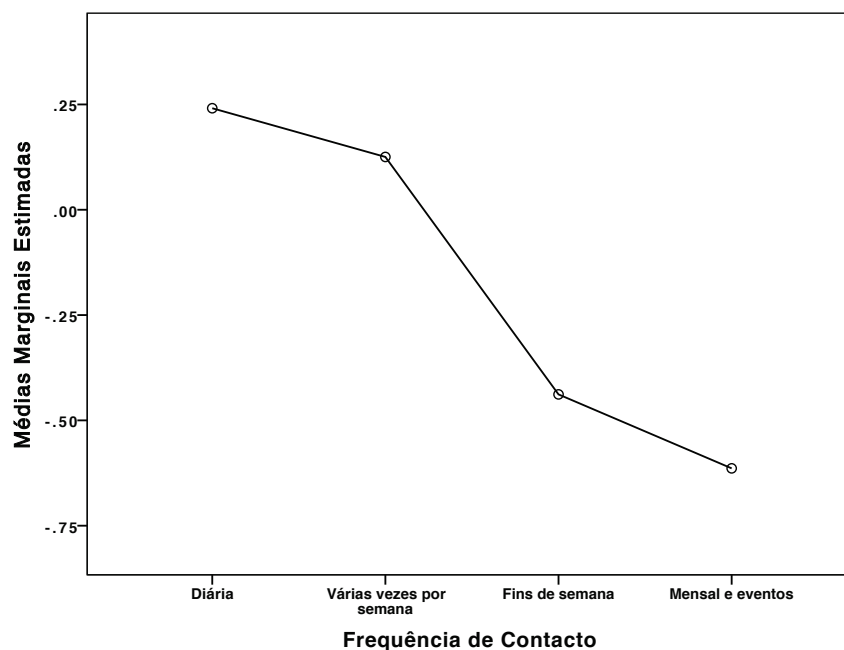


Figura 9 – Médias Marginais Estimadas da Compreensão Mútua e Frequência de Contacto dos avós

6. Significados atribuídos ao Trabalho

A lógica de análise deste ponto replica o ponto anterior: começou-se por realizar Manovas e nos casos em que não existem resultados estatisticamente significativos, optou-se por realizar Anovas. As variáveis independentes estudadas foram o género dos avós, a linhagem e ascendência e a frequência de contacto. Antes destes pontos, são apresentados os dados relativamente à importância dada a cada uma das dimensões, comparativamente com os restantes estudos abordados anteriormente.

Verifica-se que o presente estudo hierarquiza as dimensões na mesma ordem que o estudo no Brasil, destacando-se as diferenças que existem relativamente aos dois estudos feitos em Portugal em momentos diferentes (estudo de Gonçalves feito em 2004): no presente estudo surge a Realização Pessoal em 1º lugar, dimensão que em 2004 aparecia em 2º lugar (em 1º lugar estava a dimensão Positiva) e que em 2008 aparecia em 3º lugar (em 1º lugar estava a dimensão Económica). No presente estudo, surge a dimensão Económica em 2º lugar, a dimensão Positiva em 3º lugar e a dimensão Negativa em 4º lugar. Estes dados encontram-se resumidos na Tabela 34.

Tabela 34 – Hierarquia das dimensões dos significados do trabalho por país e estudo actual

Dimensões/Países	Portugal	Portugal	Angola	Brasil	Portugal
	Gonçalves (2008)	Sobral (2008)	Kondjasili (2012)	Fernandes (2013)	Estudo presente
R. Pessoal	2º lugar	3º lugar	3º lugar	1º lugar	1º lugar
Positiva	1º lugar	4º lugar	2º lugar	3º lugar	3º lugar
Negativa	3º lugar	2º lugar	4º lugar	4º lugar	4º lugar
Económica	4º lugar	1º lugar	1º lugar	2º lugar	2º lugar

6.1. Significados do Trabalho dos Netos e Género dos Avós

Há diferenças significativas ao nível da Dimensão Económica do Trabalho percebida pelos netos em função do género dos avós, $F(1) = 4,089$, $p = .044$. Esta dimensão tende a ter pontuações mais elevadas nos casos em que os netos estão mais próximos das avós ($M_{Masculino} = -.1380$; $M_{Feminino} = .0408$). A Tabela 35 resume a informação.

Tabela 35 – Diferenças da percepção dos netos dos significados do trabalho em função do género dos avós

Género	Económica		Diferença
	<i>M</i>	<i>p</i>	
Masculino	-.1380	.044	Fem. > Masc.
Feminino	.0408		

6.2. Significados do Trabalho e Linhagem

Tanto no caso da linhagem como no caso da ascendência, nenhuma das Manovas e Anovas realizadas revelou resultados estatisticamente significativos.

6.3. Significados do Trabalho e Frequência de Contacto

Nenhuma das Manovas e Anovas realizadas revelou resultados estatisticamente significativos.

7. Desenvolvimento Vocacional

Também no Desenvolvimento Vocacional se optou por iniciar a análise com Manovas, seguindo-se Anovas nos casos em que não existem resultados estatisticamente significativos. As variáveis independentes estudadas foram o género dos avós, a linhagem e ascendência e a frequência de contacto. Nenhuma das relações revelou ser estatisticamente significativa.

8. Auto-conceito Académico

O estudo do Auto-conceito Académico não foge ao esquema de análise utilizado até aqui. As variáveis independentes estudadas foram a linhagem e ascendência e a frequência de contacto. Nenhuma das relações revelou ser estatisticamente significativa.

9. Diferenças entre Avós e Netos

Este ponto pretende apresentar os resultados relativos à comparação, entre avós e netos, dos Significados da Grã-Parentalidade e dos Significados do Trabalho.

9.1. Significados da Grã-Parentalidade

Há diferenças significativas na Compreensão Mútua ($t(266) = 8,839$; $p < .001$ *two-tailed*), Ligação ao Passado ($t(267) = -3,156$; $p = .002$ *two-tailed*) e na Indulgência ($t(267) = 2,275$; $p = .024$ *two-tailed*), ou seja, em todas as dimensões estudadas relativas aos Significados da Grã-Parentalidade. A Tabela 36 resume estes dados.

Tabela 36 – Diferenças entre avós e netos nos Significados da Grã-Parentalidade

Compreensão Mútua					
M_{Avos}	DP_{Avos}	M_{Netos}	DP_{Netos}	p	Diferença
2,4695	1,0865	3,0327	1,0412	<.001	Netos > Avós
Ligação ao Passado					
M_{Avos}	DP_{Avos}	M_{Netos}	DP_{Netos}	p	Diferença
4,0249	.7640	3,8377	.9712	.002	Avós > Netos
Indulgência					
M_{Avos}	DP_{Avos}	M_{Netos}	DP_{Netos}	p	Diferença
2,8265	.9365	2,9471	.8680	.024	Netos > Avós

9.2. Significados do Trabalho

Há diferenças significativas nas dimensões Positiva ($t(266) = -5,964$; $p < .001$ *two-tailed*), Negativa ($t(267) = 9,690$; $p < .001$ *two-tailed*) e Económica do Trabalho ($t(267) = 4,151$; $p < .001$ *two-tailed*), ou seja, apenas a dimensão Pessoal não apresenta diferenças significativas, o que indica percepções aproximadas da dimensão. Os dados encontram-se resumidos na Tabela 37.

Tabela 37 – Diferenças entre avós e netos nos Significados de Trabalho

Positiva					
M_{Avos}	DP_{Avos}	M_{Netos}	DP_{Netos}	p	Diferença
4,9546	.8608	4,5961	.9822	<.001	Avós > Netos
Negativa					
M_{Avos}	DP_{Avos}	M_{Netos}	DP_{Netos}	p	Diferença
2,4499	1,2178	3,1163	1,1258	<.001	Netos > Avós
Económica					
M_{Avos}	DP_{Avos}	M_{Netos}	DP_{Netos}	p	Diferença
4,4459	1,1800	4,6838	.9381	<.001	Netos > Avós

10. Actor-Partner Interdependence Model

O procedimento desta análise passou por testar o modelo adaptado explicitado anteriormente (ver Figura 4). Inicialmente, cada possível modelo foi testado individualmente. Numa segunda fase, e porque os modelos testados não apresentam todos resultados estatisticamente significativos, optou-se por enquadrar todas as ligações encontradas num só modelo. Neste modelo, nem todas as ligações entre variáveis se mostraram estatisticamente significativas, optando-se por retirar as variáveis e revendo o modelo, até encontrar um modelo em que todas as relações fossem estatisticamente significativas.

Depois de testados todos os modelos possíveis, entre os factores ligados à grã-parentalidade (Compreensão Mútua, Ligação ao Passado e Indulgência dos avós – representados pela letra **A** – e dos netos – representados pela letra **N**) e os factores ligados aos significados do trabalho (Dimensão Positiva, Negativa, Pessoal e Económica dos netos), ao investimento vocacional (Exploração Vocacional, Investimento, Difusão, Excluir e Significativos) e ao auto-conceito académico (ver exemplo destes modelos testados na Figura 10).

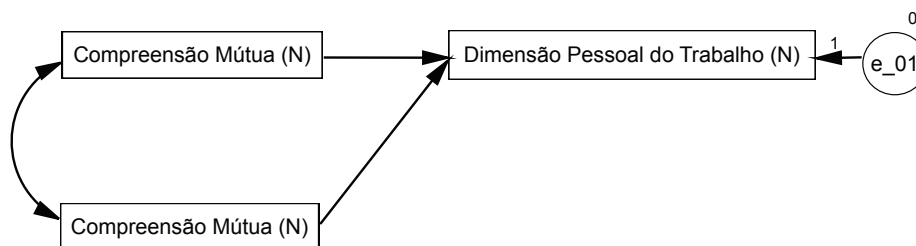


Figura 10 – Exemplo de modelo de APIM testada

As ligações encontradas, consideradas estatisticamente significativas, são entre a Compreensão Mútua de avós e de netos e o Auto-conceito Académico, entre a Compreensão Mútua (N) e as Dimensões Pessoal e Económica do Trabalho, entre a Ligação ao Passado (N) e as Dimensões Pessoal, Económica e Positiva do Trabalho e ainda o Investimento Vocacional e, por fim, entre a Indulgência (N) e a Dimensão Económica do Trabalho. Visto que a Compreensão Mútua, a Ligação ao Passado e a Indulgência dos netos pertencem à mesma escala (confirmada pela AFC anteriormente descrita), são incluídas as respectivas correlações. Este modelo encontra-se esquematizado na Figura 11.

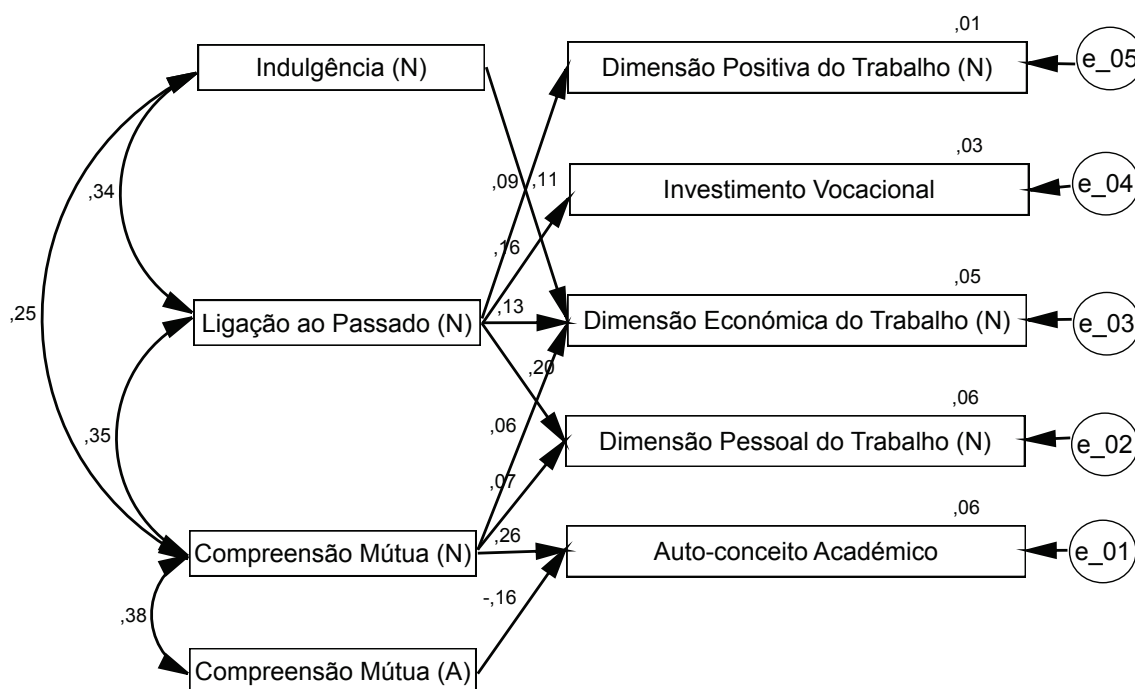


Figura 11 – Primeiro modelo global testado

Esta primeira versão do modelo foi testada, de onde se verificou que as relações entre a Compreensão Mútua (N) e as dimensões Económica e Pessoal do Trabalho, a relação entre

a Ligação ao Passado (N) e a Dimensão Positiva do Trabalho e a relação entre a Indulgência (N) e a Dimensão Económica do Trabalho não são estatisticamente significativas. Visto que a Dimensão Positiva do Trabalho e a Indulgência tinham apenas a relação aqui descrita, estas variáveis também foram retiradas, bem como as correlações entre a Indulgência (N) com a Ligação ao Passado (N) e com a Compreensão Mútua (N). Mantêm-se estatisticamente significativas as relações entre a Compreensão Mútua (N) e o Auto-conceito Académico ($p < .001$), a Compreensão Mútua (A) e o Auto-conceito Académico ($p = .013$), a Ligação ao Passado (N) e a Dimensão Pessoal do Trabalho (N) ($p < .001$), a Dimensão Económica do Trabalho (N) ($p < .001$) e o Investimento Vocacional ($p = .008$). O modelo final encontra-se na Figura 12.

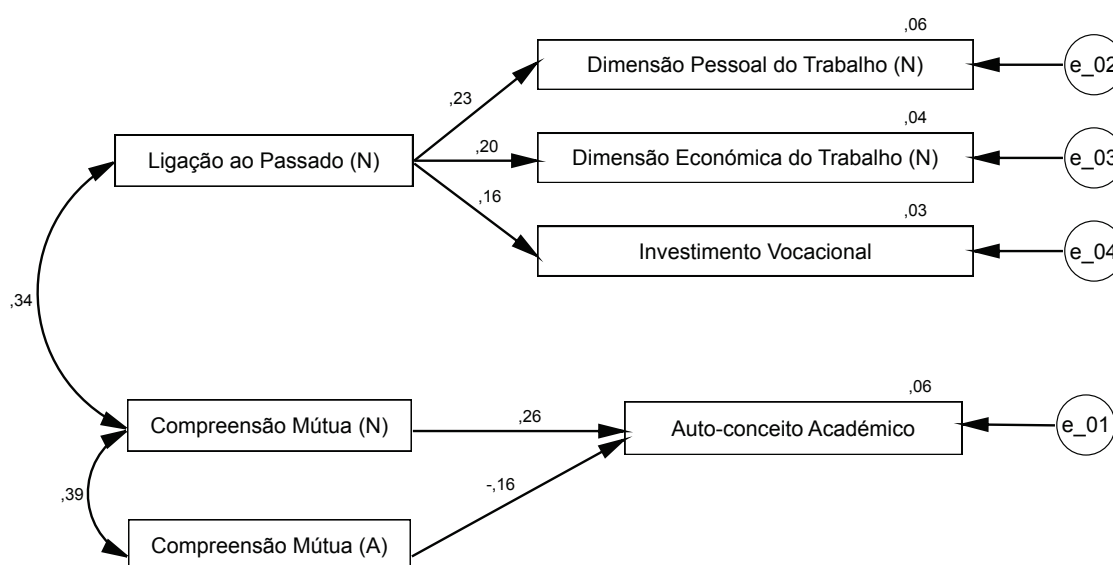


Figura 12 – Modelo final

Os valores que o modelo indica na figura, nas variáveis Ligação ao Passado e Compreensão Mútua ligadas às restantes variáveis correspondem a estimativas estandardizadas, interpretadas como a variação da variável endógena por variação de uma unidade de desvio-padrão da variável exógena (Maroco, 2014a). No caso deste modelo, significa que por cada unidade de desvio padrão da Ligação ao Passado (N), a Dimensão Pessoal do Trabalho (N) aumenta 0,23, a Dimensão Económica do Trabalho (N) aumenta 0,20 e o Investimento Vocacional aumenta 0,16. Os valores indicados acima das variáveis exógenas são a variância explicada, que indicam que a Ligação ao Passado (N) explica 6% da variação da Dimensão Pessoal do Trabalho (N), 4% da variação da Dimensão Económica do Trabalho (N) e 3% da variação do Investimento Vocacional. Por sua vez, a Compreensão Mútua (N), por cada unidade de desvio-padrão aumenta 0,26 o Auto-conceito Académico e a Compreensão Mútua (A) diminui em 0,16 o Auto-conceito Académico. As

duas variáveis explicam 6% da variância do Auto-conceito Académico.

Os valores de correlação entre as duas dimensões de Compreensão Mútua são de 0,39 e entre a Compreensão Mútua (N) e a Ligação ao Passado (N) é de 0,34, consideradas razoáveis por Maroco (2014b).

Capítulo V

Análise e Discussão dos Resultados

Este capítulo tem como objectivo reflectir sobre os dados apresentados no capítulo anterior, a partir da revisão de literatura que se realizou no âmbito das temáticas em análise. O capítulo não está organizado da mesma forma que foi organizada a apresentação de dados, tendo-se optado por reunir a discussão relativa às dimensões dos significados da grã-parentalidade e dos significados do trabalho em função do género, linhagem e frequência de contacto, permitindo uma discussão mais eficaz, em virtude de evitar a dispersão e repetição em vários pontos de alguma informação que passa a ser discutida de uma forma mais global. Desta forma, começa-se por discutir e refletir os resultados relativos às adaptações de instrumentos e análises fatoriais (ESGP e EEIV) e os resultados das diferenças intergrupos (variáveis sócio-demográficas: ano de escolaridade, área geográfica e tipo de ensino) acerca das dimensões que foram objeto de estudo. Em seguida, passa-se para os resultados relativos ao género e linhagem e frequência de contacto (que inclui a discussão dos resultados relativos aos significados da grã-parentalidade e dos resultados dos significados atribuídos ao trabalho). Por fim, é analisado o modelo APIM resultante dos dados recolhidos.

1. Adaptação da Escala de Significados da Grã-Parentalidade Vs. Avós

Antes de se avançar para a AFE, foi executada uma AFC que revelou que a estrutura original é inadequada. Desta forma, avançou-se para a AFE que apresentou uma solução final de 18 itens distribuídos por 5 factores. Não corresponde à estrutura original, visto que dois dos factores da versão adaptada (Conselheiro e Desfrutar) não se evidenciaram na versão adaptada. Apesar disso, confirma-se parcialmente a consistência conceptual e teórica subjacente à construção do instrumento original. A redução do número de itens em relação à escala original, que redundou na perda dos dois factores referidos, é explicada pelo facto de se ter tido em conta que o valor mínimo de variância total explicada deve ser superior a 60%, algo que a versão original não cumpre. Além disso, a forma utilizada para a eliminação dos itens, cujo critério utilizado foi o menor valor das comunalidades, potencia o aumento da variância explicada, ao mesmo tempo que potencia a perda de itens.

Há algumas diferenças na distribuição dos itens das duas versões que importa discutir. Estas diferenças registadas poderão ser explicadas pelo contexto cultural específico e pela forma como os itens poderão ser interpretados pelos intervenientes, levando a que alguns deles se reorganizem em dimensões diferentes em relação à escala original. Concretamente, item 30²⁵ passa do fator Desfrutar para o fator Ligação ao Passado e o item 37²⁶ passa do factor Conselheiro para o factor Ligação ao Passado. Também o item 38²⁷ saturou no factor Ligação ao Passado, sendo um item que não fazia parte da versão original.

²⁵Item 30: “O meu neto(a) gosta quando está comigo”.

²⁶Item 37: “Ensino ao meu neto(a) coisas importantes para a vida”.

²⁷Item 38: “Se o meu neto(a) tivesse mais tempo livre, passaria mais tempo comigo”.

Os três itens dizem respeito ao gosto em passar o tempo com o outro elemento da díade, ao respeito que o neto tem pelo avô/avó, à transmissão de valores e ao reconhecimento das partes da representação que os avós são da cultura, valores e história familiar. Sendo aspectos intrínsecos do papel dos avós, não é possível que o desempenhem de forma indissociada dos papéis familiares. Assim, o gosto pela presença dos avós por parte dos netos, o gosto pela presença dos netos por parte dos avós, o respeito e a transmissão de valores, cultura e história terão necessariamente de estar associados à Ligação ao Passado, já que é esse legado que os avós simbolizam. Desta forma, considera-se que os itens se enquadram conceptualmente na nova escala. O item 12²⁸ foi um outro item que não fazia parte da versão original mas que faz parte da versão adaptada, tendo saturado no factor Cuidador. O aspecto da presença dos avós nos casos em que os pais não estão presentes insere-se nos cuidados substitutos que os netos podem necessitar, pontual ou regularmente, pelo que se enquadra no factor Cuidador, que se refere precisamente aos cuidados garantidos por parte dos avós aos netos. Considera-se também que este item se enquadra conceptualmente no instrumento e, mais especificamente, no factor do qual faz parte.

O fator Indulgência passou de 5 itens para apenas 2 itens. Ainda que o número de itens seja reduzido, optou-se por manter esta dimensão pelo facto de os valores de alfa de Cronbach de consistência interna serem aceitáveis e próximos aos da escala original (.68 na original e .61 na adaptação) e por parecer uma dimensão importante na avaliação da relação avós-netos. Pretende-se, em estudos futuros de desenvolvimento da escala, concentrar maior atenção nesta dimensão, no sentido de construir novos itens, tendo em vista o aumento dos valores de consistência interna.

Relativamente aos restantes valores de consistência interna de cada uma das dimensões da versão portuguesa em comparação com a escala original (versão espanhola), o fator Compreensão Mútua e o fator Cuidador registam valores superiores (.67 para .82 e .75 para .86, respectivamente), que poderá explicar-se pelo aumento do número de itens que os constituem e que se enquadram nos constructos da dimensão. O valor global de alfa de Cronbach de consistência mantém-se em .84. Os fatores Compreensão Mútua e Cuidador têm uma consistência interna com valores considerados aceitáveis, enquanto que os restantes três fatores, embora aceitáveis, têm uma consistência interna no limite do baixo (Pestana & Gageiro, 2005). Os valores nestes dois últimos factores, ainda que dentro do intervalo de valores aceites (Pestana & Gageiro, 2005), não são os desejáveis, algo que pode ser explicado por ser uma primeira análise exploratória e pelo facto de terem sido perdidos vários itens.

Deverá haver alguma cautela relativamente à interpretação dos itens por parte dos sujeitos que respondem, visto que há evidências de certa contaminação de desejabilidade social, pela existência de itens que estão claramente ligados a questões que se desejam de

²⁸Item 12: “Faço companhia ao meu neto(a) quando está sozinho(a)”.

uma determinada forma e com a qual há preocupação em transmitir. Os itens 34²⁹ e 39³⁰ foram itens que não tiveram a amplitude de respostas utilizada na totalidade que pode mostrar alguma tendência de serem dadas respostas consideradas desejáveis e não corresponderem verdadeiramente à opinião do sujeito que responde. Ilustrativo desta questão é o “recado” no item 28³¹ deixado por um dos sujeitos, considerando-o “uma pergunta triste” e ao qual não respondeu, que sustenta a explicação avançada da desejabilidade social e das emoções. Apesar de nenhum destes itens constar da versão final, a possibilidade de a eliminação ser motivada pela questão da desejabilidade social pode indicar que outros itens não estão a medir aquilo a que se propõem medir pelo mesmo motivo, que será uma questão a rever em estudos futuros em relação aos restantes itens da escala.

A AFC confirmou a estrutura factorial sugerida pela AFE, com níveis de ajustamento que variam entre o bom e o aceitável, o que indica uma boa robustez conceptual da escala e indicador de que este instrumento poderá tornar-se um contributo útil no estudo da relação de avós e de netos, na perspectiva dos avós, sobretudo tendo em conta que escasseiam os instrumentos neste âmbito.

2. Adaptação da Escala de Significados da Grã-Parentalidade Vs. Netos

Antes de se avançar para a AFE, foi levada a cabo uma AFC que revelou a inadequação da estrutura original. Desta forma, avançou-se para a AFE numa amostra de adolescentes da região do Minho e do Douro Litoral, apresentando uma solução final de 16 itens distribuídos por 4 factores. Não corresponde à estrutura original, visto que três dos factores da versão adaptada (Cuidador, Distância e Mediador) não existem na versão adaptada. Apesar disso, confirma parcialmente a consistência conceptual e teórica subjacente à construção do instrumento original. A redução do número de itens em relação à escala original, que redundou na perda dos dois factores referidos, é explicada pelo facto de se ter tido em conta que o valor mínimo de variância total explicada deve ser superior a 60%, algo que a versão original não cumpre. Além disso, à imagem do que foi feito com a adaptação da versão dos avós deste instrumento, a forma utilizada para a eliminação dos itens, cujo critério utilizado foi o menor valor das comunalidades, ao mesmo tempo que potencia o aumento da variância explicada, potencia também a perda de itens.

As diferenças existentes entre as duas versões também poderão ser explicadas pela forma como os itens podem ser interpretados, forma essa que não é alheia ao contexto cultural e histórico onde os intervenientes se encontram. Também neste caso alguns itens que não pertenciam à escala fazem parte da versão adaptada, nomeadamente os itens 3³² e

²⁹Item 34: “O meu neto(a) respeita-me”.

³⁰Item 39: “Gosto quando estou com o meu neto(a)”.

³¹Item 28: “O meu neto(a) preocupa-se muito menos comigo do que eu me preocupo com ele(a)”.

³²Item 3: “O meu/minha avô/avó vem até minha casa para estar comigo”.

12³³ que pertencem ao factor Compreensão Mútua e os itens 44³⁴, 45³⁵ e 46³⁶, que pertencem ao factor Desfrutar. O item 15³⁷ pertencia ao factor Cuidador, tendo passado para a Compreensão Mútua. Apesar de serem inclusões no factor com origens diferentes, os itens 3, 12 e 15 são itens que intuitivamente se enquadrariam no factor Cuidador, visto que traduzem comportamentos associados a cuidados que podem ser facultados aos netos. Apesar disso, podem ser percebidos pelo adolescente como um gesto de confiança (da sua parte e dos seus pais, já que não serão deixados com qualquer pessoa em casos idênticos), pelo que o item se enquadrou no factor Compreensão Mútua. A esta questão pode estar associada uma outra: o adolescente encontra-se num ponto do seu desenvolvimento em que clama e tenta conquistar a sua independência, negando muitas vezes a necessidade de cuidados que até ali necessitava. Poderá, desta forma, interpretar estes eventos de cuidado como a expressão da existência de confiança entre si e o seu avô/avó, retirando a carga de cuidados que os avós dariam, já que implicaria uma necessidade que o próprio não reconhece. A inclusão do item 45 no factor Desfrutar pode ser explicado da mesma forma. A necessidade de sinais de independência por parte dos adultos que acompanham o adolescente poderá levar a que o facto de o adolescente se sentir mais adulto na companhia dos avós seja visto como algo que traz “gozo” e que leve a que o neto desfrute da companhia dos avós nestes termos. O item 46, ao apontar para a forma como o adolescente se sente consigo mesmo, enquadra-se no mesmo factor pelo mesmo motivo. Por fim, o item 44, refere-se directamente à forma como o adolescente aprecia a companhia dos avós, pelo que se considera que se enquadra de forma mais óbvia no factor Desfrutar. Considera-se, desta forma, que todos os itens se enquadram conceptualmente nos factores em que saturaram.

Ao nível da consistência interna, os valores que o instrumento apresenta variam entre .65 e .85, sendo que os factores Compreensão Mútua e Desfrutar têm valores considerados bons e o factor Ligação ao Passado apresenta um valor já muito próximo disso. Apenas a Ligação ao Passado apresenta um valor um pouco mais baixo. Neste sentido, pretende-se continuar a desenvolver o instrumento com a construção de novos itens, tendo particular atenção a este factor, com o objectivo de melhorar as qualidades psicométricas do instrumento.

A AFC confirmou esta estrutura factorial sugerida pela AFE, com um nível de ajustamento entre o bom e o aceitável, indicativo de robustez conceptual da escala que leva a que se possa considerar o instrumento como um contributo útil no estudo da relação de avós e de netos, na perspectiva dos netos, num campo em que escasseiam instrumentos com esta utilidade. A possibilidade de combinação da utilização das duas versões, de avós e de

³³Item 12: “O meu/minha avô/avó faz-me companhia quando estou sozinho”.

³⁴Item 44: “Aprecio o tempo que passo com o meu/minha avô/avó”.

³⁵Item 45: “O meu/minha avô/avó faz-me sentir mais adulto”.

³⁶Item 46: “O meu/minha avô/avó influencia a maneira como me sinto comigo mesmo”.

³⁷Item 15: “Quando os meus pais não estão, o meu/minha avô/avó vem ter comigo”.

netos, traz a vantagem de permitir uma leitura multifacetada das realidades da relação.

3. Análise Factorial da Escala de Exploração e Investimento Vocacional

Antes de se avançar para a AFE, foi executada uma AFC que revelou uma estrutura inadequada. Desta forma, avançou-se para a AFE que apresentou uma solução de 18 itens distribuídos por 5 factores, o que corresponde à estrutura original do instrumento, ainda que tenha perdido alguns itens. Desta forma, a AFE confirma a consistência conceptual e teórica subjacente ao instrumento original. A redução do número de itens decorre, a exemplo das restantes AFE executadas, da utilização dos valores das comunalidades como critério de exclusão dos itens que, como foi referido, potencia o aumento da variância explicada e a eliminação de itens. O facto de se ter tido em conta que o valor de variância total explicada deverá ser acima dos 60% (da versão original para a nova versão subiu de 44,8% para 61,5%) contribuiu também para essa eliminação de itens.

As diferenças existentes entre as versões ao nível dos itens que fazem parte de cada uma das versões não será, uma vez mais, alheia à evolução cultural e histórica do contexto onde os sujeitos se encontram. Sendo este instrumento original de 2008, poderá exigir uma actualização na sua composição. Neste sentido, enquadra-se a mudança do item 36³⁸ do factor Significativos para o factor Difusão. Este item, referindo-se ao resultado negativo das dificuldades em duas das disciplinas mais importantes e considerados como cruciais no futuro do aluno, relaciona as dificuldades com a impossibilidade de obter sucesso no futuro. Na versão original incluía-se no factor Significativos, que poderia ser explicado pela forma como pais e professores, figuras significativas do universo do adolescente, percebem e transmitem essa relação entre incapacidade e insucesso. A inclusão do item no factor Difusão adequa-se visto que o factor remete para a não exploração e não investimento em projectos profissionais por parte do adolescente, algo que pode ser subentendido no item como consequência da relação entre incapacidade e insucesso: se o aluno percebe incapacidade que leva ao insucesso, poderá pensar que, por isso, não valerá a pena explorar nem investir em algo que não vai conseguir. Desta forma, considera-se que o item se enquadra conceptualmente no novo factor.

Ao nível da consistência interna, os valores do instrumento encontram-se entre .82 e .599, valores que não são os mais desejáveis. Apenas o factor Excluir apresenta um valor acima de .80, estando os factores Exploração Vocacional, Investimento e Difusão acima de .70. Deverá ser feita uma salvaguarda ao facto de o factor Significativos apresentar um valor abaixo de .60 que, em rigor, é já visto como inaceitável (Pestana & Gageiro, 2005). Optou-se por manter o factor visto que o valor (.599) é muito aproximado do valor limite e porque se

³⁸Item 36: “Sempre tive muitas dificuldades a Matemática e a Português, por isso não tenho possibilidades de ter uma profissão de sucesso”.

pretende continuar a desenvolver o instrumento com o objectivo de o tornar mais adaptado ao contexto actual, tendo em vista também o melhoramento das qualidades psicométricas do instrumento.

A AFC confirmou esta estrutura factorial sugerida pela AFE, com um nível de ajustamento entre o muito bom e o bom, indicativo de boa robustez conceptual da escala, indicativo da forma como continua a constituir-se como um contributo útil no estudo do desenvolvimento vocacional de adolescentes.

4. Resultados relativos às diferenças inter-grupos

Os dados relativos à estatística descritiva não se encontram todos discutidos neste ponto, visto que uma parte destes dados faz parte do estudo principal, pelo que serão discutidos *a posteriori* (e.g., o género e os significados da grã-parentalidade). Desta forma, são discutidos os pontos relativos ao local de residência, relativos ao ano de escolaridade e relativos ao estabelecimento de ensino.

4.1. Hierarquização das dimensões dos Significados Atribuídos ao Trabalho

Em primeiro lugar são discutidos os resultados acerca das dimensões dos Significados Atribuídos ao Trabalho) que, no seu conjunto, foram priorizadas pelos adolescentes, com o objectivo de comparar com os resultados recentemente desenvolvidos no espaço da lusofonia, utilizando o mesmo instrumento, em contextos culturais e histórico-sociais diferentes (Fernandes, 2013; Gonçalves & Coimbra, 2004; Kondjasili, 2012; Sobral, 2008).

Neste estudo verificou-se uma alteração na priorização dos resultados por parte dos adolescentes, quando comparados com os dados de estudos no nosso país em 2004 e em 2008. Conforme já foi referido, estes momentos correspondem a um momento de pré-crise económica e de expectativa de mobilidade social ascendente (2004) – em que as dimensões Positiva e Realização Pessoal se encontravam em 1º e 2º lugares, respectivamente – e ao início da crise, em que se perderam essa e outras expectativas (2008) – em que as dimensões Económica e Negativa se encontravam em 1º e 2º lugares, respectivamente. O presente estudo, ainda em plena crise mas com um cariz de “normalidade”, apresenta dados diferentes, tendo surgido a dimensão Realização Pessoal em 1º lugar. Isto poderá dever-se a dois efeitos: devido à forma como se percepçiona o mercado de trabalho como um objectivo difícil, levando a que seja visto como um elemento de satisfação pessoal; ou devido à percepção de que o pior da crise já terá passado, a partir dos ainda ténues indicadores de crescimento económico. Este resultado é equivalente ao encontrado no contexto brasileiro, a exemplo das restantes dimensões (Fernandes, 2013).

Em 2º lugar, surge a dimensão Económica, explicado pela forma como, hoje em dia, se aborda a questão do trabalho como uma questão de sobrevivência. O grande aumento da taxa de desemprego e a visibilidade dada pelos meios de comunicação, poderão explicar o facto de esta dimensão surgir em 2º lugar na significação dos adolescentes.

Em 3º lugar e 4º lugar surgem as dimensões Positiva e Negativa, respectivamente, que poderão ser explicadas em conjunto. Visto que hoje em dia o trabalho é visto como um bem escasso, leva a que seja percebido mais em termos positivos do que negativos, levando a que à medida que aumente a significação positiva, diminua a negativa. Como consequência, surge a Negativa em último lugar e a Positiva à sua frente.

4.2. Local de Residência

Os resultados deste estudo indicam que os alunos que vivem em meios urbanos tendem a apresentar uma percepção do trabalho como fator de Realização Pessoal – que corresponde à forma como o sujeito avalia o trabalho como fonte de satisfação pessoal, realização e de desafio – superior aos estudantes dos meios rurais. Este resultado poder-se-á explicar pelo facto dos sujeitos dos meios urbanos perceberem o trabalho – normalmente ligado aos serviços e ao comércio –, como uma forma de possibilidade de ascensão social e algum prestígio, enquanto que os sujeitos dos meios rurais – normalmente mais próximos ao trabalho relacionado com atividades agrícolas – percebem o trabalho como uma forma de sobrevivência.

As restantes dimensões dos significados do trabalho não apresentam diferenças significativas, o que significa que há percepções idênticas em termos de dimensões Positiva – que avalia a forma como o trabalho permite oportunidades pessoais e sociais satisfatórias e a sua tradução em atividades positivas, criativas e relacionais –, Negativa – que avalia o desgaste do trabalho tanto em termos pessoais como familiares, em termos de preocupação, *stress*, monotonia e cansaço – e Económica – que avalia a forma como o trabalho é percebido em termos instrumentais no sentido de dar resposta às necessidades fundamentais e à garantia de qualidade de vida pessoal, familiar e de reconhecimento social. Este registo poderá ser explicado pela conjuntura histórica e social, de precarização e de incerteza do trabalho, pelo aumento exponencial do desemprego e pela descida dos salários reais que atinge todos os cidadãos dos meios urbano, suburbanos e rurais de forma idêntica, que leva à percepção de que o trabalho é uma condição essencial para a sobrevivência de todos e garantia da qualidade de vida psicossocial apesar da sua carga onerosa, penosa e desgastante (Fernandes, 2013; Sobral, 2008). Em suma, os resultados encontrados poderão explicar-se pela conjuntura sócio-económica actual, que atinge a todos da mesma forma independentemente viverem em meios urbanos e rurais, apresentando-se o trabalho como um bem precioso a garantir ou a aceder para garantia da dignidade da pessoa

humana, em tempos paradoxais onde não há trabalho mas sociedades do trabalho.

De referir que o contexto rural em que este estudo foi efectuado, é considerado como tal pelos seus habitantes, mas não é um contexto que possa ser considerado fortemente rural, sendo antes um contexto híbrido, visto que já inclui algumas características urbanas. Desta forma, os resultados poderão estar a sofrer algum enviesamento.

Relativamente aos significados da grã-parentalidade não se registam diferenças significativas tendo em conta o contexto de residência, rural ou urbano. Estes resultados não vão de encontro aos resultados de King e Elder (1995), que apontam para uma maior proximidade familiar nos casos em que a família reside em meio rural. Uma vez mais, os resultados que os autores reportam terão de ser lidos em consonância com o contexto onde o estudo foi efectuado. O contexto rural norte-americano é caracterizado pela existência de zonas, por vezes, muito isoladas das outras, pelo que o contacto familiar tenderá a fortalecer-se, substituindo o contacto social com outras pessoas ou outros vizinhos. Os mesmos autores corroboram esta ideia ao afirmarem que existe uma maior proeminência dos avós em contextos rurais, mediada pela distância. Interfere também neste aspecto o que já foi referido acerca das características específicas dos participantes neste estudo provenientes de meios rurais.

No desenvolvimento vocacional também não se registaram diferenças significativas quanto ao contexto de residência. Seria de esperar a existência de diferenças, visto que há uma certa tendência para que os níveis sócio-económicos das famílias dos alunos influenciem o desenvolvimento vocacional, visto que cada sujeito vai-se auto-organizando nas várias dimensões da sua existência, especificamente no desenvolvimento vocacional, como resultado das relações significativas que foi estabelecendo com o mundo que o rodeia (nomeadamente com a família, escola, as redes sociais naturais ou as mediadas pelas novas tecnologias) e pelo contexto social e global em que participa. É da qualidade destas relações e das oportunidades que os contextos “naturais” de vida lhe proporcionam ou lhe inviabilizam que dependerá a forma como cada sujeito se vai desenvolvendo nas várias dimensões da sua vida, especificamente no desenvolvimento vocacional. Não é indiferente e insignificante nascer num contexto familiar onde existe estabilidade emocional que garante segurança/confiança ou provir de uma família desestruturada e disfuncional; não é irrelevante viver em guetos de exclusão social, ou viver em zonas privilegiadas onde se pode aceder às oportunidades de maior viabilização do sucesso; não é neutro pertencer a uma família com um nível sócio-cultural e económico médio alto ou baixo; não é equivalente viver no interior ou viver no litoral do nosso País, onde se registam assimetrias nas oportunidades de formação e acesso à cultura, entre outras (Gonçalves, 1997). Contudo, apesar da sustentabilidade da investigação sobre diferenças produzidas pelos impactos micro e macro sociais dos contextos no desenvolvimento vocacional (Bastos, 2005; Campos,

1989; Gonçalves, 1997; Santos, 2007), nesta amostra não se registaram as diferenças esperadas. Há que ter alguma reserva na leitura destes resultados, visto que uma grande parte da amostra é proveniente de uma escola privada que funciona num regime de Contrato de Associação³⁹ em contexto geográfico e social na transição do meio urbano/rural.

O auto-conceito académico não apresenta diferenças significativas. A literatura abordada poderá explicar estes resultados, com o conceito que apresenta de *reflected glory* (Marsh et al., 2000), que corresponde ao efeito gerado por um estudante ao juntar-se a um grupo positivamente valorizado. No presente estudo, como foi referido, uma parte da amostra vem de uma escola privada com alunos típicos de uma região na transição entre o meio urbano e rural, numa zona de forte industrialização, onde coexistem e convivem alunos de vários níveis sócio-económicos e culturais, desde filhos de operários aos de empresários. Isto significa que alunos de níveis sócio-económicos mais baixos (que estão, muitas vezes, associados a meios rurais) poderão ter acesso a um acompanhamento diferente do que é habitual existir em escolas públicas, o que poderá levar a que aumente o auto-conceito, pelo fenómeno de *reflected glory*, pela inserção em grupos escolares positivamente valorizados.

4.3. Ano de Escolaridade

O ano de escolaridade apresenta diferenças significativas ao nível do desenvolvimento vocacional, no que diz respeito às dimensões Investimento ($9^{\circ}/10^{\circ}/11^{\circ} > 7^{\circ}/8^{\circ}$ anos), Exclusão de escolhas/*foreclosure* ($7^{\circ}/8^{\circ} > 9^{\circ}/10^{\circ}/11^{\circ}$ anos) e *foreclosure* aos Significativos ($9^{\circ}/10^{\circ}/11^{\circ} > 7^{\circ}/8^{\circ}$).

Relativamente à dimensão Investimento, que implica partir para a acção após exploração e manter explorações contínuas (Campos & Coimbra, 1991), faz sentido que os alunos mais velhos apresentem valores mais elevados. São alunos que se aproximam do momento de uma decisão, relativamente à escolha de um curso do ensino superior (alunos de 10^o e 11^o) e alunos que têm que fazer uma escolha efectiva sobre a área de formação do ensino secundário que irão frequentar a partir do 10^o ano, após a conclusão do 9^o ano (Gonçalves, 2008).

O facto de os alunos mais velhos (9^o, 10^o e 11^o anos) tenderem a fazerem escolhas outorgados aos seus significativos poderá justificar-se pela pressão a que estão sujeitos na realização de uma escolha. Para lidarem com a mesma, assumem os projetos que os pais e significativos lhes propõem, sem as questionarem. Normalmente, nesta fase do desenvolvimento dos adolescentes são os pais que estão mais preocupados com os projetos dos filhos do que os próprios; por isso, para resolverem as tarefas que terão forçosamente de

³⁹Este regime prevê que escolas privadas, através de contratos com o Estado Português, permitam a frequência gratuita em zonas geográficas sem cobertura da Escola Pública.

realizar por constrangimentos do sistema formativo, assumem as decisões outorgadas dos pais para se não colocarem em questionamento (Gonçalves, 2008).

Quanto à dimensão Excluir possibilidades de escolha – corresponde ao investimento numa escolha sem explorar outras opções – os alunos mais novos têm valores mais elevados do que os mais velhos. Este resultado poderá ser explicado pelo facto de os adolescentes se encontrarem numa fase do desenvolvimento vocacional em que continuam a adiar em pensar numa escolha e realizar novas explorações. O seu projeto actual poderá estar ainda relacionado com as fantasias infantis manifestando certezas absolutas relativamente ao seu projeto vocacional de futuro, mas sem realizarem qualquer processo de questionamento e de exploração vocacional (Gonçalves, 1997, 2008). À medida que o adolescente se desenvolve e se aproxima da idade da primeira escolha (área onde estudar, no 10º ano), será mais provável que se comece a questionar e que procure conhecer um pouco mais das diversas possibilidades que poderá aceder em função dos seus interesses e valores e capacidades.

Quanto à ausência de diferenças nas dimensões da exploração e difusão vocacional, poderá estar relacionada com a etapa de desenvolvimento do adolescente e com os processos de construção da identidade e de individuação. Como foi visto, a individuação é o processo pelo qual o adolescente adquire autonomia necessária para que possa fazer as suas próprias escolhas (Blustein, Devenis, et al., 1989; Cigoli & Scabini, 2006; Lopez, 1992; Lopez & Andrews, 1987; Scabini & Cigoli, 2000), algo que influencia a forma como o desenvolvimento vocacional decorre. O facto de hoje em dia os adolescentes serem cada vez mais pressionados pelos pais e significativos para fazerem escolhas mais orientadas para um determinado sentido (sobretudo para cursos de maior prestígio social) poderá ir adiando os processos de individuação e de autonomia dos sujeitos, adiando os processos de exploração vocacional que leve a questionamentos e produção de alternativas, realizando projetos outorgados aos significativos; ou então, quando não atingem estas expectativas elevadas e ambicionadas, facilmente poderão ser adolescentes em difusão (que corresponde à ausência de projectos). A exploração vocacional, aliás, tem uma correlação positiva com a separação psicológica dos pais, levando a maior segurança e disponibilidade do adolescente nessas escolhas (Blustein et al., 1991). Se a individuação, como separação psicológica dos pais, tem vindo a ser adiada, poderá levar a que as diferenças etárias se esbatam.

As dimensões dos significados da grã-parentalidade não apresentam diferenças significativas. Isto significa que ao nível das dimensões estudadas dos significados da grã-parentalidade, nenhuma dessas dimensões é influenciada pela idade (estudada, aqui, através do ano de escolaridade). As possíveis razões para que não existam diferenças passam pelo intervalo de idades em si, que não é muito vasto para que possam existir diferenças, visto que a maioria se encontra entre os 12 e os 14 anos (início da adolescência). De lembrar que a literatura aborda a questão da idade dividida em 4 grandes fases, que são a infância, a adolescência, o período de jovem adulto e o período adulto. Os alunos do

11º ano seriam os que mais se aproximam da idade de jovem adulto, mas sendo um grupo tão reduzido (6 adolescentes) no total da amostra não permitiu encontrar diferenças num grupo que é muito homogéneo em termos de desenvolvimento.

Relativamente aos significados atribuídos ao trabalho não se registam diferenças significativas relativamente ao ano de escolaridade. Estes resultados poderão justificar-se por uma visão ainda demasiado idealizada, em virtude de os sujeitos da amostra na sua maioria serem demasiado jovem e na mesma etapa de desenvolvimento e se encontrarem ainda demasiado longe da realidade do mundo do trabalho (Gonçalves, 2008; Sobral et al., 2009).

O auto-conceito académico não apresenta diferenças significativas relativas ao ano de escolaridade, algo que não era esperado. De acordo com Marsh (1993), uma das variáveis que influencia o auto-conceito académico é a idade do sujeito. Neste sentido, seria de esperar que o grupo de alunos mais velhos apresentasse um auto-conceito mais elevado, por não serem tão influenciáveis (através da comparação com outros alunos e do *feedback* dos outros professores) como os alunos mais novos. Apesar de os resultados deste estudo contradizerem aparentemente os de Marsh (1993), há que ter em conta as questões levantadas anteriormente quanto às características da amostra, em que os alunos dos 10º e 11º anos têm uma representação insignificante e onde predominam os alunos dos 7º e 8º anos, sendo uma percentagem elevada de uma escola privada, pelo que o efeito da idade poderá encontrar-se esbatida por estas questões.

4.4. Estabelecimento de Ensino

Relativamente ao estabelecimento de ensino, não foram encontradas diferenças significativas relativamente aos significados da grã-parentalidade, significados do trabalho, desenvolvimento vocacional e auto-conceito académico.

A ausência de diferenças no que diz respeito aos significados da grã-parentalidade, poderá apenas indicar que há uma visão geral dos netos sobre os avós que, em traços gerais, é idêntica, independentemente do nível sócio-económico a que adolescentes e as suas famílias pertencem. Portanto, a Compreensão Mútua, a Ligação ao Passado e a Indulgência não são percebidas de forma diferente, consoante o nível sócio-económico.

A ausência de diferenças relativas ao estabelecimento de ensino nos significados de trabalho corrobora a discussão que vem sendo desenvolvida ao longo do trabalho: as características da amostra – que na sua maioria foi recolhida numa escola privada e em contexto de transição entre o meio rural e urbano – e os estudantes se situarem, na sua

maioria, numa etapa de desenvolvimento semelhante num contexto sociocultural de origem homogéneo.

Relativamente à não existência de diferenças nas dimensões do desenvolvimento vocacional e o tipo de escola – pública ou privada – poderão ser justificados pelas razões sublinhadas nos anteriores dimensões: características da amostra e a escola pública ter uma representação reduzida. Contudo, estes resultados, apesar das limitações sublinhadas, vão de encontro aos dados obtidos no estudo de Hutz e Badagir (2006), que apontam para que não existam diferenças relativas ao tipo de estabelecimento de ensino na escolha de um curso e de uma futura profissão, justificando que as possíveis diferenças não se centram tanto no tipo de ensino, público ou privado, mas que estarão mais relacionadas com a crença nas capacidades de atingir os objetivos escolares e profissionais, onde se inclui o sucesso na entrada para o curso superior em que investiu.

O auto-conceito académico não apresenta diferenças significativas. A discussão deste ponto remete para as mesmas razões já sublinhadas para as anteriores dimensões. No presente estudo, como foi referido, uma parte da amostra vem de uma escola privada com alunos característicos do sistema público. As mesmas características amostrais permitem compreender que os alunos desta escola que andariam no ensino público, poderão estar a usufruir do efeito de *reflected glory*, levando a que possíveis diferenças existentes ao nível do ensino tenham sido diminuídas. A literatura prevê um outro efeito que poderá ajudar a explicar estes resultados, o nível médio de capacidade da escola (Marsh, 1993), que prevê que quanto menor for o nível da escola, maior será o auto-conceito. Isto significa que o nível médio da escola poderá ter diminuído, levando a que os estudantes que em casos mais comuns poderiam ter um auto-conceito mais elevado (e.g., estudantes do ensino público numa escola problemática) não o tenham.

5. Resultados relativos ao Género e Linhagem

Este ponto pretende discutir os resultados relativos ao género de avós e de netos e os resultados relativos à linhagem. São discutidas as relações entre estas variáveis e os dados macrossistémicos, os significados da grã-parentalidade, os significados do trabalho, o desenvolvimento vocacional e ainda o auto-conceito académico. A análise das diferenças do género relativas às dimensões da relação (excluindo os dados macrossistémicos e a estatística descritiva) é cruzada, ou seja, são analisados os resultados relativos a cada parte da díade a partir da percepção que a outra parte tem (e.g., os resultados dos avós são analisados a partir da percepção que os netos têm dos avós nas dimensões discutidas).

Verifica-se que não há diferenças na escolha dos avós, por parte dos netos, ao nível

do gênero, linhagem e ascendência, algo que não está de acordo com o que grande parte da literatura prevê e que não confirma a Hipótese I⁴⁰ em nenhuma das suas premissas. Conforme o que foi visto, são vários os trabalhos que indicam que as avós são mais próximas dos netos (e.g. Danielsbacka & Tanskanen, 2012; Matos & Neves, 2012; Viguer et al., 2010; Wise, 2010). Apesar disso, há outros trabalhos que já previam a não existência de diferenças no gênero (e.g., Brown, 2003; Creasey & Koblewski, 1991; Hoffman, 1979) ou a existência de um avô/avó preferido/a (Ross et al., 2005).

Não se pode deixar de lado que a divergência dos dados deste estudo com grande parte da literatura se deva, pelo menos em parte, às questões culturais e contextuais do meio em que nos inserimos. Contudo, a própria literatura fornece pistas que poderão ajudar a explicar esta discrepância. O estudo de Mann et al. (2013), como uma tentativa de leitura evolutiva, defende que à medida que o neto cresce, a prevalência da avó materna como mais importante tende a diminuir podendo, a partir dos 12 anos, ser os avós maternos a ocupar esse lugar. Os participantes deste estudo têm todos mais de 12 anos, pelo que se enquadram na faixa etária indicada pelos investigadores. Ainda assim, não há uma concordância total dos dados, visto que no presente estudo não foi encontrada uma preferência por qualquer um dos avós.

Ainda que Brown (2003) e Somary e Strieker (1998) não incidam em particular nesta questão, lançam uma explicação para os dados do seu estudo que pode ser útil na presente discussão. Os autores, relativamente aos cuidados que os avós fornecem aos seus netos, avançam com a possibilidade de os avós serem percebidos não individualmente, mas como unidades, o que pode constituir-se como um motivo para que não existam diferenças nas escolhas que os netos fizeram. Fazendo a devida ressalva, visto que a presente discussão não versa sobre os cuidados mas sobre uma possível relação privilegiada em termos de gênero entre avós e netos, podemos questionar-nos se a proximidade que os netos sentem poderá ser influenciado pelo mesmo fenómeno, o que ajudaria a explicar os resultados obtidos. Apesar disso, seria consistente com esta ideia a diferenciação entre linhagens, algo que neste estudo não acontece.

No que diz respeito ao gênero dos netos, os resultados indicam que os avós tendem a ter maior número de actividades formativas com as netas do que com os netos, tendo sido também neste tipo de actividades que foram encontradas diferenças relativamente ao gênero dos avós, sendo as avós quem tende a ter maior número de actividades com os netos. Estes resultados estão de acordo com o que Osuna (2006) defende, nomeadamente na forma como são as avós que se envolvem mais nos trabalhos de casa dos netos (actividade que tanto pode ser considerada de cuidado ao neto como actividade formativa, tendo sido considerada formativa, neste estudo). O estudo indica ainda que não existirão diferenças de gênero dos avós na participação em actividades, mas que será antes a idade do neto a

⁴⁰Os netos e netas manifestam preferência pelos avós maternos, em detrimento dos avós paternos; mais especificamente, os netos e netas manifestam preferência pelas avós maternas.

variável influenciadora do tipo de actividades partilhadas. As actividades formativas, nomeadamente os trabalhos da escola, enquadram-se nas idades que este estudo abordou, pelo que os dados de Osuna encontram aqui algum suporte.

O mesmo estudo de Osuna, juntamente com o estudo de Viguer et al. (2010), apontam para que quanto maior o contacto, maior a tendência para a existência de actividades em conjunto. Tendo em conta o que foi discutido acerca da frequência de contacto, os dados enquadram-se no que estes estudos defendem, visto que são as avós quem tem mais contacto diário com os netos e que é nesse contacto diário que há maior possibilidade de iniciação de actividades formativas (onde se incluem, entre outras, os trabalhos de casa). Outras actividades que outros investigadores abordam não encontram suporte no presente estudo, nomeadamente actividades classificadas como de lazer (Dias & Silva, 2003), sendo que os investigadores afirmam que é a frequência de contacto que influencia esse tipo de actividades. Os dados também não suportam uma maior participação por parte dos avós em actividades desportivas (ver Creasey & Koblewski, 1991) nem a participação das avós em actividades mais relacionadas com o cuidado da casa (ver Viguer et al., 2010), ainda que as actividades formativas e que haja actividades de cuidado da casa que possam ser consideradas actividades de cuidado ao neto. Estes dados permitem confirmar, parcialmente em relação às actividades formativas, a hipótese IV⁴¹.

Os dados não são conclusivos relativamente ao estudo de Roberto e Stroes (1992), que defende que as netas preferem conversar e que os netos preferem almoçar e ouvir histórias, visto que estas actividades são tidas, no presente estudo, como actividades sociais, onde não existem diferenças significativas, e visto que estas actividades em particular não foram testadas. Neste sentido, os estudos de Kennedy (1990), Roberto et al. (2001), Van Ranst et al. (1995) e de Triadó e Villar (2000) encontram eco, visto que defendem que as avós assumem mais os papéis de cuidados aos netos. Ao mesmo tempo, os mesmos estudos (à excepção do último) ligam o papel de ensinador aos avós que, como actividade formativa, deixa de se enquadrar nos dados do presente estudo. Estes resultados confirmam parcialmente a hipótese III⁴², relativamente às actividades formativas.

Uma das questões que tem sido discutida, associada à suposta maior frequência de contacto das netas com os avós (especificamente com as avós) é a influência da educação social diferenciada relativamente ao género, que vê a mulher como cuidadora e o homem como instrumental. Castañeda et al. (2004), Creasey e Koblewski (1991) e Creasey e Kaliher (1994) defendem que havendo diferenciação no papel ensinado à mulher, na sociedade, levará a que as avós com o papel assumido tendam a modelar a neta no mesmo sentido, defendendo ainda que existe uma tendência para educar as crianças do sexo feminino num sentido mais relacional. Também os dados de Reitzes e Mutran (2004a)

⁴¹Espera-se encontrar diferenças ao nível da frequência de contacto em relação ao tipo de actividades que a díade pratica em conjunto.

⁴²Espera-se encontrar diferenças de género de avós e de netos em relação às actividades que a díade pratica em conjunto.

explicam que o resultado da atribuição tradicional dos papéis de género poderá levar a que a mulher seja responsabilizada como cuidadora (sendo que os avós podem ser percebidos como figuras que necessitam de cuidados). Os dados avançados por Cherlin e Furstenberg (1992), indicativos da responsabilização da mulher em termos de cuidados e em manter vivos os laços familiares, poderão explicar as razões por que as netas e as avós tendem a ter maior contacto e as netas tenderem a preferir a companhia dos avós. Lytton e Romney (1991) e Viguer et al. (2010) afirmam ainda que a socialização feminina se dá no sentido da dependência, expressão emocional e vínculo social, ao passo que a socialização masculina se dá num sentido de se reduzir a expressão de afecto e do aumento da agressividade e da instrumentalidade racional.

As restantes actividades não apresentam diferenças estatisticamente significativas para qualquer uma das variáveis aqui estudadas. A explicação para que os avós estejam mais atentos à formação dos netos do que a outros tipos de actividade poderá ser a importância dada, hoje em dia, à formação escolar e às exigências laborais que os pais sentem e que podem afastá-los do apoio que os seus filhos requerem, levando a que os avós os substituam nesta tarefa.

5.1. Significados da Grã-Parentalidade

Os resultados revelam que há diferenças de género, na percepção dos avós, relativamente à dimensão Compreensão Mútua. Neste caso, significa que os avós percebem uma maior compreensão mútua com as netas do que a que percebem com os netos. Não há diferenças a este nível nas dimensões Ligação ao Passado e Indulgência.

A Compreensão Mútua espelha o grau de percepção da existência de um laço afectivo, implicando sentimentos de compreensão, respeito e/ou busca da companhia do neto (Triadó & Villar, 2002) Neste estudo, foram encontradas diferenças no género dos netos, sendo que os avós percebem em maior grau um laço afectivo com as netas do que com os netos.

A questão da educação diferenciada, já discutida acima, apesar de direccionada à frequência de contacto, poderá também explicar as diferenças ao nível da linhagem e do género. A forma como os avós tendem a perceber maior Compreensão Mútua com as netas pode ser discutida como o resultado da educação das netas para a relacionalidade e para os afectos. Havendo este tipo de educação e a sua vivência (em termos de aprendizagem da neta) no dia-a-dia, será de esperar que as netas sejam percebidas como permitindo uma relação mais próxima por parte dos avós (e restantes familiares), ao passo que os netos serão vistos como mais agressivos e, por isso, não será tão fácil de estabelecer uma relação. As próprias netas, aliás, são reportadas como estabelecendo maior intimidade com os avós

e como dando maior ajuda instrumental (Creasey & Kaliher, 1994; Dubas, 2001; Michels et al., 2011). Apesar de tudo isto, conforme será visto, entre avôs e avós não se encontram diferenças ao nível da Compreensão Mútua, que não está de acordo com o mesmo estudo de Cherlin e Furstenberg (1992) que indica que o contacto com os netos (com tudo o que daí advém) tende a ser mais voluntário no caso dos avôs, pelo que é esperado das avós em termos de papel.

Por fim, relativamente à Indulgência, a ausência de diferenças na percepção dos avós poderá indicar apenas que os avós “procuram” acreditar que tratam de forma igual tanto netos como netas. Por outro lado, é um indicador indirecto do que Rani e Sharma (2004) afirmam a respeito de uma maior desobediência por parte dos netos, relativamente às netas. Esta percepção de maior desobediência dos netos poderá resultar em situações em que a possibilidade de indulgência dos avós seja vista pelos próprios como algo a não colocar em prática.

No que diz respeito à percepção dos netos, registaram-se diferenças ao nível do género relativamente à dimensão Indulgência, sendo que as netas percebem maior indulgência por parte dos avós do que os netos, não se registando diferenças nas dimensões Vínculo ao Passado e Compreensão Mútua. Relativamente à Compreensão Mútua, a não existência de diferenciadas percebidas pelos netos em relação a avós e avôs concorre no sentido dos estudos de Roberto et al. (2001) e de Ross et al. (2005), ao defenderem que avôs e avós não apresentam diferenças na busca de companhia do neto, que corresponde a uma parte da dimensão. Relativamente ao que resta desta dimensão, pode-se explicar com o significado da vontade de ter a companhia do neto/neta, que não pode ser indissociado do laço afectivo, de um grau mínimo de compreensão e de respeito: caso nenhuma destas qualidades exista numa relação, não será provável que a busca e gosto de companhia do neto se mantenha.

A dimensão Indulgência corresponde à forma como os avós participam na imposição de regras disciplinadoras ao neto (Triadó & Villar, 2002) traduzindo-se, na perspectiva do neto, na forma como vê a imposição de disciplina por parte dos seus avós. As netas percebem menor imposição de disciplina por parte dos avós do que os netos. Este resultado pode ser explicado por aquilo que já tem vindo a ser discutido anteriormente no que se refere à percepção dos avós de Compreensão Mútua. Ao perceberem menor compreensão mútua com os netos, os avós poderão ter maior tendência em aplicar as regras necessárias aos netos, sendo vistos por estes como não tendo um grau de indulgência tão elevado como as netas percebem, que vai de encontro às diferenças encontradas por Rani e Sharma (2004). Ao mesmo tempo, a educação para a relacionalidade no caso das netas, já referida anteriormente, poderá predispô-las a mais facilmente terem comportamentos (nomeadamente a ajuda instrumental, prevista por Creasey e Kaliher, 1994, por Dubas, 2001 e por Michels et al., 2011) que os avós consideram mais adequados, o que os levará a ter um número de comportamentos disciplinares menor que no caso dos

netos, levando a que as netas tenham essa percepção. Os dados de Creasey e Koblewski (1991) concorrem neste sentido, ao indicarem que as netas reportam relações mais próximas com os seus avós, que poderá aumentar a Indulgência seja pelos comportamentos que poderão ser vistos como mais adequados pelos avós, seja pelo facto de a relação em si ser mais próxima, levando a que os avós não apliquem disciplina em alguém que consideram mais próximo.

Nos dias de hoje, as diferenças de género, ainda que existentes, estão mais esbatidas do que nunca, levando a que uma nova geração tenha formas de actuar e de pensar diferentes da geração que as precede. O estudo de Radl (2003) apresenta dados nesse sentido, aplicados à relação entre avós e netos, afirmando que homens que tenham desempenhado o seu papel parental num sentido mais tradicional, assumem tarefas diferentes quando se tornam avós, acompanhando as mulheres que sempre desempenharam esses papéis. Nesse sentido, o facto de a maior parte das dimensões (apenas a Indulgência apresentou diferenças) não revelar diferenças no género dos avós, poderá ser indicador de que a evolução se deu e que continua em curso.

Relativamente à linhagem, não foram detectadas diferenças na escolha que os netos fizeram dos avós que consideram mais próximos, tanto ao nível da linhagem como ao nível da ascendência, que vai contra a grande tendência da literatura ao apontar a linhagem materna (e.g. Fingerman, 2004, Osuna, 2006, Triadó et al., 2000) como a linhagem mais próxima e contra estudos que estabelecem algumas *nuances* na forma como esta relação se apresenta, nomeadamente de Van Ranst et al. (1995), que sublinham serem as avós maternas as mais importantes para os netos, mas que em termos comparativos, avós maternos e paternos não apresentem diferenças.

A Vinculação ao Passado (tanto na percepção dos avós como dos netos) e a Compreensão Mútua (na perspectiva dos netos) não apresentam diferenças, seja ao nível do género, seja ao nível da linhagem. A literatura não acompanha estes resultados (como já se verificou no caso da Compreensão Mútua), visto que os avós são vistos mais como conselheiros e ensinadores (Kennedy, 1990; Roberto et al., 2001; Van Ranst et al., 1995), características que podem ser vistas como associadas à transmissão do passado familiar aos netos. Os resultados podem explicar-se pela possível percepção que os netos têm acerca dos avós como unidades, levando a que percepcionem todos os avós ligados ao passado e não um dos avós em particular. Aliás, Miller e Bengtson (1991, cit. in Van Ranst et al., 1995) consideram que esta é uma das dimensões que os netos atribuem aos avós. Ao mesmo tempo, os avós poderão ver um interesse do mesmo nível de netos e netas pela história familiar, que levará à inexistência de diferenças a este nível.

5.2. Significados do Trabalho em Avós e Netos

A discussão versa sobre as diferenças entre géneros dos adolescentes e entre géneros dos avós na construção de Significados do Trabalho. Será ainda discutida a forma como o género e linhagem dos avós escolhidos influenciam os Significados do Trabalho dos netos.

Os significados de trabalho variam com o género dos adolescentes no caso das dimensões Realização Pessoal – maior no caso do sexo feminino – e Negativa – maior no caso do sexo masculino. O primeiro resultado poderá advir da forma como as adolescentes poderão ver o papel da sua mãe e avó (mesmo que esta já não trabalhe, poderão ter assistido ao período laboral da avó), que está associado a um equilíbrio difícil entre as tarefas domésticas e as tarefas laborais (Núncio, 2008) e a uma identificação das mulheres como uma força secundária de trabalho, muito associada ainda a sectores menos valorizados e a sectores ligados à reprodução (Abramo, 2004; Cyrino, 2009; Graf & Diogo, 2009; Magalhães & Silva, 2010). As adolescentes, ao observarem o equilíbrio que as mães e as avós realizam ao articular os vários papéis da sua existência (mãe, esposa, trabalho doméstico, profissional e de cidadã) poderão perceber o trabalho com actividade profissional como uma oportunidade de maior realização pessoal e de afirmação do seu papel de mulher, face à dominância do masculino nos contextos de trabalho. O facto de os homens terem uma percepção mais negativa do trabalho quando comparados com as mulheres poderá ser explicado em virtude de os homens normalmente entrarem frequentemente mais cedo no mundo do trabalho, abdicando inclusive do prosseguimento da sua formação, porque o mundo do trabalho lhes é mais favorável, sobretudo em actividades profissionais menos diferenciadas e qualificadas, levando a que possam autonomizar-se mais cedo das suas famílias, mesmo que avaliem o trabalho como algo pesado e penoso. Estes resultados vão na mesma linha de investigações desenvolvidas por Gonçalves (2008), Sobral (2009) e Fernandes (2013), em contextos de lusofonia. Mosquera, (2004) reforça a explicação dada, ao afirmar que o trabalho para a mulher é uma forma de afirmar a sua condição feminina contra a dominância masculina, levando a uma maior realização pessoal. Ainda que não seja a respeito desta dimensão, Magalhães e Silva (2010) reforçam estes dados ao afirmarem que o sexo feminino tende a significar de forma mais positiva o trabalho pela associação feita do trabalho à autonomização e afirmação do género feminino, no sentido de uma oportunidade de igualdade de género.

A ausência de diferenças nas dimensões Económica e Positiva não está de acordo com a restante literatura, nomeadamente com Gonçalves (2008) e Fernandes (2013), que prevêem que o sexo feminino percepcione o trabalho de forma mais positiva. Os trabalhos de Mau e Bikos (2000) corroboram os dois autores, ao afirmarem que o sexo feminino tem expectativas profissionais e educacionais mais elevadas que o sexo masculino. Mesmo antes de acederem ao mercado de trabalho, o sexo feminino é tido como tendo menos pensamentos negativos face ao futuro (Mello & Worrell, 2006) e como tendo maiores

expectativas de aceder e frequentar a universidade (Lupart, Cannon & Telfer, 2004). Estes resultados poderão ser explicados pela característica da amostra onde predominam sujeitos entre os 12 e os 15 anos, ainda muito distantes da realidade do trabalho, manifestando representações idealizadas e pouco diferenciadas da atividade do trabalho em termos de implicações nas suas vidas.

No que respeita à dimensão Económica, os dados não estão de acordo com os dados de Berlato (2007, cit. in Fernandes, 2013) e de Fernandes (2013). Poderá explicar os resultados a questão da forma como as percepções poderão estar a convergir, levando a que os adolescentes de ambos os sexos valorizem da mesma forma o trabalho como fonte de retorno financeiro.

Relativamente ao género dos avós, como seria de esperar, encontram-se resultados diferentes em relação à geração dos netos no que se refere aos significados atribuídos ao trabalho. A dimensão da Realização Pessoal e a dimensão Económica do trabalho são mais acentuadas nos homens (avós) do que no género feminino (avós). Estes resultados poderão ser explicados por processos históricos e sociais, que nos remetem para tempos em que a presença dominante no mundo do trabalho, fora de casa, era de quase exclusividade da figura do homem, reduzindo-se o papel da mulher ao trabalho doméstico e à educação dos filhos, onde havia uma diferenciação clara de papéis: o homem a garantir o sustento da casa e a mulher a manter a casa (Fernandes, 2013; Fernandes & Gonçalves, 2012a). Neste sentido, faz sentido que seja o sexo masculino a ter uma leitura mais acentuada das dimensões económicas do trabalho do que o sexo feminino e que esta não tenha propriamente uma visão da realização pessoal através do trabalho, porque se circunscreve provavelmente ao trabalho doméstico e às tarefas da maternidade (Gonçalves, 2008; Sobral et al., 2009)

Os netos tendem a perceber o trabalho mais na sua vertente económica nos casos em que reportam ter maior contacto com as avós. O facto de a mulher estar no mercado de trabalho está muitas vezes associado à necessidade familiar de um segundo vencimento. Devido à acumulação de tarefas, a mulher acaba por acumular o trabalho profissional com as tarefas associadas ao lar, podendo a economia doméstica fazer parte desse conjunto de tarefas. Desta forma, os netos que mantêm maior contacto com as avós, poderão sofrer uma dupla influência na vertente económica do trabalho: a necessidade de trabalhar fora de casa associada ao acumular de dois vencimentos; a gestão económica do dia-a-dia e as diversas formas de poupança que lhe possam estar associadas, que poderá sublinhar a importância da vertente económica. As restantes dimensões não apresentam diferenças, que poderá significar que nestas vertentes (Realização Pessoal, Positiva e Negativa) os netos percebem os avós como uma unidade (Brown, 2003) e que uma maior aproximação aos avós ou às avós não redunde em diferenças nestas dimensões dos significados do trabalho.

Os resultados indicam que não há influência da linhagem sobre a construção de significados dos netos. Isto poderá significar que os netos não percebem diferenças na forma como os avós paternos e maternos vêem o trabalho, que poderá ser um outro aspecto da forma como os netos poderão ver os avós como uma unidade e não de forma individual vendo-os, desta forma, como representantes idênticos do mundo do trabalho (Brown, 2003). Os avós, como já foi referido, estão associados à transmissão de valores, independentemente da linhagem a que pertencem. Desta forma, a ausência de diferenças poderá indicar uma percepção globalizante dos netos da transmissão de valores, mais especificamente, dos significados do trabalho.

5.3. Desenvolvimento Vocacional

Foram encontradas diferenças relativamente ao género, apenas na dimensão Difusão, sendo o sexo masculino mais difuso do que o feminino. Esta dimensão corresponde à ausência de exploração e de investimento, o que significa que os participantes do sexo masculino exploram e investem menos em atividades de desenvolvimento vocacional do que os participantes do sexo feminino. Este resultado está de acordo com o que Sparta (2003, cit. por Fernandes, 2013) defende, ao afirmar que as raparigas tendem a dar maior relevância às escolhas profissionais e a ter comportamentos mais activos de exploração vocacional do que os rapazes com a convicção de que é importante na tomada de decisão e na construção de projectos de formação e profissionais no futuro. Ao contrário os rapazes tendem a ser na sua generalidade mais desinvestidos e acomodados sem se envolverem ativamente em investimentos vocacionais. Significa que os rapazes, ao sentirem dificuldades em lidar com as exigências da formação e ao se confrontarem com conteúdos eminentemente teóricos e academicistas dos *curricula* – onde a componente experimental e tecnológica está quase ausente –, tendem a ser o grupo mais vulnerável a abandonar o sistema, entrando precocemente no mundo do trabalho, mais receptivo à mão de obra masculina que feminina, embora na maioria dos casos seja como profissionais indiferenciados e em situações precárias (Cabral & Pais, 1998). Entretanto, as raparigas, confrontadas com um mercado de trabalho que não lhes é tão favorável como também faz depender o acesso aos empregos disponíveis dos títulos académicos de que são portadoras, tenderão a investir na continuação da formação no ensino superior como a melhor estratégia para aumentar as suas vantagens competitivas e prolongar o momento de entrada mais vantajosa na vida activa (Balbinotti & Tétreau, 2006; Fernandes & Gonçalves, 2012a; Gonçalves, 2008; Neiva, Silva, Miranda & Esteves, 2005; Prata, Barbosa-Ducharne, Gonçalves & Cruz, 2013).

A ausência de diferenças na linhagem poderá indicar que os netos percebem os

avós, neste âmbito, da mesma forma, podendo ser a forma como os netos percebem a idade e o grau de “desactualização” (e.g., alguns avós ainda pertencem a gerações que tinham um único emprego ao longo de toda a vida) a influenciar o seu desenvolvimento neste campo.

5.4. Auto-conceito Académico

No que diz respeito ao auto-conceito académico, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na relação com o género e com a linhagem. Significa que o género dos adolescentes não influencia o auto-conceito académico.

Uma possível relação entre a linhagem e o auto-conceito académico vem no sentido do que a literatura indica, que é o de que a linhagem materna tendencialmente se encontra mais próxima dos netos do que a linhagem paterna e, por isso, terá maior influência. No entanto, neste estudo, essa relação não foi encontrada (para as variáveis tidas em conta), tal como nas restantes variáveis estudadas relativamente à linhagem, pelo que se considera que estes resultados se coadunam com os restantes encontrados no presente estudo.

6. Resultados relativos à Frequência de Contacto

Este ponto pretende discutir como a frequência de contacto mantida entre as díades de avós e de netos tem impactos diferenciados nas diversas variáveis em estudo, nomeadamente nos significados da grã-parentalidade e nos significados do trabalho.

A frequência de contacto encontra-se associada à discussão sobre o género e linhagem. A literatura revela uma tendência no sentido de que a frequência de contacto é maior com a avó materna ou pelo menos com a linhagem materna (ver referências indicadas acima, relativas ao género) e que é menor no caso de os avós terem estatuto de menor saúde (e.g. Creasey & Kaliher, 1994). Os dados do presente estudo revelam a não existência de qualquer diferença no que se refere à linhagem, ascendência ou estatuto de doença do avô/avó escolhido/a, significando que a hipótese V⁴³ não encontra suporte neste estudo.

Uma das questões que tem sido discutida associada à suposta maior frequência de contacto das netas com os avós (especificamente com as avós), já aqui apresentada e discutida, é a educação social diferenciada (Castañeda et al., 2004; Creasey & Kaliher, 1994; Creasey & Koblewski, 1991). Os dados desta parte do estudo não corroboram esta questão cultural que implicaria uma maior proximidade das avós, o que poderá ser explicado pela (lenta) evolução a que temos assistido no sentido de esbater as ainda existentes diferenças de género e do facto de surgirem gerações de mulheres avós que trabalharam e lutaram pela igualdade entre homens e mulheres na sociedade, em geral, e no

⁴³Espera-se encontrar diferenças de linhagem em relação à frequência de contacto.

local de trabalho, em particular. Esta vivência social poderá ter como efeito uma menor diferenciação na educação das filhas/netas. Ainda que este efeito possa não ser verificado transversalmente na nossa sociedade, os participantes deste estudo poderão pertencer a uma franja onde estas diferenças ainda existam e apenas neste âmbito (de entre os âmbitos de estudo do presente trabalho), mas que não tenham efeitos estatisticamente significativos. A explicação de Brown (2003) e de Somary e Strieker (1998), sobre a forma como os netos poderão perceber os avós como uma unidade e não de forma individual, poderá também ajudar a explicar a ausência de diferenças. Desta forma, em vez de serem vistos e distinguidos como indivíduos e de serem percebidas diferenças, os avós serão vistos como um casal com apenas uma identidade. Naturalmente que esta possibilidade terá maior probabilidade enquanto o neto for criança, sendo que vai estabelecendo diferenças entre os avós à medida que se desenvolve e se torna capaz dessa diferenciação, mas é possível que esta forma de ver os avós se mantenha até às idades que este estudo abrangeu ou que pelo menos uma parte da amostra possa ainda estar a transitar/construir/conceptualizar os avós de forma individual. Será decorrente do já referido fenómeno de “des-idealização” por que o adolescente passa, que permite uma percepção dos avós mais realista (Battitelli & Farneti, 1991).

No que diz respeito ao género dos avós, os dados indicam são mais as avós que mantêm contacto diariamente e aos fins de semana e que são mais os avós que mantêm contacto várias vezes por semana e mensalmente ou em eventos. Estes resultados não se sobrepõem na totalidade à literatura, que indica que existem diferenças no sentido de ser maior com as avós maternas (Eisenberg, 1988) e que está associada à distância (e.g. Aldous, 1995, Cherlin & Furstenberg, 1992 e Roberto et al., 2001). Os dados mostram um padrão mais complexo do que uma mera diferença entre géneros. Os resultados poderão indicar diferenças na própria forma como avôs e avós percebem a proximidade ou não proximidade com os netos e na forma como estas levam a uma maior ou menor frequência de contacto. Desta forma, uma possível explicação para o padrão é que as avós que se consideram mais próximas dos netos e que cultivem essa proximidade, tenderão a procurar o contacto diário e que percecionem o contacto ao fim de semana já como uma frequência de contacto menos presente. Os avôs poderão ver a frequência de contacto “mínima” de várias vezes por semana associada à proximidade relacional e a frequência mensal poderá ser considerada ainda suficiente para manter a relação, ainda que mais distante. Uma outra questão que poderá estar associada é a própria percepção do tempo, que poderá ser diferente conforme o estágio da vida em que cada um se encontra. Assim, tudo poderá ser mais “urgente” para o neto, levando à exigência de grande frequência de contacto para maior proximidade, enquanto que os avós, já mais experientes e pacientes, poderão ver as janelas temporais de forma diversa. De notar que variáveis como a distância ou estado civil dos avós (tidas como influenciadores da relação – e.g. Dunifon & Bajracharya, 2012, Hurme et al., 2010, Ross et al., 2005 – não foram tidas em conta e que poderão ter influência nestes

resultados. Significa que a hipótese II⁴⁴ encontra nestes dados suporte parcial.

Os resultados relativos à forma como a saúde/doença influenciam a frequência de contacto (ausência de diferenças, segundo a existência ou não existência de doença nos avós) podem ser explicados pelo estatuto em si. Há doenças crónicas que podem não ter implicações práticas no dia-a-dia, que levará a que o estatuto de menor saúde não se “instale”, pelo que não havendo percepção de limitações nos avós, a doença crónica poderá não ser sequer conhecida pelo neto (de recordar que a informação de existência de doença crónica foi pedida aos avós e não aos netos) ou, no caso de ser conhecida, não se tornará um ponto central da forma como o/a percebe. Uma outra explicação poderá passar por uma visão diferente dos netos “modernos”, decorrente das tentativas de sensibilização no sentido de uma sociedade mais inclusiva. Estes dados não vão de encontro ao estudo de Creasey e Kaliher (1994), que afirmam que a frequência de contacto está ligada ao estado de saúde dos avós.

6.1. Significados da Grã-Parentalidade

Os resultados neste âmbito indicam que a Compreensão Mútua percebida por avós e netos está associada à frequência de contacto, ainda que com padrões diferenciados entre netos. A Compreensão Mútua, conforme foi referido, representa o grau em que se percebe a existência de um laço afectivo, que implica compreensão, respeito e/ou a busca da companhia um do outro (Triadó & Villar, 2002).

No caso dos netos, a Compreensão Mútua que percebem é maior no caso de existir frequência de contacto diária, quando comparada com o contacto várias vezes por semana, aos fins de semana e mensal e outros eventos. Além disso, o contacto várias vezes por semana é também maior quando comparado com o contacto aos fins de semana e mensal e outros eventos, não tendo sido encontradas diferenças significativas apenas entre o contacto ao fim de semana e mensal. Isto enquadra-se nos estudos Osuna (2006) e Viguer (2010), ao afirmarem que quanto maior for o contacto, maior será a tendência para a existência de actividades em conjunto o que, por sua vez, levará a que haja maior facilidade em estabelecer e manter uma relação próxima e directa, além de um maior sentimento de entendimento entre ambos, que corresponde na íntegra a esta dimensão. A questão da frequência de contacto, do ponto de vista dos netos, não apresentar diferenças entre os fins de semana e o contacto mensal e em outros eventos, poderá dever-se ao facto de se tornar um “gesto” ritualizado e, por isso, sem o mesmo significado de um contacto com uma janela temporal mais breve e, pelo menos aparentemente voluntária, levando a que os netos percebam que a relação se manterá na mesma, quer se encontrem com os avós todos os fins de semana, quer se encontrem mensalmente e em outros eventos familiares.

⁴⁴Espera-se encontrar diferenças de género de avós e de netos em relação à frequência de contacto que a díade mantém.

Portanto, os netos verão o contacto ao fim de semana e mensal, pela regularidade e ritualização, como uma obrigação que impede que a compreensão mútua se instale da mesma forma que nas outras frequências de contacto. Isto está de acordo com os estudos de Ross et al. (2005) e de Boon e Brussoni (1996), que prevêm que a percepção de obrigação desse contacto ritualizado leve a que os netos sintam essas visitas como uma obrigação que não querem ter, que por sua vez poderá levar a que a compreensão mútua diminua. De referir, ainda, que estes resultados contradizem o que Taylor et al. (2005) afirmam, ao prever que apenas o manter o contacto e não a frequência em si influenciam a relação.

Na evolução da relação entre avós e netos, não pode ficar esquecido que a fase da adolescência gera um ganho de autonomia para o adolescente (Bangerter & Waldron, 2014; Crosnoe & Elder Jr., 2002; King & Elder, 1997; Uhlenberg & Hammill, 1998) que pode implicar uma renegociação (Silverstein & Marengo, 2001) da sua presença na família, nomeadamente relativamente aos avós, podendo resultar num (aparente) menor interesse pelos avós. Ao mesmo tempo, é interessante verificar que, para os netos, conforme foi visto, é importante uma frequência de contacto de curto espaçamento temporal de forma a criar e a manter a compreensão mútua com a outra parte da relação (conforme foi visto, os resultados apontam para uma diminuição da compreensão mútua à medida que a frequência de contacto diminui). Esta questão gera uma contradição: por um lado, os adolescentes procuram relações de contacto frequente para manterem a compreensão mútua na relação, característica sobejamente importante nas relações de pares; por outro, há investigações que têm dados que suportam a existência de uma quebra da frequência de contacto, ao mesmo tempo que os avós se mantêm como figuras significativas (Attar-Schwartz et al., 2009; Creasey & Kaliher, 1994), sem que necessitem dos mesmos cuidados requeridos até esta idade (Osuna, 2006; Triadó et al., 2005) e figuras de vinculação importantes, ao percepcionarem suporte emocional, segurança e aliança fiável (Van Ranst et al., 1995). Isto poderá ser explicado pelo papel que os netos atribuirão aos avós: se os netos percepcionarem os avós como figuras de fundo, mantendo a proximidade e o tom emocional da relação (Mills, 1999; Triadó et al., 2005) então mesmo que a compreensão mútua diminua na medida da diminuição da frequência de contacto, os avós manter-se-ão como figuras de referência e a relação, ainda que menos próxima, manter-se-á significativa para os netos. Poderá indicar ainda que os netos, nesta fase, terão maior necessidade em buscar relações de compreensão mútua ao exterior familiar e poderá ainda ser indicador da forma como, a partir desta idade, o adolescente tenta estabelecer a sua identidade e autonomia sem, no entanto, perder as suas raízes familiares (Osuna, 2006; Van Ranst et al., 1995).

No caso dos avós, a Compreensão Mútua que percepcionam é maior no caso de existir frequência de contacto diária, quando comparada com o contacto aos fins de semana e mensal e outros eventos. O contacto várias vezes por semana é também maior quando comparado com o contacto aos fins de semana e mensal e outros eventos. Não foram

encontradas diferenças entre o contacto diário e várias vezes por semana e entre o contacto ao fim de semana e mensal e outros eventos. Estas diferenças podem também ser interpretadas a partir do que Osuna (2006) e Viguer (2010), no sentido de existir uma tendência para que a relação estabelecida seja mais próxima e directa nos casos de existir maior frequência de contacto. O padrão, no entanto, é diferente do dos netos, já que os netos apresentam diferenças no contacto diário em relação a todas as outras frequências de contacto, ao passo que para os avós, o contacto diário e o contacto várias vezes por semana não apresenta diferenças, ou seja, em termos de Compreensão Mútua, para os avós não existem diferenças nesse aspecto quer se encontrem todos os dias com os netos, quer se encontrem apenas algumas vezes por semana.

Estes dados podem ser interpretados como sendo indicativos de que, para os avós, a relação com os netos apresenta um nível de continuidade mais elevado do que para os netos, que poderá ser explicado por uma maior experiência relacional dos avós, para quem a relação se manterá nos mesmos parâmetros, mesmo que o contacto não seja tão frequente. Os dados do presente estudo corroboram os dados apresentados por Roberto et al. (1999), que indicam a existência de uma aparente “periferia” dos netos, ainda que as relações sejam descritas como significativas. Aplicando esta informação aos dados, a combinação entre a não centralidade existente na relação e a importância da relação explica como a relação se mantém idêntica, do ponto de vista dos avós, no aspecto da compreensão mútua, quer no caso de contacto diário, quer no caso de contacto várias vezes por semana. Por outro lado, esta indiferenciação pode traduzir a vontade que os avós têm em manter-se próximos dos netos, mas sem que haja uma aproximação ao papel parental (Pinazo, 1999), do qual o contacto diário poderá ser visto como uma implicação. Esta ausência de diferenças pode ainda ser explicada pelo que Cherlin e Furstenberg (1992), Fingerman (2004) e Kahana e Kahana (1970) defendem no que diz respeito às idades dos netos, afirmando que os netos mais novos tendem a ser mais próximos. Esta questão, em consonância com o que é defendido por Triadó et al. (2008), no sentido de a relação se alterar à medida que o neto cresce e que adquire um grupo de amigos, que adquire autonomia e que desce a influência parental (King & Elder, 1997; Uhlenberg & Hammill, 1998) e ainda em consonância com os dados de Ross et al. (2005) e de Taylor et al. (2005), que indicam que com o desenvolvimento dos netos adolescentes há um decréscimo em dimensões mais superficiais, entre as quais, a frequência de contacto, também contribui para a explicação de como a compreensão mútua continua a ser percebida da mesma forma no caso de contacto diário e no caso de contacto várias vezes por semana. Silverstein e Marenco (2001) corroboram esta ideia, explicando que há uma renegociação do papel que pode levar a uma menor frequência de contacto. Isto poderá levar a que os avós acabem por se adaptar a esta nova fase de desenvolvimento dos netos e que, desta forma, aceitem as mudanças na relação e que a frequência de contacto não interfira na relação, ou seja, manter-se-á a proximidade emocional, o que contradiz os dados apresentados por Creasey e Koblewski (1991) que indicam que, durante a adolescência do

neto, há tendência para uma perda de proximidade emocional.

A questão de, agora para os avós, a frequência de contacto não apresentar diferenças entre os fins de semana e o contacto mensal, poderá ter duas justificações diferentes. A primeira passa pela interpretação do “gesto” ritualizado pelos netos (Boon & Brussoni, 1996; Ross et al., 2005), há pouco referido, algo que certamente o neto deixará transparecer perante na presença dos avós. Se a relação da díade e a percepção da mesma pelas partes é influenciada pelas percepções mútuas e pela forma como essas percepções se traduzem no comportamento, então o reconhecimento desta dificuldade do neto poderá levar a que o avô/avó percepcione a relação como sendo menos próxima e menos directa. Também estes dados estão em contradição com os dados apresentados por Taylor et al. (2005).

No que diz respeito à Ligação ao Passado (grau em que o avô/avó representa uma figura que mantém e transmite aos netos a história familiar, Triadó & Villar (2002)), não há diferenças nos netos e nos avós em função da frequência de contacto. Isto pode ser explicado pelo que os avós representam simbolicamente (e que avós e netos percebem) e que lhes é inerente. A este respeito, Kornhaber (1996) afirma que o papel simbólico dos avós se traduz no papel de historiador da família e Neugarten e Weinstein (1964) afirmam que representam o reservatório de sabedoria familiar, reforçado pela forma como Kivnick (1982) ilustrou essa capacidade histórica e de sapiência, ao utilizar a expressão *immortality through clan*. Desta forma, a ligação ao passado será antes uma característica conceptual do que é ser avô/avó e, por isso, profundamente inerente à forma como a relação é conceptualizada e percebida, em vez de ser uma característica da relação que se fortalece ou enfraquece conforme o contacto mantido, pelo que não revelará diferenças consoante a forma como avós e netos se encontram mais ou menos vezes.

Relativamente à Indulgência (que se refere à forma como os avós participam ou não na imposição de disciplina ao neto, seja na percepção dos próprios, seja na percepção dos netos, Triadó & Villar (2002)), não se encontram também diferenças mediante a frequência de contacto. A ausência de diferenças significa que a indulgência não é menor, no caso de o contacto ser mais frequente, e que a indulgência não é maior, no caso de contacto ser menos frequente. Embora esta falta de diferença, à primeira vista, possa parecer contra-intuitiva, pode significar que o papel dos avós não está ligado a questões de disciplina do neto, independentemente do número de vezes que se encontra com o neto, que pode ser também explicado pelo que foi discutido anteriormente acerca do papel mais ligado à história e à sapiência, podendo significar que os avós são percebidos, pelos netos, de uma forma mais estática neste aspecto e que os avós têm uma percepção de si próprios e do papel que desempenham que não varia mediante maior ou menos contacto. A explicação, neste último caso, poderá passar pela forma como há uma tendência de resposta politicamente correcta, já referida anteriormente, no caso em que um dos participantes se recusou a responder por ser um item negativo relativo ao neto. Se a resposta for dada nestes moldes, pode implicar que os avós respondam da forma como pensam que a relação deverá ser e não como uma percepção

derivativa da realidade da relação, pelo que verã a relação desejável e imutável, sem relação com outros factores que poderã influenciar a relação. Mesmo o papel instrumental (onde se poderia incluir o comportamento disciplinar) previsto por Kornhaber (1996) não implica o estabelecimento de normas ou de disciplina, mas antes um papel de mentor, bem como constituir-se como um exemplo, no sentido de fornecer um modelo em vários aspectos da vida. Naturalmente que este estudo, não tendo sido direccionado nesse sentido, não poderá afirmar que em situações como a coabitação de avós e de netos, seja ou não com os pais, ou mesmo o contacto diário decorrente da necessidade de cuidados do neto, não haja imposição de disciplina ao neto e que o neto não a percepcione como tal.

Durante a análise de dados, foi descoberta uma outra tendência na frequência de contacto entre avós e netos ao nível da Compreensão Mútua, dadas pelas Figuras 8 e 9.

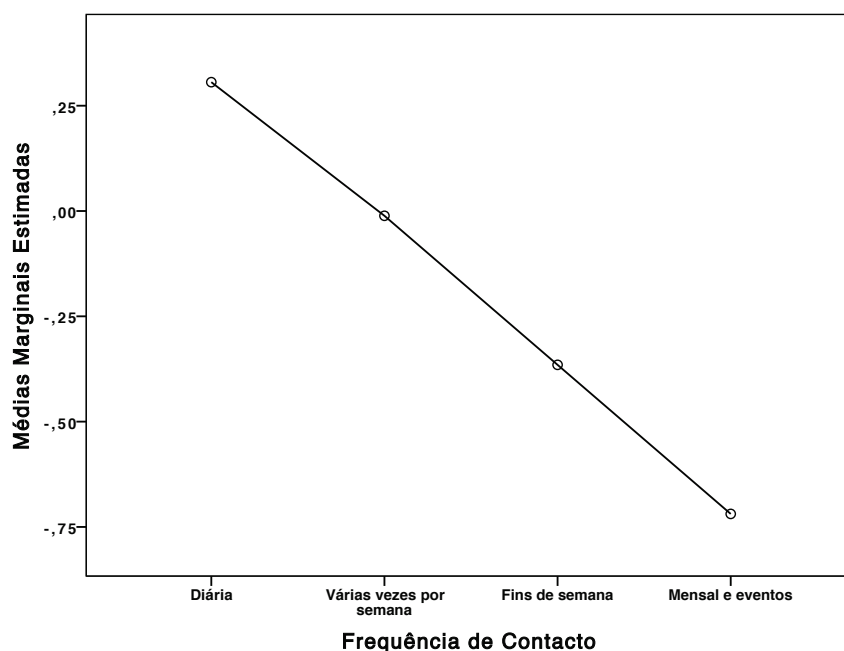


Figura 8 – Médias Marginais Estimadas Compreensão Mútua e Frequência de Contacto dos netos

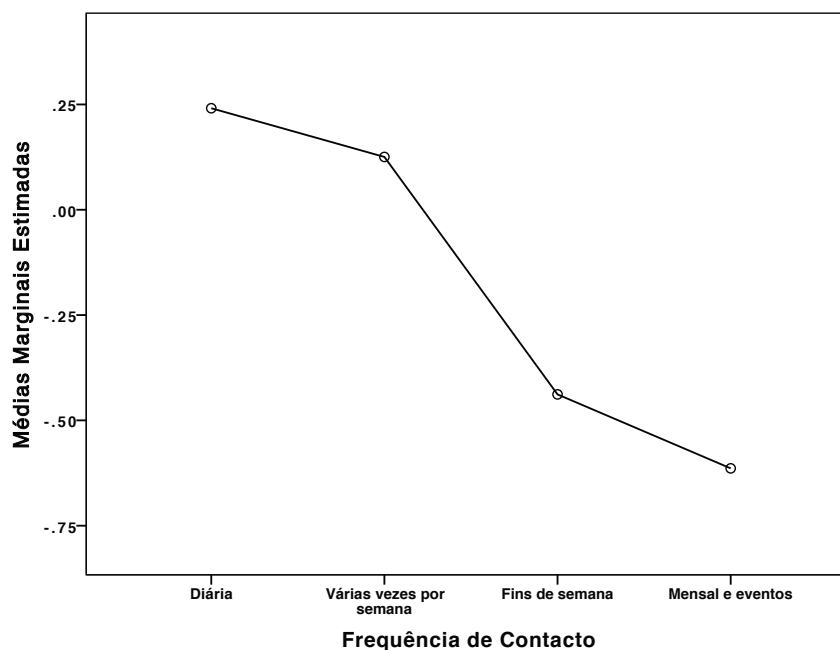


Figura 9 – Médias Marginais Estimadas da Compreensão Mútua e Frequência de Contacto dos avós

No caso dos netos, é evidente a aproximação a uma relação exponencial, que reforça que quanto maior a frequência de contacto, também maior será a Compreensão Mútua que o neto percebe na relação que mantém com o avô/avó e que quanto menor a frequência de contacto, também menor será a Compreensão Mútua.

No caso dos avós, permite uma distinção relativamente aos netos que mostra que avós e netos não vêem a questão da mesma forma. Os avós revelam diferenças significativas entre o grupo formado pela frequência diária e frequência várias vezes por semana e o grupo formado pela frequência aos fins de semana e frequência mensal e em outros eventos. Os dados referidos relativamente à mudança nos aspectos mais superficiais da relação explicam também o porquê das diferenças entre grupos, ajudando a traçar um limiar de diferenciação na Compreensão Mútua, o que permite compreender que a dimensão é diferente no caso de haver contacto diário e várias vezes por semana e no caso de haver contacto aos fins de semana e mensal. Estes dados mostram que a estabilidade da percepção da relação é diferente, no caso dos avós e no caso dos netos e podem ser explicados pelo que já foi discutido anteriormente: os avós, mais maduros, tenderão a perceber a continuidade na relação, agrupando frequências percebidas como similares, sendo um grupo de maior contacto (diária e várias vezes por semana) e outro mais ritualizado (fins de semana e mensal). A diferença dos netos, relativamente às frequências diária e várias vezes por semana, poderá ser explicada pela fase da adolescência em que se encontram, caracterizada por uma abertura muito maior ao mundo social que começa a ser experienciado. Esta fase é vivida com contactos muito próximos com os seus pares,

estabelecendo plataformas relacionais que vivem do contacto normalmente diário, por via do contexto escolar em que os adolescentes se encontram. Estando nesta fase, é possível que os adolescentes transportem a forma de viver as relações sociais exteriores à família para o âmbito da relação com os avós, tal como sugerido por Kemp (2005), que explica que é possível que a relação entre avós e netos seja uma relação “híbrida”, entre típica relação familiar e típica relação social extra-familiar, que levará a que a relação entre avós e netos seja orientada também pelos interesses comuns e não apenas pelos laços familiares existentes. A autora prevê esta possibilidade na vida adulta do neto, mas a existir, terá que ser um processo que poderá iniciar-se durante a adolescência, pelo que é aqui aplicável.

Por outro lado, não se pode colocar de parte possíveis diferentes interpretações de avós e de netos relativamente ao significado de “várias vezes por semana” (para os avós é possível que várias vezes por semana se aproxime mais da frequência diária, o que explicaria o agrupamento da frequência diária e da frequência várias vezes por semana) podendo daí resultar diferenças na forma como a relação é percebida em função da frequência de contacto.

6.2. Significados do Trabalho

Os significados de trabalho não apresentam diferenças relativamente à frequência de contacto que avós e netos mantêm entre si, durante a adolescência. Relativamente às dimensões avaliadas neste estudo, significará que não serão os avós quem tem uma influência decisiva na construção dos significados de trabalho dos netos. Caso existisse uma influência efectiva, seria de esperar que existissem diferenças entre as diversas frequências de contacto estudadas.

Apesar disso, como será visto mais à frente, o APIM indica a existência da influência dos avós nessa construção, ainda que relativa à dimensão Ligação ao Passado e que apenas explica 10% da variação da Realização Pessoal e da dimensão Económica do trabalho. O APIM será ainda discutido na sua globalidade.

6.3. Desenvolvimento Vocacional

Relativamente à frequência de contacto, tendo em conta o que foi discutido relativamente às actividades mantidas entre avós e netos, não deixa de ser de alguma forma surpreendente a não existência de diferenças, visto que os avós mantêm actividades formativas com os seus netos, que seriam actividades privilegiadas para uma influência “quase” directa sobre o seu desenvolvimento. Isto poderá indicar que os netos não percebem essa ajuda por parte dos avós como uma expressão de uma possível influência no seu desenvolvimento vocacional.

Há que ter em conta que o presente estudo não inclui variáveis relativas às dinâmicas familiares, pelo que não se pode afirmar que os avós não têm influência no desenvolvimento vocacional dos netos, como aliás defendem Young et al. (2001), afirmando ainda que se encontra enraizado nos processos familiares, não sendo, por isso, um projecto individual, mas antes um projecto familiar. Desta forma, é possível que haja influências diferentes da parte de avós maternos e paternos e é possível que suceda o mesmo com a frequência de contacto.

A não existência de diferenças a este nível está em concordância com o que já foi discutido relativamente a estas duas variáveis.

6.4. Auto-conceito Académico

Também no que diz respeito à frequência de contacto, não foram encontradas diferenças significativas, ou seja, o auto-conceito académico não varia segundo a forma como avós e netos estão em contacto.

A explicação da não existência de diferenças poderá vir da própria conceptualização de auto-conceito académico como uma das dimensões do auto-conceito geral. Isto poderá ser indicativo de que não há uma influência dos parâmetros da relação de avós e de netos neste âmbito (com todas as variáveis que se encontram associadas à linhagem e frequência), mas não se poderá dizer que não haja uma influência dos avós no auto-conceito académico (relativamente a outras variáveis estudadas) ou que não haja influência dos avós relativamente a outras dimensões do auto-conceito, como defende Simões (2001), ao referir que são importantes as informações veiculadas pelos significativos da esfera do adolescente.

Não foi feito o estudo relativo às actividades mantidas por avós e netos (algo que poderá ser feito no futuro), que poderia trazer mais alguma informação, visto que Chapman e Boersma (1991, cit. in Dyson, 2003) afirmam que a percepção do desempenho em tarefas escolares como a leitura, escrita, soletrar e matemática está incluída no auto-conceito académico. Como foi visto, as actividades entre avós e netos apresentam diferenças significativas precisamente ao nível das actividades formativas, que incluem as tarefas escolares.

7. Resultados relativos à convergência de Significados de Avós e de Netos

Este ponto pretende discutir os resultados relativos à convergência ou divergência de percepções de avós e netos, relativamente aos significados atribuídos à grã-parentalidade e aos significados atribuídos ao trabalho.

7.1. Significados da Grã-Parentalidade

No que diz respeito aos significados da grã-parentalidade, avós e netos não têm a mesma percepção nas dimensões avaliadas. Os netos percebem maior Compreensão Mútua e Indulgência do que os avós percebem, ao passo que os avós percebem-se como sendo uma Ligação ao Passado mais forte do que os netos os percebem. Neste âmbito, os estudos apontam a existência de diferenças nas percepções de avós e de netos, embora não se centrem nas mesmas variáveis. Os vários estudos de Triadó com vários colaboradores ajudam a explicar estes resultados.

O estudo de Triadó et al. (2006) é indicativo de diferenças entre avós e netos, mas no que se centra a percepção de cada uma das partes. Assim, os netos tendem a perceber a relação a partir de características de personalidade, motivação, aparência e afecto, entre outros, dos avós, em termos positivos e negativos, ao passo que os avós tendem a ter em conta aspectos que caracterizam a relação, como cuidados ao neto, afecto e compreensão, entre outros.

O estudo de Triadó et al. (2008) é indicador de diferenças na forma com as partes percebem a relação, mas apenas nos aspectos considerados mais superficiais da relação, nomeadamente o contacto, actividades e aspectos de apoio na relação, todas maiores na percepção dos netos. Os netos tendem ainda a perceber a relação como sendo mais activa (Harwood, 2001).

O estudo de Triadó et al. (2005) encontra algumas diferenças na relação, nomeadamente no que diz respeito ao papel de conselheiro (percebido pelos avós mas não pelos netos) e ao papel dos avós como mediadores na relação que os netos mantêm com os pais (percebido pelos netos). Os autores defendem ainda que os avós vêem a relação de forma mais intensa, no sentido de se verem como a parte que dá mais à relação. Além disso, foi ainda detectada uma tendência de diminuição, ao longo do desenvolvimento do neto, em dimensões de cuidados aos netos e na dimensão Indulgência.

Desta forma, a diferença existente na percepção de Indulgência por avós e netos poderá explicar-se pelo desenvolvimento dos netos. Os netos, possivelmente por não detectarem a evolução da relação tão facilmente como os avós, não se tornam conscientes de tais transformações, pelo que os avós reportam menor Indulgência do que os netos. Outra possível explicação para estes resultados passa pelo que poderá ser considerado socialmente correcto ou o que é desejável pelos pais, que será uma menor Indulgência com os netos. Assim, de forma a existir uma aproximação às expectativas sociais e dos pais, os avós poderão perceber uma menor Indulgência nos gestos e comportamentos que têm para com os netos, enquanto que os netos, não estando sob estes efeitos, tenderão a perceber maior Indulgência (eventualmente, mais aproximada da realidade) do que os avós.

A Compreensão Mútua poderá explicar-se pela evolução dos netos, da qual os avós

estarão mais cientes, pela sua própria experiência. Será mais fácil, para os avós, verificar as mudanças dos netos e encontrar características menos desejáveis na sua perspectiva (Triadó et al., 2006) que levam a que não exista o mesmo sentido de compreensão. Nos netos, é possível que os avós se mantenham “na mesma”, o que permite que mantenham os mesmos níveis de confiança. Uma vez mais são necessárias algumas cautelas na interpretação destes dados: os participantes da amostra são todos adolescentes, mas a maior parte está ainda no início da adolescência, pelo que é possível que à medida que os adolescentes evoluam e comecem a ter uma imagem dos avós mais aproximada da realidade (Battitelli & Farneti, 1991) e que possam evoluir também para uma menor Compreensão Mútua percebida, eventualmente equiparando-se aos avós.

No que diz respeito à Ligação ao Passado, há que ter em conta que ainda os netos se estão a aproximar da percepção mais aproximada da realidade (Battitelli & Farneti, 1991), que naturalmente é muito influenciada pela forma como os elementos significativos percebem o mundo, pelo que é possível que a percepção de que os avós são um legado vivo da sua família e representantes da História familiar esteja ainda a evoluir, levando a que os avós tenham uma maior percepção deste papel específico. Poderá ser também explicado por uma maior importância que os próprios avós dão a esta vertente e que os netos poderão ainda não compreender e valorizar totalmente. O facto de os netos atribuírem esta função aos avós (Osuna, 2006; Van Ranst et al., 1995) pode ser indicativo do reconhecimento da existência de um desnível, que ajuda a explicar estas diferenças.

Esta incongruência aqui patente é algo que Robertson (1976) prevê, relativamente aos netos adultos, que percebem os avós como não estando desactualizados ao ponto de não poderem ajudar e ao mesmo tempo percebendo-os como figuras significativas. Embora seja na idade adulta, a adolescência constitui-se como uma fase de desenvolvimento e de preparação para a fase adulta, pelo que poderá iniciar nesta altura essa divergência, tornando-se patente nos significados dados à grã-parentalidade. Por outro lado, segundo Glass et al. (1986), há tendência para que a convergência entre avós e netos se dê à medida que o neto se desenvolve até à idade adulta, obtendo estatuto social equivalente aos avós. Nesta matriz, a ausência de convergência significará que os netos ainda se encontram neste processo evolutivo e que ainda não atingiram esse estatuto. Esta explicação é válida também para a convergência dos significados do trabalho.

Deste estudo parece emergir que o principal papel de ser avô/avó é transmitir o legado de generatividade às gerações vindouras, que fazem parte do património identitário de cultura, de rituais, de símbolos e de valores familiares que os netos necessitam de se impregnar para posteriormente os apreciarem e perpetuarem. É a passagem da sabedoria feita de experiência e de histórias vividas que constituem a história e a identidade de uma família. Este legado, tendencialmente transmitido pelos avós, torna-os referentes estruturantes da família, apelando à referência de valores e sendo figuras agregadoras das famílias nucleares dos seus filhos. A passagem deste legado é de suma importância. Os

avós assumem a sua transmissão visto que se encontram na fase Estagnação vs. Generatividade de Erikson (1971, 1976), que corresponde a uma fase de maior descompressão a nível profissional, libertando-os para as tarefas generativas também previstas por Scabini e Cigoli (2000) e Cigoli e Scabini (2006), permitindo que os pais se concentrem mais em dimensões instrumentais de sobrevivência.

7.2. Significados do Trabalho

Quanto aos Significados atribuídos ao Trabalho, apenas não se verificam diferenças na dimensão Realização Pessoal; ou seja, avós e netos coincidem em reconhecer que o trabalho é um meio importante de realização pessoal. No entanto, os netos percebem o trabalho de forma mais negativa do que os avós (média maior na dimensão Negativa e menor na dimensão Positiva) e atribuem-lhe uma dimensão mais económico e instrumental ao trabalho do que os avós.

A inexistência de diferenças no que se refere às diferenças na Realização Pessoal dos significados do trabalho poderá ser explicada eventualmente pelos discursos veiculados na relação avós e netos salientando a importância da preparação da atividade profissional pelo investimento na formação, tendo em conta a conjuntura histórica e social das sociedades ocidentais, onde o trabalho se torna cada vez mais escasso, sendo por isso um factor decisivo para a realização pessoal, num contexto de precarização do trabalho ou mesmo de desemprego estrutural (Gonçalves & Coimbra, 2014).

As diferenças existentes nas restantes dimensões poderão advir do ponto em que avós e netos se encontram nas suas vidas. Os avós, no caso de estarem reformados, poderão ter diminuído, desde logo, a associação do trabalho à questão económica e tendo uma visão de terem já cumprido a sua “missão” a nível laboral, poderão ter mais em conta o que ocorreu de positivo do que de negativo, levando a que tenham uma visão mais positiva e não tão relacionada com o aspecto económico. Os avós que ainda não estejam reformados estarão mais próximos do final do seu percurso laboral e terão já dado vários passos no sentido de ir resolvendo os vários problemas financeiros que possam ter surgido (e.g., já não sustentarão os próprios filhos e, muitas vezes, no caso de terem efectuado compra da casa, esta poderá já estar totalmente paga), ao passo que os netos estão prestes a entrar numa faixa etária que está associada a grandes problemas para a entrada no mercado de trabalho. A hierarquização das dimensões, discutida anteriormente, ajuda nesta explicação, visto que os netos colocam precisamente a dimensão Económica em 2º lugar (depois da Realização Pessoal), o que significa que é uma preocupação dos adolescentes, enquadrada no mundo actual. Isto explica o porquê de verem o trabalho mais associado à questão económica e a visão menos positiva do trabalho em si.

8. Resultados relativos ao *Actor-Partner Interdependence Model*

A análise a este modelo implica uma visão de um efeito de um *partner* na relação entre duas variáveis. Neste caso, o efeito dos avós nas variáveis abordadas nos netos, que no caso de existir, implica um efeito relacional por significar que a resposta do sujeito depende de alguma característica desse *partner*. A análise de casal é aquela que se aproxima mais das díades de avós e de netos, em que se espera actor e *partner* sejam afectados pelas variáveis estudadas/analizadas (Kenny et al., 2006). A análise feita neste estudo foi no sentido de verificar de que forma as dimensões percebidas na relação (Compreensão Mútua, Ligação ao Passado e Indulgência) por cada um dos elementos da díade tem esse elemento relacional, mas com efeitos apenas no neto. Isto é, o objetivo principal deste trabalho, foi verificar eventuais efeitos relacionais nas dimensões da relação diádica entre avós e netos em *outputs* do desenvolvimento do neto, especificamente, no Desenvolvimento Vocacional, Significados Atribuídos ao Trabalho e Auto-conceito Académico.

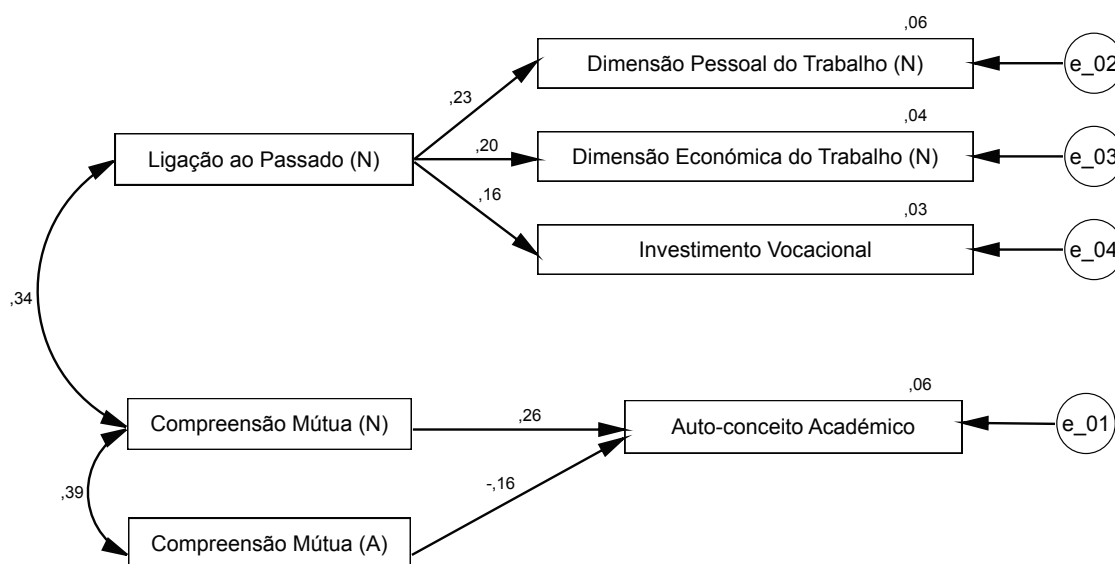


Figura 12 – Modelo final

A um nível global, o modelo final, representado na Figura 12 acima não apresenta valores considerados muito significativos. Ao nível das correlações existentes, as mais elevadas são de $.39$ e $.34$ sendo que se referem às próprias dimensões que fazem parte do mesmo instrumento, nos casos da Ligação ao Passado (N) e da Compreensão Mútua (N) e se referem a duas dimensões em que, conforme foi verificado, há diferenças estatisticamente significativas (maior nos netos), que confirmam a existência de um efeito dos avós sobre os netos, mas não muito acentuado (indica-o o valor da correlação e o facto de haver diferenças significativas entre as duas dimensões; a não existência de diferenças

seria indicador de uma relação mais próxima entre as duas variáveis). Os restantes valores de correlação, entre as mesmas variáveis e as variáveis-efeito (dimensões Pessoal e Económica do trabalho, Investimento Vocacional e Auto-conceito Académico), variam entre .26 e -.16, valores ainda mais baixos. São valores indicativos de uma relação entre as variáveis, mas não muito significativos. Aliás, mesmo os valores de variância explicada em cada uma das variáveis-efeito são baixos, variando entre 3% e 6%.

Apenas na dimensão relacional da Compreensão Mútua existe um efeito significativo: a Compreensão Mútua (Avós) e a Compreensão Mútua (Netos) têm efeitos sobre a variável Auto-conceito Académico do neto. Curiosamente, a correlação da Compreensão Mútua (A) é negativa (-.16), o que significa que quanto menor for a percepção de Compreensão Mútua dos avós, maior será o Auto-conceito Académico dos netos. A Compreensão Mútua (N) tem um valor de correlação de .26.

Avós e netos percebem de forma diferente a relação ao longo da adolescência. Como foi referido anteriormente, a relação avós-netos transforma-se na adolescência, levando a que os avós, por vezes, sintam que a relação diminuiu em determinados parâmetros, mesmo que o processo de transformação faça parte do desenvolvimento de identidade do neto. Do ponto de vista dos netos tudo poderá manter-se na mesma (Creasey & Kaliher, 1994; Crosnoe & Elder Jr., 2002; Triadó et al., 2008). Na adolescência, incontornavelmente, há o processo de autonomização dos netos já abordado, que implica a reconstrução de vínculos emocionais com os significativos ou figuras de vinculação (neste caso os avós), implica a assumpção progressiva de várias tarefas de desenvolvimento e implica a afirmação da identidade pessoal que se concretiza em várias dimensões, como o Auto-conceito em geral e o Académico, em particular, alvo deste estudo. Por isso, os netos adolescentes, ao afirmarem-se, progressivamente, na sua autonomia, mantêm a percepção de Compreensão Mútua com os seus significativos (mas atribuindo-lhes significados diferentes). Contudo, os avós, ao sentirem que os seus netos são mais autónomos e menos dependentes, por se abrirem a novas relações sobretudo com os amigos e com o grupo de pares, interpretam este processo de desvinculação como uma diminuição da relação, especificamente na dimensão da Compreensão Mútua (Soares & Campos, 1988). Desta forma, a autonomia associada à Compreensão Mútua (N), no caso de aumentar, tem associada a diminuição da Compreensão Mútua (A), cujo efeito combinado é o aumento do Auto-conceito Académico. Apesar disto, repare-se que apenas explica 6% da variação do Auto-conceito Académico, que significa a existência de uma influência da relação com os avós que não será, de todo, a mais importante, sublinhado pelo que Kenny et al. (2006) afirmam relativamente a este modelo: quando mais importante for o *partner* para o actor, consciente ou inconscientemente, mais o actor será afectado pelas características do *partner*.

No que diz respeito à Ligação ao Passado, não existe o efeito relacional *actor-partner*. Contudo, neste caso, visto que o Ligação ao Passado é inerente ao conceito

de se ser avô/avó, o efeito, ainda que não quantificável, existe na forma como os netos percebem essa ligação dos avós. Dito de outra forma, enquanto que a Compreensão Mútua, conforme foi visto, pode ser percebida de formas diferentes, a Ligação ao Passado é um papel atribuído aos avós, pelo que esta vertente estará sempre presente. Portanto, mesmo que a Ligação ao Passado percebida pelos avós não surja como uma das variáveis com uma relação estatisticamente significativa, o facto de esta dimensão percebida pelos netos estar ligada às dimensões Realização Pessoal e Económica do trabalho e ainda ao Investimento Vocacional é indicativo de influência por parte dos avós.

Assim, constata-se tenuemente que a percepção na dimensão da Ligação ao Passado por parte dos netos se encontra relacionada com dimensões do seu desenvolvimento, como o Desenvolvimento Vocacional e os Significados atribuídos ao Trabalho. No que se refere aos Significados Atribuídos ao Trabalho, existe uma correlação de .23 com a dimensão da Realização Pessoal, de .20 com a dimensão Económica do trabalho; no Desenvolvimento Vocacional regista-se um valor correlacional de .16 na dimensão do Investimento Vocacional, explicando respetivamente, 6%, 4% e 3% da variância. Tendo em conta que a Ligação ao Passado se refere ao papel importante e decisivo de os avós de se instituírem como referências históricas da cultura e das histórias da identidade familiar e como transmissores actuais deste legado familiar, parece ter algum efeito, embora ténue como sinalizam os resultados, nas trajetórias futuras dos netos, nomeadamente no que se refere ao Investimento Vocacional e ao trabalho como Realização Pessoal e Dimensão Económica.

Em suma, as questões de investigação encontram algumas respostas. Relativamente à questão de investigação I⁴⁵, não há influência de todas as dimensões relativas aos Significados da Grã-Parentalidade em todas as dimensões pertencentes às variáveis de desenvolvimento, mas encontraram-se relações no que diz respeito à dimensão Compreensão Mútua sobre o Auto-conceito Académico. Em mais nenhuma das dimensões foi encontrado um efeito *actor-partner*, embora se tenham encontrado relações entre a Ligação ao Passado (N) e as dimensões Pessoal e Económica do trabalho e ainda com o Investimento Vocacional.

No que diz respeito questão de investigação II⁴⁶, visto que a literatura prevê, na sua maioria, a influência da frequência de contacto em diversas variáveis da relação entre avós e netos, seria de esperar que a frequência de contacto tivesse algum efeito nos significados da grã-parentalidade. Os resultados são parcialmente afirmativos, visto que apenas na Compreensão Mútua é que existem diferenças, tanto no caso dos netos como no caso dos avós, embora os dados suportem “diferenças diversas”.

⁴⁵Haverá influência das percepções nas relações diádicas avós e netos em cada uma das dimensões da construção de significados de trabalho, nas dimensões do desenvolvimento vocacional e no auto-conceito académico?

⁴⁶Haverá influência da frequência de contacto nas dimensões da grã-parentalidade?

A questão de investigação III⁴⁷, relativa à influência dos avós sobre os significados de trabalho dos netos, tem uma resposta parcialmente afirmativa, visto que varia com o género dos netos no caso das dimensões Realização Pessoal e Negativa e varia com o género dos avós, no caso das dimensões Realização Pessoal e Económica. Varia também na dimensão Económica do neto, conforme o género dos avós escolhidos. A linhagem e a frequência de contacto não têm diferenças a este nível. Do APIM, verifica-se que apenas os significados do trabalho do próprio neto surgem a influenciar alguns dos seus *outputs* desenvolvimentais.

A questão de investigação IV⁴⁸, não encontra resposta afirmativa no caso da relação com a frequência de contacto e com a linhagem, embora se encontrem diferenças relativas ao género e apenas em relação à dimensão Difusão.

Por fim, relativamente à questão de investigação V⁴⁹, compreende-se o efeito existente a partir do APIM esquematizado, numa vertente *actor-partner*, algo que se contava encontrar num maior número de variáveis. Portanto, há influência dos avós na construção do auto-conceito académico, embora não existam relações com mais nenhuma das variáveis estudadas.

⁴⁷Haverá influência na construção de significados de trabalho dos netos mediante o género, linhagem e frequência de contacto mantida com o/a avô/avó que o neto considera mais próximo(a)?

⁴⁸Haverá influência dos avós no desenvolvimento vocacional dos netos?

⁴⁹Haverá influência dos avós na construção do auto-conceito académico dos netos?

Capítulo VI

Conclusões

Ao longo deste estudo, os avós revelaram ser referências históricas significativas na vida da família e que o seu contacto e convivência, cada vez mais frequente no dia a dia das suas famílias, tem efeitos nas suas dinâmicas, especificamente, no desenvolvimento dos netos. As formas como essa influência se estende são múltiplas e em número impossível de concretizar.

Este estudo teve como objectivos conhecer a forma como a relação entre avós e netos influencia algumas das variáveis de desenvolvimento do neto adolescente, nomeadamente a construção de Significados de Trabalho, o Desenvolvimento Vocacional e o Auto-conceito Académico. Neste capítulo apresentam-se algumas considerações finais acerca do trabalho realizado, fazendo uma síntese geral dos principais contributos que se retiram deste estudo para o estado da arte no domínio em análise. São ainda abordadas as limitações inerentes ao trabalho desenvolvido, a ter em conta em futuros trabalhos e retiram-se possíveis implicações para a intervenção psicológica para que os avós sejam cada vez mais protagonistas intencionais no desenvolvimento das gerações mais novas, concretamente dos seus netos.

1. Principais contributos deste trabalho

No sentido de obter formas de mensurar as variáveis relativas aos Significados da Grã-Parentalidade, foi adaptada a Escala de Significados da Grã-Parentalidade, nas suas duas versões (para avós e para netos), constituindo-se como um dos objectivos específicos.

As adaptações das duas versões da ESGP (avós e netos), com as respectivas análises factoriais exploratórias e análise factoriais confirmatórias, confirmaram a consistência do modelo subjacente à construção das duas escalas originais, embora não exista uma sobreposição total das dimensões existentes nos instrumentos originais. No geral, as duas versões do instrumento apresentam qualidades psicométricas consideradas aceitáveis, com valores de consistência interna com alfas de Cronbach igual ou superior a .60, considerado o valor mínimo aceitável (Pestana & Gageiro, 2005) e com uma percentagem de variância explicada superior às escalas originais. As pequenas diferenças verificadas entre o instrumento espanhol e o instrumento português poderão justificar-se pela singularidade e cultura de cada contexto. Neste sentido, é importante continuar a desenvolver o trabalho de adaptação dos dois instrumentos, através da construção de novos itens adequados ao contexto português, de forma a obter um instrumento o mais adaptado possível aos significados que avós e netos portugueses atribuem à relação aumentando as suas qualidades psicométricas. Assim, este trabalho de adaptação das duas versões da ESGP à realidade portuguesa é mais um contributo para a investigação em Portugal para avaliar as relações da díade avós-netos, numa temática com grande relevância social.

Um dos objetivos estruturantes desta investigação era compreender como a relação entre avós e netos tem impacto no desenvolvimento dos últimos. Tendo em conta que a relação entre avós e netos tem assumido uma enorme relevância social na conjuntura atual das sociedades ocidentais contemporâneas, este estudo surge como mais um modesto contributo para a compreensão desta realidade. Os avós são-no até cada vez mais tarde, o que permite que a relação se mantenha com os netos durante mais tempo e que os netos tenham maior contacto com os avós. Este contacto é ainda exponenciado pela forma como os avós são, cada vez mais, um apoio importante aos pais (nos casos em que ambos trabalham, o que constitui uma grande fatia das famílias portuguesas) desde o nascimento, que se traduz em cuidados substitutos ao longo do dia, em actividades substitutas – como o acompanhamento nos trabalhos de casa – e em apoio logístico – como refeições e transporte de e para a escola. Significa que os avós têm uma influência crescente, assumindo-se como figuras de vinculação com um papel cada vez mais relevante e significativo no desenvolvimento dos netos, sendo colaboradores activos com as primeiras figuras de vinculação. Outros objetivos passavam pela verificação das relações previstas na literatura, nomeadamente relativas ao género, linhagem, frequência de contacto e relativas a outras variáveis macrossistémicas.

Dos resultados que emergem nas dimensões relacionadas com a grã-parentalidade, salientam-se as diferenças registadas no caso da Indulgência, que é mais percebida pelas netas do que pelos netos e no caso da Compreensão Mútua, mais percebida pelos avós no caso de a díade ser composta com uma neta do que com um neto. Estas diferenças podem estar ligadas às questões de educação e de cultura, visto que se mantêm diferenças educativas entre géneros. As referidas diferenças são normalmente transmitidas por uma cultura em que atribui os valores ligados às competências relacionais ao género feminino e as instrumentais ao género masculino, explicando-se assim porque as netas reportem uma maior Indulgência. Outra questão associada é não ser tido como “correcto” reconhecer que com cada neto se mantém uma relação diferente e que a avaliação afectiva dessas relações também poderá ser diferente, explicando assim porque as netas reportem uma maior Indulgência, mas que os avós não reportem essa diferença relativamente às netas.

A questão da educação surge ainda associada às actividades formativas. Constatase que o género dos avós e dos netos apenas surge associado às actividades formativas, em que são as avós e apoiar mais e são as netas as mais apoiadas. Estes resultados continuam a confirmar, histórica e socialmente, que o papel da mulher está ligado aos cuidados dos vários elementos da família e sublinham a forma como estes mesmos valores continuam a ser transmitidos aos elementos familiares mais jovens, diferenciando-os em função do género.

A doença, neste estudo, não se encontra associada à frequência de contacto. A maior parte da literatura prevê que o estatuto de menor saúde signifique uma menor proximidade, que se poderá traduzir num menor contacto entre avós e netos. Como foi explicado, tal poderá dever-se a uma sociedade que tende a ser mais inclusiva, levando a que os netos não

evitem esse contacto. Ao mesmo tempo, levanta-se a questão da idade, visto que apesar de os participantes serem adolescentes, as idades iniciais e finais são muito díspares para esta janela temporal específica (12-16 anos) e podem apresentar diferenças apreciáveis no que diz respeito à autonomia do adolescente, que permitiria ser o próprio a controlar a frequência de contacto com os avós. Visto que os participantes são maioritariamente adolescentes mais jovens, é possível que o efeito presente neste estudo esteja disfarçado pela falta de autonomia ainda a ser conquistada por estes adolescentes.

A frequência de contacto, uma variável muito estudada, encontra algumas diferenças e *nuances* a explorar em futuros trabalhos. Há indícios de que uma maior ou menor frequência de contacto poderá ser percebida de forma diferente nos dois géneros, algo patente no padrão de contacto das avós e dos avôs. O facto de as avós tenderem a manter mais contacto diário e contacto ao fim de semana e os avôs manterem mais contacto semanal e contacto mensal, pode ser interpretado como uma indicação de que, para as avós, um contacto mais próximo se traduz em contacto diário e que um contacto ao fim de semana já é menor, enquanto que, para os avôs, um contacto mais próximo será várias vezes por semana e menos próximo será mensal. A ter em conta que há uma passagem abrupta nas hipóteses temporais a escolher aos quais se ancoraram as respostas relativas à frequência de contacto, passando nomeadamente de contactos ao fim de semana para contacto mensal, que não abrange outros intervalos de tempo de contacto e que poderia ajudar a compreender se este padrão existe ou não. Será também outra questão a prosseguir em trabalhos futuros.

A frequência de contacto surge ainda associada à dimensão Compreensão Mútua dos Significados da Grã-Parentalidade, tanto para os avós como para os netos. Neste caso, conclui-se que avós e netos têm necessidades diferentes para estabelecer uma relação de confiança, decorrentes da experiência e maturidade de diferentes fases da vida em que cada um se encontra. Assim, os netos adolescentes ainda em processo de construção da identidade e autonomização/independência e de aprendizagem relacional necessitam de uma maior frequência de contacto para sentirem compreensão mútua na relação, ao passo que os avós precisam de manter o contacto, mas não em intervalos tão breves como os dos seus netos, que poderá significar que os avós têm uma maturidade relacional que permite que o tempo não seja visto como um factor (tão) chave. Este foi um dos pontos em que o presente trabalho não obteve resultados alinhados com grande parte da literatura, que prevê uma quebra da frequência de contacto em virtude da busca de autonomia dos adolescentes e da menor dependência dos seus pais, resultando em algum descontentamento por parte dos avós e que poderá estar ligado aos moldes da própria relação: será a relação entre avós e netos uma relação de características eminentemente familiar ou será uma relação de características eminentemente sociais (em que as partes buscam a proximidade a partir de interesses mútuos) ou será ainda uma relação híbrida, com características de uma e de outra? É uma questão a desenvolver em estudos futuros.

Conforme foi visto, a literatura tem tendência para associar uma maior proximidade entre os netos e os avós do género feminino e de linhagem materna, embora com dados inconsistentes e formas diferenciadas de interpretação dos mesmos, como se pode verificar na parte da revisão da literatura. Neste trabalho, o pedido de escolha de um dos avós não revelou nenhuma destas tendências: os netos fazem as suas escolhas do avô/avó preferidos sem haver diferenciação do género e da linhagem. Portanto, em geral este trabalho não encontrou as relações que são apresentadas, na literatura, com as relações consideradas mais consensuais. Apesar disso, uma parte da literatura demarca-se destes resultados, dando apoio aos resultados obtidos neste projecto de investigação. Não se constata a tendência para que as avós maternas ou pelo menos as avós sejam mais próximas dos netos, nem que seja a linhagem materna a mais próxima. Uma ressalva deve ser feita a este respeito: foi pedido aos adolescentes que escolhessem um avô ou uma avó com quem mantivessem o mesmo contacto, o que não é garantia de que seja escolhido/a o/a avô/avó com quem mantenham maior proximidade. Além disso há casos em que os adolescentes participantes apenas tinham um dos avós vivos, pelo que não existiu uma escolha efectiva nesses casos.

A pergunta que fica, relativamente a estas variáveis, é o porquê da disparidade de resultados e de interpretações dos mesmos. A realidade familiar, como uma realidade rica e complexa, permite uma vasta gama de configurações e de combinação de factores, levando a que cada família seja diferente de todas as outras famílias. Significa que o que é importante para o funcionamento de uma família, poderá não ser tão importante ou importante de todo para outra família, o que ajuda a explicar essa disparidade. Naturalmente que as diversas metodologias aplicadas nos diferentes estudos, bem como a interpretação da realidade familiar por parte dos investigadores, dependem de cada matriz interpretativa, de onde resultam múltiplas leituras e interpretações. Daqui, conclui-se que estas variáveis deverão ser enquadradas e estudadas tendo em conta as dinâmicas relacionais e tendo em conta a forma como as próprias variáveis interferem umas nas outras. Não é possível afirmar que há variáveis mais importantes do que outras ou que a relação não será a mesma na presença ou na ausência de determinada variável, mas a forma como a família se vê e se “interpreta” permite que o investigador compreenda o lugar das variáveis estudadas e a forma como a família a vivencia. Veja-se o exemplo da frequência de contacto: a literatura não encontra consenso na forma como esta variável se torna mais ou menos importante na relação porque outras variáveis que lhe estão associadas e associadas à dinâmica da relação têm que ser consideradas, antes de tomar como uma variável determinante para uma relação mais ou menos próxima. Ainda neste exemplo, no caso de existir uma grande distância entre avós e netos, não se poderá concluir de imediato que a relação será menos próxima (embora se possa ter em conta que essa probabilidade aumenta), mas ter-se-á que ter em conta a existência de tentativas por parte dos elementos familiares ou de meios para que essa relação seja o mais próxima possível. Hoje em dia, com todas as novas tecnologias no domínio da comunicação, a facilidade em comunicar

tem aumentado, mas conforme a literatura indica, não é sinónimo da existência de relações à distância em que haja comunicação e proximidade. Dependerá, uma vez mais, da própria dinâmica relacional, que não pode ser acedida no caso de serem estudadas variáveis de forma segmentada.

A comparação entre avós e netos dos significados que atribuem à Grã-Parentalidade revela que avós e netos têm formas diferentes de ver a relação, o que não é de todo surpreendente, visto que são duas gerações distintas que vivem fases das suas vidas muito diferentes. Será um outro ponto a aprofundar em estudos futuros, no sentido de compreender mais especificamente as divergências das visões das duas partes, bem como das concordâncias.

Relativamente aos Significados do Trabalho, existe uma associação com o género dos avós escolhidos pelos netos, de onde se conclui que os netos que mantêm maior contacto com as avós apresentam maior pontuação na dimensão Económica do trabalho. Esta é a única variável em que se encontram diferenças associadas a uma maior proximidade ao género feminino, ainda que não tenha sido anteriormente abordada em outros trabalhos e implica uma transmissão económica do trabalho maior por parte das avós. Esta questão terá ainda que ser explorada, visto que de acordo com os resultados obtidos nos significados relativos ao trabalho, os avós dão um maior sentido económico ao trabalho, pelo que faria sentido essa transmissão por parte dos avós e não das avós. Os resultados relativos à comparação dos Significados do Trabalho entre avós e netos, que apontam diferenças no sentido de os netos verem o trabalho numa vertente mais económica e mais negativa, vendo os avós como mais positiva, levantam ainda a questão de se e/ou de que forma é que os avós transmitem significados de trabalho, visto que seria de esperar que havendo transmissão de significados, houvesse uma maior concordância nas variáveis.

No que se refere às dimensões dos Significados do Trabalho, verificou-se que a Realização Pessoal no trabalho foi a dimensão mais valorizada pelos adolescentes da amostra deste estudo. Parece para que o trabalho é percebido pelos adolescentes como uma garantia de realização pessoal, familiar e social reforçada, aliás, pela valorização feita pelos avós, que também colocam esta dimensão em primeiro lugar. A importância de uma valorização do trabalho não apenas como tradução da possibilidade de aquisição de bens materiais, mas antes como uma projecção no futuro encontra eco, neste estudo, bem como permite ter em conta que poderá ser a própria família (seja directamente pelos avós ou seja transmitido pelos pais o que, por sua vez, terá sido transmitido pelos próprios pais) a ajudar à valorização do trabalho como projecto pessoal.

Também a vertente económica do trabalho emerge como relevante, ao surgir como a segunda dimensão mais importante por parte dos adolescentes. Este resultado poderá ser explicado como indicador da consciência que os adolescentes nestas idades já têm da forma como o mundo adulto funciona e a forma como o trabalho se torna um instrumento essencial

no sentido da sobrevivência e da dignidade da pessoa. No caso dos avós, esta vertente não é tão central, devendo-se à fase da vida em que se encontram e à construção da sua vida já bastante mais adiantada, pelo que os projectos pessoais estarão já realizados e a exigência económica, com a saída dos próprios filhos de casa, por isso não é uma dimensão tão relevada como nos netos.

Em suma, os jovens conciliam uma vertente de projecto pessoal e de instrumentalização do trabalho, mostrando que vão para além da capacidade de aquisição e acumulação de bens materiais, mas ao mesmo tempo demonstrando o pragmatismo de quem reconhece a importância dessa componente instrumental do trabalho na sobrevivência do dia-a-dia e para a realização dos projectos pessoais, familiares e sociais.

Tanto o Desenvolvimento Vocacional como o Auto-conceito Académico não revelaram ter qualquer relação com o género e linhagem dos avós escolhidos pelos netos, bem como com a frequência de contacto, de onde se conclui que estas duas variáveis não sofrem qualquer variação, nos netos, conforme a evolução dos parâmetros da relação com os avós.

O Modelo APIM apresenta potencialidades para o aprofundamento do estudo diádico (e não só) das dimensões associadas à relação entre avós e netos. Embora no presente estudo não tenham sido encontrados valores de correlação considerados aceitáveis entre as variáveis, visto tratar-se de um trabalho pioneiro neste domínio e por isso meramente exploratório, poderão constituir-se como indicadores a ter em conta em futuras investigações a desenvolver no sentido de aprofundar estes efeitos. Dos efeitos *actor-partner* sobre dimensões de desenvolvimento do neto que se esperavam encontrar, apenas o da dimensão Compreensão Mútua sobre o Auto-conceito Académico foi encontrado. Foram encontradas outras relações, sempre relativas à forma como os significados que o neto dá à grã-parentalidade influenciam as suas dimensões de desenvolvimento.

Sendo o principal foco deste estudo eminentemente exploratório, limitando-se a um modesto contributo para compreender de que forma as relações, cada vez mais frequentes da díade avós-netos, têm efeitos em várias áreas do desenvolvimento dos netos – numa etapa inicial da adolescência –, especificamente no desenvolvimento vocacional, significados atribuídos ao trabalho e autoconceito académico, o confronto com resultados tão modestos desafia-nos a uma reflexão sobre os mesmos, na tentativa de justificá-los para repensar formas alternativas de aproximação ao problema em análise, uma vez que se trata de um domínio de forte relevância social e existe pouca investigação sobre os impactos desenvolvimentistas destas relações diádicas nos *outputs* desenvolvimentistas dos netos. Terão os avós, no muito tempo que passam com os netos, alguma influência nas várias áreas do seu desenvolvimento, nomeadamente na construção de projetos vocacionais, trabalho e

auto-conceito académico? Como não existem estudos desenvolvidos neste domínio e face a estes resultados, os avós parecem continuar a ser percebidos pelos adolescentes como as suas figuras de guarda, após as actividades lectivas, enquanto os pais não regressam do trabalho, tendo um papel de influência directa pouco relevante e pouco intencional nas várias áreas do desenvolvimento dos adolescentes/netos. No entanto, a influência indirecta estará sempre presente, através da transmissão prévia aos pais dos adolescentes.

Desde a década de 90 do século passado, surgiu uma panóplia alargada de estudos investigação para compreender a influência da família, especificamente dos pais, no desenvolvimento vocacional dos seus filhos que confirmaram a relevância dos contextos familiares na configuração de expectativas vocacionais das gerações mais novas, estando significativamente dependentes da qualidade do apoio disponibilizado ou não pelos significativos (Fernandes & Gonçalves, 2012b; Gonçalves, 2008; Gonçalves & Coimbra, 1995; Prata et al., 2013; Young, 1994; Young et al., 2003; Young & Friesen, 1992; Young et al., 1994, 1997). Os pais apoiantes que oferecem múltiplas oportunidades de exploração vocacional aos seus filhos, permitindo-lhes espaço para assumirem as suas decisões, quer seja em relação à escolha profissional quer em relação ao projeto de formação, facilitarão o desenvolvimento vocacional dos adolescentes e a construção de expectativas realistas de investimento num curso. Nestes contextos familiares, os pais sentem que têm um papel significativo no desenvolvimento vocacional dos seus filhos e não querem abdicar deste direito, antes pretendem assumi-lo com maior intencionalidade, não aceitando serem substituídos por outros, como a escola ou o grupo de pares. Os filhos percebem como positivo esse apoio e recorrem a ele. Por isso, mobilizam-se realizando atividades diversas como a visita a contextos de formação, o recurso à ajuda de profissionais qualificados, conversas sobre a conveniência e limitações de realizar um curso do ensino secundário e/ou superior e fazendo exploração de informação em suporte escrito ou informático sobre as profissões e saídas profissionais (Gonçalves & Coimbra, 2007; Palmer & Cochran, 1988).

Face à extensão da investigação sustentada da influência da família, especificamente dos pais, no desenvolvimento vocacional dos adolescentes pretendeu-se compreender, face à ausência de estudos nacionais e internacionais, se os avós teriam também este impacto assumido e percebido nos projetos vocacionais dos seus netos, tendo em conta que cada vez mais os netos passam parte do seu tempo livre com os avós e que esta convivência intergeracional é cada vez mais comum nas sociedades ocidentais pela aumento da esperança de vida. Decorre daí a realização deste estudo, visto que a literatura existente proporciona poucos elementos acerca deste interesse de investigação.

A investigação também vai sinalizando que um dos momentos de maior plenitude para os avós que atingiram o apogeu da vida profissional e que possivelmente vivenciaram o vazio da saída dos filhos de casa é o nascimento dos netos, porque sentem que nos netos a história e a cultura da família continua e tem marcas de generatividade e de eternidade (Cigoli & Scabini, 2006; Scabini & Cigoli, 2000). Por isso gostam também de desfrutar

dos netos e dar parte do tempo que dispõem para estar e partilhar afectos, num misto de recordações, ensinamentos e contos de fadas, para que sonhem com a vida e possam captar o seu essencial, conferindo-lhes sentido e sabedoria. Esta disponibilidade de tempo deles próprios para se dedicarem aos netos é frequentemente bem aproveitada pelos filhos pelas exigências actuais da vida profissional, tendo em conta que na maioria dos casos o casal está envolvido em carreiras profissionais.

Tendo, então, em conta que os avós surgem num papel de fundo como representantes do passado familiar e que surgem em dimensões associadas ao futuro dos netos, poderá querer dizer que neste aspecto em particular os avós surgem como exemplos para os netos (ao nível da Realização Pessoal, dimensão Económica e do Investimento Vocacional) ou que a História familiar dos vários elementos funciona como exemplo para as escolhas do adolescente e consequências futuras. Uma vez mais, é necessária cautela nesta interpretação, visto que nem todas as variáveis associadas aos Significados do Trabalho e ao Desenvolvimento Vocacional encontram associação e visto que apenas o Auto-conceito Académico, neste estudo, não é uma variável associada ao Trabalho. Ainda assim, poderá ser motivo para futuros trabalhos de aprofundamento.

2. Limitações e futuras investigações

A maior limitação deste trabalho reside no facto de se optar por uma abordagem eminentemente transversal, apostando num estudo em díade. A verdade é que uma díade composta por avô/avó e neto/a segmenta, de imediato, os dois elementos que a compõem dos outros elementos e restantes subsistemas do sistema familiar total. Portanto, a leitura feita ao longo deste estudo não é completamente sistémica. Desta forma, as relações encontradas neste estudo e as variáveis onde não foram encontradas relações têm que ser consideradas segmentadas da realidade total familiar, visto que a relação dos netos não é apenas com um dos avós, mas com todos, bem como com os restantes familiares: pais, irmãos, tios, tios-avós... que mais do que mediar, participam e influenciam necessariamente todas as relações familiares e o desenvolvimento do adolescente, através da sua presença, do seu exemplo, das suas interacções com o próprio ou com os pais... Além disso, não foram tidas em conta variáveis externas à família, que as abordagens sistémicas prevêm como tendo influência na evolução familiar e que poderão ter influência no funcionamento familiar e, por sua vez, no desenvolvimento do adolescente. Sendo o todo maior do que a soma de todas as partes, fica também por conhecer o efeito que o sistema parental e grã-parental, como um todo, terão nestas variáveis, que vai de encontro ao que já foi referido relativamente à exequibilidade de conseguir estudar uma relação na sua totalidade.

A possibilidade de combinar a metodologia quantitativa, aqui adoptada, com metodologia qualitativa – cruzadas, mistas –, poderia ultrapassar em parte estes problemas.

Tal não foi possível, devido às restrições temporais decorrentes das várias mudanças que têm ocorrido nos últimos anos nos programas doutorais no Ensino Superior com uma limitação temporal muito circunscrita. A realização de *Focus Groups*, por exemplo, ou entrevistas semi-estruturadas – como no estava previsto no projeto inicial –, poderia colmatar uma parte do problema e permitiria enquadrar as significações das relações diádicas entre as variáveis encontradas na vida familiar e nas dinâmicas presente.

Sinalizam-se outras limitações decorrentes das restrições que foram surgindo ao longo do trabalho, no que se refere à acessibilidade e constituição da amostra. A única forma de chegar aos avós, de forma a que fossem constituídas díades, foi pedindo aos adolescentes que fizessem chegar ao avô/avó que escolheram. Os avós teriam de realizar a “auto-administração”, na ausência do investigador, e devolver os questionários por mediação dos netos ao Diretor de Turma, para os fazer chegar ao investigador principal. Este processo mediado não foi facilitador do processo, levando a que uma percentagem elevada de respostas não fosse devolvida. Apesar de as instruções estarem disponíveis no *dossier* enviado, não significa que não possam ter existido dúvidas aquando do preenchimento e apesar de os adolescentes terem sido alertados para a não obrigatoriedade da participação dos avós, não pode haver a certeza de não ter havido pressão para que os avós respondessem. Além disso, e mais uma vez apesar de estar escrito nas instruções, não houve controlo sobre a instrução aos avós de que deveriam responder ao questionário tendo em conta o neto que lhe entregou o questionário e não os netos em geral. Portanto, apesar de existir o objectivo da interpretação dos dados numa matriz familiar (em que a díade se enquadra, segundo Lanz e Rosnati, 2002) e considerando-se que as relações familiares estão dependentes umas das outras (Cole & Jordan, 1989; Cole & McPherson, 1993) o estudo das relações entre avós e netos, no futuro, terá de se complexificar, passando a ter em conta a unidade familiar e não apenas uma subunidade, algo defendido, aliás, por Timonen e Doyle (2012).

A amostra constituída foi de conveniência, não podendo ser considerada representativa da população portuguesa, pelo que os resultados não são generalizáveis. As proporções conseguidas na amostra, relativamente ao tipo de ensino e às idades dos adolescentes, foram as possíveis, conforme as respostas afirmativas dadas pelas escolas, respostas adiadas ou ainda esperadas. Face a estas limitações temporais e às dificuldades crescentes que as escolas públicas colocam de acessibilidade para a colaboração em investigações, a maioria da amostra foi recolhida numa escola privada do Vale do Ave. Ainda em virtude das restrições temporais, numa pequena parte da amostra os instrumentos não foram administrados pelo investigador principal, após discussão com o investigador acerca das instruções a dar em todas as turmas. Em futuras investigações propõe-se que a amostra seja mais diversificada da região norte, quer em termos de escolas públicas e privadas, quer de contextos geográficos rurais e urbanos, e ainda com um amostra com mais sujeitos da díade avós e netos. Também concorre no sentido de não ser possível generalizar

os resultados o facto de nas Manovas efectuadas, a maior parte apresentar valores de magnitude de efeito abaixo do mínimo estabelecido por Ferguson (2009). Embora a amostra tenha dimensões consideradas apropriadas, o estudo foi levado a cabo numa área geográfica do norte do país, pelo que não são resultados generalizáveis a todo o país, pelo facto de as características sócio-económicas variarem e pelo facto de, como foi visto, grande parte dos adolescentes participantes pertencerem a uma escola com contrato de associação. Esta última questão significa que são adolescentes pertencentes a um meio com algumas especificidades que não se encontram em todo o país e, visto que os significados construídos de qualquer âmbito não surgem num vácuo social estando embebidos do contexto social, histórico e cultural, tem que se ter em conta que os resultados, em última instância, indicam apenas a adaptação a este meio específico. Estas críticas devem ser consideradas transversais a todo o trabalho.

Tendo em conta que esta amostra é fundamentalmente constituída por alunos do 7º e 8º anos de escolaridade, que se situam numa fase inicial de construção da identidade, seria importante realizar um estudo longitudinal com esta amostra acompanhando-os até à entrada no Ensino Superior ou no mundo do trabalho para verificar as mudanças que poderiam ocorrer ao longo do tempo.

Saliente-se ainda que foi a primeira vez que as versões da ESGP (avós e netos) foram utilizadas na população portuguesa, tendo deixado algumas questões em aberto em relação à melhoria das suas qualidades psicométricas e alguns itens estarem enviesados por alguma desejabilidade social; exemplo disso foi a resposta escrita deixada por um dos avós participantes, recusando-se a responder a um item específico por considerá-lo uma “pergunta triste”. Apesar das questões levantadas e das questões amostrais, constituem-se ambas as versões como instrumentos com potencial para que possam vir a ser desenvolvidas e aperfeiçoadas no contexto português, potencial esse que se torna mais evidente com a possibilidade de uma visão complementar das percepções das duas partes da diáde de avós e de netos.

Os itens da EEIV, embora tenha sido utilizados em vários estudos no contexto da lusofonia (Braga, Gonçalves & Vieira, 2012; Fernandes, 2013; Fernandes & Gonçalves, 2012a; Gonçalves, 2006; Prata et al., 2013; Sobral, 2008) e ter-se revelado como um instrumento consistente do ponto de vista conceptual e robusto quanto às suas qualidades psicométricas, tendo em conta a idade da maioria dos participantes da amostra – alunos do 7º e 8º anos –, poderão não ser de fácil compreensão, em virtude de os sujeitos ainda se encontrarem numa fase inicial de questionamento vocacional. Provavelmente os resultados encontrados sobre os efeitos insignificantes dos avós no desenvolvimento vocacional dos netos se possam atribuir à complexidade da escala face ao desenvolvimento dos sujeitos.

Como foi referido, há uma inclinação global da literatura no sentido das avós (Hagestad, 1986) e uma visão dos avós a partir de um ponto de vista mais feminino (Roberto et al., 2001), o que não permite ter uma visão mais aproximada do que significa

ser avô. Esta tendência deriva da evolução cultural existente e que colocava o homem como alguém desligado dos sentimentos e inexistente em termos educativos. Hoje em dia, tendo em conta que esta tendência se tem alterado, será importante que a investigação também evolua, de forma a conseguir aferir a temática com maior precisão.

O Modelo APIM explorado aqui terá de ser visto como um modelo passível de ser melhorado. Uma das limitações naturais do modelo é o facto de nenhuma das variáveis poder ser vista como causadora de outra variável e, ao mesmo tempo, não poder ser vista como provocada por outra variável. Desta forma, e tendo em conta o que Kemp (2005) afirma relativamente à possibilidade de os avós e netos estabelecerem a sua relação com base em características pessoais, de entre as quais se incluem os interesses mútuos, fica por responder se a direcionalidade relativa aos Significados da Grã-Parentalidade como influenciadora dos Significados de Trabalho é a mais forte, ou seja, se é a grã-parentalidade nas suas dimensões que influencia os significados do trabalho ou se poderão ser os últimos (como característica pessoal) a influenciar os significados dados à grã-parentalidade.

Ainda a ter em conta o facto de o questionário macrossistémico ser passível de crítica, no que diz respeito à frequência de contacto. A opção introduzida “várias vezes por semana” não é uma medida objectiva, podendo ser interpretada de formas diferentes e que poderá ter impacto nos resultados do estudo.

Apesar destas limitações, uma última reflexão sobre o que Szinovacz (1998) afirma, quando se refere à falta de coerência dos diversos estudos em captar a heterogeneidade, dinâmicas e complexidades das relações avós/netos, refletindo-se numa literatura inconclusiva e algo contraditória, como pudemos constatar no enquadramento conceptual deste trabalho. Esta limitação do estado da arte justifica-se em parte, em virtude dos vários estudos serem desenvolvidos de forma segmentada e parcializada; daí a urgência de investigações que assumam uma perspectiva mais complexa e integrada das influências recíprocas e complexas da relação entre avós e netos (Roberto et al., 2001), com metodologias mistas, quantitativas e qualitativas. Assim, este trabalho de pesquisa apresenta-se como uma primeira tentativa exploratória que abre portas ao estudo destas relações de uma forma mais abrangente, em termos de heterogeneidade e complexidade das relações recíprocas, que permitirá um entendimento mais completo das relações entre avós e netos, em particular, mas também das diversas relações familiares, em geral.

3. Implicações para a intervenção psicológica

No man is an island, entire of itself; every man is a piece of the continent, a part of the main. If a clod be washed away by the sea, Europe is the less, as well as if a promontory were, as well as if a manor of thy friend's or of thine own were: any man's death diminishes me, because I am involved in mankind, and therefore never send to know for whom the bell tolls; it tolls for thee.

John Donne, *Meditation XVII*, 1623

A relacionalidade, mais do que um conceito presente e a ter em conta, significa que Ser não é meramente individual, mas antes decorrente de uma rede de influências diárias, históricas, sociais, que levam à evolução construindo a própria vida e história individual, mas marcada e influenciada pela forma como a relação com outros, significativos ou não, é omnipresente.

A forma como a adolescência tem sido estudada, como um período de importantes aquisições e actividades preparatórias no domínio social de novas relações, realça isso mesmo. O funcionamento familiar, como uma rede fundamental com uma vocação educativa, decorrente da matriz interpretativa da História e Cultura dos seus constituintes, mais do que uma soma de vidas individuais é uma (re)combinação constante de novas aprendizagens e experiências de cada um dos seus elementos, nos diversos âmbitos sociais em que se movem. Portanto, um indivíduo não é uma ilha, é alguém que precisa da comunidade, da família, do outro... no sentido de aprender e de evoluir sempre mais, com a convivência que permite o respeito e a troca de experiências, que poderão ser mais ou menos estruturadas ou formais. As estratégias formais podem constituir-se como formas de intervenção.

Os avós poderão usufruir de uma estratégia mais estruturada no sentido de terem formas de resolver possíveis dúvidas nas suas vivências com a família, tanto relativamente aos netos como relativamente aos próprios filhos. Scabini e Cigoli (2000) e Cigoli e Scabini (2006) defendem que um dos papéis dos avós, na altura em que adquirem esse novo papel, será o de encontrar o equilíbrio necessário para manter aquilo a que chamam uma *intimidade à distância*. Este equilíbrio é afectado pelas diferentes perspectivas de pais e avós, que tendem a manter-se e, até, a agudizar-se (e.g., desacordos relativamente a matrizes educacionais). O papel de seguir a matriz parental, que os pais poderão exigir, pode ser especialmente difícil se os avós mantiverem um contacto frequente com os netos e se substituírem os pais em algumas das tarefas diárias. Desta forma, seria importante a estruturação de estratégias no sentido de ajudar a encontrar o melhor equilíbrio possível,

seja através de grupos de apoio ou reestruturando um conceito que existe ainda sem grande expressão, que é a escola de pais e conceptualizar uma *escola de avós*.

Uma intervenção/consultoria conjunta a novos/futuros pais e avós traria a vantagem de as partes poderem conhecer as expectativas dos dois lados e poderem encontrar um equilíbrio mais facilmente, que poderia dar azo a uma escola (*grã*)parental. Neste nível de intervenção, também as próprias escolas de pais poderão dar um contributo decisivo, no sentido de ajudar a que os pais compreendam a impossibilidade de substituir os pais nas tarefas com os filhos, mesmo que sejam os seus próprios pais. A este respeito, encontram-se cada vez mais situações de instrumentalização dos avós pela legítima impossibilidade dos pais em estarem mais tempo com os filhos. Nesse sentido, grupos de acompanhamento ou a estruturação de uma escola de pais, como locais de partilha de experiências e de estratégias, poderão ser benéficos para todas as partes e, sobretudo, para os netos.

As formas de apoio familiares tornam-se cada vez mais importantes, num mundo que tende a despersonalizar-se e a perder o sentido de comunidade que existia até há bem pouco tempo. As formas de intervenção, na forma estruturas educativas sociais e comunitárias têm um papel importante, mas podemos-nos questionar até que ponto se estão a tornar o centro da educação e, desta forma, a substituir os pais. O facto de os avós poderem assumir, na impossibilidade dos pais, é garante de que a educação se mantém “humana” e que decorrerá da construção familiar específica de cada família. No entanto, há que questionar a forma como esta facilidade não significa, ela própria, uma desvirtuação familiar. O que deveria surgir como um objetivo sublime de se constituir uma oportunidade para os avós serem os transmissores de afectos e saberes estruturantes da família pode transformar-se num objectivo de instrumentalidade e conveniência. Ainda que os avós gostem de estar, de cuidar e de brincar com os netos e ainda que seja importante para o desenvolvimento de ambos, não podem ser transformados em instrumentos de substituição dos pais. Parece de todo importante que os avós (paternos e maternos) tenham oportunidade de serem avós mas nunca ocupando a tarefas educativas que fazem parte do papel dos pais, substituindo-os. Colaborar com os pais, sempre que seja possível, nas múltiplas tarefas do dia a dia da educação das gerações mais novas: buscar e levar os netos à escola, às atividades extra-escolares ou complemento curricular, é importante para os avós, e eles gostam de o fazer, mas nunca poderá transformar-se num acto de delegação de responsabilidades. O que poderá ser um apoio e ajuda formativa em momentos especiais e excepcionais da vida do casal não se poderá transformar numa regra. É importante que os pais não se demitam de assumir o seu papel de pais e os avós sejam assertivos da definição do seu papel de avós. Assim, os pais serão os educadores que maiores impactos produzem nos desenvolvimentos dos seus filhos, como parece sinalizar esta investigação, e os avós poderão a vir a ser, de forma progressiva e de forma cada vez mais intencionalizada, cooperantes com os pais neste processo de desenvolvimento das gerações futuras. Esta constatação sublinha estes desafios indicados acima para a intervenção psicológica. Além

das estruturas apontadas, que são de cariz organizado mas, ainda assim informal, a intervenção poderá passar por realizar intervenções educativas de consultoria com avós e com os pais, para desempenharem com maior intencionalidade cada papel: o de serem colaboradores com os seus filhos no desenvolvimento dos seus netos e não meros cuidadores instrumentais; o de serem actores principais na educação dos seus filhos, ajudados e orientados pelos próprios pais, contando com o apoio familiar que tão bem e generosamente os avós dão.

Se queres prever o futuro, estuda o passado.

Confúcio, -551 - -479

O trabalho do psicólogo e investigador não é o de prever o futuro. No entanto, o futuro apenas o é quando ainda não aconteceu e o presente é o futuro desse passado a decorrer. Significa que querendo conhecer o presente, tempo futuro em relação ao passado, é importante conhecer esse mesmo passado. As novas gerações não são previsíveis no seu futuro, mas poderão ser compreensíveis no momento presente, se for tida em conta a sua construção passada, num conjunto de influências de figuras significativas e não significativas na construção do eu presente e do eu futuro. As heranças familiares, onde os avós, como figuras familiares mais ligadas ao passado, permitem um vislumbre da origem do eu de cada elemento familiar e uma melhor compreensão de si próprio e do outro, tanto a nível pessoal, como a nível profissional (do psicólogo e investigador). A importância da família, como chave de leitura do presente do indivíduo, é sublinhada pelo seu passado inscrito na transmissão geracional. *Memórias do futuro*, como Sampaio (2010) magistralmente titula uma das suas obras.

A um nível pessoal, esta aventura proposta permitiu o desenvolvimento de competências pessoais decorrentes de erros, avanços, frustrações, restrições, impedimentos, persistência, superações, limitações, privações, tempo... e, por vezes, verdadeiros malabarismos entre as exigências do Programa Doutoral, exigências laborais e exigências familiares, vividas com maior ou menor equilíbrio. Uma experiência de crescimento e voltada para o futuro, para novas investigações e aprendizagens.

Este trabalho já é passado. Novos desafios se colocam, desde os já apontados até novos desafios que daí decorrerão. Esta é a principal aprendizagem de todo este trabalho: a Investigação nunca está terminada.

Referências

- Abramo, L. (2004). Inserción laboral de las mujeres en América Latina: una fuerza de trabajo secundaria. *Revista Estudos Feministas*, 12(2), 224–235. doi: 10.1590/S0104-026X2004000200013
- Alarcão, M. (2002). *(Des)equilíbrios familiares: uma visão sistemática*. Coimbra: Quarteto.
- Aldous, J. (1995). New views of grandparents in intergenerational context. *Journal of Family Issues*, 16(1), 104–122. doi: 10.1177/019251395016001006
- Andolfi, M. (1981). *A terapia familiar*. Lisboa: Editorial Vega.
- António, S. (2004). *A Matriliniaridade dos Afectos. Relações Intergeracionais: Os Netos e Avós*. Comunicação apresentada no II Congresso Português de Demografia, Lisboa. Recuperado de http://www.apdemografia.pt/ficheiros_comunicacoes/1950024567.pdf
- Antunes, M. C. (1994). *O apoio social e o conceito de si próprio na adolescência* (Tese de Mestrado). Universidade do Porto, Porto.
- Antunes, M. C. (2006). *Evolução diferencial da auto-estima e do auto-conceito académico na adolescência: análise do efeito de variáveis sócio-cognitivas e relação com o rendimento escolar num estudo longitudinal sequencial do 7º ao 12º ano* (Tese de Doutoramento). Universidade do Porto, Porto.
- Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Araújo, M. & Dias, C. (2002). Papel dos avós: apoio oferecido aos netos antes e após situações de separação/divórcio dos pais. *Estudos de Psicologia*, 7(1), 91–101. doi: 10.1590/S1413-294X2002000100010
- Arber, S. & Timonen, V. (2012). Grandparenting in the 21st century: new directions. In S. Arber & V. Timonen (Eds.), *Contemporary grandparenting* (pp. 247–264). Chicago: The Policy Press. doi: 10.1332/policypress/9781847429681.003.0012
- Arruda, C. C. (2010). *A Relação Trabalho Educação no cenário contemporâneo*. Comunicação apresentada no VII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade, Marília, Brasil. Retirado de <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/trabalhos-completos-viist-2010.html>
- Arthur, M., Inkson, K., & Pringle, J. (1999). *The new careers: Individual action and economic change*. Londres: Sage.

- Attar-Schwartz, S., Tan, J.-P., & Buchanan, A. (2009). Adolescents' perspectives on relationships with grandparents: The contribution of adolescent, grandparent, and parent–grandparent relationship variables. *Children and Youth Services Review, 31*(9), 1057–1066. doi: 10.1016/j.childyouth.2009.05.007
- Bachman, H. J. & Chase-Lansdale, P. L. (2005). Custodial grandmothers physical, mental, and economic well-being: Comparisons of primary caregivers from low-income neighborhoods. *Family Relations, 54*(4), 475–487. doi: 10.1111/j.1741-3729.2005.00334.x
- Balbinotti, M. A. A. & Tétréau, B. (2006). Níveis de maturidade vocacional de alunos de 14 a 18 anos do Rio Grande do Sul. *Psicologia em Estudo, 11*(3), 551–560. doi: 10.1590/S1413-73722006000300011.
- Bangerter, L. R. & Waldron, V. R. (2014). Turning points in long distance grandparent–grandchild relationships. *Journal of Aging Studies, 29*, 88–97. doi: 10.1016/j.jaging.2014.01.004
- Barata, O. S. & Moreira, A. (1968). *Introdução à demografia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Bardagi, M., Lassance, M. C. P., Paradiso, A., & Menezes, I. A. d. (2006). Escolha profissional e inserção no mercado de trabalho: percepções de estudantes formandos. *Psicologia Escolar e Educacional, 10*(1), 69–82.
- Barranti, C. C. R. (1985). The grandparent/grandchild relationship: Family resource in an era of voluntary bonds. *Family Relations, 34*, 343–352. doi: 10.2307/583572
- Barreto, M. A. & Aiello-Vaisberg, T. (2007). Escolha profissional e dramática do viver adolescente. *Psicologia & Sociedade, 19*(1), 107–114.
- Bastos, J. C. (2005). Efetivação de escolhas profissionais de jovens oriundos do ensino público: um olhar sobre suas trajetórias. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 6*(2), 31–43.
- Battitelli, P. & Farneti, A. (1991). Grandchildrens' images of their grandparents: a psychodynamic perspective. In P. K. Smith (Ed.), *The psychology of grandparenthood. An international perspective* (pp. 143–156). Londres: Routledge.
- Belsky, J., Rovine, M., & Taylor, D. G. (1984). The pennsylvania infant and family development project, III: The origins of individual differences in infant-mother attachment: Maternal and infant contributions. *Child Development, 55*, 718–728.

- Bengtson, V. L. (2001). Beyond the nuclear family: The increasing importance of multigenerational bonds. *Journal of Marriage and Family*, 63(1), 1–16. doi: 10.1111/j.1741-3737.2001.00001.x
- Bernal, J. G. & Anuncibay, R. d. I. F. (2007). Intergenerational grandparent/grandchild relations: The socioeducational role of grandparents. *Educational Gerontology*, 34(1), 67–88. doi: 10.1080/03601270701763993
- Blustein, D. L., Devenis, L. E., & Kidney, B. A. (1989). Relationship between the identity formation process and career development. *Journal of Counseling Psychology*, 36(2), 196–202. doi: 10.1037/0022-0167.36.2.196
- Blustein, D. L., Ellis, M. V., & Devenis, L. E. (1989). The development and validation of a two-dimensional model of the commitment to career choices process. *Journal of Vocational Behavior*, 35(3), 342–378. doi: 10.1016/0001-8791(89)90034-1
- Blustein, D. L., Prezioso, M. S., & Schultheiss, D. P. (1995). Attachment theory and career development current status and future directions. *The Counseling Psychologist*, 23(3), 416–432. doi: 10.1177/0011000095233002
- Blustein, D. L., Walbridge, M. M., Friedlander, M. L., & Palladino, D. E. (1991). Contributions of psychological separation and parental attachment to the career development process. *Journal of Counseling Psychology*, 38(1), 39–50. doi: 10.1037/0022-0167.38.1.39
- Boon, S. D. & Brussoni, M. J. (1996). Young adults' relationships with their "closest" grandparents: Examining emotional closeness. *Journal of Social Behavior and Personality*, 11(3), 439–458.
- Boon, S. D. & Shaw, M. J. (2007). Grandchildren's perceptions of grandparents' health: Worries and impact on their own lives. *Journal of Intergenerational Relationships*, 5(1), 57–78. doi: 10.1300/J194v05n01_05
- Boquet, J. R., Oliver, D. P., Wittenberg-Lyles, E., Doorenbos, A. Z., & Demiris, G. (2011). Taking care of a dying grandparent: Case studies of grandchildren in the hospice caregiver role. *American Journal of Hospice and Palliative Medicine*, 28(8), 564–568. doi: 10.1177/1049909111405644
- Bouffard, T., Markovits, H., Vezeau, C., Boisvert, M., & Dumas, C. (1998). The relation between accuracy of self-perception and cognitive development. *British Journal of Educational Psychology*, 68(3), 321–330. doi: 10.1111/j.2044-8279.1998.tb01294.x
- Braga, J., Gonçalves, C. M., & Vieira, D. (2012). Desenvolvimento vocacional no ensino superior: o foco em estudantes do 1º ano. In *Contributos da Psicologia em Contextos*

Educativos: Atas do II Seminário Internacional (pp. 1603–1613). Braga: Instituto de Educação – Universidade do Minho.

- Bridges, L. J., Roe, A. E. C., Dunn, J., & O'Connor, T. G. (2007). Children's perspectives on their relationships with grandparents following parental separation: a longitudinal study. *Social Development, 16*(3), 539–554. doi: 10.1111/j.1467-9507.2007.00395.x
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology, 22*(6), 723–742. doi: 10.1037/0012-1649.22.6.723
- Bronfenbrenner, U. (2001). The bioecological theory of human development. In N. J. Smelser & P. B. Baltes (Eds.), *International encyclopedia of the social and behavioral sciences*, volume 10 (pp. 6963–6970). Nova Iorque: Elsevier.
- Brown, L. H. (2003). Intergenerational influences on perceptions of current relationships with grandparents. *Journal of Intergenerational Relationships, 1*(1), 95–112. doi: 10.1300/J194v01n01_09
- Brussoni, M. J. & Boon, S. D. (1998). Grandparental impact in young adults' relationships with their closest grandparents: The role of relationship strength and emotional closeness. *The International Journal of Aging and Human Development, 46*(4), 267–286. doi: 10.2190/2B7B-E3LH-74JJ-UJRY
- Bryant, B. K., Zvonkovic, A. M., & Reynolds, P. (2006). Parenting in relation to child and adolescent vocational development. *Journal of Vocational Behavior, 69*(1), 149–175. doi: 10.1016/j.jvb.2006.02.004
- Burton, L. M. (1990). Teenage childbearing as an alternative life-course strategy in multigeneration black families. *Human Nature, 1*(2), 123–143. doi: 10.1007/BF02692149
- Byrne, B. M. (1996). Academic Self-Concept: Its Structure, Measurement, and Relation to Academic Achievement. In B. A. Bracken (Ed.), *Handbook of Self-Concept. Developmental, social, and clinical considerations* (pp. 287–316). Nova Iorque: John Wiley & Sons.
- Byrne, B. M. & Shavelson, R. J. (1986). On the structure of adolescent self-concept. *Journal of Educational Psychology, 78*(6), 474–481. doi: 10.1037/0022-0663.78.6.474
- Cabral, M. V. & Pais, J. M. (1998). *Jovens portuguesas de hoje: resultados do inquérito de 1997*. Oeiras: Celta Editora.
- Campos, B. P. (1980). A orientação vocacional numa perspectiva de intervenção no desenvolvimento psicológico. *Revista Portuguesa de Pedagogia, XIV*, 195–230.

- Campos, B. P. (1989). Intervenção em orientação vocacional: Algumas questões de valores. *Inovação: Revista do Instituto de Inovação Educacional*, 2(2), 403–409.
- Campos, B. P. & Coimbra, J. L. (1991). Consulta psicológica e exploração do investimento vocacional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 7, 11–19.
- Campos, B. P. & Coimbra, J. L. (1992). *Orientação Vocacional e Gestão de Recursos Humanos*. Comunicação apresentada no Fórum Euroformação/Eurotraining, Lisboa.
- Carpenter, B. D. & Buday, S. (2007). Computer use among older adults in a naturally occurring retirement community. *Computers in Human Behavior*, 23(6), 3012–3024. doi: 10.1016/j.chb.2006.08.015
- Carvalho, M. & Taveira, M. C. (2010). O papel dos pais na execução de planos de carreira no ensino secundário: Perspectivas de pais e de estudantes. *Análise Psicológica*, 28(2), 333–341.
- Castañeda, P. J., Sánchez, D., Sánchez, A., & Blanc, S. (2004). Cómo perciben los nietos adultos las relaciones con sus abuelos. *Anuario de Psicología*, 35(1), 107–123.
- Castel, R. (1999). *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Fayard.
- Castells, M. (1996). *The rise of the network society. The information age: Economy, society, and culture* (Vol. 1). Oxford: Blackwell Publishers.
- Celdrán, M. (2004). Relaciones intergeneracionales no normativas: la relación de los nietos con sus abuelos afectados por una enfermedad neurodegenerativa. *Revista Multidisciplinar de Gerontología*, 14(5), 262–268.
- Celdrán, M., Triadó, C., & Villar, F. (2009a). Learning from the disease: Lessons drawn from adolescents having a grandparent suffering dementia. *The International Journal of Aging and Human Development*, 68(3), 243–259. doi: 10.2190/AG.68.3.d
- Celdrán, M., Triadó, C., & Villar, F. (2009b). Nietos adolescentes con abuelos con demencia: la enfermedad cambia la naturaleza de la relación? *Anales de Psicología*, 25(1), 172–179.
- Celdrán, M., Triadó, C., & Villar, F. (2011). My grandparent has dementia. How adolescents perceive their relationship with grandparents with a cognitive impairment. *Journal of Applied Gerontology*, 30(3), 332–352. doi: 10.1177/0733464810368402
- Celdrán, M., Villar, F., & Triadó, C. (2012). When Grandparents Have Dementia: Effects on Their Grandchildren's Family Relationships. *Journal of Family Issues*, 33(9), 1218–1239. doi: 10.1177/0192513X12443051

- Celdrán, M., Villar, F., & Triadó, C. (2014). Thinking about my grandparent: How dementia influences adolescent grandchildren's perceptions of their grandparents. *Journal of Aging Studies, 29*, 1–8. doi: 10.1016/j.jaging.2013.12.004
- Chan, C. G. & Elder Jr., G. H. (2000). Matrilineal advantage in grandchild-grandparent relations. *The Gerontologist, 40*(2), 179–190. doi: 10.1093/geront/40.2.179
- Chaves, A. P., Diemer, M. A., Blustein, D. L., Gallagher, L. A., DeVoy, J. E., Casares, M. T., & Perry, J. C. (2004). Conceptions of work: The view from urban youth. *Journal of Counseling Psychology, 51*(3), 275–286. doi: 10.1037/0022-0167.51.3.275
- Cherlin, A. J. & Furstenberg, F. F. (1992). *The new american grandparent*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Chope, R. C. (2002). *Family Matters: Influences of the Family in Career Decision Making*. Comunicação apresentada na International Career Development Conference, Irvine, CA. Retirado de <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/trabalhos-completos-viist-2010.html>
- Cigoli, V. & Scabini, E. (2006). *Family identity: Ties, symbols, and transitions*. Londres: Lawrence Erlbaum.
- Claudino, J. C. & Lima, D. L. (2010). *Da Relação entre o Homem, o Trabalho, a Escola e Vice-Versa*. Comunicação apresentada no VII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade. Retirado de <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/trabalhos-completos-viist-2010.html>
- Coimbra, J. L., Campos, B., & Imaginário, L. (1994). Career intervention from a psychological perspective: Definition of the main ingredients of an ecological-developmental methodology. In J. L. Coimbra (Chair), *Symposium on Recent Evolutions and Contributions offfor the Practices of Career Psychological Intervention*. Simpósio conduzido no 23rd International Congress of Applied Psychology da Universidade do Porto, Porto.
- Coimbra, J. L., Parada, F., & Imaginário, L. (2001). Formação ao longo da vida e gestão da carreira. *Cadernos de Emprego, 33*, 15–133.
- Cokley, K. (2000). An investigation of academic self-concept and its relationship to academic achievement in african american college students. *Journal of Black Psychology, 26*(2), 148–164. doi: 10.1177/0095798400026002002
- Cole, D. & Jordan, A. (1989). Assessment of cohesion and adaptability in component family dyads: A question of convergent and discriminant validity. *Journal of Counseling Psychology, 36*(4), 456–463.

- Cole, D. & McPherson, A. (1993). Relation of family subsystems to adolescent depression: Implementing a new family assessment strategy. *Journal of Family Psychology*, 7(1), 119–133.
- Connell, J. P., Spencer, M. B., & Aber, J. L. (1994). Educational risk and resilience in african-american youth: Context, self, action, and outcomes in school. *Child Development*, 65(2), 493–506. doi: 10.2307/1131398
- Cook, W. L. & Kenny, D. A. (2005). The actor–partner interdependence model: A model of bidirectional effects in developmental studies. *International Journal of Behavioral Development*, 29(2), 101–109.
- Copeland, A. P. & White, K. M. (1991). *Studying families* (Vol. 27). Newbury Park, California: Sage.
- Costa, M. E. (1990). *Contextos sociais da vida e desenvolvimento dos estatuto de identidade: um estudo longitudinal junto de estudantes universitários* (Tese de Doutoramento). Universidade do Porto, Porto.
- Costa, M. E. (2001). Generatividade: questões de desenvolvimento e de intervenção psicológica. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17-18, 29–35.
- Creasey, G. L. (1993). The association between divorce and late adolescent grandchildren's relations with grandparents. *Journal of Youth and Adolescence*, 22(5), 513–529. doi: 10.1007/BF01537713
- Creasey, G. L. & Jarvis, P. A. (1989). Grandparents with Alzheimer's disease: Effects of parental burden on grandchildren. *Family Therapy*, XVI(1), 79–85.
- Creasey, G. L. & Kaliher, G. (1994). Age differences in grandchildren's perceptions of relations with grandparents. *Journal of Adolescence*, 17(5), 411–426. doi: 10.1006/jado.1994.1036
- Creasey, G. L. & Koblewski, P. J. (1991). Adolescent grandchildren's relationships with maternal and paternal grandmothers and grandfathers. *Journal of Adolescence*, 14(4), 373–387. doi: 10.1016/0140-1971(91)90005-C
- Croll, P. (2008). Occupational choice, socio-economic status and educational attainment: a study of the occupational choices and destinations of young people in the british household panel survey. *Research Papers in Education*, 23(3), 243–268. doi: 10.1080/02671520701755424
- Crosnoe, R. & Elder Jr., G. H. (2002). Life course transitions, the generational stake and grandparent-grandchild relationships. *Journal of Marriage and Family*, 64(4), 1089–1096. doi: 10.1111/j.1741-3737.2002.01089.x

- Cunha, B. & Matos, P. M. (2010). Relações intergeracionais: significados de adolescentes sobre avós e idosos. In *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação* (pp. 1038–1052). Braga: Universidade do Minho.
- Cunha, B. M. R. (2008). *Relações intergeracionais. Significados da relação netos-avós e crenças acerca dos idosos: a perspectiva dos adolescentes* (Tese de Mestrado). Universidade do Porto, Porto.
- Cyrino, R. (2009). Trabalho, temporalidade e rabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. *Sociologias, Porto Alegre, 11*(21), 66–92. doi: 10.1590/S1517-45222009000100005
- Daly, S. L. & Glenwick, D. S. (2000). Personal adjustment and perceptions of grandchild behavior in custodial grandmothers. *Journal of Clinical Child Psychology, 29*(1), 108–118. doi: 10.1207/S15374424jccp2901_11
- Danielsbacka, M. & Tanskanen, A. O. (2012). Adolescent grandchildren's perceptions of grandparents' involvement in UK: an interpretation from life course and evolutionary theory perspective. *European Journal of Ageing, 9*(4), 329–341. doi: 10.1007/s10433-012-0240-x
- De Masi, D. (2003). *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- DeDonno, M. A. & Fagan, J. F. (2013). The influence of family attributes on college students' academic self-concept. *North American Journal of Psychology, 15*(1), 49–62.
- Dellmann-Jenkins, M., Blankemeyer, M., & Pinkard, O. (2000). Young adult children and grandchildren in primary caregiver roles to older relatives and their service needs. *Family Relations, 49*(2), 177–186. doi: 10.1111/j.1741-3729.2000.00177.x
- Dellmann-Jenkins, M., Papalia, D., & Lopez, M. (1987). Teenagers' reported interaction with grandparents: Exploring the extent of alienation. *Lifestyles, 8*(3-4), 35–46. doi: 10.1007/BF01555770
- Dench, G. & Ogg, J. (2002). *Grandparenting in Britain: A baseline study*. Londres: Institute of Community Studies London.
- Dessen, M. A. & Neto, A. N. S. (2000). Questões de família e desenvolvimento e a prática de pesquisa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 16*(3), 191–292.
- Dias, C. M. D. S. B. & Silva, M. A. S. (2003). Os avós na perspectiva de jovens universitários. *Psicologia em Estudo, 8*(Special Issue), 55–62. doi: 10.1590/S1413-73722003000300008

- Diogo, J. (1998). *Parceria escola-família: A caminho de uma educação participada*. Porto: Porto Editora.
- Diogo, M. F. & Coutinho, M. C. (2006). A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. *Interações*, 11(21), 121–142.
- Drew, L. M. & Silverstein, M. (2007). Grandparent's psychological well-being after loss of contact with their grandchildren. *Journal of Family Psychology*, 21(3), 372–379. doi: 10.1037/0893-3200.21.3.372
- Dubas, J. S. (2001). How gender moderates the grandparent-grandchild relationship a comparison of kin-keeper and kin-selector theories. *Journal of Family Issues*, 22(4), 478–492. doi: 10.1177/019251301022004005
- Dunifon, R. & Bajracharya, A. (2012). The Role of Grandparents in the Lives of Youth. *Journal of Family Issues*, 33(9), 1168–1194. doi: 10.1177/0192513X12444271
- Dyson, L. L. (2003). Children with learning disabilities within the family context: A comparison with siblings in global self-concept, academic self-perception, and social competence. *Learning Disabilities Research & Practice*, 18(1), 1–9. doi: 10.1111/1540-5826.00053
- Eisenberg, A. R. (1988). Grandchildren's perspectives on relationships with grandparents: The influence of gender across generations. *Sex Roles*, 19(3-4), 205–217. doi: 10.1007/BF00290155
- Epstein, J. L. & Sanders, M. G. (2006). Prospects for change: Preparing educators for school, family, and community partnerships. *Peabody Journal of Education*, 81(2), 81–120. doi: 10.1207/S15327930pje8102_5
- Erikson, E. (1971). *Infância e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Erikson, E. (1976). *Identidade: juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Erikson, E. (1998). *The life cycle completed*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Fagan, J. F., Holland, C. R., & Wheeler, K. (2007). The prediction, from infancy, of adult IQ and achievement. *Intelligence*, 35(3), 225–231. doi: 10.1016/j.intell.2006.07.007
- Faria, L. (2005). Desenvolvimento do auto-conceito físico nas crianças e nos adolescentes. *Análise Psicológica*, XXIII(4), 361–371.
- Faria, L. & Fontaine, A. M. (1990). Avaliação do conceito de si próprio de adolescentes: Adaptação do SDQ I de Marsh à população portuguesa. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 6, 97–105.

- Faria, L. & Santos, N. L. (2006). Auto-conceito académico, social e global em estudantes universitários. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 3, 225–236.
- Fassinger, R. E. (1990). Causal models of career choice in two samples of college women. *Journal of Vocational Behavior*, 36(2), 225–248.
- Feldman, D. H. & Piirto, J. (2002). Parenting talented children. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (Vol. 5), (pp. 195–219). Londres: Lawrence Erlbaum.
- Felsman, D. E. & Blustein, D. L. (1999). The role of peer relatedness in late adolescent career development. *Journal of Vocational Behavior*, 54(2), 279–295. doi: 10.1006/jvbe.1998.1664
- Ferguson, C. J. (2009). An effect size primer: A guide for clinicians and researchers. *Professional Psychology: Research and Practice*, 40(5), 532–538. doi: 10.1037/a0015808
- Fernandes, F. & Gonçalves, C. M. (2013). Jovens brasileiros e portugueses atribuem os mesmos significados ao trabalho? Um estudo transnacional. In *Atas XIV Congresso Internacional Norte de Portugal–Galiza de Formação para o Trabalho: Construir projetos, empreender carreiras, a formação, a orientação e o empreendedorismo da educação e formação para o trabalho: Desafios e exigências da Aprendizagem ao Longo da Vida* (pp. 479–484). Porto: IEFEP.
- Fernandes, F. S. (2013). *As Famílias no Amazonas: um estudo sobre os Estilos Parentais e sua influência no Desenvolvimento Vocacional dos Adolescentes* (Tese de Doutoramento). Universidade do Porto, Porto.
- Fernandes, F. S. & Gonçalves, C. M. (2012a). Escolhas vocacionais dos jovens: projetos pessoais ou projetos familiares? *AMAzônica*, 8(1), 171–182.
- Fernandes, F. S. & Gonçalves, C. M. (2012b). Jovens brasileiros e portugueses atribuem os mesmos significados ao trabalho? Um estudo transnacional. In *Actas do XIV Congresso Internacional de Formação para o Trabalho Norte de Portugal/Galiza – Construir projectos, empreender carreiras: a formação, a orientação e o empreendedorismo* (pp. 479–484). Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Field, D. & Minkler, M. (1988). Continuity and change in social support between young-old and old-old or very-old age. *Journal of Gerontology*, 43(4), 100–106. doi: 10.1093/geronj/43.4.P100

- Findler, L., Taubman-Ben-Ari, O., Nuttman-Shwartz, O., & Lazar, R. (2013). Construction and validation of the multidimensional experience of grandparenthood set of inventories. *Social Work Research, 37*(3), 237–253. doi: 10.1093/swr/svt025
- Fingerman, K. L. (2004). The role of offspring and in-laws in grandparents ties to their grandchildren. *Journal of Family Issues, 25*(8), 1026–1049. doi: 10.1177/0192513X04265941
- Fontaine, A. M. (1991a). Desenvolvimento do conceito de si próprio e realização escolar na adolescência. *Psychologica, 5*, 13–31.
- Fontaine, A. M. (1991b). O conceito de si próprio no ensino secundário: Processo de desenvolvimento diferencial. *Cadernos de Consulta Psicológica, 7*, 33–54.
- Freitas, M. C. (1998). Trabalho e condição itinerante do homem. *Communio, 4*, 293–297.
- Fruhauf, C. A., Jarrott, S. E., & Allen, K. R. (2006). Grandchildren's perceptions of caring for grandparents. *Journal of Family Issues, 27*(7), 887–911. doi: 10.1177/0192513X05286019
- Fry, C. L. (1995). Kinship and individuation: cross-cultural perspectives on intergenerational relations. In V. L. Bengtson, K. W. Schaie, & L. M. Burton (Eds.), *Adult intergenerational relations. Effects of societal change* (pp. 126–173). Nova Iorque: Springer Publishing Company.
- Gauthier, A. (2002). The role of grandparents. *Current Sociology, 50*(2), 295–307. doi: 10.1177/0011392102050002623
- Gergen, K. J. (2001). *Social construction in context*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Geurts, T., Poortman, A.-R., van Tilburg, T., & Dykstra, P. A. (2009). Contact between grandchildren and their grandparents in early adulthood. *Journal of Family Issues, 30*(12), 1698–1713. doi: 10.1177/0192513X09336340
- Geurts, T., van Tilburg, T. G., & Poortman, A.-R. (2012). The grandparent–grandchild relationship in childhood and adulthood: A matter of continuation? *Personal Relationships, 19*(2), 267–278. doi: 10.1111/j.1475-6811.2011.01354.x
- Glass, J., Bengtson, V. L., & Dunham, C. C. (1986). Attitude similarity in three-generation families: Socialization, status inheritance, or reciprocal influence? *American Sociological Review, 51*, 685–698. doi: 10.2307/2095493
- Gonçalves, C. M. (1997). *A influência da família no desenvolvimento vocacional de adolescentes e jovens* (Tese de Mestrado). Universidade do Porto, Porto.

- Gonçalves, C. M. (2006). Universidade do Porto, Porto. *A família e a construção de projectos vocacionais de adolescentes e jovens* (Tese de Doutoramento). Universidade do Porto, Porto.
- Gonçalves, C. M. (2008). *Pais aflitos, filhos com futuro incerto? Um estudo sobre a influência das famílias na orientação dos filhos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Gonçalves, C. M. & Coimbra, J. L. (1994/95). A influência do clima psicossocial da família no desenvolvimento vocacional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 10/11, 43–52.
- Gonçalves, C. M. & Coimbra, J. L. (2003). Significados construídos em torno da experiência profissional/trabalho. In *Actas do Congresso Internacional de Norte de Portugal/Galiza*, volume 4, (pp. 353–366).
- Gonçalves, C. M. & Coimbra, J. L. (2004). *Que significa trabalhar? ESAT, uma escala para avaliar os significados do trabalho*. Comunicação apresentada na X Conferência Internacional Avaliação Psicológica: Formas e Contextos, Braga.
- Gonçalves, C. M. & Coimbra, J. L. (2007). O papel dos pais na construção de trajectórias vocacionais dos seus filhos. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 8(1), 1–17.
- Gonçalves, C. M. & Coimbra, J. L. (2014). Orientar nas sociedades líquidas e da incerteza: um desafio para a investigação e intervenção em orientação vocacional. In *Atas do XV Congresso Internacional Norte de Portugal–Galiza de Formação para o Trabalho – Ourense, Espanha, 26–28 de Setembro de 2013*. Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- Goodman, C. C. (2007). Family dynamics in three-generation grandfamilies. *Journal of Family Issues*, 28(3), 355–379. doi: 10.1177/0192513X06296672
- Goodsell, T. L., Bates, J. S., & Behnke, A. O. (2011). Fatherhood stories: grandparents, grandchildren, and gender differences. *Journal of Social and Personal Relationships*, 28(1), 134–154. doi: 10.1177/0265407510386447
- Graf, L. P. & Diogo, M. F. (2009). Projeções juvenis: Visões ocupacionais e marcas de gênero. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10(1), 71–82.
- Greenhaus, J. H. (1987). *Career Management*. Hinsdale: The Dryden Press.
- Guay, F., Marsh, H. W., & Boivin, M. (2003). Academic self-concept and academic achievement: Developmental perspectives on their causal ordering. *Journal of Educational Psychology*, 95(1), 124–136. doi: 10.1037/0022-0663.95.1.124

- Guichard, J. & Huteau, M. (2002). *Psicologia da orientação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Hagestad, G. O. (1986). Dimensions of time and the family. *American Behavioral Scientist*, 29(6), 679–694. doi: 10.1177/000276486029006004
- Hagestad, G. O. (1988). Demographic change and the life course: Some emerging trends in the family realm. *Family Relations*, 37(4), 405–410. doi: 10.2307/584111
- Hagestad, G. O. (2008). The book-ends: emerging perspectives on children and old people. In C. Saraceno (Ed.), *Families, Ageing and Social Policy. Intergenerational Solidarity in European Welfare States* (pp. 20–37). Cheltenham, UK: Edward Elgar. doi: 10.4337/9781848445147.00007
- Hagestad, G. O. & Lang, M. E. (1986). The transition to grandparenthood unexplored issues. *Journal of Family Issues*, 7(2), 115–130. doi: 10.1177/019251386007002001
- Hagestad, G. O. & Neugarten, B. L. (1985). Age and the life course. In H. R. Binstock & E. Shanas (Eds.), *Handbook of aging and the social sciences* (pp. 35–55). Nova Iorque: Van Nostrand and Reinhold.
- Hakoyama, M. & Malonebeach, E. E. (2013). Predictors of grandparent–grandchild closeness: An ecological perspective. *Journal of Intergenerational Relationships*, 11(1), 32–49. doi: 10.1080/15350770.2013.753834
- Haley, J. (1973). *Uncommon Therapy: The Psychiatric Techniques of M.H. Erickson*. Nova Iorque: Norton.
- Hamachek, D. (1995). Self-concept and school achievement: Interaction dynamics and a tool for assessing the self-concept component. *Journal of Counseling & Development*, 73(4), 419–425.
- Hamill, S. B. (2012). Caring for grandparents with Alzheimer’s disease help from the “forgotten” generations. *Journal of Family Issues*, 33(9), 1195–1217. doi: 10.1177/0192513X12444858
- Hank, K. & Buber, I. (2009). Grandparents caring for their grandchildren. Findings from the 2004 survey of health, ageing, and retirement in europe. *Journal of Family Issues*, 30(1), 53–73. doi: 10.1177/0192513X08322627
- Harter, S. (1996). Historical roots of contemporary issues involving self-concept. In B. A. Bracken (Ed.), *Handbook of self-concept* (pp. 1–37). Nova Iorque: John Wiley & Sons.

- Harwood, J. (2000). Communicative predictors of solidarity in the grandparent-grandchild relationship. *Journal of Social and Personal Relationships*, *17*(6), 743–766. doi: 10.1177/0265407500176003
- Harwood, J. (2001). Comparing grandchildren's and grandparents' stake in their relationship. *International Journal of Aging and Human Development*, *53*(3), 195–210.
- Hayslip Jr, B., Henderson, C. E., & Shore, R. J. (2003). The Structure of Grandparental Role Meaning. *Journal of Adult Development*, *10*(1), 1–11. doi: 10.1023/A:1020708402212
- Heloani, J. R. & Capitão, C. G. (2003). Saúde mental e Psicologia do Trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, *17*(2), 102–108.
- Henry, R. G., Miller, R. B., & Giarrusso, R. (2005). Difficulties, disagreements, and disappointments in late-life marriages. *The International Journal of Aging and Human Development*, *61*(3), 243–264. doi: 10.2190/EF1G-PNXF-J1VQ-6M72
- Herlofson, K. & Hagestad, G. O. (2012). Transformations in the role of grandparents across welfare states. In S. Arber & V. Timonen (Eds.), *Contemporary grandparenting* (pp. 27–50). Chicago: The Policy Press. doi: 10.1332/policypress/9781847429681.003.0002
- Hill, M. M. & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Hirshorn, B. A. (1998). Grandparents as caregivers. In M. E. Szinovacz (Ed.), *Handbook on grandparenthood* (pp. 200–216). Road West: Greenwood Press.
- Hobfoll, S. & Spielberger, C. (1992). Family stress: Integrating theory and measurement. *Journal of Family Psychology*, *6*(2), 99–112. doi: 10.1037/0893-3200.6.2.99
- Hodgson, L. G. (1998). Grandparents and older grandchildren. In M. E. Szinovacz (Ed.), *Handbook on grandparenthood* (pp. 171–183). Road West: Greenwood Press.
- Hoffman, E. (1979). Young adults' relations with their grandparents: An exploratory study. *The International Journal of Aging and Human Development*, *10*(3), 299–310. doi: 10.2190/8PWQ-NDRJ-13FD-2FL6
- Hoffman, J. A. & Weiss, B. (1987). Family dynamics and presenting problems in college students. *Journal of Counseling Psychology*, *34*(2), 157–163. doi: 10.1037/0022-0167.34.2.157
- Hogan, D. P. & Astone, N. M. (1986). The transition to adulthood. *Annual Review of Sociology*, *12*, 109–130. doi: 10.1146/annurev.so.12.080186.000545

- Hogan, D. P., Eggebeen, D. J., & Clogg, C. C. (1993). The structure of intergenerational exchanges in american families. *American Journal of Sociology*, 98(6), 1428–1458. doi: 10.1086/230194
- Howard, K. & Singleton, J. F. (2001). The forgotten generation: The impact a grandmother with Alzheimer's disease has on a granddaughters. *Activities, Adaptation & Aging*, 25(2), 45–57. doi: 10.1300/J016v25n02_03
- Hu, L. & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 6(1), 1–55.
- Hurme, H., Westerback, S., & Quadrello, T. (2010). Traditional and new forms of contact between grandparents and grandchildren. *Journal of Intergenerational Relationships*, 8(3), 264–280. doi: 10.1080/15350770.2010.498739
- Hutz, C. S. & Bardagi, M. (2006). Indecisão profissional, ansiedade e depressão na adolescência: a influência dos estilos parentais. *Psico-USF*, 11(1), 65–73.
- Hyde, V. & Gibbs, I. (1993). A very special relationship: Granddaughters' perceptions of grandmothers. *Ageing and Society*, 13, 83–83. doi: 10.1017/S0144686X00000660
- Ikels, C. (1998). Grandparenthood in cross-cultural perspectives. In M. E. Szinovacz (Ed.), *Handbook on grandparenthood* (pp. 40–52). Road West: Greenwood Press.
- Jendrek, M. P. (1993). Grandparents who parent their grandchildren: Effects on lifestyle. *Journal of Marriage and the Family*, 55(3), 609–621. doi: 10.2307/353342
- Jendrek, M. P. (1994). Grandparents who parent their grandchildren: Circumstances and decisions. *The Gerontologist*, 34(2), 206–216. doi: 10.1093/geront/34.2.206
- Jepsen, D. A. & Dickson, G. L. (2003). Continuity in life-span career development: Career exploration as a precursor to career establishment. *The Career Development Quarterly*, 51(3), 217–233. doi: 10.1002/j.2161-0045.2003.tb00603.x
- Jeynes, W. H. (2005). Effects of parental involvement and family structure on the academic achievement of adolescents. *Marriage & Family Review*, 37(3), 99–116. doi: 10.1300/J002v37n03_06
- Johnson, C. L. (1998). Effects of adult childrens divorce on grandparenthood. In M. E. Szinovacz (Ed.), *Handbook on grandparenthood* (pp. 184–199). Road West: Greenwood Press.
- Johnson, D. R. & Booth, A. (1998). Marital quality: a product of the environment or individual factors? *Social Forces*, 76(3), 883–904. doi: 10.1093/sf/76.3.883

- Judge, T. A., Erez, A., & Bono, J. E. (1998). The power of being positive: The relation between positive self-concept and job performance. *Human Performance, 11*(2-3), 167–187. doi: 10.1080/08959285.1998.9668030
- Kaare, B. H., Brandtzæg, P. B., Heim, J., & Endestad, T. (2007). In the borderland between family orientation and peer culture: The use of communication technologies among norwegian tweens. *New Media & Society, 9*(4), 603–624. doi: 10.1177/1461444807080328
- Kahana, B. & Kahana, E. (1970). Grandparenthood from the perspective of the developing child. *Developmental Psychology, 3*(1), 98–105. doi: 10.1037/h0029423
- Kanazawa, S. (2008). Temperature and evolutionary novelty as forces behind the evolution of general intelligence. *Intelligence, 36*(2), 99–108. doi: 10.1016/j.intell.2007.04.001
- Kane, T. D., Marks, M. A., Zaccaro, S. J., & Blair, V. (1996). Self-efficacy, personal goals, and wrestlers' self-regulation. *Journal of Sport and Exercise Psychology, 18*, 36–48.
- Kaufman, G. & Elder, G. H. (2003). Grandparenting and age identity. *Journal of Aging Studies, 17*(3), 269–282. doi: 10.1016/S0890-4065(03)00030-6
- Kemp, C. (2007). Grandparent-grandchild ties: Reflections on continuity and change across three generations. *Journal of Family Issues, 28*(7), 855–881. doi: 10.1177/0192513X07299599
- Kemp, C. L. (2005). Dimensions of grandparent-adult grandchild relationships: From family ties to intergenerational friendships. *Canadian Journal on Aging, 24*(2), 161–178. doi: 10.1353/cja.2005.0066
- Kennedy, G. E. (1990). College students' expectations of grandparent and grandchild role behaviors. *The Gerontologist, 30*(1), 43–48. doi: 10.1093/geront/30.1.43
- Kennedy, G. E. (1992a). Quality in grandparent/grandchild relationships. *The International Journal of Aging and Human Development, 35*(2), 83–98. doi: 10.2190/H177-W9EX-483T-PKKU
- Kennedy, G. E. (1992b). Shared activities of grandparents and grandchildren. *Psychological Reports, 70*(1), 211–227. doi: 10.2466/pr0.1992.70.1.211
- Kennedy, G. E. & Kennedy, C. (1993). Grandparents: A special resource for children in stepfamilies. *Journal of Divorce & Remarriage, 19*(3-4), 45–68. doi: 10.1300/J087v19n03_04

- Kenny, D. & Judd, C. (1986). Consequences of violating the independence assumption in analysis of variance. *Psychological Bulletin*, 99(3), 422. doi: 10.1037/0033-2909.99.3.422
- Kenny, D. A. (1995). The effect of nonindependence on significance testing in dyadic research. *Personal Relationships*, 2(1), 67–75. doi: 10.1111/j.1475-6811.1995.tb00078.x3
- Kenny, D. A. (1996). Models of non-independence in dyadic research. *Journal of Social and Personal Relationships*, 13(2), 279–294. doi: 10.1177/0265407596132007
- Kenny, D. A., Kashy, D. A., & Cook, W. L. (2006). *Dyadic data analysis*. Londres: Guilford Press.
- Ketterson, T. U. & Blustein, D. L. (1997). Attachment relationships and the career exploration process. *The Career Development Quarterly*, 46(2), 167–178. doi: 10.1002/j.2161-0045.1997.tb01003.x
- King, V. (2003). The legacy of a grandparent's divorce: Consequences for ties between grandparents and grandchildren. *Journal of Marriage and Family*, 65(1), 170–183. doi: 10.1111/j.1741-3737.2003.00170.x
- King, V. & Elder, G. H. (1995). American children view their grandparents: Linked lives across three rural generations. *Journal of Marriage and the Family*, 57(1), 165–178. doi: 10.2307/353825
- King, V. & Elder, G. H. (1997). The legacy of grandparenting: childhood experiences with grandparents and current involvement with grandchildren. *Journal of Marriage and the Family*, 59, 848–859. doi: 10.2307/353787
- King, V. & Elder, G. H. (1999). Are religious grandparents more involved grandparents? *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 54(6), S317–S328. doi: 10.1093/geronb/54B.6.S317
- King, V., Russel, S. T., & Elder, G. H. (1998). Grandparenting in family systems: an ecological perspectives. In M. E. Szinovacz (Ed.), *Handbook on grandparenthood* (pp. 53–69). Road West: Greenwood Press.
- King, V., Silverstein, M., Elder, G. H., Bengtson, V. L., & Conger, R. D. (2003). Relations with grandparents rural midwest versus urban southern california. *Journal of Family Issues*, 24(8), 1044–1069. doi: 10.1177/0192513X03255464
- Kinnier, R. T., Brigman, S. L., & Noble, F. C. (1990). Career Indecision and family enmeshment. *Journal of Counseling & Development*, 68(3), 309–312. doi: 10.1002/j.1556-6676.1990.tb01379.x

- Kipper, C. D. R. & Lopes, R. S. (2006). O Tornar-se Avó no Processo de Individuação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(1), 29–34.
- Kirchler, E., Palmonari, A., & Pombeni, M. L. (1993). Developmental tasks and adolescents' relationships with their peers and their family. In S. Jackson & H. Rodriguez-Tomé (Eds.), *Adolescence and its social worlds* (pp. 145–167). Hove, UK: Lawrence Erlbaum Associates.
- Kirkland, B. (1988). *Grandparents raising grandchildren* [Newsletter]. Colleyville, Texas.
- Kivett, V. R. (1985). Grandfathers and grandchildren: Patterns of association, helping, and psychological closeness. *Family Relations*, 34(4), 565–571. doi: 10.2307/584020
- Kivett, V. R. (1991). The grandparent-grandchild connection. *Marriage & Family Review*, 16(3-4), 267–290. doi: 10.1300/J002v16n03_04
- Kivett, V. R. (1993). Racial comparisons of the grandmother role: Implications for strengthening the family support system of older black women. *Family Relations*, 42(2), 165–172. doi: 10.2307/585450
- Kivnick, H. Q. (1982). Grandparenthood: An overview of meaning and mental health. *The Gerontologist*, 22(1), 59–66. doi: 10.1093/geront/22.1.59
- Knipscheer, C. P. M. (1988). Temporal embeddedness and aging within the multigenerational family: the case of grandparenting. In J. E. Birren & V. Bengtson (Eds.), *Emergent theories of aging* (pp. 427–446). Nova Iorque: Springer.
- Kochanska, G. (1998). Mother–child relationship, child fearfulness, and emerging attachment: A short-term longitudinal study. *Developmental Psychology*, 34(3), 480–490. doi: 10.1037/0012-1649.34.3.480
- Koenig, K. A., Frey, M. C., & Detterman, D. K. (2008). ACT and general cognitive ability. *Intelligence*, 36(2), 153–160. doi: 10.1016/j.intell.2007.03.005
- Kondjasili, L. (2012). *A formação profissional como base de melhoria da qualidade de vida dos jovens no contexto do Kunene: significados atribuídos à formação e ao Trabalho* (Tese de Mestrado). Universidade do Porto, Porto.
- Kornhaber, A. (1996). *Contemporary grandparenting*. Thousand Oaks, California: Sage Publications, Inc. doi: 10.4135/9781452243580
- Kotre, J. (1995). Generative outcome. *Journal of Aging Studies*, 9(1), 33–41. doi: 10.1016/0890-4065(95)90024-1

- Kotre, J. (1996). *Outliving the self: How we live on in future generations*. Nova Iorque: WW Norton & Company Incorporated.
- Kotre, J. (2004). Generativity and culture: what meaning can do. In E. de St. Aubin, D. P. McAdams, & T.-C. Kim (Eds.), *The generative society: Caring for future generations* (pp. 35–49). Washington, D.C.: American Psychological Association. doi: 10.1037/10622-003
- Kracke, B. (1997). Parental behaviors and adolescents' career exploration. *The Career Development Quarterly*, 45(4), 341–350. doi: 10.1002/j.2161-0045.1997.tb00538.x
- Lance, C. E., Butts, M. M., & Michels, L. C. (2006). The sources of four commonly reported cutoff criteria what did they really say? *Organizational Research Methods*, 9(2), 202–220.
- Lankard, B. A. (1995). *Family Role in Career Development* (ERIC Document Reproduction Service No. EDO-CE-95-164). Retirado de <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED389878.pdf>
- Lanz, M. & Rosnati, R. (2002). *Metodologia della ricerca sulla famiglia*. Milão: LED Edizioni Universitarie.
- Larson, J. H. (1995). The use of family systems theory to explain and treat career decision problems in late adolescence: A review. *The American Journal of Family Therapy*, 23(4), 328–337. doi: 10.1080/01926189508251363
- Lassance, M. C. & Sparta, M. (2003). A orientação profissional e as transformações no mundo do trabalho. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4(1-2), 13–19.
- Lau, S. & Pun, K.-L. (1999). Parental evaluations and their agreement: Relationship with children's self-concepts. *Social Behavior and Personality: an International Journal*, 27(6), 639–650. doi: 10.2224/sbp.1999.27.6.639
- Lawton, L., Silverstein, M., & Bengtson, V. L. (1994). Solidarity between generations in families. In V. L. Bengtson & R. A. Harootyan (Eds.), *Intergenerational linkages: hidden connections in American society* (pp. 19–42). Nova Iorque: Springer Publishing Co.
- Lin, M.-C., Harwood, J., & Bonnesen, J. L. (2002). Conversation topics and communication satisfaction in grandparent-grandchild relationships. *Journal of Language and Social Psychology*, 21(3), 302–323. doi: 10.1177/0261927X02021003005
- Lobato, C. (2004). O significado do trabalho para o adulto jovem no mundo do provisório. *Revista de Psicologia da UNC*, 1(2), 44–53.

- Lopez, F. G. (1992). Family dynamics and late adolescent identity development. In S. Brown & R. W. Lent (Eds.), *Handbook of counseling psychology* (pp. 251–283). Nova Iorque: Wiley.
- Lopez, F. G. & Andrews, S. (1987). Career indecision: A family systems perspective. *Journal of Counseling & Development, 65*(6), 304–307.
- Lupart, J. L., Cannon, E., & Telfer, J. A. (2004). Gender differences in adolescent academic achievement, interests, values and life-role expectations. *High Ability Studies, 15*(1), 25–42. doi: 10.1080/1359813042000225320
- Lussier, G., Deater-Deckard, K., Dunn, J., & Davies, L. (2002). Support across two generations: Children's closeness to grandparents following parental divorce and remarriage. *Journal of Family Psychology, 16*(3), 363–376. doi: 10.1037/0893-3200.16.3.363
- Lytton, H. & Romney, D. M. (1991). Parents differential socialization of boys and girls: A meta-analysis. *Psychological Bulletin, 109*(2), 267. doi: 10.1037/0033-2909.109.2.267
- Magalhães, B. & Silva, G. (2010). *Capitalismo, Trabalho, Gênero e Educação*. Comunicação apresentada no VII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade. Recuperado em <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/trabalhos-completos-viist-2010.html>
- Mann, R., Khan, H. T., & Leeson, G. W. (2013). Variations in grandchildren's perceptions of their grandfathers and grandmothers: Dynamics of age and gender. *Journal of Intergenerational Relationships, 11*(4), 380–395. doi: 10.1080/15350770.2013.839326
- Mann, R. & Leeson, G. (2010). Grandfathers in contemporary families in Britain: Evidence from qualitative research. *Journal of Intergenerational Relationships, 8*(3), 234–248. doi: 10.1080/15350770.2010.498774
- Mannheim, B. & Seger, T. (1993). Mother's occupational characteristics, family position, and sex role orientation as related to adolescents' work values. *Youth & Society, 24*(3), 276–198. doi: 10.1177/0044118X93024003002
- Marcia, J. E. (1966). Development and validation of ego-identity status. *Journal of Personality and Social Psychology, 3*(5), 551–558. doi: 10.1037/h0023281
- Marcia, J. E. (1980). Identity in adolescence. In J. Adelson (Ed.), *Handbook of Adolescent Psychology* (pp. 159–187). Nova Iorque: Wiley & Sons.

- Marcia, J. E. (1987). The identity status approach to the study of ego identity. In T. Honess & K. Yardley (Eds.), *Self and Identity* (pp. 161–171). Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Markides, K. S., Boldt, J. S., & Ray, L. A. (1986). Sources of helping and intergenerational solidarity: A three-generations study of mexican americans. *Journal of Gerontology*, *41*(4), 506–511. doi: 10.1093/geronj/41.4.506
- Maroco, J. (2014a). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, Software & Aplicações*. Pêro Pinheiro: ReportNumber, Lda.
- Maroco, J. (2014b). *Análise estatística com o SPSS Statistics*. Pêro Pinheiro: ReportNumber, Lda.
- Marsh, H. W. (1990). The structure of academic self-concept: The marsh/shavelson model. *Journal of Educational Psychology*, *82*(4), 623–636. doi: 10.1037/0022-0663.82.4.623
- Marsh, H. W. (1992). Content specificity of relations between academic achievement and academic self-concept. *Journal of Educational Psychology*, *84*(1), 35–42. doi: 10.1037/0022-0663.84.1.35
- Marsh, H. W. (1993). The multidimensional structure of academic self-concept: Invariance over gender and age. *American Educational Research Journal*, *30*(4), 841–860.
- Marsh, H. W., Byrne, B. M., & Shavelson, R. J. (1988). A multifaceted academic self-concept: Its hierarchical structure and its relation to academic achievement. *Journal of Educational Psychology*, *80*(3), 366–380. doi: 10.1037/0022-0663.80.3.366
- Marsh, H. W. & Craven, R. (1997). Academic self-concept: Beyond the dustbowl. In G. Phye (Ed.), *Handbook of classroom assessment: Learning, achievement, and adjustment* (pp. 131–198). Orlando, FL: Academic Press.
- Marsh, H. W. & Craven, R. G. (1991). Self-other agreement on multiple dimensions of preadolescent self-concept: Inferences by teachers, mothers, and fathers. *Journal of Educational Psychology*, *83*(3), 393–404. doi: 10.1037/0022-0663.83.3.393
- Marsh, H. W., Kong, C.-K., & Hau, K.-T. (2000). Longitudinal multilevel models of the big-fish-little-pond effect on academic self-concept: counterbalancing contrast and reflected-glory effects in hong kong schools. *Journal of Personality and Social Psychology*, *78*(2), 337–349. doi: 10.1037//0022-3514.78.2.337
- Marsh, H. W., Kong, C.-K., & Hau, K.-T. (2001). Extension of the internal/external frame of reference model of self-concept formation: Importance of native and nonnative

- languages for chinese students. *Journal of Educational Psychology*, 93(3), 543–553. doi: 10.1037//0022-0663.93.3.543
- Marsh, H. W. & Parker, J. W. (1984). Determinants of student self-concept: Is it better to be a relatively large fish in a small pond even if you don't learn to swim as well? *Journal of Personality and Social Psychology*, 47(1), 213–231. doi: 10.1037/0022-3514.47.1.213
- Marsh, H. W., Richards, G. E., & Barnes, J. (1986). Multidimensional self-concepts: The effect of participation in an outward bound program. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(1), 195–204. doi: 10.1037/0022-3514.50.1.195
- Marsh, H. W. & Yeung, A. S. (1997). Causal effects of academic self-concept on academic achievement: Structural equation models of longitudinal data. *Journal of Educational Psychology*, 89(1), 41–54. doi: 10.1037/0022-0663.89.1.41
- Martins, A. (2011). *Lieben und arbeiten: Vinculação e significados atribuídos ao trabalho por jovens adultos do ensino superior* (Tese de Doutoramento). Universidade do Porto, Porto.
- Mateus, S. (2002). Futuros Prováveis: um olhar sociológico sobre os projectos de futuro no 9º ano. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, 117–149.
- Matos, A. D. & Neves, R. B. (2012). Understanding adolescent grandchildren's influence on their grandparents. In S. Arber & V. Timonen (Eds.), *Contemporary grandparenting* (pp. 203–224). Chicago: The Policy Press.
- Matthews, S. H. & Sprey, J. (1985). Adolescents' relationships with grandparents: An empirical contribution to conceptual clarification. *Journal of Gerontology*, 40(5), 621–626. doi: 10.1093/geronj/40.5.621
- Mau, W.-C. & Bikos, L. H. (2000). Educational and vocational aspirations of minority and female students: A longitudinal study. *Journal of Counseling & Development*, 78(2), 186–194.
- May, V., Mason, J., & Clarke, L. (2012). Being there, yet not interfering: the paradoxes of grandparenting. In S. Arber & V. Timonen (Eds.), *Contemporary grandparenting* (pp. 139–158). Chicago: The Policy Press.
- McAdams, D. P. (2006). The Redemptive Self : Generativity and the Stories Americans Live By. *Research and Human Development*, 3(2-3), 81–100. doi: 10.1080/15427609.2006.9683363

- McAdams, D. P. & de St. Aubin, E. (1992). A Theory of Generativity and Its Assessment Through Self-Report, Behavioral Acts and Narrative Themes in Autobiography. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62(6), 1003–1015.
- McAdams, D. P. & de St. Aubin, E. (1998). *Generativity and adult development: How and why we care for the next generation*. Washington, D. C.: American Psychological Association. doi: 10.1037/10288-000
- McAdams, D. P. & Logan, R. L. (2004). What is generativity? In E. de St. Aubin, D. P. McAdams, & T.-C. Kim (Eds.), *The generative society: Caring for future generations* (pp. 15–31). Washington, D.C.: American Psychological Association.
- McGreal, C. E. (1986). Grandparental role-meaning types: A critical evaluation. *Infant Mental Health Journal*, 7(3), 235–241. doi: 10.1002/1097-0355(198623)7:3<235::AID-IMHJ2280070307>3.0.CO;2-W
- Méda, D. (1999). *O trabalho. Um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de Século.
- Mello, Z. R. & Worrell, F. C. (2006). The relationship of time perspective to age, gender, and academic achievement among academically talented adolescents. *Journal for the Education of the Gifted*, 29(3), 271–289.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Michalski, R. L. & Shackelford, T. K. (2005). Grandparental investment as a function of relational uncertainty and emotional closeness with parents. *Human Nature*, 16(3), 293–305. doi: 10.1007/s12110-005-1012-5
- Michels, T., Albert, I., & Ferring, D. (2011). Emotional relations with grandparents and received support: The adolescent view. *Journal of Intergenerational Relationships*, 9(3), 264–280. doi: 10.1080/15350770.2011.593435
- Mills, T. L. (1999). When grandchildren grow up: Role transition and family solidarity among baby boomer grandchildren and their grandparents. *Journal of Aging Studies*, 13(2), 219–239. doi: 10.1016/S0890-4065(99)80052-8
- Mills, T. L., Wakeman, M. A., & Fea, C. B. (2001). Adult grandchildren's perceptions of emotional closeness and consensus with their maternal and paternal grandparents. *Journal of Family Issues*, 22(4), 427–455. doi: 10.1177/019251301022004003
- Minuchin, S., Du Ranquet, M., & Wajeman, M. (1979). *Familles en thérapie*. Paris: Editions France-Amérique.
- Minuchin, S. & Fishman, H. C. (1981). *Family therapy techniques*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

- Monserud, M. A. (2011). Changes in grandchildren's adult role statuses and their relationships with grandparents. *Journal of Family Issues*, 32(4), 425–451. doi: 10.1177/0192513X10384466
- Moreira, J. (2009). *Questionários: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Mosquera, J. J. M. (2004). Pessoas, trabalho e significado. Consultado a 3 de Janeiro de 2014 em: <http://www.pucrs.br/feecultura/2004/agosto/palestra.pdf>
- Mueller, M. M. & Elder Jr., G. H. (2003). Family contingencies across the generations: grandparent-grandchildren relationships in holistic perspective. *Journal of Marriage and Family*, 65, 404–417. doi: 10.1111/j.1741-3737.2003.00404.x
- Mueller, M. M., Wilhelm, B., & Elder, G. H. (2002). Variations in grandparenting. *Research on Aging*, 24(3), 360–388. doi: 10.1177/0164027502243004
- Myers, J. E. & Perrin, N. (1993). Grandparents affected by parental divorce: A population at risk? *Journal of Counseling & Development*, 72(1), 62–66. doi: 10.1002/j.1556-6676.1993.tb02278.x
- Nascimento, I. & Coimbra, J. L. (2001). As lições da experiência: A relação pais-filhos e a transmissão intergeracional do significado do trabalho e da parentalidade. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17/18, 95–107.
- Neiva, K. M. C., Silva, M. B., Miranda, V. R., & Esteves, C. (2005). Um estudo sobre a maturidade para a escolha profissional de alunos do ensino médio. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6(1), 1–14.
- Neugarten, B. L. & Weinstein, K. K. (1964). The Changing American Grandparent. *Journal of Marriage and the Family*, 26(2), 199–204. doi: 10.2307/349727
- Noller, P., Seth-Smith, M., Bouma, R., & Schweitzer, R. (1992). Parent and adolescent perceptions of family functioning: A comparison of clinic and non-clinic families. *Journal of Adolescence*, 15(2), 101–114. doi: 10.1016/0140-1971(92)90041-3
- Nonaka, I. & Takeuchi, H. (1995). *The knowledge-creating company: how Japanese companies create the dynamics of innovation*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Núncio, M. (2008). *Mulheres em dupla jornada: a conciliação entre o trabalho e a família*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Nydegger, C. N. (1986). Asymmetrical kin and the problematic son-in-law. In A. Datan & H. Reese (Eds.), *Lifespan developmental psychology: Intergenerational relationships* (pp. 99–123). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

- O'Brien, K. M. (1996). The influence of psychological separation and parental attachment on the career development of adolescent women. *Journal of Vocational Behavior*, 48(3), 257–274. doi: 10.1006/jvbe.1996.0024
- O'Brien, K. M. & Fassinger, R. E. (1993). A causal model of the career orientation and career choice of adolescent women. *Journal of Counseling Psychology*, 40(4), 456. doi: 10.1037/0022-0167.40.4.456
- O'Brien, K. M., Friedman, S. M., Tipton, L. C., & Linn, S. G. (2000). Attachment, separation, and women's vocational development: A longitudinal analysis. *Journal of Counseling Psychology*, 47(3), 301. doi: 10.1037//O022-O167.47.3.301
- Oosterwegel, A. & Oppenheimer, L. (1993). *The self-system: Developmental changes between and within self-concepts*. Nova Jérícia: Lawrence Erlbaum Associates.
- Orel, N. & Dupuy, P. (2002). Grandchildren as auxiliary caregivers for grandparents with cognitive and/or physical limitations: Coping strategies and ramifications. *Child Study Journal*, 32(4), 193–214.
- Osipow, S. L. & Fitzgerald, L. F. (1996). *Theories of career development*. Boston: Allyn and Bacon.
- Osuna, M. J. (2006). Relaciones familiares en la vejez: vínculos de los abuelos y de las abuelas con sus nietos y nietas en la infancia. *Revista Multidisciplinar de Gerontologia*, 16(1), 16–25.
- Overbey, G. & Pollina, L. K. (1996). Generational differences in perceived responsibility for adolescent support: A study of adolescent females, mothers, and maternal grandmothers. *Journal of Youth and Adolescence*, 25(5), 599–613. doi: 10.1007/BF01537356
- Palmer, S. & Cochran, L. (1988). Parents as agents of career development. *Journal of Counseling Psychology*, 35(1), 71–76.
- Parjo, L., Nielsen, P. B., Bergmann, M. K., Pilskog, G. M., & Hintze, A. (2002). *Nordic Information Society Statistics* (Relatório do Nordic Council of Ministers).
- Paterson, J., Pryor, J., & Field, J. (1995). Adolescent attachment to parents and friends in relation to aspects of self-esteem. *Journal of Youth and Adolescence*, 24(3), 365–376. doi: 10.1007/BF01537602
- Patton, W. (2000). Changing career: the role of values. In A. Collin & R. Young (Eds.), *The future of career* (pp. 69–82). Cambridge, UK: Cambridge University Press.

- Peixoto, F. (1998). Autoconceito(s), auto-estima e resultados escolares: a influência da repetência nos autoconceitos e na auto-estima dos adolescentes. In M. A. Martins (Ed.), *Actas do IX Colóquio de Psicologia e Educação* (pp. 51–69). Lisboa: ISPA.
- Peixoto, F. (2004). Qualidade das relações familiares, auto-estima, autoconceito e rendimento académico. *Análise Psicológica*, *XXII*(1), 235–244.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pettit, G. S., Bates, J. E., & Dodge, K. A. (1997). Supportive parenting, ecological context, and children's adjustment: A seven-year longitudinal study. *Child Development*, *68*(5), 908–923. doi: 10.2307/1132041
- Piercy, K. W. & Chapman, J. G. (2001). Adopting the caregiver role: A family legacy. *Family Relations*, *50*(4), 386–393. doi: 10.1111/j.1741-3729.2001.00386.x
- Pinazo, S. (1999). Influencia de los abuelos en la socialización familiar de los nietos. revisión de la literatura científica. *Revista Española de Geriatria y Gerontología*, *34*(4), 231–236.
- Pitz, G. F. & Harren, V. A. (1980). An analysis of career decision making from the point of view of information processing and decision theory. *Journal of Vocational Behavior*, *16*(3), 320–346.
- Pocinho, M. D., Correia, A., Carvalho, R. G., & Silva, C. (2010). Influência do género, da família e dos serviços de psicologia e orientação na tomada de decisão de carreira. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, *11*(2), 201–212.
- Prata, A., Barbosa-Ducharne, M., Gonçalves, C. M., & Cruz, O. (2013). O impacto dos estilos educativos parentais e do desenvolvimento vocacional no rendimento escolar de adolescentes. *Análise Psicológica*, *3*(XXXI), 235–243. doi: 10.14417/S0870-8231201300030002
- Pruchno, R. & Johnson, K. W. (1996). Research on grandparenting: Current studies and future needs. *Generations*, *20*, 65–70.
- Quadrello, T., Hurme, H., Menzinger, J., Smith, P., Veisson, M., Vidal, S., & Westerback, S. (2005). Grandparents use of new communication technologies in a european perspective. *European Journal of Ageing*, *2*(3), 200–207. doi: 10.1007/s10433-005-0004-y
- Radl, R. P. (2003). Transformaciones en el comportamiento en función del género en la vejez: el caso de las relaciones familiares actuales entre abuelas, abuelos y nietas y nietos. *Papers*, *70*, 117–134.

- Raguso, F. (2010). Da generatividade parental à abertura dos jovens para a generatividade. In M. Gonçalves, C. B. Morais, & J. M. M. Lopes (Eds.), *Sexualidade e Educação para a Felicidade* (pp. 119–128). Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa.
- Rainey, L. M. & Borders, L. D. (1997). Influential factors in career orientation and career aspiration of early adolescent girls. *Journal of Counseling Psychology*, 44(2), 160–172. doi: 10.1037/0022-0167.44.2.160
- Rani, R. & Sharma, S. (2004). Attitude of Teenagers Towards Their Grandparents. *Journal of Human Ecology*, 15(3), 183–185.
- Rayens, M. K. & Svavarsdottir, E. K. (2003). A new methodological approach in nursing research: an actor, partner, and interaction effect model for family outcomes. *Research in Nursing and Health*, 26(5), 409–419.
- Reich, R. B. (1992). *The Work of Nations: Preparing Ourselves for 21st Century Capitalis*. Nova Iorque: Random House Digital, Inc.
- Reitzes, D. C. & Mutran, E. J. (2004a). Grandparent identity, intergenerational family identity, and well-being. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 59B(4), S213–S219. doi: 10.1093/geronb/59.4.S213
- Reitzes, D. C. & Mutran, E. J. (2004b). Grandparenthood: Factors influencing frequency of grandparent–grandchildren contact and grandparent role satisfaction. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 59B(1), S9–S16. doi: 10.1093/geronb/59.1.S9
- Relvas, A. P. (2000). *O ciclo vital da família: perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rempusheski, V. F., Haigh, K. M., & Davidson, L. M. (2012). College students' perceptions of their grandparents and communication technology use. *Journal of Intergenerational Relationships*, 10(4), 370–385. doi: 10.1080/15350770.2012.726600
- Reynolds, W. M. (1988). Measurement of academic self-concept in college students. *Journal of Personality Assessment*, 52(2), 223–240. doi: 10.1207/s15327752jpa5202_4
- Ribeiro, C. V. S. & Léda, D. B. (2004). O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 4(2), 76–83.
- Rifkin, J. (1996). *La fin du travail*. Paris: La Découvert.
- Roberto, K. A. (1990). Grandparent and grandchild relationships. In T. H. Brubaker (Ed.), *Family relationships in later life* (pp. 100–113). Londres: Sage.

- Roberto, K. A., Allen, K. R., & Blieszner, R. (1999). Older women, their children, and grandchildren: A feminist perspective on family relationships. *Journal of Women & Aging, 11*(2-3), 67–84. doi: 10.1300/J074v11n02_06
- Roberto, K. A., Allen, K. R., & Blieszner, R. (2001). Grandfathers' perceptions and expectations of relationships with their adult grandchildren. *Journal of Family Issues, 22*(4), 407–426. doi: 10.1177/019251301022004002
- Roberto, K. A. & Stroes, J. (1992). Grandchildren and grandparents: Roles, influences, and relationships. *The International Journal of Aging and Human Development, 34*(3), 227–239. doi: 10.2190/8CW7-91WF-E5QC-5UFN
- Robertson, J. F. (1976). Significance of grandparents: Perceptions of young adult grandchildren. *The Gerontologist, 16*(2), 137–140. doi: 10.1093/geront/16.2.137
- Robinson, M. (1993). *Family transformation through divorce and remarriage: A systematic approach*. Londres: Routledge. doi: 10.4324/9780203359235
- Roe, A. (1957). Early determinants of vocational choice. *Journal of Counseling Psychology, 4*(3), 212–217. doi: 10.1037/h0045950
- Rohde, T. E. & Thompson, L. A. (2007). Predicting academic achievement with cognitive ability. *Intelligence, 35*(1), 83–92. doi: 10.1016/j.intell.2006.05.004
- Rosa, M. J. V. & Vieira, C. (2003). *A população portuguesa no século XX: análise dos censos de 1900 a 2001*. Lisboa: Ciências Sociais.
- Ross, N., Hill, M., Sweeting, H., & Cunningham-Burley, S. (2005). *Grandparents and teen grandchildren* (Relatório RES-000-22-0402). doi: 10.5255/UKDA-SN-5231-1
- Rossi, P. P. H. (1990). *Of human bonding: Parent-child relations across the life course*. Hawthorne: Aldine de Gruyter.
- Sampaio, D. (2008). *A razão dos avós*. Lisboa: Caminho.
- Sampaio, D. (2010). *Memórias do futuro. Narrativa de uma família*. Alfragide: Caminho.
- Sampaio, D. & Gameiro, J. (1992). *Terapia familiar*. Porto: Afrontamento.
- Sanders, G. F. & Trygstad, D. W. (1993). Strengths in the grandparent-grandchild relationship. *Activities, Adaptation & Aging, 17*(4), 43–53. doi: 10.1300/J016v17n04_05
- Sands, R. G., Goldberg-Glen, R., & Thornton, P. L. (2005). Factors associated with the positive well-being of grandparents caring for their grandchildren. *Journal of Gerontological Social Work, 45*(4), 65–82. doi: 10.1300/J083v45n04_05

- Santos, P. (2007). *Dificuldades de escolha vocacional*. Coimbra: Almedina.
- Savickas, M. L. (2002). Career construction: a development theory of vocational behavior. In D. Brown, L. Brooks, & Associates (Eds.), *Career choice and development* (4^a ed.). (pp. 149–215). São Francisco: Jossey-Bass.
- Saxena, D. & Sanders, G. F. (2009). Quality of grandparent-grandchild relationship in asian-indian immigrant families. *The International Journal of Aging and Human Development*, 68(4), 321–337. doi: 10.2190/AG.68.4.c
- Scabini, E. & Cigoli, V. (2000). *Il familiare. Legami, simboli e transizione*. Milão: Raffaello Cortina.
- Scabini, E., Marta, E., & Lanz (2006). *Transition to adulthood and family relations: an intergenerational perspective*. Nova Iorque: Psychology Press.
- Schulenberg, J. E., Vondracek, F. W., & Crouter, A. C. (1984). The influence of the family on vocational development. *Journal of Marriage and the Family*, 46(1), 129–143. doi: 10.2307/351871
- Schultheiss, D. E. P., Kress, H. M., Manzi, A. J., & Glasscock, J. M. J. (2001). Relational influences in career development a qualitative inquiry. *The Counseling Psychologist*, 29(2), 216–241. doi: 10.1177/0011000001292003
- Schumacker, R. E. & Lomax, R. G. (2010). *A beginner's guide to structural equation modeling*. Londres: Routledge.
- Schutter, M. E., Scherman, A., & Carroll, R. S. (1997). Grandparents and children of divorce: Their contrasting perceptions and desires for the postdivorce relationship. *Educational Gerontology: An International Quarterly*, 23(3), 213–231. doi: 10.1080/0360127970230302
- Scott, D. J. & Church, A. T. (2001). Separation/attachment theory and career decidedness and commitment: Effects of parental divorce. *Journal of Vocational Behavior*, 58(3), 328–347. doi: 10.1006/jvbe.2000.1769
- Sennett, R. (2008). *The craftsman*. New Haven: Yale University Press.
- Senos, J. & Diniz, T. (1998). Auto-estima, resultados escolares e indisciplina. estudo exploratório numa amostra de adolescentes. *Análise Psicológica*, 16(2), 267–276.
- Shavelson, R. J., Hubner, J. J., & Stanton, G. C. (1976). Self-concept: Validation of construct interpretations. *Review of Educational Research*, 46(3), 407–441. doi: 10.3102/00346543046003407

- Silverstein, M. & Long, J. D. (1998). Trajectories of grandparents' perceived solidarity with adult grandchildren: a growth curve analysis over 23 years. *Journal of Marriage and the Family*, 60(4), 912–923. doi: 10.2307/353634
- Silverstein, M. & Marenco, A. (2001). How americans enact the grandparent role across the family life course. *Journal of Family Issues*, 22(4), 493–522. doi: 10.1177/019251301022004006
- Simões, M. F. (2001). *O interesse do auto-conceito em educação*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Slater, C. L. (2003). Generativity Versus Stagnation : An Elaboration of Erikson's Adult Stage of Human Development. *Journal of Adult Development*, 10(1), 53–65. doi: 10.1023/A:1020790820868
- Smith, P. K. (1991). Introduction: the study of grandparenthood. In P. K. Smith (Ed.), *The psychology of grandparenthood. An international perspective* (pp. 1–18). Londres: Routledge. doi: 10.4324/9780203359174
- Smith, P. K. & Drew, L. M. (2002). Grandparenthood. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (Vol. 3) (pp. 141–172). Londres: Lawrence Erlbaum.
- Smith, T. E. (1990). Parental separation and the academic self-concepts of adolescents: An effort to solve the puzzle of separation effects. *Journal of Marriage and the Family*, 52(1), 107–118. doi: 10.2307/352843
- Snarey, J. R. (1993). *How fathers care for the next generation: A four-decade study*. Londres: Harvard University Press.
- Soares, I. & Campos, B. P. (1988). Vinculação e autonomia na relação do adolescente com os pais. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 4, 57–64.
- Sobral, J. M. (2008). *O impacto da Situação Profissional Parental no Desenvolvimento Vocacional* (Tese de Mestrado). Universidade do Porto, Porto.
- Sobral, J. M., Gonçalves, C. M., & Coimbra, J. L. (2009). A influência da situação profissional parental no desenvolvimento vocacional dos adolescentes. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10(1), 11–22.
- Somary, K. & Strieker, G. (1998). Becoming a Grandparent: A Longitudinal Study of Expectations and Early Experiences as a Function of Sex and Lineage. *The Gerontologist*, 38(1), 53–61. doi: 10.1093/geront/38.1.53
- Sparta, M., Bardagi, M. P., & Andrade, A. M. J. (2005). Exploração vocacional e informação profissional percebida em estudantes carentes. *Aletheia*, 22, 79–88.

- Spitze, G., Logan, J. R., Deane, G., & Zerger, S. (1994). Adult children's divorce and intergenerational relationships. *Journal of Marriage and the Family*, *56*, 279–293. doi: 10.2307/353100
- Spitze, G. & Ward, R. A. (1998). Gender variations. In M. E. Szinovacz (Ed.), *Handbook on grandparenthood* (pp. 113–130). Road West: Greenwood Press.
- Splete, H. & Freeman-George, A. (1985). Family influences on the career development of young adults. *Journal of Career Development*, *12*, 55–64.
- Super, D. E. (1990). A life-span, life-space approach to career development. In D. Brown, L. Brooks, & Associates (Eds.), *Career choice and development* (2^a ed.). (pp. 197–261). São Francisco: Jossey-Bass.
- Super, D. E., Savickas, M. L., & Super, C. M. (1996). The life-span, life-space approach to careers. In D. Brown, L. Brooks, & Associates (Eds.), *Career choice and development* (3^a ed.). (pp. 121–178). São Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Szinovacz, M. E. (1998a). Grandparent research: past, present, and future. In M. E. Szinovacz (Ed.), *Handbook on grandparenthood* (pp. 1–22). Road West: Greenwood Press.
- Szinovacz, M. E. (1998b). Grandparents today: a demographic profile. *The Gerontologist*, *38*(1), 37–52. doi: 10.1093/geront/38.1.37
- Szinovacz, M. E. (1998c). Research on grandparenting: needed refinements in concepts, theories, and methods. In M. E. Szinovacz (Ed.), *Handbook on grandparenthood* (pp. 257–288). Road West: Greenwood Press.
- Szinovacz, M. E. (2003). Caring for a demented relative at home: Effects on parent–adolescent relationships and family dynamics. *Journal of Aging Studies*, *17*(4), 445–472. doi: 10.1016/S0890-4065(03)00063-X
- Szinovacz, M. E. & Roberts, A. (1998). Programs for grandparents. In M. E. Szinovacz (Ed.), *Handbook on grandparenthood* (pp. 247–256). Road West: Greenwood Press.
- Tarrant, A. (2012). Grandfathering: the construction of new identities and masculinities. In S. Arber & V. Timonen (Eds.), *Contemporary grandparenting* (pp. 181–202). Chicago: The Policy Press. doi: 10.1332/policypress/9781847429681.003.0009
- Taubman-Ben-Ari, O., Findler, L., & Shlomo, S. B. (2012). Personal growth and the transition to grandfatherhood. *The International Journal of Aging and Human Development*, *74*(4), 265–285. doi: 10.2190/AG.74.4.a

- Taubman-Ben-Ari, O., Findler, L., & Shlomo, S. B. (2013). When couples become grandparents: Factors associated with the growth of each spouse. *Social Work Research, 37*(1), 26–36. doi: 10.1093/swr/svt005
- Taveira, M. C. (2000). *Exploração e desenvolvimento vocacional de jovens*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Taylor, A. C., Robila, M., & Lee, H. S. (2005). Distance, contact and intergenerational relationships: grandparents and adult grandchildren from an international perspective. *Journal of Adult Development, 12*(1), 33–41. doi: 10.1007/s10804-005-1280-7
- Thomas, J. L. (1986a). Age and sex differences in perceptions of grandparenting. *Journal of Gerontology, 41*(3), 417–423. doi: 10.1093/geronj/41.3.417
- Thomas, J. L. (1986b). Gender differences in satisfaction with grandparenting. *Psychology and Aging, 1*(3), 215–219. doi: 10.1037/0882-7974.1.3.215
- Thompson, L. & Walker, A. J. (1987). Mothers as mediators of intimacy between grandmothers and their young adult granddaughters. *Family Relations, 36*(1), 72–77. doi: 10.2307/584651
- Thompson, L. & Walker, A. J. (1989). Gender in families: Women and men in marriage, work, and parenthood. *Journal of Marriage and the Family, 51*(4), 845–871. doi: 10.2307/353201
- Thompson, L. A., Fagan, J. F., & Fulker, D. W. (1991). Longitudinal prediction of specific cognitive abilities from infant novelty preference. *Child Development, 62*(3), 530–538. doi: 10.2307/1131128
- Tilly, L. A. & Scott, J. W. (1989). *Women, work, and family*. Nova Iorque: Routledge.
- Timonen, V. & Doyle, M. (2012). Grandparental agency after adult childrens divorce. In S. Arber & V. Timonen (Eds.), *Contemporary grandparenting* (pp. 159–180). Chicago: The Policy Press.
- Tinsley, H. & Tinsley, D. (1987). Uses of factor analysis in counseling psychology research. *Journal of Counseling Psychology, 34*(4), 414–424. doi: 10.1037/0022-0167.34.4.414
- Toman, S. & Kurtz, R. (1992). *Integration of the Family Systems Perspective and Career Counseling*. Comunicação apresentada no Annual Convention of The American Association for Counseling and Development, Baltimore, Maryland. Retirado de <http://academic.csuohio.edu/stoman/Family.pdf>

- Toni, M. (2003). Visões sobre o trabalho em transformação. *Sociologias*, 5(9), 246–286. doi: 10.1590/S1517-45222003000100009
- Triadó, C., Martínez, G., & Villar, F. (2000). El rol y la importancia de los abuelos para sus nietos adolescentes. *Anuario de Psicología*, 31(2), 107–118.
- Triadó, C. & Villar, E. (2000). El rol de abuelo: cómo perciben los abuelos las relaciones con sus nietos. *Revista Española de Geriatria y Gerontología*, 35(S2), 30–36.
- Triadó, C. & Villar, F. (2002). Las relaciones entre abuelos y nietos: un estudio exploratorio sobre el rol del abuelo. *Tiempo*, 10, 1–7.
- Triadó, C., Villar, F., Pinazo, S., Solé, C., Montoro, J., & Celdrán, M. (2008). La relación entre abuelos/as y sus nietos/as adolescentes: comparación de perspectivas generacionales. *Infancia y Aprendizaje*, 31(3), 385–398. doi: 10.1174/021037008785702938
- Triadó, C., Villar, F., Solé, C., Osuna, M.-J., & Celdrán, M. (2006). Percepciones cruzadas entre abuelos y nietos en una muestra de díadas: una aproximación cualitativa. *Revista Española de Geriatria y Gerontología*, 41(2), 100–110. doi: 10.1016/S0211-139X(06)72933-X
- Triadó, C., Villar, F., Solé, C., Osuna, M. J., & Pinazo, S. (2005). The meaning of grandparenthood: do adolescent grandchildren perceive the relationship and role in the same way their grandparents do? *Journal of International Relationships*, 3(2), 101–121. doi: 10.1300/J194v03n02_07
- Troskie, B., Broeck, G. V., Uys, J. (Produtores) & Uys, J. (Realizador) (1980). *The gods must me crazy [Motion picture]*. Botswana/África do Sul: 20th Century Fox.
- Trygstad, D. W. & Sanders, G. F. (1989). The significance of stepgrandparents. *The International Journal of Aging and Human Development*, 29(2), 119–134. doi: 10.2190/YE9C-UQCW-JXE9-52MP
- Tyszkowa, M. (1991). The role of grandparents in the development of grandchildren as perceived by adolescents and young adults in Poland. In P. K. Smith (Ed.), *The psychology of grandparenthood. An international perspective* (pp. 50–67). Londres: Routledge. doi: 10.4324/9780203359174
- Uhlenberg, P. (1996). Mortality decline in the twentieth century and supply of kin over the life course. *The Gerontologist*, 36(5), 681–685. doi: 10.1093/geront/36.5.681
- Uhlenberg, P. (2005). Historical forces shaping grandparent-grandchild relationships: demography and beyond. In M. Silverstein (Ed.), *Intergenerational relations across*

- time and space. Annual Review of Gerontology and Geriatrics* (pp. 77–97). Nova Iorque: Springer.
- Uhlenberg, P. & Hammill, B. G. (1998). Frequency of grandparent contact with grandchild sets: six factors that make a difference. *The Gerontologist*, 38(3), 276–85. doi: 10.1093/geront/38.3.276
- Uhlenberg, P. & Kirby, J. B. (1998). Grandparenthood over time: historical and demographic trends. In M. E. Szinovacz (Ed.), *Handbook on grandparenthood* (pp. 23–39). Road West: Greenwood Press.
- Valach, L. & Young, R. A. (2004). Some cornerstones in the development of a contextual action theory of career and counselling. *International Journal for Educational and Vocational Guidance*, 4(1), 61–81. doi: 10.1023/B:IJVO.0000021138.12299.cf
- Van Ranst, N., Verschueren, K., & Marcoen, A. (1995). The meaning of grandparents as viewed by adolescent grandchildren: An empirical study in Belgium. *The International Journal of Aging and Human Development*, 41(4), 311–324. doi: 10.2190/PPLV-DWG7-HV9R-6LVB
- Veiga, F. (1988). Disciplina materna, autoconceito e rendimento escolar. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 4, 47–56.
- Veleda, A., Neves, F., Baisch, A., Vaz, M., Santos, S., & Soares, M. (2006). Os significados e contribuições da convivência entre avós e netos para o desenvolvimento da criança. *Psychologica*, 43, 27–40.
- Viguer, P., Meléndez, J. C., Valencia, S., Cantero, M. J., & Navarro, E. (2010). Grandparent-Grandchild Relationships from the Children's Perspective: Shared Activities and Socialization Styles. *The Spanish Journal of Psychology*, 13(2), 708–717. doi: 10.1017/S1138741600002377
- Villar, F., Triadó, C., Pinazo-Hernandis, S., Celdrán, M., & Solé, C. (2010). Grandparents and Their Adolescent Grandchildren: Generational Stake or Generational Complaint? A Study with Dyads in Spain. *Journal of Intergenerational Relationships*, 8(3), 281–297. doi: 10.1080/15350770.2010.498759
- Vondracek, F. W., Lerner, R. M., & Schulenberg, J. M. (1986). *Career development: A life span approach*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Wenz-Gross, M., Siperstein, G. N., Untch, A. S., & Widaman, K. F. (1997). Stress, social support, and adjustment of adolescents in middle school. *The Journal of Early Adolescence*, 17(2), 129–151. doi: 10.1177/0272431697017002002

- Werner, E. E. (1991). Grandparent-grandchild relationships amongst us ethnic groups. In P. K. Smith (Ed.), *The psychology of grandparenthood. An international perspective.* (pp. 68–84). Londres: Routledge. doi: 10.4324/9780203359174
- Werner, P., Buchbinder, E., Lowenstein, A., & Livni, T. (2007). Grandmothers', mothers' and granddaughters' perceptions of grandparenthood. *Journal of Intergenerational Relationships*, 5(3), 7–26. doi: 10.1300/J194v05n03_02
- Werner, P. & Lowenstein, A. (2001). Grandparenthood and dementia. *Clinical Gerontologist*, 23(1-2), 115–129. doi: 10.1300/J018v23n01_10
- Wheelock, J. & Jones, K. (2002). 'Grandparents are the next best thing': Informal childcare for working parents in urban Britain. *Journal of Social Policy*, 31(3), 441–463. doi: 10.1017/S0047279402006657
- Whiston, S. C. & Keller, B. K. (2004). The Influences of the Family of Origin on Career Development: A Review and Analysis. *The Counseling Psychologist*, 32(4), 493–568. doi: 10.1177/0011000004265660
- Wijting, J. P., Arnold, C. R., & Conrad, K. A. (1978). Generational differences in work values between parents and children and between boys and girls across grade levels 6, 9, 10, and 12. *Journal of Vocational Behavior*, 12(2), 245–260.
- Williams, A. & Nussbaum, J. F. (2001). *Intergenerational communication across the life span.* Mahwah: Lawrence Erlbaum.
- Wise, R. (2010). Intergenerational relationship characteristics and grandchildren's perceptions of grandparent goal influence. *Journal of Intergenerational Relationships*, 8(1), 54–68. doi: 10.1080/15350770903520668
- Wissen, V. G. (1998). Existe um direito humano do trabalho? *Communio*, 4, 317–331.
- Young, R. A. (1994). Helping adolescents with career development: The active role of parents. *The Career Development Quarterly*, 42(3), 195–203. doi: 10.1002/j.2161-0045.1994.tb00934.x
- Young, R. A. (2001/2002). The joint projects of parents and adolescents in health and career: Conceptual, methodological and practical application. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17–18, 5–15.
- Young, R. A., Ball, J., Valach, L., Turkel, H., & Wong, Y. S. (2003). The family career development project in Chinese Canadian families. *Journal of Vocational Behavior*, 62(2), 287–304. doi: 10.1016/S0001-8791(02)00022-2

- Young, R. A. & Collin, A. (2004). Introduction: Constructivism and social constructionism in the career field. *Journal of Vocational Behavior*, 64(3), 373–388. doi:10.1016/j.jvb.2003.12.005
- Young, R. A. & Friesen, J. D. (1990). Parental influences on career development: a research perspective. In R. A. Young & W. A. Borgen (Eds.), *Methodological approaches to the study of career* (pp. 147–162). Nova Iorque: Praeger.
- Young, R. A. & Friesen, J. D. (1992). The intentions of parents in influencing the career development of their children. *The Career Development Quarterly*, 40(3), 198–206. doi: 10.1002/j.2161-0045.1992.tb00326.x
- Young, R. A., Friesen, J. D., & Pearson, H. M. (1988). Activities and interpersonal relations as dimensions of parental behavior in the career development of adolescents. *Youth & Society*, 20(1), 29–45. doi: 10.1177/0044118X88020001002
- Young, R. A., Friesen, J. D., Turner, H., & Johanna, S. (1994). *Facilitive and non facilitive family environment and their effects on the career choice*. Trabalho não publicado.
- Young, R. A., Paseluikho, M. A., & Valach, L. (1997). The role of emotion in the construction of career in parent–adolescent conversations. *Journal of Counseling & Development*, 76(1), 36–44. doi: 10.1002/j.1556-6676.1997.tb02374.x
- Young, R. A., Valach, L., Ball, J., Paseluikho, M. A., Wong, Y. S., DeVries, R. J., McLean, H., & Turkel, H. (2001). Career development in adolescence as a family project. *Journal of Counseling Psychology*, 48(2), 190–202. doi: 10.1037/0022-0167.48.2.190
- Young, R. A., Valach, L., Paseluikho, M. A., Dover, C., Matthes, G. E., Paproski, D. L., & Sankey, A. M. (1997). The joint action of parents and adolescents in conversation about career. *The Career Development Quarterly*, 46(1), 72–86. doi: 10.1002/j.2161-0045.1997.tb00693.x

ANEXOS

ANEXO 1

Questionário Macrossistêmico – Versão Avós

Esc	An	Trm	Cde	N

DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

Idade: _____

Sexo: M F

Estado civil: Casado Divorciado Viúvo Solteiro

Linha de ascendência: Avó paterna Avô paterno Avó materna Avô materno

Número de netos: _____

Onde vive? Meio rural Meio urbano

Estado profissional: Activo(a) Reformado(a)

Estudos

1º Ciclo do Ensino Básico (4ª Classe)

Bacharelato

2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)

Licenciatura

3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)

Mestrado

Ensino Secundário (12º ano)

Doutoramento

A que distância está da casa do seu neto? _____

Quanto tempo demora a chegar a casa do seu neto? _____

Que transporte costuma utilizar para ir visitar o seu neto? _____

Qual a frequência de contacto com o seu neto? Diária Várias vezes por semana
Fins de semana Mensal Em festas e outros eventos familiares

Tem alguma doença crónica? Sim Não

Actividades que normalmente realiza com o seu neto:

Quais as características principais que salienta no seu neto?

O que mais aprecia no seu neto?

O que menos aprecia no seu neto?

No decorrer deste estudo, poderei ter necessidade de o contactar para uma entrevista de aprofundamento, juntamente com o seu neto. Caso esteja disponível para o fazer, por favor deixe o seu nome e o seu contacto. Obrigado!

Nome: _____

Tel: _____

Email: _____

Contacto: rp_research@me.com

Isto não é um teste e por isso não há boas nem más respostas. Responda de forma a que demonstrem o mais fielmente possível o que pensa. Tente, pois, ser o mais sincero(a) possível.

Não há limite de tempo.

Este questionário é **confidencial**: as suas respostas não serão mostradas a ninguém.

ANEXO 2

Questionário Macrossistémico – Versão Netos

Esc	An	Trm	Cde	N

DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

Idade: _____ Sexo: M F Ano de Escolaridade: _____

Com quem vives habitualmente?

Com os teus Pais? Sim Não

Com os teus Avós? Sim Não

Outros Com quem? _____

Número de avós: _____

Onde vives? Meio Rural

Meio Urbano

Número de irmãos: _____

Número de irmãs: _____

Qual é o actual estado civil dos teus pais?

Casados

Divorciados

Outro Qual? _____

Indica as habilitações académicas completas que os teus pais possuem.

	Pai	Mãe
Não sabe ler nem escrever	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4ª classe (4º ano de escolaridade)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2º ciclo do Ensino Básico (6º ano de escolaridade)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3º ciclo de Ensino Básico (9º ano de escolaridade)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Secundário (12º ano de escolaridade)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Indica a profissão dos teus pais. Por favor, responde de forma específica e precisa. Se actualmente o teu pai ou a tua mãe se encontram desempregados escreve DESEMPREGADO e coloca à frente a última profissão desempenhada.

Profissão do Pai: _____

Profissão da Mãe: _____

Notas do último ano completo:

Disciplina	Nota
Língua Portuguesa	
Inglês	
Matemática	
Ciências Naturais	
Ciências Físico-Químicas	
Geografia	

No decorrer deste estudo, poderei precisar de te contactar para uma entrevista de aprofundamento. Caso estejas disponível para o fazer, por favor deixa o teu nome e o teu contacto. Obrigado!

Nome: _____

Email: _____

Contacto: rp_research@me.com

ANEXO 3

Escala de Significados da Grã-Parentalidade – Versão Avós (ESGP-A)

ESCALA DE SIGNIFICADO DA GRÃ-PARENTALIDADE - VS. AVÓS

*Nas folhas que se seguem irá encontrar afirmações sobre a relação que tem com o seu neto. Pense se estas afirmações são verdadeiras ou se acontecem muito frequentemente ou se, pelo contrário, acontecem pouco frequentemente ou nunca. Assinale com um círculo ou com uma cruz a opção que melhor se adequar. Assinale apenas **UMA** resposta para cada frase.*

1	2	3	4	5
Nunca	Ocasionalmente	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre

- | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|
| 1. Dou dinheiro ao meu neto(a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2. Quando os seus pais não estão, sou eu quem se encarrega de cuidar do meu neto(a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. Desloco-me a casa dos meus filhos para ver os meus netos(as). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4. O meu neto(a) conta-me os seus problemas e preocupações. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5. Explico ao meu neto(a) a história da família. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6. Aconselho o meu neto(a) nas decisões que tem de tomar. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 7. Ajudo o meu neto(a) nas suas tarefas escolares ou noutras responsabilidades. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 8. Visitar-me é, para o meu neto(a), mais uma obrigação que um prazer. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 9. Aviso o meu neto(a) que evite fazer coisas que o(a) possam prejudicar. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10. Quando o meu neto(a) discute com os seus pais, intercedo a seu favor. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 11. Costumo contar os meus problemas e preocupações ao meu neto(a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 12. Faço companhia ao meu neto(a) quando está sozinho(a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 13. O meu neto(a) acompanha-me na ida a espectáculos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 14. Converso com o meu neto(a) sobre gostos que temos em comum. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 15. Quando os seus pais têm que sair, vou a casa do meu neto(a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 16. Conto ao meu neto(a) como eram os seus pais quando eram jovens. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 17. O meu neto(a) pede-me conselhos quando tem de tomar uma decisão importante. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 18. Quando os seus pais repreendem o meu neto(a), tento que eles o(a) escutem e compreendam a sua postura. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

1	2	3	4	5
Nunca	Ocasionalmente	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre

19. O meu neto(a) não faz caso quando o aconselho de alguma forma.	1	2	3	4	5
20. Quando o meu neto(a) está doente, apareço para ajudar.	1	2	3	4	5
21. O meu neto(a) explica-me coisas que não se atreve a contar aos seus pais.	1	2	3	4	5
22. Repreendo o meu neto(a) quando faz ou diz coisas que acho que são más.	1	2	3	4	5
23. Permito ao meu neto(a) coisas que os seus pais não permitem.	1	2	3	4	5
24. Quando o meu neto(a) se aborrece com os seus pais, dou-lhes razão a eles.	1	2	3	4	5
25. Não me atrevo a ralar com o meu neto(a), ainda que diga coisas de que não gosto.	1	2	3	4	5
26. Não compreendo muitas das coisas de que o meu neto(a) gosta.	1	2	3	4	5
27. Os pais permitem demasiadas coisas ao meu neto(a).	1	2	3	4	5
28. O meu neto(a) preocupa-se muito menos comigo do que eu me preocupo com ele(a).	1	2	3	4	5
29. Quando não entendo alguma coisa peço ao meu neto(a) que me explique.	1	2	3	4	5
30. O meu neto(a) gosta quando está comigo.	1	2	3	4	5
31. Explico ao meu neto(a) o que fazíamos na sua idade com as pessoas da minha geração.	1	2	3	4	5
32. Compro prendas ao meu neto(a).	1	2	3	4	5
33. O meu neto(a) parece-se comigo quando eu tinha a sua idade.	1	2	3	4	5
34. O meu neto(a) respeita-me.	1	2	3	4	5
35. O meu neto(a) explica-me como lhe corre a escola ou o trabalho.	1	2	3	4	5
36. Sou demasiado velho(a) para entender o meu neto(a).	1	2	3	4	5
37. Ensino ao meu neto(a) coisas importantes para a vida.	1	2	3	4	5
38. Se o meu neto(a) tivesse mais tempo livre, passaria mais tempo comigo.	1	2	3	4	5
39. Gosto quando estou com o meu neto(a).	1	2	3	4	5
40. O meu neto(a) é demasiado jovem para me entender.	1	2	3	4	5
41. Quando o meu neto(a) discute com os seus pais, procuro não me meter.	1	2	3	4	5

ANEXO 4

Escala de Significados da Grã-Parentalidade – Versão Netos (ESGP-N)

ESCALA DE SIGNIFICADO DA GRÃ-PARENTALIDADE - VS. NETOS

*As afirmações que se seguem referem-se à relação que manténs com o avô/avó com quem tens maior contacto. Reflecte em que medida são verdadeiras ou se, pelo contrário, se referem a factos que ocorreram poucas vezes ou nunca. Assinala com um círculo ou com uma cruz a opção que melhor se adequar. Assinala apenas **UMA** resposta para cada frase.*

	1	2	3	4	5
	Nunca	Ocasionalmente	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre
1. O/A meu/minha avô/avó dá-me dinheiro.				1	2 3 4 5
2. Quando os meus pais não estão, é o meu/minha avô/avó que assume essas funções.				1	2 3 4 5
3. O meu/minha avô/avó vem até minha casa para estar comigo.				1	2 3 4 5
4. Conto ao meu/minha avô/avó os meus problemas e preocupações.				1	2 3 4 5
5. O meu/minha avô/avó conta-me histórias sobre a nossa família.				1	2 3 4 5
6. O meu/minha avô/avó aconselha-me sobre as decisões que eu tenho que tomar.				1	2 3 4 5
7. O meu/minha avô/avó ajuda-me nas tarefas escolares e noutros assuntos.				1	2 3 4 5
8. Para mim, visitar o meu/minha avô/avó é mais uma obrigação do que um prazer.				1	2 3 4 5
9. O meu/minha avô/avó avisa-me das coisas que me podem prejudicar.				1	2 3 4 5
10. Quando discuto com os meus pais, o meu/minha avô/avó intercede a meu favor.				1	2 3 4 5
11. O meu/minha avô/avó partilha comigo os seus problemas e preocupações.				1	2 3 4 5
12. O meu/minha avô/avó faz-me companhia quando estou sozinho.				1	2 3 4 5
13. Acompanho o meu/minha avô/avó a eventos sociais e culturais (exemplos: festas, romarias, cinema, teatro, etc.).				1	2 3 4 5
14. Converso com o meu/minha avô/avó sobre interesses comuns.				1	2 3 4 5
15. Quando os meus pais não estão, o meu/minha avô/avó vem ter comigo.				1	2 3 4 5
16. O meu/minha avô/avó conta-me histórias sobre quando os meus pais eram novos.				1	2 3 4 5
17. Quando tenho que tomar uma decisão importante, peço ao meu/minha avô/avó a sua opinião.				1	2 3 4 5

1	2	3	4	5
Nunca	Ocasionalmente	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre

- | | | | | | | |
|-----|---|---|---|---|---|---|
| 18. | Quando os meus pais me ralham, o meu/minha avô/avó tenta fazer com que eles me oiçam e compreendam. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 19. | Quando o meu/minha avô/avó me dá um conselho, não dou importância ao que ele diz. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 20. | Quando fico doente, o meu/minha avô/avó fica preocupado comigo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 21. | Conto coisas ao meu/minha avô/avó que não tenho coragem para contar aos meus pais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 22. | O meu/minha avô/avó ralha-me quando digo ou faço coisas que parecem mal. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 23. | O meu/minha avô/avó permite-me coisas que os meus pais não me permitem. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 24. | Quando me aborreço com os meus pais, o meu/minha avô/avó dá-lhes razão. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 25. | O meu/minha avô/avó não me ralha, mesmo que eu faça coisas que lhe desagradem. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 26. | O meu/minha avô/avó não compreende muitas das coisas que eu gosto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 27. | O meu/minha avô/avó acha que os meus pais são muito permissivos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 28. | O meu/minha avô/avó preocupa-se mais comigo do que eu com ele. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 29. | Quando o meu/minha avô/avó não percebe algo, pede-me para lhe explicar. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 30. | Sinto-me bem quando estou com o meu/minha avô/avó. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 31. | O meu/minha avô/avó conta-me o que faziam as pessoas da sua geração quando tinham a minha idade. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 32. | O meu/minha avô/avó dá-me presentes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 33. | O meu/minha avô/avó acha-me parecido com ele quando tinha a idade dele. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 34. | Respeito o meu/minha avô/avó. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 35. | Conto ao meu/minha avô/avó como me estão a correr os estudos ou o meu trabalho. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 36. | O meu/minha avô/avó é demasiado antiquado para me compreender. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 37. | O meu/minha avô/avó ensina-me coisas importantes para a vida. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

1	2	3	4	5
Nunca	Ocasionalmente	Bastantes vezes	Muitas vezes	Sempre

- | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 38. Se tivesse tempo mais livre, passaria mais tempo com o meu/minha avô/avó. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 39. O meu/minha avô/avó sente-se bem quando está comigo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 40. Sou muito novo para conseguir compreender o meu/minha avô/avó. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 41. Quando discuto com os meus pais, o meu/minha avô/avó não intercede. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 42. Gosto de ensinar coisas ao meu/minha avô/avó. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 43. Gosto que o meu/minha avô/avó me peça para lhe ensinar coisas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 44. Aprecio o tempo que passo com o meu/minha avô/avó. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 45. O meu/minha avô/avó faz-me sentir mais adulto. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 46. O meu/minha avô/avó influencia a maneira como me sinto comigo mesmo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

ANEXO 5

Escala de Significados Atribuídos ao Trabalho (ESAT)

ESCALA DE SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO TRABALHO - ESAT (Versão resumida)

*Nas folhas que se seguem irás encontrar afirmações relativas ao trabalho/emprego/actividade profissional. Lê cada uma delas cuidadosamente e responde de acordo com aquilo que pensas e sentes acerca do trabalho. Usando a escala proposta, assinala com uma cruz ou um círculo o número que corresponde ao grau de acordo/desacordo em relação ao que o trabalho significa para ti. Assinala apenas **UMA** resposta para cada frase.*

Discordo sempre			Concordo sempre		
1	2	3	4	5	6

Para mim, trabalhar significa...

1. Um desafio constante.	1	2	3	4	5	6
2. Um instrumento de utilidade e de serviço à sociedade.	1	2	3	4	5	6
3. Uma forma de preencher agradavelmente o meu tempo.	1	2	3	4	5	6
4. A garantia de uma posição importante na sociedade	1	2	3	4	5	6
5. Um fardo pesado que tenho de suportar cada dia.	1	2	3	4	5	6
6. Assumir novas responsabilidades.	1	2	3	4	5	6
7. Uma possibilidade de progressão na carreira.	1	2	3	4	5	6
8. Um meio para estabelecer uma boa relação com o patrão e colegas.	1	2	3	4	5	6
9. A possibilidade de afirmar a minha autonomia e independência.	1	2	3	4	5	6
10. Uma actividade repetitiva e aborrecida.	1	2	3	4	5	6
11. Uma forma de realização pessoal.	1	2	3	4	5	6
12. A possibilidade de explorar e realizar novas ideias.	1	2	3	4	5	6
13. A possibilidade de realizar actividades de lazer como: desporto, convívio com os amigos, participação em clubes...	1	2	3	4	5	6
14. Um meio para conseguir mais bens de consumo.	1	2	3	4	5	6
15. Uma actividade desgastante e cansativa.	1	2	3	4	5	6
16. A oportunidade de manter a confiança nas minhas capacidades.	1	2	3	4	5	6
17. Fazer novas aprendizagens.	1	2	3	4	5	6
18. Uma fonte de felicidade e bem-estar.	1	2	3	4	5	6
19. Garantia de uma maior qualidade de vida.	1	2	3	4	5	6
20. Participar de um ambiente que só cria problemas.	1	2	3	4	5	6

Discordo sempre					Concordo sempre
1	2	3	4	5	6

Para mim, trabalhar significa...

21. Estar aberto à novidade e ao futuro.	1	2	3	4	5	6
22. Cada vez maior exigência, dedicação e empenho.	1	2	3	4	5	6
23. Uma forma de ajuda aos outros.	1	2	3	4	5	6
24. Garantia de estabilidade e segurança.	1	2	3	4	5	6
25. Um ambiente <i>stressante</i> e pesado.	1	2	3	4	5	6
26. A possibilidade de utilizar as minhas capacidades e competências.	1	2	3	4	5	6
27. A possibilidade de utilizar os meus saberes a situações novas.	1	2	3	4	5	6
28. Poder estar num ambiente físico agradável.	1	2	3	4	5	6
29. A oportunidade para construir uma sociedade mais solidária e justa.	1	2	3	4	5	6
30. A garantia de um bom salário.	1	2	3	4	5	6
31. Preocupação e instabilidade constantes.	1	2	3	4	5	6
32. Lutar pelos meus objectivos.	1	2	3	4	5	6
33. Uma oportunidade para fazer amizades.	1	2	3	4	5	6
34. A possibilidade de apreciar a beleza das coisas.	1	2	3	4	5	6
35. Garantia de sucesso económico.	1	2	3	4	5	6

ANEXO 6

Escala de Exploração e Investimento Vocacional (EEIV)

ESCALA DE EXPLORAÇÃO E INVESTIMENTO VOCACIONAL - EEIV

As afirmações que se seguem, referem-se a algumas questões que podem surgir quando tens de escolher um curso ou uma profissão. Usando a escala proposta assinala com uma cruz ou um círculo o número que indica o teu grau de acordo ou desacordo em relação à frase, tendo em conta que ela reflecte a forma como actualmente te sentes em relação à escolha vocacional. Assinala apenas **UMA** resposta para cada frase.

Discordo sempre							Concordo sempre	
1	2	3	4	5	6			
1. Penso que é um sinal de maturidade escolher um único projecto profissional e levá-lo até ao fim.	1	2	3	4	5	6		
2. Talvez necessite de conhecer-me melhor (os meus interesses, capacidade, valores, gostos...) antes de escolher uma profissão.	1	2	3	4	5	6		
3. Penso ter óptimas possibilidades de vir a realizar o trabalho que eu mais gosto.	1	2	3	4	5	6		
4. Não sei se quero continuar a estudar, mas não estou preocupado com isso.	1	2	3	4	5	6		
5. Pelo que conheço dos meus interesses acho que apenas sou capaz de exercer uma profissão.	1	2	3	4	5	6		
6. É difícil decidir-me sobre um projecto profissional porque me parecem existir muitas alternativas.	1	2	3	4	5	6		
7. Tenho muita informação sobre as áreas de formação e profissões que me interessam para fazer uma escolha.	1	2	3	4	5	6		
8. Não conheço que cursos do Ensino Secundário e Superior existem, mas isso não me incomoda.	1	2	3	4	5	6		
9. Pelo que conheço das minhas capacidades e talentos, creio que existe apenas uma profissão certa para mim.	1	2	3	4	5	6		
10. Apesar de estar consciente das minhas opções de formação e profissão, não me sinto ainda à vontade para me comprometer com uma profissão.	1	2	3	4	5	6		
11. Tenho pensado sobre a melhor forma de ultrapassar os obstáculos que possam existir na área profissional.	1	2	3	4	5	6		
12. Não me sinto preocupado para fazer escolhas no futuro, o que interessa é “curtir” o presente.	1	2	3	4	5	6		
13. Pelo que conheço do mundo do trabalho (do que se faz em cada profissão), penso que em cada momento deverei ter em consideração apenas um único projecto vocacional.	1	2	3	4	5	6		

Discordo sempre				Concordo sempre					
1	2	3	4	5	6				
14.	Não me sinto preparado para me comprometer com uma formação ou profissão específicas porque ainda não tenho suficiente informação sobre outras alternativas.			1	2	3	4	5	6
15.	Sinto-me confiante quanto à minha capacidade para realizar os meus projectos vocacionais.			1	2	3	4	5	6
16.	Não vale a pena perder o meu tempo com os estudos e pensar na profissão de futuro porque o tempo tudo resolverá.			1	2	3	4	5	6
17.	Pelo que conheço dos meus valores (por exemplo: a importância do dinheiro, a segurança do emprego...), creio que existe apenas uma única profissão certa para mim.			1	2	3	4	5	6
18.	Sinto que muitas vezes mudo as minhas escolhas de formação escolar porque não tenho ainda a certeza em relação ao meu projecto vocacional.			1	2	3	4	5	6
19.	Penso que sei o suficiente sobre as profissões para fazer, com alguma segurança, uma escolha profissional.			1	2	3	4	5	6
20.	Não vale a pena esforçar-me a estudar para me preparar para uma profissão, porque cada vez há mais desemprego.			1	2	3	4	5	6
21.	Acho que só existe um único projecto vocacional adequado para mim.			1	2	3	4	5	6
22.	Não me conheço suficientemente (por exemplo: os meus gostos, interesses, capacidades e valores...) para fazer neste momento uma escolha de formação e profissão.			1	2	3	4	5	6
23.	Sinto que depois de ter reflectido e estabelecido contactos estou preparado para escolher.			1	2	3	4	5	6
24.	Não vale a pena preparar o meu futuro profissional porque o sucesso não depende de mim mas da sorte e das “cunhas”.			1	2	3	4	5	6
25.	Gostaria de escolher o curso e a profissão que a minha directora de turma me indicasse.			1	2	3	4	5	6
26.	É difícil comprometer-me com um projecto vocacional porque me sinto muito inseguro quanto ao futuro.			1	2	3	4	5	6
27.	Depois de ter falado com vários profissionais e de ter explorado informação penso que sei o rumo a dar à minha vida profissional			1	2	3	4	5	6
28.	A escolha de um curso não é problema para mim, porque sempre tive resultados escolares fracos, por isso, não tenho hipótese de tirar um curso.			1	2	3	4	5	6
29.	A opinião dos meus pais sobre o meu futuro vocacional é a mais importante, por isso não precisei de ouvir outras.			1	2	3	4	5	6
30.	Não me sinto preparado para me comprometer com um projecto vocacional porque conheço ainda pouco acerca das alternativas que neste momento estou a considerar.			1	2	3	4	5	6

Discordo sempre							Concordo sempre
1	2	3	4	5	6		
31.	Tenho confiança nas minhas capacidades e interesses para realizar aquilo que mais gosto profissionalmente.	1	2	3	4	5	6
32.	Prefiro faltar às aulas porque a escola não me interessa para nada.	1	2	3	4	5	6
33.	Acho que o único curso e profissão que quero são aqueles que os meus pais sempre valorizaram.	1	2	3	4	5	6
34.	Não tenho a certeza sobre o tipo de trabalho que gostaria de fazer.	1	2	3	4	5	6
35.	Depois de me ter aconselhado com os meus familiares e com o psicólogo sinto-me seguro para escolher um curso e uma profissão.	1	2	3	4	5	6
36.	Sempre tive muitas dificuldades a Matemática e a Português, por isso não tenho possibilidades de ter uma profissão de sucesso.	1	2	3	4	5	6
37.	Não preciso incomodar-me em procurar informações sobre o meu futuro vocacional, porque o psicólogo diz-me qual é a minha vocação.	1	2	3	4	5	6
38.	Não me sinto preparado para me comprometer com um projecto vocacional específico.	1	2	3	4	5	6
39.	Quero tirar o mesmo curso do meu melhor amigo.	1	2	3	4	5	6
40.	Tenho dificuldades em fazer escolhas quando disponho de várias opções.	1	2	3	4	5	6
41.	Quero tirar o mesmo curso da minha directora de turma.	1	2	3	4	5	6
42.	Ainda que tivesse outras oportunidades mais vantajosas penso que nunca desistiria da profissão que sempre quis.	1	2	3	4	5	6

ANEXO 7

Self-Concept Description Questionnaire II (SDQ II)

SELF-DESCRIPTION QUESTIONNAIRE II - SDQII

*As afirmações que se seguem referem-se ao que pensas acerca de ti na escola. Lê cuidadosamente e assinala com um círculo ou com uma cruz a opção que melhor se adequar. Assinala apenas **UMA** resposta para cada frase.*

Discordo sempre							Concordo sempre
1	2	3	4	5	6		

1. Os outros pedem-me ajuda na maior parte das disciplinas.	1	2	3	4	5	6
2. Sou muito mau/má aluno(a) na escola por isso penso que não vou continuar os estudos.	1	2	3	4	5	6
3. Se eu me esforçasse bastante poderia ser um(a) dos(as) melhores alunos(as) do meu ano.	1	2	3	4	5	6
4. Tenho más notas na maioria das disciplinas escolares.	1	2	3	4	5	6
5. Aprendo rapidamente na maior parte das disciplinas escolares.	1	2	3	4	5	6
6. Sou mau/má aluno(a) na maior parte das disciplinas escolares.	1	2	3	4	5	6
7. Tiro boas notas nos testes na maior parte das disciplinas escolares.	1	2	3	4	5	6
8. Tenho dificuldade na maioria das disciplinas escolares.	1	2	3	4	5	6
9. Sou bom/boa aluno(a) na maior parte das disciplinas escolares.	1	2	3	4	5	6
10. A maior parte das disciplinas escolares são demasiado difíceis para mim.	1	2	3	4	5	6

ANEXO 8

Carta de apresentação às escolas



Carta de Apresentação

Prezado Sr(a). Director(a)

Venho por meio desta, apresentar-lhe o discente do Programa Doutoral em Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Prof. Ricardo Peixoto.

O referido discente está a realizar uma pesquisa para a conclusão do Programa Doutoral em Psicologia com o objectivo de compreender de que forma as percepções de avós e netos sobre a sua relação têm influência sobre os significados que os últimos dão ao trabalho, bem como a forma como estão ligadas ao seu desenvolvimento vocacional e auto-conceito académico.

A recolha de dados para este projecto de pesquisa será realizada com o recurso a Questionários elaborados para os objectivos específicos do estudo. Os dados são confidenciais (ou seja, nem os alunos nem a escola serão identificados) e serão usados **exclusivamente** para fins de pesquisa.

Por essa razão, solicitamos o seu consentimento para que o pesquisador tenha acesso aos alunos e possa aplicar os questionários previstos em horário curricular no espaço escolar. Como se tratam de alunos menores de idade será enviado aos pais um Termo de Consentimento Esclarecido, para que tomem conhecimento da referida pesquisa e da participação de seus filhos no estudo.

Agradecemos antecipadamente a sua colaboração e estamos ao seu dispor para mais informações.

Prof. Doutor Carlos Manuel Gonçalves

(carlosg@fpce.up.pt)

Orientador Responsável

Prof. Ricardo Peixoto

(rp_research@me.com)

Pesquisador Responsável

Porto, 2013

ANEXO 9

Consentimento Informado



Aos Pais/ Encarregados de Educação

No âmbito de uma investigação conducente a uma Tese de Doutoramento em Psicologia, a realizar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), decorre o presente estudo, cujo objectivo consiste em compreender de que forma as percepções de avós e netos sobre a sua relação têm influência sobre os significados que os últimos dão ao trabalho, bem como a forma como estão ligadas ao seu desenvolvimento vocacional e auto-conceito académico.

A Direcção da Escola que o/a seu/sua educando/a frequenta aceitou colaborar nesta investigação, que está a ser desenvolvida pelo Professor Ricardo Peixoto, sob orientação do Prof. Doutor Carlos Gonçalves, da FPCEUP.

Assim, vimos solicitar a sua autorização para a participação do/a seu/sua educando/a no referido estudo. Esta colaboração consiste na resposta a Questionários elaborados para os objectivos específicos do estudo, realizada em contexto escolar, em horário a definir junto do Director de Turma.

É de salientar que os dados recolhidos neste estudo são confidenciais, destinados exclusivamente para a investigação.

Agradecemos desde já a atenção dispensada ao nosso pedido e estamos disponíveis para qualquer esclarecimento que considere necessário.

Com os melhores cumprimentos,

Porto, 2012

Eu, _____, Encarregado de educação do(a) aluno(a) _____ do ____ ano, turma ____, **autorizo/não autorizo** (riscar o que não interessa) o meu educando a participar no estudo descrito.

(Assinatura do Encarregado de Educação)

ANEXO 10

Instruções do *dossier* de instrumentos – Versão Netos

Neto

Este estudo tem como objectivo fazer estudar a forma como a relação entre avós e netos influencia o desenvolvimento vocacional, a construção de significados de trabalho e o auto-conceito académico dos netos.

Responde, por favor, em relação ao avô ou avó com quem manténs maior contacto.

Este *dossier* é composto por duas partes: a primeira, assinalada com a palavra “**Neto**”, é para ser respondida por ti, em relação ao avô ou avó com quem manténs maior contacto. A segunda parte, assinalada com a palavra “**Avós**”, é para ser respondida pelo avô/avó que tiveres escolhido, **em relação a ti**.

Não é um teste e por isso não há boas nem más respostas nem há limite de tempo. Responde de forma a que demonstres o mais fielmente possível o que pensas. Tenta, pois, ser o mais sincero(a) possível.

Agradecemos, desde já, a tua colaboração.

Não há limite de tempo.

Este questionário é **confidencial**: as tuas respostas não serão mostradas a ninguém.

ANEXO 11

Instruções do *dossier* de instrumentos – Versão Avós

Avós

Este estudo tem como objectivo fazer estudar a forma como a relação entre avós e netos influencia o desenvolvimento vocacional, a construção de significados de trabalho e o auto-conceito académico dos netos.

Não é um teste e por isso não há boas nem más respostas nem há limite de tempo. Responda de forma a que demonstre o mais fielmente possível o que pensa. Tente, pois, ser o mais sincero(a) possível.

Responda, por favor, em relação ao neto que lhe entregou o questionário para responder.

Agradecemos, desde já, a sua colaboração.

Não há limite de tempo.

Este questionário é **confidencial**: as suas respostas não serão mostradas a ninguém.

